Revista



Dossiê: Ditadura Militar

Volume 2, n°3, Julho - Dezembro de 2012 ISSN 2237-3195





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Governador Marcelo Déda Chagas Vice-Governador Jackson Barreto de Lima

Secretário de Estado do Governo Pedro Marcos Lopes



SEGRASE - SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE

Diretor-Presidente
Jorge Carvalho do Nascimento
Diretor Industrial
Milton Alves
Diretor Administrativo-Financeiro
Carlos Alberto Leite Prado



Gerente Editorial Suely Alvarenga

Conselho Editorial

Andrea Versuti
Antônio Amaral Cavalcante
Ezio Christian Déda de Araújo
João Augusto Gama da Silva
Jussara Maria Moreno Jacintho
Luciano Correia dos Santos
Maria Sônia Santos Carvalho
Ricardo Oliveira Lacerda de Melo



MEMÓRIAS REVELADAS

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff
Ministro da Justiça
José Eduardo Cardozo
Diretor-Geral Arquivo
Nacional - RJ
Jaime Antunes da Silva
Assessora de Coordenação
Inez Stampa



CEBEP – Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas

Presidente

Grimaldo Carneiro Zachariadhes Vice-Presidente Adriana Martins dos Santos Secretário Silvio César Oliveira Benevides



A Revista *Perspectiva Histórica* é uma revista semestral, cujo objetivo é discutir criticamente temas relevantes para a sociedade brasileira, funcionando como um canal de diálogo entre a produção acadêmica e um público mais amplo. Procuramos, também, articular diferentes espaços de produção de conhecimento, contando com a participação de autores renomados e novos pesquisadores que apresentem uma produção de qualidade em seus respectivos campos de estudos.

Informações, colaborações e assinaturas contatem-nos pelo e-mail: revistaperspectivahistorica@bol.com.br

Equipe Editorial: Adriana Martins dos Santos, Grimaldo Carneiro Zachariadhes (coordenador), Israel Silva dos Santos, Izabel Fátima de Cruz Melo, Joviniano Soares de Carvalho Neto, Lígia Conceição Santana, Sílvio César Oliveira Benevides

Conselho Editorial: Daniel Aarão Reis Filho (UFF), Elizete da Silva (UEFS), Evergton Sales Souza (UFBA), Jessie Jane Souza (UFRJ), Rafael Rosa Hagemeyer (UDESC) e Ruthy Nadia Laniado (UFBA)

Capa e Projeto gráfico: Andréia Santos Silva

Revisão: Gérsica Alves Sanches

Tiragem: 1000 exemplares

ISSN: 2237-3195

Este número foi organizado pelo pesquisador Grimaldo Carneiro Zachariadhes

Revista publicada pelo Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas (CEBEP). Rua Pedra da Marca, nº 13. Federação CEP: 40225-260.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO11
ARTIGOS
1 - OS ARQUIVOS DA DITADURA E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE
Inez Stampa e Vicente Rodrigues17
O artigo "Os arquivos da ditadura e a Comissão Nacional da Verdade' busca refletir sobre diferentes experiências das chamadas comissões da verdade no processo de (re)democratização em países nos quais ocorreram violações maciças de direitos humanos. Em especial, busca analisar o potencial dos arquivos do regime civil-militar brasileiro (1964-1985) para os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, criada no Brasil pela Lei nº 12.528/2011.
2 - GOLPE CIVIL-MILITAR NA PARAÍBA: REPRESSÃO E LEGITIMAÇÃO DE PARTE DA SOCIEDADE CIVIL NO IMEDIATO PÓS-GOLPE
Paulo Giovani Antonino Nunes
Nos momentos que antecederam o golpe civil-militar no Brasil, em 1964, o Estado da Paraíba vivia um momento de grande efervescência política e social, com um governo que, apesar de aliado das forças conservadoras do estado, tinha práticas próximas do ideário trabalhista, desenvolvido

Nos momentos que antecederam o golpe civil-militar no Brasil, em 1964, o Estado da Paraíba vivia um momento de grande efervescência política e social, com um governo que, apesar de aliado das forças conservadoras do estado, tinha práticas próximas do ideário trabalhista, desenvolvido em nível nacional pelo governo de João Goulart, com vários setores da sociedade civil bastantes mobilizados e, principalmente, com um movimento camponês expresso através das Ligas Camponesas, com capacidade de mobilização e de confronto com os grandes proprietários rurais. Logo após o golpe, o governo do estado da Paraíba adere ao mesmo e se desencadeia uma grande onda de repressão, ao mesmo que se observa o apoio de parte da sociedade civil a nova ordem estabelecida. Este artigo pretende analisar a situação social e política no estado da Paraíba, no momento que antecede o golpe civil-militar no referido



estado e a repressão que se abateu a alguns setores da sociedade no imediato pós-golpe, enquanto que outros setores da sociedade civil procuravam legitimar o novo regime que se instaurava.

3 – TEMPOS DE (DES)COMPASSO: O GOLPE DE 1964 EM SERGIPE

José 1	Vieira	Cruz	6:	3
o ose	viena	·/I U//	()	, ,

Em 1964, as perseguições aos aliados do presidente João Goulart e, no caso do Estado de Sergipe, do governador João de Seixas Dória atingiriam organizações sindicais, camponesas, estudantis e os movimentos de cultura e educação popular, assim como os participantes da Frente de Mobilização Popular (FMP). Dentro dessa discussão historiográfica, a utilização dos termos golpe civil-militar e ditadura civil-militar, para fazer referência aos acontecimentos ocorridos a partir de março de 1964, reflete as discussões e a posição interpretativa deste texto. Para além desse debate, este texto fundamenta-se no diálogo entre a bibliografia relacionada ao tema e a análise de fontes escritas e orais para traçar uma discussão sobre a deposição de Seixas Dória, a repressão imposta aos sindicatos — urbanos e rurais —, ao movimento estudantil e aos movimentos de educação e cultura popular.

4 – 1968 - O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA BAHIA: UM TESTEMUNHO

T T1 ·	α	1 / / ·	8	
⊔nıratan	Castro	de Araillo	8	ก
Chilatan	Casuro	uc maajo	•••••••••••••••••••••••••••••••••••••••	\mathbf{c}

Este artigo retrata o ano mítico de 1968 na Bahia e o seu impacto no Movimento Estudantil baiano. Relata as experiências vividas por segmentos da juventude no estado num contexto ditatorial.

5 – FUTEBOL, COMEMORAÇÕES E DITADURA: O CONSENSO DURANTE OS ANOS MÉDICI

	Cordeiro	

Este artigo analisa o torneio de futebol Taça Independência, realizado em 1972 pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), como parte



integrante das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, comemoradas, de forma grandiosa, naquele mesmo ano pela ditadura civil-militar. Argumento que o Torneio representou e sintetizou de forma exemplar o espírito festivo que permeou não apenas as comemorações do Sesquicentenário, mas, de forma geral, os anos do chamado Milagre brasileiro. Nesse sentido, procuro analisar o futebol como importante elemento conformador do consenso social sob a ditadura, transcendendo as interpretações que relegam este esporte a mero objeto de propaganda e manipulação.

6 – SIMONAL: DEDO-DURO, BODE EXPIATÓRIO OU A ESFÍNGE AINDA A SER DECIFRADA?

Crimalda	Commission	7 a a harriadhaa	 25
Grimaido	Carneiro	Zachariaunes	 .⊿ວ

O presente artigo analisa a "nova" memória que está sendo construída sobre o cantor Wilson Simonal de Castro (1938-2000). Examinado livros recentes que contam a história do cantor e o premiado documentário "Simonal - Ninguém sabe o duro que dei", pretende-se problematizar esta memória que procura revitalizar a imagem do cantor despolitizando o debate, simplificando os conflitos existentes e, assim, perdendo a riqueza do momento histórico em que eles ocorreram.

7 - O "PODER DESARMADO": A ATUAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DITADURA MILITAR (1964-1965)

Angela Moreira Domingues da Silva......137

Os dois primeiros anos da ditadura militar brasileira podem ser considerados como de institucionalização do novo regime, promovendo mudanças significativas na ordem jurídico-política do país. Nesse período, observou-se intenso movimento persecutório voltado contra opositores do governo deposto, sindicalistas, militares, entre outros, acusados de subversão ou corrupção. Tal movimento, que levou muitas pessoas a serem presas para investigações, impactou na ação dos órgãos de Justiça do país, julgando habeas corpus e processos vinculados à conjuntura política. O presente artigo visa analisar o papel e o padrão



decisório do Superior Tribunal Militar no período, com relação aos casos vinculados aos crimes políticos.

8 – BREVE HISTÓRIA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA (1972-1975)

Romualdo Pessoa Campos159

A História da Guerrilha do Araguaia teve como palco o Sul do Pará e Norte do atual Estado do Tocantins, então Goiás. Um movimento guerrilheiro de repercussões internacional foi debelado à custa de execuções e torturas, desconsiderando-se até mesmo a Convenção de Genebra, que tentou por um fim aos abusos de guerras. A população dessa região padeceu em um fogo cruzado e tornou-se vítima nas mãos truculentas dos órgãos repressivos que fora combater os guerrilheiros, mas que agiu indiscriminadamente, prendendo, torturando e humilhando camponeses e moradores de pequenos povoados.

9 - REGIME MILITAR, PROTESTANTISMO ECUMÊNICO E MODERNIZAÇÃO EM FEIRA DE SANTANA (1970-1985)

Charlene José de Brito	,	17	79	Э
------------------------	---	----	----	---

Este artigo refletirá sobre as formas que os presbiterianos ecumênicos encontraram para desenvolver atividades sociais em Feira de Santana, Bahia, entre 1970 e 1985, período em que muitos dos jovens que aderiram ao movimento ecumênico foram perseguidos, denunciados e muitos sofreram nos porões da ditadura. Analisamos as aproximações do Rev. Josué da Silva Mello com o prefeito feirense João Durval Carneiro, apoiado pelos militares, e as contribuições que as instituições idealizadas pelos ecumênicos trouxeram para a cidade, em uma conjuntura de transformações estruturais e econômicas do município. Para nortear a discussão, trabalhamos com a concepção de poder de P. Bourdieu. Usamos como fonte os depoimentos dos envolvidos nos projetos sociais, periódicos locais, memórias, entre outras.



EVANGÉLICOS 10 Е ESQUERDA NA TRANSIÇÃO **DEMOCRÁTICA (1980-1994)** O trabalho discute a relação dos evangélicos com as esquerdas políticas no Brasil na transição democrática, da Anistia em 1979 até a segunda eleição direta para presidente da república, em 1994, a primeira pósimpeachment do primeiro presidente eleito por voto direto (1989), depois de duas décadas de Ditadura Militar (1964-1985). Aborda-se a formação de entidades de reflexão teológica sobre a responsabilidade social das igrejas cristãs e a elaboração de concepções ético-religiosas de atuação política para o cristianismo protestante na sociedade brasileira. Tenta-se compreender os movimentos de aproximação entre o segmento religioso e os partidos e movimentos de esquerda, bem como os agentes que atuaram para essas aproximações durante o período analisado e as reações a tais aproximações dentro das comunidades religiosas. ENTREVISTA Joviniano Soares de Carvalho Neto225 RESENHAS JOÃO GOULART: PARA AQUÉM E PARA ALÉM DE 1964 José Alves Dias. 237 REABRINDO O COFRE DO DR. RUI: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E ESPÓLIOS DO MAIOR ASSALTO DA LUTA ARMADA BRASILEIRA LEMBRANÇAS DO DESALENTO: EXPERIÊNCIAS DO(S) CÁRCERE(S) EM TEMPOS DE ARBÍTRIO



APRESENTAÇÃO

O período da Ditadura Militar, ou Civil-Militar, como querem alguns, foi um momento de extremos. Os militares chegaram ao poder com o apoio de amplos segmentos da população e saíram dele com uma oposição fortalecida e uma grande rejeição popular, depois de permanecerem 21 anos no poder. Foi um período de intensa repressão aos opositores, limitação dos direitos individuais e violação dos direitos humanos, mas também de crescimento econômico acelerado e grande modernização. Os militares ajudaram a fazer do Brasil uma das 10 maiores potências econômicas do mundo. Mas, entregaram o país aos civis com uma economia estagnada, uma inflação assustadora e uma dívida externa astronômica.

Hoje, poucos se habilitam a defender os militares. Entretanto, não foram poucos os que deram apoio às diretrizes do Regime. Como também não foram poucos os que procuraram resistir. Gerações que lutavam para tornar o Brasil um país menos desigual tiveram seus sonhos castrados pela repressão. Olhar para o período da Ditadura é compreender os dilemas que temos hoje. Nem todas as feridas foram cicatrizadas. Estudar este momento nos faz compreender a nossa sociedade. É justamente este recorte histórico o tema do dossiê do atual número da revista *Perspectiva Histórica*.

Abrimos esta edição com o artigo dos pesquisadores do Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro, Inez Stampa e Vicente Arruda, que abordam um tema que tem levantado muita polêmica na atualidade, a abertura dos arquivos da Ditadura e a criação da Comissão Nacional da Verdade. Os autores refletem sobre as várias experiências das comissões de verdade em países que passaram por regimes de exceção. Os autores também ponderam sobre o potencial guardado nos arquivos ditatoriais nos trabalhos da recém-criada Comissão Nacional da Verdade.

A repressão dos militares começa desde o momento em que eles tomaram o poder, em 31 de março de 1964, como podemos apreender das análises dos trabalhos dos professores Paulo Giovani Antonino Nunes, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e José Vieira da Cruz, da



Universidade Tiradentes (UNIT). O primeiro autor mostra como logo depois do Golpe é desencadeada uma onda de repressão na Paraíba, porém ele alerta que, não devemos ver a sociedade como um sujeito passivo, já que vários segmentos sociais legitimaram as ações dos militares. Já José Vieira aborda as perseguições, em Sergipe, aos aliados do presidente João Goulart e do governador do estado, João de Seixas Dória, ambos depostos. Logo após o Golpe, a repressão se voltou aos sindicatos, ao movimento estudantil e aos movimentos de educação e cultura popular. Mas, como no artigo anterior, o autor faz questão de salientar o apoio de parte significativa da sociedade sergipana ao Golpe.

Finalmente, será publicado o texto 1968: O Movimento Estudantil na Bahia, do historiador da Universidade Federal da Bahia e diretor da Fundação Pedro Calmon, Ubiratan Castro de Araújo. É um relato memorialístico de alguém que viveu o período e que, como integrante ativo do Movimento Estudantil, esteve no olho do furação dos acontecimentos estudantis na Bahia, em 1968. Já o artigo do professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Romualdo Pessoa, aborda a história trágica da Guerrilha do Araguaia e a execução sumária dos guerrilheiros pelas tropas militares e das torturas praticadas contra os camponeses e moradores dos povoados daquela região.

A historiadora Angela Moreira Domingues do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), investiga a atuação do Superior Tribunal Militar (STM) nos dois primeiros anos após a instauração do Regime Militar, quando ele estava se institucionalizando, promovendo alterações na ordem jurídico-política da Nação. O artigo analisa o papel do Superior Tribunal Militar no período de 1964 e 1965, com relação aos casos enquadrados como crimes políticos.

A pesquisadora Janaína Martins aborda o uso político do futebol pelos militares. Analisando o torneio Taça Independência, que integrava as comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil, ocorrido em 1972, a autora defende que o espírito esportivo celebrado no referido torneio sintetizou não só as comemorações ao sesquicentenário, tendo uma dimensão mais ampla, podendo ser considerado como uma celebração ao próprio Regime naquele contexto histórico. Neste momento, as críticas e as posições estavam abafadas pela repressão, mas a



economia estava a mil por hora. O futebol pode ser entendido como um elemento conformador do consenso social.

O artigo Simonal: Dedo-duro, bode expiatório ou a esfinge ainda a ser decifrada? do historiador Grimaldo Zachariadhes, procura problematizar a nova memória que se está construindo sobre o cantor Wilson Simonal. Como alerta o autor, esta nova memória está sendo produzida e reproduzida acriticamente, até dentro dos meios acadêmicos, despolitizando o que é essencialmente político, simplificando os conflitos existentes e, perdendo, assim, a riqueza do momento histórico em que eles ocorreram.

Durante muito tempo a historiografia brasileira só se preocupou com a atuação dos católicos, leigos e eclesiásticos, durante o período ditatorial. Felizmente isto começa a mudar e os integrantes das outras confissões religiosas também têm suas histórias resgatadas. Nesta perspectiva, o artigo de Charlene Brito investiga as formas que setores presbiterianos encontraram para desenvolver atividades sociais na cidade de Feira de Santana, Bahia, entre os anos De 1970 a 1985, período em que muitos presbiterianos foram perseguidos por seus pares dentro da Igreja e pela Ditadura. Já o artigo do professor Zózimo Trabuco aborda a relação de setores do meio evangélico com as esquerdas no período de transição democrática até o começo da Nova República.

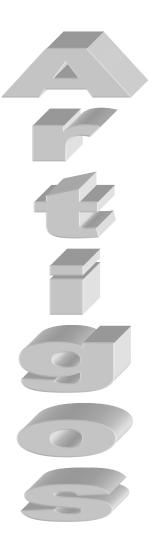
Na seção de resenhas, serão analisadas a biografia de João Goulart, escrita pelo historiador Jorge Ferreira; o livro que conta a história do assalto à casa da amante do ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, feito pela organização clandestina a qual pertencia a então estudante Dilma Roussef. E, por fim, é analisado um livro que relata a experiência dos cárceres durante o período ditatorial. Encerrando este número, temos a entrevista do presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, núcleo Bahia, Joviniano Soares de Carvalho Neto.

O período da Ditadura Militar, ou Civil-Militar, foi um período traumático, pela violência utilizada contra os opositores, nunca antes conhecida com tal ímpeto, foi remodelado um projeto de Brasil. O crescimento econômico e a modernização rápida da sociedade brasileira foram heranças deixadas pelos militares, junto com a ampliação das desigualdades sociais e a banalização da violação dos direitos humanos



fundamentais dos cidadãos brasileiros. São partes de um mesmo quebracabeça. Entender este período é entender o Brasil que temos hoje e os dilemas que ainda temos que resolver. E refletir sobre este momento nos ajuda a lutar pelo aprofundamento da nossa, ainda jovem, democracia.

Perspectiva Listórica





OS ARQUIVOS DA DITADURA E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Inez Stampa¹ e Vicente Rodrigues²

1 CONCEITO E FINALIDADE DAS COMISSÕES DA VERDADE

As "comissões da verdade" são órgãos oficiais e temporários, estabelecidos por um Estado para investigar violações dos direitos humanos que ocorreram em um determinado período histórico. Dito de outra forma, as comissões são uma modalidade de inquérito não-judicial (extrajudicial) utilizada para revelar. retificar sugerir encaminhamentos pertinentes a informações sobre um passado de violações aos direitos humanos. Não possuem, em regra, o poder de intimar testemunhas ou de apreender bens (incluindo documentos privados) mas, em alguns casos, as comissões podem trabalhar próximas a uma autoridade dotada desse poder, compartilhando, inclusive, suas descobertas e documentos.

As comissões são ferramentas de justiça de transição – também chamada de justiça transicional – estabelecidas, normalmente, no contexto de uma transição política recente, quando o Estado supera um conflito armado interno ou um período ditatorial. Não obstante, há exemplos de comissões que foram estabelecidas muito tempo após a ocorrência das violações e com mandatos mais amplos, como é o caso da Comissão Nacional da Verdade, estabelecida, no Brasil, pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011.

Nesse sentido, conforme aponta Glenda Mezarobba³, é preciso "não capitular diante da idéia de que a hora de agir já passou". Para a

¹Doutora em Serviço Social, coordenadora do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, no Arquivo Nacional, professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

² Bacharel em Direito, integrante do Grupo de Pesquisa em Teoria do Estado e Globalização da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalha no Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, no Arquivo Nacional.

³ Glenda Mezarobba. *Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro*, São Paulo: Humanitas, 2003, p.162.



referida autora, o tempo presente pode, também, ser o tempo ideal para reparar injustiças, sejam elas remotas ou recentes. Afinal, é "exatamente no contexto de pós-transição que a luta por verdade e justiça pode ser especialmente relevante para a democratização".

As comissões desenvolvem suas atividades coletando testemunhos e analisando documentos, concluindo seus trabalhos com a produção de um relatório escrito, que busca apresentar as causas que levaram às violações, bem como recomendações para que isso não mais ocorra, reconhecendo ou não a existência de determinadas violações dos direitos humanos e, em alguns casos, identificando os implicados. O conteúdo do relatório pode ser transformado também em outros produtos que favoreçam a sua divulgação como, por exemplo, documentários de televisão, livros etc.

Até a primeira década do século XXI, a experiência internacional registra que foram constituídas cerca de trinta comissões da verdade⁴, sendo pioneira a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (1983), estabelecida na Argentina pelo presidente Raúl Alfonsín, que, contudo, teve escopo limitado aos militantes políticos desaparecidos, não investigando, por exemplo, a questão das crianças separadas de suas "famílias de esquerda" e entregues a simpatizantes do regime militar argentino.

De forma geral, as várias comissões da verdade apresentaram dinâmicas semelhantes, tiveram como objetivo final a reconciliação nacional por intermédio da revelação, do registro e da compreensão da verdade sobre um passado de violações e abusos aos direitos humanos. Por outro lado, em razão de especificidades nacionais e dos diferentes contextos históricos, sociais e políticos envolvidos, foram também registradas diferenças marcantes entre essas comissões, tanto de forma como de conteúdo, sendo bem aceito que cada país deve modelar a sua comissão a partir de suas próprias necessidades e possibilidades.

⁴ No anexo único deste trabalho apresentamos um quadro sinótico comparativo de algumas dessas comissões.



De acordo com Priscilla Hayner⁵, quando bem estabelecida e administrada, uma comissão da verdade pode desempenhar um papel importante na superação de um passado de violações dos direitos humanos. Em grande parte, essa possibilidade decorre do fato de se tratar de uma iniciativa oficial, sancionada por um governo, o que possibilita um melhor acesso à documentação pertinente, maior segurança para os seus membros e maior interesse da imprensa e da comunidade internacional, o que facilita a difusão de suas descobertas e recomendações.

Tudo dependerá, por um lado, da vontade política e do interesse governamental em que as recomendações da comissão sejam adotadas de forma apropriada e, por outro lado, dependerá do próprio comprometimento da sociedade em revisitar aquele período histórico.

Referenciando novamente Glenda Mezarobba, embora políticas oficiais não sejam garantias para a consolidação democrática de um país, a democratização depende de um amplo processo que envolve a construção de uma efetiva cidadania. Isso passa por políticas de memória, ou seja, pela maneira como a sociedade interpreta e se apropria de seu passado, numa tentativa progressiva de moldar o seu futuro:

Assim, ainda que também não seja garantia de existência ou consolidação de uma democracia, exercitar a memória política, depois de um período de sistemáticas violações de direitos humanos por parte do Estado, representa os essenciais primeiros passos em direção à sua constituição. ⁶

De acordo com o exposto, é possível afirmar que o conceito de comissão da verdade engloba seis componentes principais, a partir dos quais é possível extrair a sua finalidade: (a) é um órgão de inquérito não judicial, (b) estabelecido por um Estado, (c) por um período limitado de tempo, (d) para determinar a verdade possível sobre violações aos direitos humanos, (e) que ocorreram em um determinado período histórico, (f) com o objetivo de apresentar sugestões de reforma, estabelecer responsabilidades, promover a assistência às vítimas e recomendar a

⁵ Priscilla Hayner. *International Guidelines for the Creation and Operation of Truth Commissions: A Preliminary Proposal*, Law and Contemporary Problems,1997.

⁶ Glenda Mezarobba, Um acerto de contas com o futuro, p.163.



produção de alguma espécie de reconhecimento oficial, normalmente na forma de um pedido oficial de desculpas.

2 LINHAS GERAIS PARA A ATUAÇÃO DE UMA COMISSÃO DA VERDADE

Cada país cria a sua comissão da verdade de acordo com as suas próprias necessidades e possibilidades. Ainda assim, a posição mais comum entre os especialistas do tema é a de defesa do chamado "direto à verdade", repudiando as reconciliações baseadas no esquecimento de horrores passados. Nesse sentido, é possível afirmar que tão mais reveladora poderá ser uma comissão da verdade – e maiores serão as suas possibilidades de estabelecer a verdade possível – quanto mais forte for a democracia no país em questão.

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), o direito à verdade é inalienável, nos seguintes termos:

Toda e qualquer pessoa tem o direito de conhecer a verdade sobre eventos passados e sobre as circunstâncias que levaram a uma violação sistemática e geral dos direitos humanos e ao cometimento de crimes odiosos. O exercício efetivo e completo do direito à verdade é essencial para evitar a ocorrência de violações semelhantes no futuro. ⁷

Nesse sentido, ainda que sejam reconhecidas as especificidades de cada caso, é possível e desejável estabelecer determinadas linhas gerais para a constituição de uma comissão da verdade, o que será apresentado a seguir com base no ensaio *International Guidelines for the creation and operation of Truth Commissions: a preliminary proposal*, de Priscilla Hayner, e nas recomendações da ONU expostas, em 1997, no relatório *Questions of impunity of perpetrators of human rights violations (civil and political)*:

a) Participação da sociedade: em sua grande maioria, as comissões da verdade foram criadas por decreto presidencial. A ONU

⁷ United Nations, Questions of the impunity of perpetrators of human rights violation (civil and political), 1997, p.5.



recomenda, porém, que a comissão seja criada por lei, envolvendo, se possível, os outros poderes do país (cf. art. 1°, Decreto de 13 de janeiro de 2010). É necessário, também, estabelecer um canal de debate com o público, através de consultas a grupos de vítimas e organizações da sociedade civil, possibilitando que elas exponham as suas posições e preocupações com a composição e desenho da comissão.

- b) Proteção aos acervos e facilitação ao seu acesso: as comissões extrajudiciais de inquérito devem prevenir o desaparecimento de evidências contidas em registros documentais, apontando medidas para a sua segurança e preservação. Por outro lado, devem facilitar o acesso à documentação, tanto para as vítimas como para os implicados em violações. Quando o acesso à documentação for requerido em razão do seu interesse histórico, as formalidades exigíveis devem ser restritas ao monitoramento do acesso, não devendo o controle degenerar em censura.
- c) Proteção aos elementos de prova e pessoas envolvidas nas investigações: deve ser adotado um procedimento judicial facilitado para a proteção de provas e testemunhas, cabendo à comissão provocar o Poder Judiciário, por intermédio do órgão competente, sempre que tiver razões para acreditar que o inquérito pode ser prejudicado pela destruição de informações importantes ou, ainda, que a saúde ou a vida de qualquer pessoa envolvida nas investigações possa estar em risco.
- d) Garantias às pessoas implicadas em violações: se a comissão tiver poderes para divulgar o nome dos envolvidos na violação aos direitos humanos, algumas garantias devem ser concedidas a essas pessoas: i) a comissão deverá tentar corroborar informações prestadas por outras fontes; ii) a pessoa implicada deverá ser convidada a prestar depoimento, o qual será reduzido a termo, ou submeter documento equivalente, que será anexado à informação sobre o seu envolvimento.
- e) Proteção jurídica aos membros da comissão: os membros da comissão devem gozar de todos os privilégios e imunidades necessários. a execução de suas atividades, especialmente no que se refere a processos por difamação, injúria e calúnia, ou qualquer outro procedimento legal que busque responsabilizá-los por fatos ou opiniões exarados no relatório final.



- f) Tempo e recursos para preparação e montagem da comissão: a experiência internacional demonstra que frequentemente as comissões perderam muito tempo com questões administrativas e logísticas, o que diminuiu o tempo disponível para as investigações, minando os esforços empreendidos. Questões como o aluguel de salas, contratação de equipe e aquisição de equipamentos devem ser devidamente dimensionadas e efetivamente planejadas antes do estabelecimento oficial da comissão. Por outro lado, o tempo de atividade da comissão deve ser adequado ao volume de informação que deverá ser processado.
- g) Linguagem flexível: as atribuições da comissão (mandato) devem ser definidas adequadamente, de forma a não sobrecarregar as suas atividades. Contudo, sugere-se a utilização de cláusulas abertas, utilizando-se uma linguagem mais geral que faça referência a termos amplos como "violações aos direitos humanos no período...", permitindo, assim, que a comissão reconfigure a sua atuação de acordo com o que for sendo revelado.
- h) Apoio político às atividades: o apoio explícito do governo é indispensável para o sucesso das atividades. Esse apoio é prestado não somente na forma de declarações oficiais, como, também, no reconhecimento de que, uma vez estabelecida, a comissão deverá trabalhar de forma independente, sendo garantida a permanência de seus membros até o final dos trabalhos. De outra forma, deve o governo facilitar o acesso da comissão às informações pertinentes (cf. art. 5°, I, Decreto de 13 de janeiro de 2010), respeitando a metodologia utilizada e as conclusões e recomendações finais da comissão.
- i) Recursos e equipe apropriados: de acordo com as possibilidades reais de cada país, devem ser disponibilizados os recursos e a equipe necessários ao trabalho. Para além dos membros nomeados para a comissão, uma equipe de apoio deverá incluir advogados, especialistas em direitos humanos, especialistas em computação, investigadores criminais, pesquisadores, psicólogos e assistentes sociais, especialistas forenses, historiadores e outros profissionais julgados necessários. Em caso de necessidade, novos produtos e ferramentas de pesquisa devem ser adotados ou desenvolvidos para a verificação de provas e processamento das informações.



j) Investigação não limitada ao país: quando oportuno, devem ser obtidos registros documentais e informações em outros países, cujos governos devem ser chamados a colaborar. Essa recomendação parece ser extremamente pertinente no caso Latino-Americano, tendo em vista as conexões estabelecidas entre os órgãos repressores dos países do Cone-Sul e a participação de outros países no treinamento e aparelhamento desses órgãos.

3 AS COMISSÕES DA VERDADE NA ARGENTINA E NO CHILE – UMA COMPARAÇÃO COM O CASO BRASILEIRO

As comissões estabelecidas na Argentina e no Chile caracterizamse como experiências que apresentaram resultados mistos, combinando bons resultados a notórias insuficiências. Por essa razão, com suas semelhanças e diferenças, representam casos interessantes para o estudo dos limites e possibilidades dessa modalidade de justiça transicional.

Na Argentina, uma democracia estável estabeleceu a Comissão Nacional de Desaparecidos Políticos (Conadep), em 1983, para investigar a fundo a questão dos desaparecidos políticos, e o seu relatório final contribuiu como elemento informativo e probatório para procedimentos judiciais que levaram, posteriormente, à prisão de alguns dos líderes do regime militar. Sua limitação à questão dos desaparecidos, contudo, foi duramente criticada, e o problema da justiça transicional ainda se faz presente atualmente no país. A Conadep, cabe apontar, teve por missão investigar os casos de desaparecidos políticos no período de 1976-1983, contando, para tanto, com o prazo de 8 (oito) meses para o desenvolvimento de suas atividades.

No Chile, a comissão da verdade foi estabelecida tão logo um governo democraticamente eleito assumiu o país (1990). Contudo, a comissão e o governo foram constantemente pressionados e ameaçados pelo ex-presidente do período ditatorial, o general Augusto Pinochet (1973-1990), àquela altura ainda comandante do Exército. De fato, o relatório da comissão permaneceu secreto por um longo tempo, e o seu mandato não incluía investigar os casos de tortura que não tiveram como resultado a morte das vítimas. De qualquer forma, ao final dos trabalhos da comissão, o então presidente Patricio Aylwin (1990-1994) desculpouse publicamente pelas violações perpetradas durante a ditadura. A



comissão da verdade chilena investigou o período do governo Pinochet, tendo, para tanto, o prazo de 1 (um) ano.

Por seu turno, a Comissão Nacional da Verdade, criada no Brasil pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, apresenta diferenças marcantes em relação às experiências chilena e argentina. Em primeiro lugar, trata-se de uma comissão da verdade criada 27 anos depois do fim do último regime ditatorial, no qual ocorreram violações maciças de direitos humanos (1964-1985). Por outro lado, o próprio mandato da Comissão prevê que serão apuradas os casos de violação de direitos humanos Praticados no Período que vai de 1946 a 1988, isto é, um período de investigação que corresponde a 42 anos. Nunca antes uma comissão da verdade tinha sido criada por um Estado tanto tempo depois da ocorrência das violações, e tampouco lhe fora determinado que investigasse um período tão longo. Para fazer frente a essa tarefa, foram indicados apenas 7 (sete) integrantes – nenhum deles historiador – que possuem atribuições amplas e devem contar com o apoio de servidores públicos e de militares no desempenho de suas funções.

Diante desse quadro, que apresenta desafios consideráveis para o sucesso da Comissão, cabe perguntar de que forma os arquivos do regime civil-militar brasileiro podem contribuir para as atividades da Comissão Nacional da Verdade, tendo em vista os enormes desafios que compreendem a sua missão.

4 OS ARQUIVOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA E A CRIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA MEMÓRIAS REVELADAS

Durante os anos de 1980, intensificou-se o processo de desmantelamento de regimes políticos repressivos na América Latina, inclusive no Brasil. Com a transição democrática, os arquivos dos organismos de repressão se tornaram uma fonte singular, como testemunhos da atuação de tais entes a serviço do Estado autoritário.

As informações contidas nestes acervos demonstram práticas que foram usadas no exercício das atividades repressivas. Nos tempos atuais, servem como instrumento essencial para o fortalecimento de novas



relações sociais e, consequentemente, para a consolidação do processo democrático. Da mesma forma, a divulgação dos arquivos da repressão tem uma inegável ressonância social e política, o que aumenta sobremaneira as responsabilidades das instituições arquivísticas de guarda, como o Arquivo Nacional, na gestão e na preservação adequada de tais conjuntos. O papel destes arquivos não se esgota apenas no conhecimento de nossa história recente. Sua dimensão é particularmente visível com o uso administrativo das informações para o cumprimento de direitos individuais e coletivos que a democracia proporciona como, por exemplo, a concessão de indenizações às vítimas da repressão ou a seus familiares.

O Brasil possui um gigantesco acervo documental constituído pelo Estado, entre os quais se destacam aqueles produzidos nos períodos autoritários. São os arquivos das polícias políticas que, desde os anos de 1910, acumularam um impressionante testemunho de como nosso Estado buscou desconstruir os seus adversários e como terminou por imprimir a marca do autoritarismo em nossa sociedade.

Ao se fazer um panorama da situação dos acervos de interesse para a reflexão dos períodos ditatoriais, cabe destacar, com base em informações prestadas pelos gestores dos seus arquivos nacionais, que o Brasil é detentor do maior conjunto documental de origem pública sobre a matéria. Este papel de destaque é reconhecido pelo volume de documentos públicos produzidos e acumulados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação – SISNI, que tinha por órgão central o extinto Serviço nacional de Informações – SNI.

A título de comparação, no Chile não há, praticamente, registros de fontes oficiais sobre violações de direitos humanos ocorridas no período ditatorial no país – pelo menos até o momento identificadas. Chama-se a atenção para a existência, entretanto, de documentos privados de oito Organizações Não-Governamentais (ONGs), com cerca de 1.200 metros lineares, dos quais mais de 50% são arquivos da Igreja, liberados para a consulta, com restrições para os documentos que possam vir a ferir a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, com regras definidas pelas próprias organizações detentoras do acervo. O acervo recolhido ao Arquivo Nacional do Chile da Comissão da Verdade e da



Reconciliação tem seu acesso regulado pelo Ministério do Interior, privilegiando os Tribunais, os advogados e os familiares.

Por seu turno, na Argentina, o Arquivo Nacional da Memória está encarregado de reunir, em microfilmes e meios digitais, documentos localizados em diversas instituições do país, públicas e privadas, com 2.000.000 de páginas digitalizadas, 200 metros lineares de documentos, além de publicações e registros de imprensa, abertos à consulta, com restrição daqueles que firam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

No Brasil, um marco na nossa história documental contemporânea foi a entrada, no Arquivo Nacional, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005, dos fundos documentais dos extintos Serviço Nacional de Informações (SNI), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Conselho de Segurança Nacional (CSN), até então custodiados pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Para que se tenha uma ideia do gigantismo da documentação custodiada pelo Arquivo Nacional, cabe apontar que o órgão custodia, atualmente, cerca de 24 milhões de páginas de documentos textuais referentes ao período do regime militar no Brasil, além de documentos em outros formatos, como fotografias, vídeos e mapas.

Contudo, além do Arquivo Nacional, diversas outras entidades brasileiras e estrangeiras têm sob sua guarda documentos de interesse para a compreensão do período da ditadura civil-militar no Brasil. Para articular essas instituições e, até mesmo, pessoas físicas detentoras de acervos sobre o período, foi criado, em 13 de maio de 2009, o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) — Memórias Reveladas, resultado do esforço nacional para a implementação e consolidação de políticas públicas voltadas para a gestão, organização, preservação e divulgação do patrimônio documental do país, valorizando a memória como um direito humano fundamental.

O Centro de Referência Memórias Reveladas foi criado vinculado ao Arquivo Nacional, que atua como seu gestor. São objetivos específicos do Centro estimular pesquisas, na perspectiva da história, da sociologia, da antropologia, da ciência política e do direito, mediante o controle das fontes primárias e da produção bibliográfica disponíveis; buscar novas



fontes documentais; gerenciar instrumentos de pesquisa disponíveis; elaborar novos instrumentos com caráter coletivo e manter o Banco de Dados do Memórias Reveladas acessível, em www.memoriasreveladas.gov.br.

O Memórias Reveladas representa, portanto, um espaço de convergência e difusão de informações, gerenciado pela Instituição, com compartilhamento de ações e responsabilidades com os diversos parceiros da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas Memórias Reveladas, com vista à disponibilização de dados e informações, assim como de documentos digitalizados associados à descrição dos documentos, que viabiliza e subsidia a realização de pesquisas acadêmicas sobre o período da repressão política, ao tempo que fornece provas documentais para defesa de direitos.

Com a criação do Memórias Reveladas, também foi iniciado o processo de consolidação da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas Memórias Reveladas possibilitando, pela primeira vez na área arquivística, enlaces entre instituições e entidades públicas e privadas, assim como pessoas físicas, integradas em rede para intercâmbio de dados, informações e representações digitais de conjuntos documentais de interesse para estudo das lutas políticas e dos movimentais sociais durante as décadas de 1960 a 1980, quando da vigência do Regime Militar no Brasil.

Dessa forma, a Comissão Nacional da Verdade, ao contrário das experiências argentina e chilena, tem a sua disposição uma rede nacional arquivística voltada exclusivamente para os arquivos do regime militar, permitindo que "esses registros informacionais cumpram, por fim, sua função social e promovam o reconhecimento do direito à memória como um dos direitos fundamentais do homem, e que esses mesmos registros estimulem o estudo e a produção de conhecimento sobre este período sombrio de nossa História recente para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça".8

⁸ Jaime Antunes da Silva. "O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas", *Revista Acervo*, v. 21, n. 2, jul./dez. 2008. p. 28.



5 COMENTÁRIOS FINAIS

Conforme apontado anteriormente, as comissões da verdade são órgãos oficiais, ainda que temporários, estabelecidos por um Estado para investigar violações aos direitos humanos que ocorreram em um determinado período histórico. No Brasil, a Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, determinou a criação da Comissão Nacional da Verdade, com o objetivo de apurar violações de direitos humanos ocorridas no período que vai de 1946 a 1988.

A experiência brasileira é singular, pois não há registros anteriores que testemunhem a existência de uma comissão da verdade que tenha sido criada por um Estado tanto tempo depois da ocorrência das violações, sem mencionar que lhe fora determinado que investigasse um período muito longo.

Mas também é especial a posição do Brasil no que se refere aos arquivos da repressão. O nosso país é detentor do maior conjunto documental de origem pública sobre períodos de ditadura, conforme se pode reconhecer pelo volume de documentos públicos produzidos e acumulados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (SISNI), que tinha por órgão central o extinto Serviço nacional de Informações (SNI).

Nesse sentido, a Comissão Nacional da Verdade tem grandes desafios a sua frente, entretanto, há a oportunidade de contribuir para destacar a importância dos arquivos do regime repressivo de 1964-1985. Esses acervos são peça-chave para que se possa identificar e tornar públicas as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos ocorridas no período do regime militar no Brasil.



ANEXO

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

Tabela 1 – nome da comissão, duração, período histórico coberto, forma de

criação.

País	Nome da Comissão	Duração	Período histórico	Forma de criação
Argentina	Comisión Nacional sobre la Desaparicion de Personas	8 meses	1976-1983 (7 anos)	Decreto presidencial
Uganda	Commission of Inquiry into Violations of Human Rights	9 anos	1962-1986 (24 anos)	Edital (legal notice)
Chile	Comisión Nacional para la Verdad y Reconciliación	1 ano	1973-1990 (17 anos)	Decreto presidencial
Chade	Commission d'Enquête sur lês Crimes et Détournements Commis par l'Ex- Président Habré sés co- Auteurs et/ou Complices	1 ano e 6 meses	1982-1990 (8 anos)	Decreto presidencial
El Salvador	Comisión de la Verdad para El Salvador	8 meses	1980-1992 (12 anos)	Acordo de paz sancionado pela ONU
Gana	National Reconciliation Commission	2 anos	1957-1993 (36 anos)	Lei
Timor Leste	Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação	1 ano e 6 meses	1974-1999 (25 anos)	Regulamento da ONU
Peru	Comisión de la Verdad y Reconciliación	1 ano e 11 meses	1980-2000 (20 anos)	Decreto presidencial
Marrocos	Instance Équite et Réconciliation	1 ano	1959-1999 (40 anos)	Decreto real



País	Nome da Comissão	Duração	Período histórico	Forma de criação
Libéria	Truth and Reconciliation Commission of Liberia	2 anos	1979-2003 (24 anos)	Lei
Haiti	Commission Nationale de Vérité et de Justice	1 ano	1991-1994 (3 anos)	Decreto presidencial
África do Sul	Truth and Reconciliation Commission	3 anos	1960-1994 (34 anos)	Lei (act)
Guatemala	Comisión para el Esclarecimiento Histórico	4 anos e 6 meses	1958-1994 (36 anos)	Acordo de paz
Nigéria	Human Rights Violations Investigations Commission	2 anos e 11 meses	1983-1999 (16 anos)	Decreto presidencial
Serra Leoa	Truth and Reconciliation Commission	1 ano 9 meses	1991-2000 (9 anos)	Lei (act)
Uruguai9 Comisión Investigadora sobre la Situación de Personas Desaparecidas y hechos que la motivaron		7 meses	1973-1982 (11 anos)	Lei
	Médias	<1 ano: 3 = 1 ano: 3 > 1 ano: 4 = ou > 2 anos: 6	<10 anos: 4 > 10 anos: 5 = ou > 20 anos: 4 > 30 anos: 3	Lei: 5 Decreto: 7 Outras: 4

 $^{^9\,\}mathrm{Em}$ 2000, foi criada por decreto presidencial outra comissão, denominada Comisión para la Paz.



Tabela 2 – palavras-chave, principais atos documentados, violações não investigadas

investigadas						
País	Palavras-chave	Principais atos documentados	Violações não investigadas			
Argentina	Esclarecer atos relacionados ao desaparecimento de pessoas e, se possível, determinar a localização dos corpos	- Desaparecimentos (sequestros sem o reaparecimento dos corpos)	- Assassinatos - Desaparecimentos temporários (sequestros com o reaparecimento de corpos ou pessoas) - Detenções e torturas - Violência da oposição armada - Violência anterior ao golpe			
Uganda	Genocídio e qualquer ato de omissão que tenha resultado em homicídios, prisões arbitrárias, julgamentos injustos, tortura e deslocamento forçado em razão da raça, tribo, lugar de origem, opinião política, credo ou sexo	- Assassinatos - Prisões ou detenções arbitrárias - Tortura ou tratamento cruel - Discriminação - Negação a direitos fundamentais	- Abusos cometidos por grupos de oposição - Abusos cometidos por forças do governo depois do estabelecimento da comissão			
Chile	Desaparecimento de pessoas após terem sido presas, bem como execuções e torturas que tenha levado à morte em razão da atuação de agentes públicos	- Desaparecimentos - Tortura com resultado morte - Execuções oficiais - Uso de força excessiva com resultado levando à morte - Morte de combatentes e não-combatentes nos conflitos ocorridos logo após o golpe - Assassinatos cometidos por "cidadãos privados por razões políticas"	- Tortura sem o resultado morte - Detenções ilegais sem o resultado morte - Exílio forçado			



Os arquivos da ditadura e a Comissão Nacional da Verdade

El Salvador	Atos de violência cujos impactos na sociedade demandam que o público saiba a verdade	- Massacres por forças armadas - Execuções extrajudiciais por agentes do Estado - Atuação de esquadrões da morte - Desaparecimentos - Tortura por agentes do governo - Assassinatos cometidos por forças de oposição - Sequestros por grupos de oposição	- nenhuma
África do Sul	Violações generalizadas aos direitos humanos, definidas como o assassinato, o sequestro, a tortura e os maus-tratos a qualquer pessoa, bem como a incitação, o instigamento ou a ordem por motivos políticos para que tais atos ocorressem	- Assassinatos - Desaparecimentos - Tortura e abuso - Ataques a países vizinhos visando elementos da oposição - Abusos em campos de detenção - Violência cometida por cidadãos privados por razões políticas	- Deslocamentos forçados - Práticas diárias do <i>apartheide</i>
Guatemala	Esclarecer com toda a objetividade e imparcialidade as violações aos direitos humanos e os atos de violência que estiverem relacionados ao conflito armado e que causaram sofrimento à população guatemalteca	- Genocídio - Massacres e mortes arbitrárias - Desaparecimentos (governo e guerrilha) - Atos de violência dos ricos contra os pobres com o apoio da polícia - Deslocamento forçado de populações - Recrutamento forçado	- nenhuma



F			
Serra Leoa	Violações e abusos aos direitos humanos e à lei internacional relativa aos conflitos armados em razão do conflito em Serra	Deslocamento forçado Detenções arbitrárias, sequestros e amputações Recrutamento de crianças para grupos armados Escravidão sexual de meninas	- nenhuma
Gana	Leoa Estabelecida para ser um preciso e completo registro histórico sobre as violações e abusos aos direitos humanos realizados por	- Assassinatos, sequestros e desaparecimentos - Detenções, tortura e maus-tratos - Desapropriação ilegal de propriedades	- nenhuma
	instituições ou agentes públicos Violações às	- Assassinatos extrajudiciais	
Timor- Leste	regras pertinentes aos direitos humanos, violações à lei humanitária internacional, bem como atos	- Homicídios - Mortes por inanição ou ausência de tratamento médico - Desaparecimentos - Deslocamento forçado - Detenções arbitrárias,	- nenhuma
	criminosos cometidos no contexto do conflito ocorrido no Timor-Leste	maus tratos e tortura - Violência sexual, inclusive contra crianças	



Os arquivos da ditadura e a Comissão Nacional da Verdade

	I	- Assassinatos e massacres	
	A4:4-1		
	Atos imputados a	- Desaparecimentos	
	organizações terroristas,	- Execuções arbitrárias	
	agentes do estado ou	- Tortura e tratamento cruel	- nenhuma
Peru	grupos paramilitares, tais	e degradante	- nemiuma
	como homicídios e	- Violação ao devido	
	sequestros, tortura e	processo legal	
	lesões corporais diversas,	- Sequestros e tomadas de	
	violações aos direitos	reféns	
	coletivos e a graves	- Violência contra crianças	
	violações aos direitos	- Violação de direitos	
	individuais	coletivos	
	Estabelecer, pesquisar,	- Assassinatos, massacres,	
	investigar, arbitrar e fazer	execuções arbitrárias em	
	recomendações a respeito	manifestações populares	
Marrocos	das generalizadas	- Desaparecimentos, tortura,	 atenção
	violações aos direitos	tratamento cruel e	insuficiente
	humanos que ocorreram	degradante, detenção	para
	entre 1956 e 1999,	arbitrária	algumas
	incluindo	 Violação do devido 	minorias
	desaparecimentos,	processo legal	
	prisões arbitrárias,	- Sequestros e tomada de	
	tortura, abuso sexual e	reféns	
	exílio forçado como	 -Violações contra minorias 	
	resultado do uso		
	inadequado do poder		
	público		
	Investigar violações		
	generalizadas aos direitos		
	humanos e violações à lei		
Libéria	humanitária		
Liberia	internacional, bem como	 A comissão ainda está 	- A
	os abusos ocorridos,	trabalhando	comissão
	incluindo massacres,		ainda está
	violações sexuais,		trabalhando
	assassinatos, execuções		
	extrajudiciais e crimes		
	econômicos tais como a		
	expropriação dos		
	recursos naturais e		
	públicos de forma a		
	perpetuar o conflito		
	armado		



Uruguai	Desaparecimentos em razão da repressão e fatos que motivaram o rompimento da ordem	- Desaparecimentos	- Torturas - Detenções arbitrárias - Assassinatos sem o
	legal		desaparecimento dos corpos - Outras violações

Tabela 3 – Número de membros, equipe de apoio, recursos (US\$), total de casos, audiências públicas.

País	Membros	Apoio	Recursos	Total de Casos	Audiências públicas
Argentina	13 (todos nacionais)	60	n/a	8.960 casos de desaparecidos	Não
Uganda	6 (todos nacionais)	5-10	Aprox. \$ 500 mil	608 depoimentos	Sim
Chile	8 (todos nacionais)	60	\$ 1 milhão	3.428 desaparecidos, assassinados, torturados até a morte ou sequestrados	Não
Chade	12-16 (todos nacionais)	n/a	Aprox. \$ 500 mil	3.800 assassinados	Não
El Salvador	3 (todos nacionais)	15-45	\$ 2,5 milhões	22.000 desaparecidos, assassinados, torturados ou sequestrados	Não
Haiti	7 (4 nacionais e 3 internacionais)	50-100	n/a	8.600 vítimas (Aprox. 5.000 testemunhos)	Não



	I		1	ı	
África do Sul	17 (todos nacionais)	300+	\$ 35 milhões	21.000 depoimentos	Sim
Guatemala	3 (2 nacionais e 1 internacional)	200+	\$ 9,5 milhões	42.275 vítimas (assassinadas, desaparecidas, torturadas ou raptadas)	Não
Nigéria	6 (todos nacionais)	12	\$ 450 mil + apoio governam ental	n/d	Sim
Serra Leoa	7 (4 nacionais e 3 internacionais)	70	\$ 6.6 milhões	8.000 declarações de vítimas, testemunhas e implicados	Sim
Timor- Leste	7 (todos nacionais)	30 diretores regionais e equipes	\$ 5.2 milhões	Aprox. 8.000 declarações	Sim
Peru	12 (todos nacionais)	500	\$ 11 milhões	15.000 declarações	Sim
Marrocos	17 (todos nacionais)	200	n/d	22.000 declarações de vítimas e seus familiares	Sim
Libéria	9 (todos nacionais + 3 assessores técnicos internacionais)	n/d	Em execução	Em execução	n/d
Uruguai	9 (todos nacionais)	n/d	n/d	164 desaparecidos	n/d

Fonte: Priscilla Hayner, International Guidelines for the Creation and Operation of Truth Commissions: A Preliminary Proposal, Law and Contemporary Problems, 1997.



GOLPE CIVIL-MILITAR NA PARAÍBA: REPRESSÃO E LEGITIMAÇÃO DE PARTE DA SOCIEDADE CIVIL NO IMEDIATO PÓS-GOLPE

Paulo Giovani Antonino Nunes¹

INTRODUÇÃO

O período do governo do presidente João Goulart foi bastante tenso, com grande radicalização tanto no campo da esquerda como no da direita política. Este presidente tentou conviver entre as várias forças em conflito, ora tendendo para um lado ora para outro. Mas, diante da conjuntura, ele finalmente se decide por uma postura mais esquerdista. É no comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, que João Goulart dá de fato uma guinada para a esquerda. Este comício foi organizado pela CGT e pela assessoria sindical de Goulart e visava demonstrar o apoio popular às propostas de Reforma de Base do governo e pressionar o Congresso Nacional no sentido de que este aprovasse rapidamente os projetos encaminhados pelo Executivo. Neste comício, Goulart anunciou a promulgação de dois decretos, o da nacionalização das refinarias particulares de petróleo e o da desapropriação das propriedades de terras com mais de 100 hectares que ladeavam as rodovias e ferrovias federais e os açudes públicos federais. Também prometeu enviar ao Congresso outros projetos de reformas, como a agrária, a eleitoral, a universitária e a constitucional. Além disso, anunciou que nos próximos dias decretaria algumas medidas em "defesa do povo e das classes populares". Neste seu discurso, Goulart atacou a "democracia dos monopólios nacionais e internacionais", a "associação de classes conservadoras", a "mistificação do anticomunismo", a campanha dos "rosários da fé contra o povo" e os "privilégios das minorias proprietárias de terras".²

Ao mesmo tempo em que ocorria o comício da Central do Brasil, as organizações das mulheres elaboravam manifestações contrárias a realização do mesmo, utilizando-se de símbolos religiosos. Segundo Solange Simões, além de divulgarem na imprensa a ideia de que o

¹ Professor do Departamento de História da UFPB, Campus I, João Pessoa.

² Caio Navarro de Toledo. O governo Goulart e o golpe de 64. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 95.



comício era comunista e totalitário, "organizaram então um protesto silencioso, mas ideologicamente eficaz, pedindo a todas as famílias da Zona Sul do Rio para acenderem uma vela em suas janelas na hora exata do comício". Ao mesmo tempo que se iniciava o referido comício, a entidade que organizava as mulheres em São Paulo, a UFC, rezava o terço na Praça da Sé, pela salvação do Brasil.

Depois do comício da Central do Brasil, as entidades femininas organizaram passeatas de "desagravo do rosário", que, segundo elas, tinha sido ofendida por João Goulart e posteriormente, com o apoio da Igreja Católica e de várias entidades empresariais, as "Marchas da Família com Deus pela Liberdade" foram grandes manifestações contra o governo de Goulart. Também após o referido comício, Castelo Branco fez considerações críticas à situação político-institucional do país e a chamada "Revolta dos Marinheiros". Esta sublevação dos marinheiros e a posterior anistia que lhes foi concedida por Goulart levou a um consenso dos militares contra ele. Para completar o quadro de conflito, Goulart comparece a uma reunião do Automóvel Clube, onde se estava comemorando o aniversário da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar da Guanabara e denunciou, em discurso, as pressões que vinha sofrendo da direita e afirmou que a tentativa de golpe contra seu governo estava sendo financiada pelo imperialismo e pela burguesia.

Finalmente, na madrugada do dia 31 de março, o gal. Mourão Filho, comandante da IV Região Militar de Minas Gerais, ordenou que suas tropas se movimentassem de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, com o apoio do governador de Minas, Magalhães Pinto, e de São Paulo, Adhemar de Barros, e recebeu o apoio do gal. Amaury Kruel, do Rio de Janeiro, que ainda tentou um acordo com João Goulart, para que este se afastasse do CGT, da UNE e de outras entidades "subversivas" que poderiam mantê-lo no poder. Jango recusa, e o golpe é desencadeado. João Goulart resolve não resistir, apesar do apelo de vários de seus

³ Solange Simões. *Deus, Pátria e Família. As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 93.

⁴ No dia 26 de março, mais de 1000 marinheiros e fuzileiros navais reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, para comemorar o segundo aniversário da proibida Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e um contingente de fuzileiros navais, enviado para prender os manifestantes se insubordinaram e se solidarizaram com os revoltosos.



aliados para evitar uma guerra civil no país, e se exila no Uruguai. A direita no Congresso aprova a declaração de vacância do cargo de Presidente da República e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, foi empossado no cargo.⁵

Apesar de o presidente empossado ser o deputado Ranieri Mazzili, quem na verdade dava as diretrizes no governo era o Alto Comando da Revolução, integrado pelo General Arthur da Costa Silva, o Almirante Augusto Radamaker e o Brigadeiro Correia de Mello. Oito dias após o golpe, o referido Alto Comando promulga o Ato Institucional Nº 1 (AI-1), que entre outras coisas, limita os poderes do Congresso Nacional, do Judiciário, e os direitos individuais, lançando as bases para os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) e autorizando a cassação de mandatos parlamentares.

No dia 15 de abril de 1964, o General Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito de forma indireta, por um Colégio Eleitoral, presidente da República, inicialmente para concluir o mandato do presidente deposto, João Goulart. Castelo Branco, através de decreto-lei institui os IMPs, já previstos no AI-1, dando início a chamada "Operação Limpeza". Os referidos inquéritos deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos em atividades "subversivas". ⁶

A chamada "Operação Limpeza" se expressou principalmente através da cassação de mandatos parlamentares, de expurgos na burocracia civil, nas Forças Armadas e na perseguição aos movimentos sociais mais ativos no momento anterior ao golpe. Segundo Alves, "[...] manobras militares de busca e detenção foram conduzidas em universidades, sindicatos, ligas camponesas e nos movimentos católicos de trabalhadores, camponeses e estudantes".⁷

Neste artigo, nos interessa analisar a situação social e política no estado da Paraíba, no momento que antecede o golpe civil-militar no

⁶ Maria Helena Moreira Alves. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

⁵ Caio Navarro de Toledo. O governo Goulart e o golpe de 64, p. 103.

⁷ Maria Helena Moreira Alves. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984), p. 66.



referido estado e a repressão que se abateu sobre alguns setores da sociedade no imediato pós-golpe, enquanto outros setores da sociedade civil procuravam legitimar o novo regime que se instaurava.

1 MOVIMENTOS SOCIAIS E O GOVERNO DE PEDRO GONDIM

O final do período trabalhista⁸ na Paraíba foi marcado por mobilizações dos trabalhadores urbanos e rurais. A intensificação da urbanização, com o avanço do capitalismo no campo, propicia o surgimento de práticas trabalhistas.

Na década de 1960, foi criado, a partir da atuação de vários presidentes de sindicatos, a Comissão Intersindical (COSINTRA), voltada para as reivindicações básicas dos trabalhadores. A partir desta entidade sindical, foi criado o núcleo local do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que passou a acompanhar e dar apoio aos diversos movimentos reivindicatórios e grevistas surgidos no período. Também foi criado o Pacto de Unidade e Ação, tendo como base os sindicatos dos portuários e ferroviários de Cabedelo. Além desse avanço do movimento sindical, outras entidades da sociedade civil passaram a atuar de forma mais reivindicativa, principalmente o movimento estudantil secundarista e universitário, e a Associação Paraibana de Imprensa (API) – esta, a partir do momento que passou a ter uma direção mais progressista, sob a presidência de Adalberto Barreto.

Outro campo de atuação importante das forças nacionalistas e de esquerda foi a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), fundada em 1961, com o objetivo de, inspirada no método Paulo Freire, promover atividades de educação/conscientização junto às camadas populares. Inicialmente, atuou na cidade de João Pessoa e, posteriormente, expandiu-

⁸ Entendemos que trabalhismo é um conceito que explica melhor que populismo o período da política brasileira entre 1945 e 1964, no sentido que busca compreender as ações dos trabalhadores no período e seu apoio ao projeto que buscava atender de alguma forma suas demandas. O governador do estado da Paraíba, Pedro Gondim, apesar de ser originário do PSD, pelo qual foi eleito vice-governador e depois ter sido eleito governador pelo PDC como o apoio dos conservadores da UDN, teve em vários momentos de seu governo uma postura muito próxima das práticas trabalhistas, formuladas e desenvolvidas pelo PTB, principalmente no governo de Vargas e posteriormente no de Goulart.

⁹ Monique Cittadino. *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba*. (1945/1964). João Pessoa: Universitária/UFPB/Ideias, 1998, p. 75.



se para outras cidades do interior do Estado. Foi fundada por estudantes e profissionais da área de educação e assistentes sociais ligadas à JUC (Juventude Universitária Católica). No seu Conselho Deliberativo, estavam representados o movimento sindical, o estudantil, a Igreja Católica, a API, dentre outras entidades. Os comunistas também participam diretamente, principalmente, o teatrólogo Paulo Pontes, que produziu peças, músicas e folhetos para suas atividades. ¹⁰ Porém, apesar do avanço do movimento sindical e popular, quem irá dar o tom das manifestações populares deste período é o movimento camponês, através das Ligas Camponesas.

A "paz agrária" no campo paraibano era garantida pelo jogo entre o Grupo da Várzea, composto, principalmente, pelas famílias Ribeiro Coutinho e Veloso Borges, e pelo Estado, baseado na exploração máxima do campesinato. Era possível detectar a relação entre dono da terra e o Estado, representado na zona de latifúndio pela força policial, sob o comando do delegado. A autoridade, civil ou militar, embora juridicamente designada para garantir a ordem pública, estava a serviço de um dos grupos oligárquicos no poder. O Grupo da Várzea conseguia manter a dominação oligárquica, legitimando o poder político do Estado através do curral eleitoral e do voto de "cabresto".

A questão agrária na Paraíba só passou a ser questionada no final da década de 1950, com as mudanças profundas ocorridas nas relações de produção no interior do sistema latifundiário, que culminaram com a expropriação definitiva do camponês e a sua consequente expulsão da terra. Neste momento, os camponeses começaram a resistir, com a criação das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais.

A origem das Ligas Camponesas na Paraíba está ligada ao rompimento da luta camponesa com o localismo paroquial e o questionamento da estrutura de dominação, representada pelo atrelamento do aparelho governamental ao grupo da Várzea e a própria mobilização dos trabalhadores, através de congressos, e da

¹⁰ Maria das Dores Paiva de Oliveira Porto; Iveline Lucena da Costa Lage. CEPLAR. História de um Sonho Coletivo. João Pessoa: Secretária de Educação e Cultura, 1994, p. 163.



influência das lutas de Pernambuco. 11 A primeira Associação dos Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, criada em 1958, que ficou conhecida como Liga de Sapé, era bastante parecida com a Liga da Galiléia, que deu origem à luta social agrária, apesar de diferenças no modelo organizacional. A Liga de Sapé, a exemplo da Liga do engenho Galiléia de Pernambuco, procurou desvincular-se da identificação com o comunismo, não adotando o nome de Liga e convidando um pequeno proprietário para ser seu presidente, apesar da direção real do movimento estar nas mãos do líder camponês João Pedro Teixeira.

As Ligas espalharam-se rapidamente por várias cidades do Estado, atingindo um total de 15 entidades, com cerca de quarenta mil sócios. A Liga de Sapé foi a maior do Brasil, chegando a contar com 13.000 membros, seguida pela de Mamanguape, com 10.000, apesar de toda repressão do bloco agroindustrial. Começaram a ser estabelecidas relações entre o campesinato paraibano e o mundo urbano da Capital, passando as Ligas a receberem apoio de parte da imprensa, de parlamentares progressistas, da Frente de Mobilização Popular, do Centro de Educação Popular (CEPLAR), de segmentos da Igreja, de estudantes, das esquerdas e até de elementos liberais da classe média. A divergência interna presente no movimento em Pernambuco entre os seguidores de Francisco Julião e os do PCB também se fazia presente na Paraíba. As Ligas na Paraíba se dividiam entre a liderança dos "julianistas", Elizabeth Teixeira e Antônio Dantas, e dos militantes do PCB. Mas o PCB era majoritário na Paraíba, o que facilitou a tese de adesão à sindicalização no campo, defendida por este Partido.

A criação das Ligas Camponesas na Paraíba gerou uma violenta reação de parte dos grandes proprietários. Não satisfeitos com a "petulância" dos camponeses, que ousavam se organizar para lutar por seus direitos, reagiram de forma mais violenta do que a usual no trato com os camponeses, usando a repressão e a violência contra as manifestações. Os latifundiários usaram métodos para intimidar os camponeses. Apelaram para argumentos "sutis" de persuasão, tais como: a ameaça de expulsão das terras; agressões e atentados de morte; cooptação de lideranças e sua transferência para outras regiões; intimidação através da realização de manobras militares em áreas de

11 Cezar Benevides. *Camponeses em Marcha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.p. 32.



conflito, com o uso da violência efetiva, sob diversas formas: espancamentos, invasão e destruição das residências, prisões irregulares e, por fim, assassinatos de lideranças. Também, tornou-se comum a criação de milícias particulares, fortemente armadas, no interior das propriedades, em áreas socialmente críticas.

A escalada da violência teve início no Engenho Miriri, localizado entre os municípios de Sapé e Mamanguape, após um conflito entre membros da Liga e proprietários, que resultou na morte do líder camponês Alfredo Nascimento. Em seguida, houve o assassinato do líder da Liga de Sapé, João Pedro Teixeira. Este crime teve repercussão a nível nacional. Foi acusado de mandante do crime o senhor Aguinaldo Veloso Borges, sexto suplente de deputado estadual, que, após uma manobra promovida pelo deputado Joacil Pereira de Brito, na Assembleia Legislativa, assumiu o mandato e passou a gozar de imunidade parlamentar. ¹³

Foram registrados vários casos de espancamentos e mortes de lideranças das Ligas e camponeses a elas ligados. Em diversos momentos, os camponeses reagem às agressões recebidas, desencadeando um processo de enfrentamento que culminou com a ocorrência de vítimas, tanto entre os camponeses, quanto entre as milícias dos proprietários, como foi o caso do confronto que ficou conhecido como "Chacina de Mari". Lestas violências chegaram ao auge após o Golpe de 1964, que resultou no total desmantelamento do movimento camponês.

¹² Bernadete W. Aued. Vitória dos Vencidos. Partido Comunista Brasileiro – PCB e Ligas Camponesas (1955-64). Florianópolis: Universitária/UFSC, 1986, p. 25 e 50.

A Coligação Nacionalista Libertadora (UND e PL) elegeu onze deputados estaduais na eleição de 3 de outubro de 1958. Destes, um licenciou-se, dando lugar a que os cinco primeiros suplentes assumissem e, em seguida, entrassem de licença, até que chegou a vez dos sexto suplente, Aguinaldo Veloso Borges assumir. A trama ficou evidenciada pela Ata da Assembleia Legislativa do Estado do dia 11 de abril de 1962: "Expediente Requerimentos: Do Deputado Clóvis Bezerra requerendo 31 dias de licença para tratamento es aúde. Do Deputado Flaviano Ribeiro, no mesmo sentido. O Sr. Presidente informa que está na ante-sala desta Assembleia o Suplente Aguinaldo Veloso que foi convocado por esta Assembleia e vem assumir o mandato". (apud Cezar Benevides. Camponeses em Marcha, p. 99).

p. 99).

¹⁴ Conflito entre um administrador de fazenda, vigias e policiais arrebanhados de um posto policial de Santa Rita, e camponeses, que resultou em oito mortos, entre as quais o administrador da Usina São João e o presidente da Liga Camponesa de Mari, Antônio Galdino.



O governo de Pedro Gondim, iniciado de forma interina em 1958 e depois continuado através de eleições em 1960, representou o auge do trabalhismo na Paraíba. Durante o período inicial de seu segundo governo (1961-1965), Pedro Gondim permaneceu fiel aos princípios trabalhistas, pelos quais foi eleito. Frente à crescente mobilização camponesa, no início dos anos sessenta, manteve uma posição de tolerância e compreensão, sem chegar a estimular ou apoiar às ações mais radicais. Também se percebe, nos seus pronunciamentos sobre a questão agrária no Nordeste, uma identificação com as reivindicações dos trabalhadores rurais, por ele consideradas legítimas, e de condenação da estrutura agrária então vigente.

No final de 1963, as crescentes mobilizações dos setores reformistas e de esquerda levaram a uma ruptura com o trabalhismo "gondinista". Três acontecimentos levaram a um afastamento entre as forças populares e de esquerda e o governo Gondim. Primeiro, uma manifestação de estudantes secundaristas e universitários contra o desrespeito à lei da meia passagem, que foi reprimida pela polícia; segundo, a tragédia de Mari e, por fim, a invasão da Faculdade de Direito. Estas ocorrências são um marco decisivo do esgotamento "gondinista", que se consubstancia no afastamento do governador das forças populares e de esquerda do Estado e no seu aprisionamento absoluto às classes conservadoras.

Esta posição do governo Gondim deve ser analisada, tendo-se em vista a composição que o elegeu, assim como a sua disposição para governar no centro dessas forças políticas. Pois, por um lado, ele foi eleito com o apoio da UDN, partido de feições conservadoras, que, naquela conjuntura, não tinha como suplantar sua popularidade e terminou apelando para uma aliança, como forma de chegar ao poder. E como

-

¹⁵ Segundo cobertura da imprensa na época, a invasão foi liderada pelo deputado Joacil Pereira de Brito e pelo estudante Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, com o objetivo de desalojar da Faculdade estudantes que protestavam contra a vinda do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, à Paraíba. In: "Grupo anti-lacerdista promoveu, sem motivo, desordens em João Pessoa, *Diário de Pernambuco*, 05 de março de 1964. (Cláudio José Lopes Rodrigues. *Alienados e Subversivos*. A Aventura Estudantil (1950-1999). João Pessoa: Ideia, 2000, p. 15). O ex-deputado Joacil de Brito Pereira nega que tenha invadido a Faculdade. Ver, Joacil de Brito. "Eu não invadi a Faculdade". In: Nonato Guedes. et al. (Orgs). *O jogo da verdade*. Revolução de 64 30 anos depois. João Pessoa: A União, 1994, p. 273-275.



Gondim, após sair do PSD, não dispunha de uma máquina partidária capaz de assegurar sua vitória, aceita o apoio udenista. Mas, mesmo contando com o apoio da UDN, Gondim não poderia prescindir do apoio das forças populares e de esquerda, que se tornaram a base de sua campanha e que desempenharam um papel significativo na fase inicial de seu governo. Assim, dentro desse pacto trabalhista, ele fica contido entre duas forças antagônicas que, progressivamente, reforçaram a pressão sobre ele, tornando a manutenção do pacto impossível, o que levou à sua ruptura e a uma tomada de posição favorável às forças conservadoras.

A guinada do governo, no sentido de sua vinculação definitiva com os grupos conservadores, já se mostra nas consequências do episódio de Mari, em que o Governador, além da medida de praxe representada pela abertura de um inquérito para identificação dos culpados, procede à montagem de um forte esquema de repressão aos camponeses, enviando para os locais de maior tensão um forte aparato policial comandado pelo coronel Luiz de Barros. ¹⁶ O governo também fez alterações no aparato policial, tentando reforçar a comunhão que se estabeleceu entre o Governo do Estado e os representantes das Forças Armadas no Estado, após os desdobramentos dos conflitos de Mari e da Faculdade de Direito, não permitindo qualquer tentativa de realização de manifestações contestatórias em João Pessoa e em outras localidades.

Estas mudanças de postura do governo Gondim são claros indicativos do novo direcionamento político adotado. Muito mais do que apenas o reforço das vinculações com as classes conservadoras, o que se percebe, a partir desse posicionamento do governador, é o estabelecimento, anteriormente ao 31 de março, de uma franca sintonia do Governo do Estado com os interesses e com o pensamento das Forças Armadas.

Enquanto Pedro Gondim se aproximava das forças golpistas, dava-se, ao mesmo tempo, um avanço das forças de direita no sentido de conspiração e de sua organização e reação contra as mobilizações das forças de esquerda, ocorridas antes de 1964. Os proprietários rurais organizaram-se na Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), que

¹⁶ Um dos mais temidos repressores dos movimentos sociais da Paraíba, posteriormente, durante o regime militar, foi eleito deputado estadual.



Golpe civil-militar na Paraíba: Repressão e legitimação de parte da sociedadecivil no imediato pós-golpe

ficou conhecida como LILA (Liga dos Proprietários). Esta entidade exercia uma atividade paramilitar, voltada para a defesa das suas propriedades privadas.

A articulação do golpe de 64 na Paraíba contou com a participação conjunta dos setores civis e militares, membros da UDN, do PSD e jornalistas. Nada indica que o Governo do Estado, a princípio articulado com as práticas trabalhistas, tenha tido alguma participação na conspiração golpista, apesar da sintonia de interesses e de ação que já vinha se manifestando entre o governador e a guarnição federal da Paraíba. O mais provável é que ele tenha sido tomado de surpresa. Além disso, também não tinha uma posição definida, nem tampouco homogênea, a ser assumida, já que parte do seu secretariado defendia o rompimento com o Governo Federal e a adesão imediata ao golpe, e outra parte pretendia a adoção de uma posição em apoio a João Goulart. 17

No dia do golpe, Gondim sofreu pressão dos militares para aderir, contudo só tomou sua posição no dia seguinte, com a chegada do líder do governo à Assembleia, Antônio Vital do Rêgo. A partir deste momento, percebendo a irreversibilidade do movimento militar, a fragilidade das forças "janguistas" e, principalmente, a importância do momento para sua sobrevivência política, Pedro Gondim, com a colaboração de Antônio Vital do Rêgo e de seu secretário Sílvio Porto, elabora uma nota de apoio ao movimente golpista, que foi lida pelo governador na rádio estatal, a Tabajara, no dia 1° de abril. Afirma Gondim, na referida nota:

Não posso e não devo, neste instante de tanta inquietação nacional, deixar de definir minha posição, na qualidade de governador dos paraibanos.

Reafirmo, preliminarmente, todos os pronunciamentos que expendi em favor das reformas essenciais, por saber que elas constituem instrumentos legais de adequação aos novos problemas do povo. E neste sentido nunca faltei com o meu estímulo e apreço ao governo central.

¹⁷ Monique Cittadino. *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba*. (1945/1964), p. 100.



Os últimos acontecimentos, verificados no Estado da Guanabara, envolvendo marinheiros e fuzileiros navais, denunciaram, porém, inequívoca e grave ruptura na disciplina em destacado setor das classes armadas, com desprezo às linhas hierárquicas e completa alienação às prerrogativas da autoridade, sustentáculo autêntico da segurança nacional.

O movimento que eclodiu nestas últimas horas em Minas Gerais, com repercussão em outros Estados, não é mais nem menos do que a projeção de acontecimentos anteriores, numa tentativa de recolocar o país no suporte de sua estrutura legal, propiciando clima de tranquilidade — indispensável ao processo desenvolvimentista que vivemos.

O pensamento político de Minas Gerais, hoje como em 1930, identificou-se com a vocação histórica do povo paraibano que deseja, neste episodio e sobretudo, o cumprimento das liberdades públicas, consubstanciadas na defesa intransigente do regime democrático. ¹⁸

Esta decisão garantiu-lhe não apenas a sua permanência à frente do Governo do Estado, como a preservação de sua liberdade, pois, se a decisão tivesse sido outra, ele, provavelmente, teria sido deposto e preso. A partir daí, a adesão de Gondim à "revolução" se dará de forma absoluta e inquestionável.

2 A REPRESSÃO NO IMEDIATO PÓS-GOLPE

O golpe militar também tomou de surpresa as forças de esquerda da Paraíba. Na noite de 31 de março, após as notícias da eclosão do golpe, chegou a ser iniciado um comício no bairro de Cruz das Armas, promovido por entidades ligadas à esquerda — Partido Comunista, CGT, Pacto de Unidade e Ação e Federação das Ligas Camponesas — que foi dissolvido pelas tropas federais. Outra tentativa de reação se deu na cidade de Rio Tinto, onde camponeses e operários, através do sindicato e das Ligas Camponesas e contando com o apoio do prefeito, tomaram a

¹⁸ Apud José Octávio de Arruda Melo. 1964 no mundo, Brasil e Nordeste. João Pessoa: UNIPÊ, 2004, p. 135-36.



Golpe civil-militar na Paraíba: Repressão e legitimação de parte da sociedadecivil no imediato pós-golpe

fábrica de tecidos, paralisando suas atividades e isolando os pontos estratégicos da cidade com arame farpado, mas a Polícia Militar reprimiu o movimento e prendeu o prefeito. Em Sousa, o prefeito Antônio Mariz realizou um comício em praca pública e também foi preso. Em Campina Grande, o prefeito Newton Rique deu declarações dizendo-se contrário ao golpe, sendo depois cassado. A partir daí, as forças golpistas dominaram totalmente a situação. A API foi invadida pelo Exército; a CEPLAR também foi invadida por civis engajados no golpe. Foram registradas 178 prisões efetuadas no setor urbano e 172 prisões de trabalhadores rurais e camponeses. Houve o aniquilamento das Ligas Camponesas. A repressão no meio rural, além de ser feita pela Polícia Militar e pelo Exército, contou com a colaboração de capangas e das milícias particulares dos proprietários rurais. A sociedade civil com um todo apoiou o golpe militar. Os jornais publicaram notas de apoio às Forças Armadas, de vários sindicatos e associações. A Assembleia Legislativa, através de seu presidente Clóvis Bezerra (UDN), apoiou de imediato o golpe e a Câmara Municipal de João Pessoa, também. Ambas as casas legislativas, antecipando-se às determinações estabelecidas pelo Governo Federal através do AI-1, procederam à cassação dos mandatos de parlamentares supostamente envolvidos com atividades e ideologias consideradas subversivas.

A Assembleia Legislativa, através de projeto do deputado Joacil de Brito Pereira, cassou inicialmente os deputados Assis Lemos e Lagstein de Almeida e dos suplentes, Figueiredo Agra e Agassiz Almeida, por unanimidade.

[...] com 29 deputados em plenário a Assembléia Legislativa decretou, ontem, à tarde, em sessão, extraordinária, (por unanimidade) a cassação dos mandatos dos srs. Assis Lemos e Lagstein de Almeida – titulares das cadeiras – Figueiredo Agra e Assis de Almeida, suplentes. Todos quatro pertencentes a legenda do Partido Socialista Brasileiro e incursos nas sansões previstas em artigos do regimento interno da 'Casa de Epitácio Pessoa'. 19

¹⁹ O Norte, 11/04/1964.



Já a Câmara de João Pessoa cassou o mandato do vereador Antônio Augusto Arroxelas. Segundo o presidente da Câmara Cabral Batista, "após várias reuniões secretas, os vereadores resolveram por uninimidade cassar o mandato do vereador Antônio Augusto de Arroxelas Macêdo, em face do mesmo ter infrigido o artigo 48 da Constituição Federal e o artigo 4º do Regimento interno da casa" ²⁰. Também foram cassados os suplentes José Gomes da Silva, conhecido como Zé Moscou, e Leonardo Leal.

Também a Câmara de Vereadores de Guarabira, no brejo paraibano, cassou o mandato de um parlamentar, acusado de subversão.

A Câmara Municipal, desta cidade, em sessão especial realizada no dia 1 do corrente, depois de várias investigações, cassou por unanimidade de votos, o mandato do suplente de vereador José de Andrade Melo, mas conhecido por José Vieira, [sic] da legenda do Partido Social Democrático, acusado de atividades subversivas. José de Andrade Melo encontrava-se detido no Quartel do 15º Regimento de Infantaria, em João Pessoa, tendo sido libertado há poucos dias.²¹

O setor estudantil também foi muito perseguido. As direções das entidades estudantis, tanto secundaristas como universitárias, sofreram intervenções. Também houve perseguição a professores universitários e expurgos no aparelho estatal. O reitor da Universidade Federal da Paraíba, professor Mário Moacyr Porto, foi afastado do cargo, em seu lugar foi nomeado como interventor o professor de Medicina e ex-oficial do Exército, Guilardo Martins Alves, que depois foi eleito pelo Conselho Universitário, onde exerceu mandatos sucessivos até o ano de 1971.

Apesar de a repressão ter se estendido a vários setores da sociedade, ela se fez mais forte sobre as Ligas Camponesas, que eram consideradas uma afronta aos grandes proprietários de terra e uma ameaça de subversão da ordem.

-

²⁰ O Norte, 04/04/1964.

²¹ Correio da Paraíba, 05/05/1964.



O deputado estadual Assis Lemos, presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, foi preso no Recife, no dia 6 de abril de 1964, quando tinha ido prestar apoio a uma possível resistência do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e, após vê a impossibilidade de resistir, se encontrava hospedado na residência do ex-deputado paraibano Osmar de Aquino. Segundo Lemos, em relato no seu livro, "Nordeste. O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64", após sua prisão:

Puseram-me numa Rural Willys [...] e foram me espaçando até o Quartel General, no Parque 13 de Maio, em Recife. Pararam no caminho e discutiram se deveriam ou não, levar-me até a praia, para uma sessão de afogamento. Felizmente desistiram.²²

Posteriormente, o deputado Assis Lemos foi trazido para João Pessoa, para o Quartel do 15° RI, segundo ele, neste percurso, as pessoas que estavam no carro que iriam transportá-lo juntamente com o Coronel Hélio Ibiapina:

Iam discutindo qual o melhor caminho a tomar, e resolveram seguir em direção ao bairro de Macaxeira, na periferia de Recife. Quando ultrapassaram aquele bairro, o 'muluto' disse: 'Coronel, prá que levarmos este bandido prá Itabaina, quando podemos resolver aqui mesmo? O senhor está cansado e a viagem é longa'. O Coronel concordou e o motorista procurou uma estrada do lado direito da rodovia de Recife, em direção a João Pessoa. Parou o veículo e desceram. Fiquei com o motorista que me apontava um revolver, calibre 45. Logo, em seguida a um sinal de Ibiapina, o motorista mandou que tirasse a roupa ficando eu totalmente nu. Tiraram as cordas e os ferros di jipe, e me levaram a um matagal. Havia apenas uma casa, a cerca de 200 metros.

Numa árvore, instalaram o 'pau-de-arara', e me colocaram nele. Começaram a espancar-me, com tapas nos ouvidos — a famoso telefones — enquanto o Ibiapina interrogava-me

²² Francisco de Assis Lemos. *Nordeste. O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64*. Londrina: UEL/UFPB, 1996, p. 218.



sobre as armas vindas de Cuba. Respondi que não tínhamos armas e desconhecia totalmente que Cuba as houvesse enviado [...] Sob o pretexto de que estivesse ocultando alguma informação, colocaram-me um jornal no ânus e tocaram fogo. Era um tipo de tortura chamado de 'foguete' ou 'charuto cubano'.²³

Apesar das torturas, Assis Lemos ainda teve a sorte de sair com vida, depois de cumprir prisão na Ilha de Fernando de Noronha. Mas o mesmo não aconteceu com outros dirigentes das Ligas Camponesas na Paraíba, com foi caso de João Alfredo, onhecido como "Nêgo Fuba", e Pedro Inácio de Araújo, conhecido como "Pedro Fazendeiro".

João Alfredo era sapateiro e camponês, militante do PCB. Foi organizador das Ligas de Sapé (PB). Antes de 1964, esteve preso em várias ocasiões devido o seu trabalho político com os camponeses. Nas eleições municipais de 1963, foi eleito o vereador mais votado do município de Sapé. Logo após o golpe foi preso, torturado e ficou detido até setembro de 1964. Pedro Inácio de Araújo era trabalhador rural, também era filiado ao PCB, militou em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Antes de 1964, sofreu ameaças de morte por parte dos latifundiários da região, tendo, em 1962, levado um tiro na perna. Foi vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé e membro da Federação das Ligas Camponesas. Foi preso no dia 08 de maio de 1964 pelos órgãos de repressão e levado para o 15º Regimento de Infantaria, João Pessoa, onde foi torturado. Ambos foram soltos do 15º Regimento de Infantaria do Exército, em João Pessoa (PB) no dia 07 de setembro de 1964 e nunca mais foram vistos. Tempos depois, dois corpos carbonizados apareceram na estrada que liga João Pessoa a Caruaru. De acordo com testemunhas, seriam os corpos de João Alfredo e Pedro Inácio de Araújo. São dados como desaparecidos.²⁴

Logo após a soltura e o desaparecimento de ambos, a esposa de Pedro Fazendeiro, Maria Julia de Araújo, fez uma denúncia, através de carta ao *Jornal Correio da Manhã*, que foi publicada no jornal e

²³ Francisco de Assis Lemos. *Nordeste. O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64*. p. 220-21.

golpe de 64, p. 220-21.

²⁴ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 69-70.



Golpe civil-militar na Paraíba: Repressão e legitimação de parte da sociedadecivil no imediato pós-golpe

posteriormente no livro "Tortura e Torturadores" de Marcio Moreira Alves. Dizia a referida carta:

O meu esposo, Pedro Inácio de Araújo, conhecido por Pedro Fazendeiro, como delegado das Ligas Camponesas da Paraíba nunca foi comunista somente porque lutava em benefício dos camponeses sofredores nas Uzinas nus engenhos e latifúndios. Porque somos agricultores também, por isso dr. redator meu esposo foi preso no dia 8 de maio pelo Exército. O Grupamento de Engenharia libertou ele no dia 16 de junho por não curpa formada não houve prizão preventiva, porém os inquéritos a esta altura passou a responsabilidade do major Cordeiro do 15 R. I. e este prorrogou a detensão dele pro mais 20 dias e depois mais 20; e assim sucedeu até 7 de setembro. Quando fui visitar ele no dia 10 de mesmo mês de setembro fui informada no quartel que ele avia sido sorto a 3 dias e o resultado é que procurei ele em todos os quartéis: de Natal, Recife, João Pessoa, não tendo notícia de espécie nem uma toda apreensiva com o desaparecimento de misterioso. Passo muita fome com meus cinco filhos menores que choram o desaparecimento do pai o comentário do povo é que ele foi assassinado. Confiu em Deus nas autoridades superiores e em V. Excia. E no dinamismo deste grande e combativo jornal que o desaparecimento de meu esposo chegará até aos ouvidos do Sr. Presidente da República e do Ministro da Guerra.²⁵

Sobre o referido caso, mesmo o deputado Joacil de Brito Pereira, figura civil ativa no golpe civil-militar de 1964, na Paraíba, e ferrenho adversário da Ligas Camponesas protestou na Assembleia Legislativa, de acordo com matéria divulgada na imprensa.

Depois de afirmar que é a sua formação moral e cristã e os seus sentimentos humanitários que impõem, traga ao conhecimento da Assembléia Legislativa e às autoridades federais a carta que lhe foi dirigida por vários estudantes pedindo esclarecimentos sôbre o paradeiro dos ex-líderes camponeses Pedro Fazendeiro e Nêgo Fubá, desaparecidos que estão lá mais de três meses, o deputado Joacil

.

²⁵ Marcio Moreira Alves. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Cidade Nova, 1966, p. 212.



Pereira (UDN) clamou, em nome do próprio mandato, que o govêrno do Estado manda instaurar inquérito urgentemente, a fim de descobrir a verdade e dá-la ao conhecimento público, e às autoridades federais para que não fique comprometida a honra da Revolução.²⁶

Posteriormente, o referido parlamentar se referiu ao caso em suas memórias:

Corria a versão de que, naquela noite, avisaram a polícia que eles iam sair da prisão. E policiais os teriam pegado, levando-os para lugar ermo, onde os eliminaram. As autoridades militares apresentaram provas de seus registros de que os dois campônios foram soltos. Mas inquérito não abriram. Nem tão pouco na área do Governo do Estado se tomou qualquer providência. Até hoje esses homens não apareceram.²⁷

Diante da repressão instaurada, militantes do projeto nacionaldesenvolvimentista e bastante atuantes nos movimentos sociais do estado, procuram se desvincular do epíteto de comunista, como aconteceu com o deputado estadual cassado pela Assembleia Legislativa Langstein Almeida, que preso em Fernando Noronha, buscou provar que não era comunista, conforme carta escrita ao deputado Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, pedindo que encaminhasse provas neste sentido.

Prezado deputado Marcus Odilon:

Estou-lhe escrevendo da ilha de Fernando de Noronha. [..] Quem lhe está entregando esta carta é o major Aquino, encarregando do inquérito militar. Ésse ilustre militar me ouviu aqui, na ilha, e a êle pedi para juntar ao inquérito provas materiais de que não sou comunista. Éle, desejoso de apurar a verdade, concedeu-me êste direito. Neste sentido, peço-lhe pedir a papai que faça chegar às mãos do presidente do inquérito os seguintes documentos: discurso publicado no Correio da Paraíba, mais ou menos dia 22 ou 23 de dezembro de 1963; uma opinião minha sôbre

²⁶ Correio da Paraíba, 17/12/1964.

²⁷ Apud Francisco de Assis Lemos. *Nordeste. O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64*, p. 254.



Golpe civil-militar na Paraíba: Repressão e legitimação de parte da sociedadecivil no imediato pós-golpe

reforma agrária publicada no Diário da Borborema; a nota de expulsão do PSB, mais ou menos, publicada entre os meses de setembro e outubro de 1963 e mais algum fato que tenha sido publicado. Confirmo ao prezado homem público que a verdade me fará sorrir finalmente. Estou tranquilo, porque a revolução não foi feita para alimentar ódios políticos, senão para impor à pátria uma nova ordem. Ninguém me fará ser comunista à fôrça. Reagirei, amparado no meu passado, contra essa marca indevida. Creio profundamente que as Fôrças Armadas não me condenarão sem provas cabais. E isto é o bastante para que permaneça tranquilo e sereno esperando a hora de meu julgamento pelas autoridades. Aqui, deixo-lhe meu abraço histórico e meus agradecimentos antecipados.

Fernando de Noronha - 11 - maio – 1964.²⁸

Com a "cultura do medo" que foi se instalando, adversários políticos em espaços regionais procuravam incriminar seus desafetos Junto Às autoridades militares tachando-os de subversivos, como atesta essa matéria da imprensa, de um fato acontecido na cidade de Antenor Navarro.

Mais livros subversivos foram encontrados no telhado da Prefeitura Municipal, desta cidade. Comenta que esses livros são colocados no telhado da Prefeitura Municipal, por adversários do prefeito, que procuram implicá-lo perante as autoridades do IV Exército. Acrescentam que a Câmara Municipal desta cidade irá se reunir dentro de poucos dias para solicitar do comandante da Guarnição Federal em João Pessoa, a instauração de um inquérito para apurar a procedência dos livros, encontrados no telhado da Prefeitura.²⁹

Ainda dentro dessa perspectiva também se aproveitava de qualquer fato que pudesse indicar relações de pessoas com membros do Partido Comunista ou mesmo do governo deposto para tentar incriminá-lo junto aos militares.

-

²⁸ Correio da Paraíba, 14/05/1964.

²⁹ Correio da Paraíba, 01/05/1964.



Com um exemplar da revista "Fatos & Fotos" o deputado Sósthenes Pedro disse que adversários seus exploravam uma foto publicada naquela revista, em que êle aparecia em um palanque juntamente com o sr. Luiz Carlos Prestes. Esclareceu a sua participação, mas tem tempos idos, como repórter de "O Globo". Ainda na tribuna exibiu e leu documento fornecido pelo Coronel Comandante do 15 RI em que diz nada constar no Quartel contra o sr. Sósthenes Pedro. 30

Na Paraíba, a exemplo do que aconteceu em todo Brasil, várias pessoas também foram denunciadas nos Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) instaurados em meados de abril de 1964, sob o comando do Major Ney de Oliveira Aquino – políticos, lideranças sindicais urbanas e rurais, funcionários públicos etc. – acusadas de subversão e ligações com o Partido Comunista Brasileiro.

Os parlamentares paraibanos cassados após o golpe, foram praticamente todos denunciados nos referidos Inquéritos, como foi o caso dos deputados estaduais: Assis Lemos, Langstein de Almeida e os suplentes, Figueiredo Agra e Agassis de Almeida, além do vereador pessoense, Antonio Augusto Arroxelas e do suplente, José Gomes da Silva, como podemos verificar na denúncia feita pelo Major Ney ao auditor da Sétima Região Militar, em Recife.

Francisco de Assis Lemos de Sousa, brasileiro, com 35 anos, [...] liderava uma das correntes no Movimento Camponês no Estado, admitindo-se que era executor da política camponesa do Governo João Goulart. [...] É acusado de ser promotor ou, pelo menos, o autor intelectual de invasões de propriedades e depredações.

Langstein de Amorim Almeida, brasileiro, 27 anos, [...] participou de uma reunião conjunta do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Frente de Mobilização Popular (FMP) destinada a articular um movimento de pressão ao Governo do Estado. Segundo depoimentos comprometeuse a trazer camponeses de Campina Grande para participar do movimento. Era atuante.

³⁰ Correio da Paraíba, 21/04/1964.



Golpe civil-militar na Paraíba: Repressão e legitimação de parte da sociedadecivil no imediato pós-golpe

Antonio Figueirêdo Agra, brasileiro, com 28 anos [...] Este denunciado, comunista atuante, participou de reunião conjunto no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Frente de Mobilização Popular, realizada em 24 de fevereiro de 1964, destinada a articular um movimento cuja finalidade era pressionar o Governo do Estado, tendo apresentado a proposta de realização de um acampamento na frente do Palácio do Governo. [...] Era esquerdista que pugnava sem descanso pela implantação das Forças Subversivas no Estado.

Agassis de Amorim e Almeida, brasileiro, com 28 anos, [...] cooperou na coleta de assinaturas em listas do Partido Comunista Brasileiro, com a finalidade de obter sua legalização. Solidarizou-se com manifestação subversiva realizada na Faculdade de Direito, em 3 de março de 1964, consoante telegrama incluso nos autos do IPM que instrui esta denúncia. Era um comunista que defendia com ardor o Partido.

Antonio Augusto Arroxelas de Macedo, brasileiro, com 25 anos, [...] participou de manifestação subversiva realizada na Faculdade de Direito, em 3 de março de 1964, que produziu alteração da Ordem Pública. Compareceu a reunião conjunta do Comando Geral dos Trabalhadores e Frente de Mobilização Popular, em 23 de fevereiro de 1964, cuja finalidade era articular um movimento de pressão ao Governo do Estado.

José Gomes da Silva, brasileiro, com 42 anos, [...] Sublocava uma dependência de seu escritório para instalação e funcionamento do "Centro de Estudos Sócio-Economico da Paraíba, nome falso do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro, em cujo local foi apreendido farta documentação que não deixa margem a dúvida quanta à natureza das atividades do referido "Centro". Foi ele, denunciado, o instigador da greve geral deflagrada em Rio Tinto, na madrugada de 1º de Abril sob o pretexto de apoio ao Governo João Goulart. Era atuante. 31

³¹ Inquérito Policial Militar. Acervo do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba: História e Memória. Centro de Educação/UFPB.



Também foram denunciadas lideranças das Ligas Camponesas, como João Alfredo Dias e Elizabeth Teixeira, do movimento sindical urbano, como Luis Hugo Guimarães e Antonio Fernandes de Andrade, e do movimento estudantil, como José Rodrigues Lopes.

João Alfredo Dias, brasileiro, com 32 anos [...] Era um agitador. Desempenhava a função de Orador da Liga Camponesa de Sapé, incitando todos a subversão. [...] Dizse, abertamente, que fizera cursos de guerrilha na União Soviética e na China, ministrando, em Sapé, essas instruções aos camponeses. Sem qualquer dúvida, era um comunista atuante, agitador violento, a serviço do Comunismo Internacional.

Elizabete Altina Teixeira, brasileira, 39 anos, [...] era Presidenta da Liga Camponesa. Assinou como tal uma proclamação de conteúdo altamente subversivo. Participou das atividades da Liga Camponesas da Paraíba, como Presidenta da Liga de Sapé. [...] era comunista convencida.

Luis Hugo Guimarães, brasileiro, com 39 ano, [...] exercia as funções de presidente do Comando Geral dos Trabalhadores Estadual [...] Era atuante, a serviço do Partido Comunista Brasileiro, do qual fazia parte como presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Antonio Fernandes de Andrade, brasileiro, casado, com 39 anos, [...] participou em 1º e abril de 1964 da deflagração de uma greve geral na cidade de Rio Tinto, Paraíba, na qualidade de Prefeito e Presidente do Sindicato, tendo inclusive ocasionado a paralização de serviços públicos. Era comunista exaltado.

José Rodrigues Lopes, brasileiro, 26 anos [...] Era conhecido por "José Sabino", como Presidente da União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP) participou de uma manifestação subversiva realizada na Faculdade de Direito, em 3 de março de 1964, que produziu alterações na Ordem Pública. Compareceu a reunião do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro realizada em 14 e 15 de setembro de 1963, conforme ata de reunião



Golpe civil-militar na Paraíba: Repressão e legitimação de parte da sociedadecivil no imediato pós-golpe

apreendida e vários depoimentos. Na sua gestão, como Presidente da UEEP, foi emitida uma "Declaração de Princípios" que contém manifestações de apoio as Repúblicas Populares e ao Comando Geral dos Trabalhadores e outros "princípios" nitidamente comunistas 32

3 LEGITIMAÇÃO DE PARTE DA SOCIEDADE CIVIL AO NOVO REGIME

Enquanto os setores de esquerda sofriam repressão, outros setores da sociedade civil passam a dar apoio ao novo governo, por exemplo, a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, através de seu presidente, o deputado Clóvis Bezerra, congratulou-se com os chefes militares do IV Exército e da guarnição João Pessoa pela derrubada do governo constitucional de Goulart, enviando a seguinte mensagem telegráfica:

JOÃO PESSOA – General Justino Alves Bastos – Comandante do IV exército – Recife – A Assembléia Legislativa da Paraíba firme na atitude que assumiu desde os primeiros momentos ao lado do esquema democrático partido de Minas, congratula-se com vossência pela brilhante vitória das Forças Armadas pacificando segundo a melhor tradição do Grande Caxias a família brasileira livre agora de ameaça comunista. Digne-se o eminente compatriota em estender aos chefes vinculados a esse Comando os aplausos cívicos e veemênte dos legisladores paraibanos. Saudações – Clóvis Bezerra Cavalcanti – Presidente.³³

Quem também envia telegramas as autoridades se congratulando com a vitória do golpe militar é a alta hierarquia da Igreja católica na Paraíba, através de seu arcebispo Dom Mario de Miranda Villas Boas, fato noticiado pelo jornal da diocese *A Imprensa*, no dia 06 de abril de 1964.

³² Inquérito Policial Militar. Acervo do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba: História e Memória. Centro de Educação/UFPB.

³³ O Norte, 04/04/1964.



Exprimindo os sentimentos altamente patrióticos, ante os últimos acontecimentos que resultam em necessária renovação do regime democrático nacional, o Sr. Arcebispo Metropolitano D. Mario Villas Boas telegrafou aos principais chefes deste movimento que podemos o mais firme golpe em todo o plano de comunização do país, próximo a concretizar-se. A palavra de nosso culto e mui virtuosos guia espiritual é uma segurança para nossas opiniões, na presente conjuntura que atravessa o Brasil. Nestes termos foram redigidos as mensagens telegráficas de Sua Exma. Revdma.:

João Pessoa, 2 – General Justino Alves Comando do 4º exército. Recife. Na pessoa de Vossa Excia, saúdo nossas brilhantes forças armadas, que defenderam muito oportunamente nosso Brasil. Dom Mario, Arcebispo.

João Pessoa, 2 – Cardela Câmara. Palácio Sumaré. Rio, Gb Admirável vigilância serena Vossa Eminência é uma luz neste momento. Saúdo efusivamente Vossa Eminência. Dom Mario, Arcebispo.

João Pessoa, 2 – Governador Pedro Gondim. Palácio da Redenção. Nesta. No dealbar desta aurora de nova paz, saúdo Vossa Excelência cuja colaboração foi muito oportuna presente momento. Dom Mario.³⁴

Também na imprensa paraibana, vários colunistas justificam o golpe e externam seu apoio ao mesmo. O colunista Antônio de Barros Pontes, do jornal *O Norte*, pertencente aos Diários Associados de Assis Chateubriand, que vinha procurando desestabilizar o governo Goulart em nível nacional a partir de todo seu conglomerado, justifica o golpe, devido ao clima de baderna que havia sido implantado por Jango.

João Goulart, dentro de pouco tempo conseguiu o que nenhum público conseguira jamais no Brasil, corromper, agitar e por fim desmoralizar inclusive as Forças Armadas do país, que por sinal suportaram muito ao ponto de receberem críticas de parte da opinião pública desenganada com a regularização da ordem e da tranquilidade.³⁵

³⁴ Apud Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira. *Dom José Maria Pires, sua atuação política e defesa dos direitos humanos de 1966 a 1980, na Paraíba*. João Pessoa: Programa de Pós Graduação em História/CCHL/UFPB, (mimeog., exame de qualificação) 2011, p. 47.

³⁵ O Norte, 05/04/1964



Alguns dias depois, o referido colunista congratula-se com os líderes militares da Revolução, que, segundo ele, restauraram a normalidade do país, não deixando os "Arrais, Brizolas e Juliões" atacarem a população democrata.

Em vez daquela Revolução dos Arrais, dos Brizolas, dos Juliões, em que o povo democrata estava destinado a sucumbir e os líderes iriam para o 'paredon', os proprietários rurais picados a golpes de foice, tivemos graças a Deus que é brasileiro como já se disse, uma das mais providenciais revoluções do mundo.³⁶

O jornal *Correio da Paraíba*, também publica matéria assinada por Agrimar Montenegro enaltecendo o golpe civil-militar.

Agora podemos dizer que Deus é brasileiro de fato. Por um verdadeiro milagre, com as graças do Altíssimo e a intervenção rápida e enérgica das nossas Fôrças Armadas, não tivemos em nosso país uma autêntica revolução comunista, com massacres, fuzilamentos, roubos e de consequências imprevisíveis. Com apenas 24 horas de antecipação, o Exército de Caxias, sob o comando de seus bravos generais, liderou uma revolução democrática, sem derramamento de sangue, conseguindo libertar o Brasil dos impatriotas. Não estamos escrevendo demagogia, pois os falsos profetas, depois de desmascarados, é que estão confessando a trama sinistra, sendo que a imprensa tem divulgado apenas alguns fatos, ficando o grosso e inacreditável, mas verdadeiro, para depois de concluídos todos os interrogatórios.³⁷

Com vimos, no imediato pós-golpe, houve intervenção nas entidades estudantis, destituídos dirigentes que davam apoio ao governo Goulart, com as reformas de base e os novos dirigentes que assumiram, as entidades procuraram logo afirmar seu apoio à nova ordem, como foi o caso da direção da União Pessoense dos Estudantes Secundários, que, depois de eliminar dos seus quadros sociais e dos cargos que ocupavam na Diretoria os estudantes Geraldo Targino, Marcos dos Anjos, José

.

³⁶ O Norte, 16/05/1964.

³⁷ Correio da Paraíba, 10/04/1964.



Flávio e outros, divulgou através dos estudantes José Milton Bandeira, presidente, Antonio Senão, Secretário Geral a seguinte nota oficial da entidade:

A União Pessoense dos Estudantes Secundários, vem em público prestar solidariedade de todos os estudantes de grau médio às nossas gloriosas Fôrças Armadas, à Guarnição Federal de João Pessoa e ao Govêrno do Estado pela relevante ação em prol das instituições democráticas e em defesa das liberdades do povo brasileiro. [...] O Brasil é e continuará livre de qualquer nação estrangeira e saibam que os agitadores comunistas que para o regime de Pequim ou Moscou ser implantado no Brasil será preciso passar por cima dos cadáveres dos estudantes paraibanos.³⁸

As "Marchas da Família com Deus pela Liberdade" — que aconteceram em várias partes do Brasil, nos momentos que antecederam o golpe civil-militar, lideradas por movimento de mulheres conservadoras e com o apoio de entidades que trabalharam para desestabilizar o governo Goulart, e que serviram como justificativa para a intervenção militar, pois estariam atendendo dessa forma um apelo da sociedade civil —, não aconteceram no estado da Paraíba antes do golpe, mas logo após esse elas se espalharam por várias cidades, com o objetivo de dar apoio aos militares por sua intervenção. Em João Pessoa, aconteceu uma dessas atividades no dia 8 de abril, convocada pelo Movimento de Arregimentação Feminina do Estado da Paraíba (MAFEP), e segundo a imprensa local em grande estilo.

Todos os oradores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada ontem nesta cidade, foram unânimes em repudiar ideologias estranhas que maus brasileiros intentavam importar para o nosso País, para derrogar as nossas liberdades democráticas. Jamais João Pessoa havia assistido a espetáculo de tanta fé cristã e espírito de patriotismo como na Marcha da Família promovida ontem. Os discursos, aplaudidos pela unânimidade da incalculável multidão, foram vazados numa linguagem de vibração cívica, que, ao lado da confederação ao comunismo, saudava e exaltava a grande vitória da Revolução

³⁸ Correio da Paraíba, 05/04/1964



Golpe civil-militar na Paraíba: Repressão e legitimação de parte da sociedadecivil no imediato pós-golpe

Democrática de 31 de Março. [...] A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi uma festa cívico-religiosa jamais registrada na Paraíba.³⁹

Até mesmo na cidade de Sapé, palco de muitos conflitos nos anteriores ao golpe, devido à forte presença das Ligas Camponesas, também ocorreu uma marcha organizada pelas mulheres conservadoras, que segundo a imprensa local, também foi coroada de êxito.

A população de Sapé, rejubilada com a vitória da Democracia contra o comunismo, promoveu, domingo último, magnífica passeata em que tomaram parte cêrca de 5 mil pessoas, destacando-se a participação da mulher sapeense. [...] A concentração terminou com uma missa oficiada pelo vigário local no adro da matriz, ouvida por todos os integrantes da "Marcha da Família".⁴⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Então, como podemos observar nos momentos que antecederam o golpe civil-militar no Brasil, em 1964, o Estado da Paraíba vivia um momento de grande efervescência política e social, com um governo que apesar de aliado das forças conservadoras do estado tinha práticas próximas do ideário trabalhista, desenvolvido em nível nacional pelo governo de João Goulart, com vários setores da sociedade civil bastantes mobilizados e principalmente com um movimento camponês, expresso através das Ligas, com capacidade de mobilização e de confronto com os grandes proprietários rurais. No entanto, esse governo capitulou e aderiu ao golpe civil-militar e a repressão se abateu de forma bastante dura sobre vários setores da sociedade civil. Ao mesmo tempo em que a repressão se abatia sobre setores de esquerda ou de alguma forma ligada ao projeto trabalhista de Jango, vários setores da sociedade civil, muitos já engajados na desestabilização do governo, passaram a dar total apoio à nova ordem estabelecida, com a implantação da ditadura militar no Brasil.

-

³⁹ Correio da Paraíba, 09/04/1964.

⁴⁰ Correio da Paraíba, 21/04/1964.



TEMPOS DE (DES)COMPASSO: O GOLPE DE 1964 EM SERGIPE

José Vieira da Cruz¹

INTRODUÇÃO

No decurso dos acontecimentos ocorridos entre o final de março e o início de abril de 1964, as perseguições aos aliados do presidente João Goulart e, no caso do Estado de Sergipe, do governador João de Seixas Dória atingiram diretamente organizações sindicais, camponesas, estudantis e os movimentos de cultura e educação popular, assim como os demais participantes da Frente de Mobilização Popular (FMP). Os militantes e os simpatizantes desses movimentos próximos à FMP defendiam as denominadas reformas de base – reforma agrária, reforma urbana, reforma universitária, entre outras – e um modelo de democracia de tipo nacional e popular.²

Essa frente havia organizado núcleos em vários estados da federação com o intuito de propagar as ideias e as propostas do movimento. Estas propostas eram reforçadas por demandas locais, cujo objetivo consistia em fortalecer os chamados governos "progressistas e populares". Segundo o padre Lages, um dos componentes dessa frente, em entrevista concedida ao jornal *Gazeta de Sergipe*, ao mencionar a diversidade de forças que constituíam o movimento, enfatizou que a ampliação do movimento estava "aberta aos ideais de reformas que a Nação reclama em favor do bem-estar coletivo do povo brasileiro".³

Nessa entrevista, o padre Lages deixa evidente a necessidade de modificar a estrutura socioeconômica do país em favor do bem-estar coletivo como mola propulsora do movimento. Entretanto, as mobilizações e estratégias adotadas pela FMP não foram suficientes para lidar com as reticências de setores conservadores da sociedade brasileira

¹ Doutor em História (UFBA), professor da SEMED/AJU, da SEED/SE e da UNIT.

² Jorge Ferreira. "A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular" in: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, nº 24, 2004, pp. 181-212.

³ GAZETA DE SERGIPE, *Frente de Mobilização Popular* [editorial], Ano VIII, n° 2.199, 10 de maio de 1963, p.2.



quanto à proposta de reformas vinculadas à maior participação social nos processos políticos de tomada de decisão. Nesse sentido, na avaliação de Jorge Ferreira, os resultados desse enfrentamento "foram fatais para a democracia e, sobretudo, dolorosos para os que conheceram as prisões da ditadura e o exílio". ⁴ Referindo-se a esse movimento em Sergipe, Ibarê Dantas destacou que a FMP "tentou unificar os movimentos de esquerda, mas já num clima de pré-revolução, sem jamais conseguir estabelecer sólida articulação nem grande organicidade". ⁵ Para este autor, isso ocorreu porque a frente esbarrou em um triunfalismo antecipado e, consequentemente, na desarticulação do movimento.

Estes enfoques, segundo Dantas, terminaram por desviar o movimento da tarefa de construção de uma representação política em favor da "organização da revolução", contribuindo para incitar a "reação dos conservadores civis e militares até ser surpreendido[s] pela mobilização contra-revolucionária". Esse historiador, ao caracterizar os acontecimentos políticos e militares ocorridos no Brasil a partir do final de março de 1964, como os contrarrevolucionários, compreendeu que os acontecimentos históricos mencionados haviam sido precedidos de "uma revolução em marcha, visando a transformar o regime liberal-democrático em socialista", fatos que justificavam, segundo sua interpretação, "qualificar a intervenção dos militares de contra-revolução" e não de revolução ou golpe. 7

Ao considerar a perspectiva da contrarrevolução, causada pelo triunfalismo antecipado e pela descoordenação dos movimentos nacionalistas e populares, Dantas aproxima-se das posições de Florestan Fernandes⁸ e Fernando Henrique Cardoso⁹ e prefere tratar o momento político em discussão como uma situação de "tutela militar", derivando dessa posição inclusive o título da obra que publicou a respeito: *A tutela*

.

⁴ Jorge Ferreira, A estratégia do confronto, p. 210.

⁵ José Ibarê Costa Dantas. *O tenentismo em Sergipe: 1889-1964*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2004, p. 314.

⁶ José Ibarê Costa Dantas, *O tenentismo em Sergipe*, p. 314.

⁷ José Ibarê Costa Dantas, *A tutela militar em Sergipe, 1964/1985*: partidos políticos num estado autoritário, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997, p. xix.

⁸ Florestan Fernandes. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

⁹ Fernando Henrique Cardoso. *Movimento político brasileiro*, São Paulo, Difel, 1972.



militar em Sergipe. ¹⁰ Sua interpretação, norteada pelos debates da sociologia e da ciência política, indica que os militares controlaram tanto o Estado (sociedade política) como a sociedade civil, sendo, no caso desta última, com o consentimento e a colaboração dos setores contrários aos movimentos reformistas e populares. Ao fazer isso, não obstante críticas ao título da obra mencionada – por suavizar o debate ao não enfatizar a definição de golpe ¹¹, ele discute a natureza da nova ordem política estabelecida em 1964, considera o clima pré-revolucionário existente e avalia a participação tanto de militares quanto de setores civis colaboracionistas. Além disso, discute como as mudanças políticas impostas não atendiam parte da sociedade civil.

Em termos historiográficos, além da interpretação acerca do sentido contrarrevolucionário dessa inflexão política, ¹² outras interpretações defendem o viés revolucionário do movimento militar de março de 1964¹³ e o caráter de classe assumido pelo golpe deflagrado pela coalizão civil-militar instalada no país. ¹⁴ Este debate tem se renovado nos últimos anos, indicando não apenas a relevância desse objeto de estudo, como também a importância política que ele tem para o fortalecimento da democracia em detrimento do autoritarismo praticado durante a ditadura civil-militar. ¹⁵

10

¹⁰ José Ibarê Costa Dantas, A tutela militar em Sergipe, 1964/1985, p. xix.

¹¹ Antônio Fernando de Araújo Sá. "A historiografía Sergipana nos últimos 50 anos: tentativa de avaliação crítica", in: Raquel Gleizer (Org.). *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH, São Paulo, Contexto, 2011, p. 347.

Entre os que partilham dessa interpretação destacam-se: Fernando Henrique Cardoso. Movimento político brasileiro, 1972; Florestan Fernandes. A Revolução Burguesa no Brasil, 1975, entre outros.

¹³ Interpretação presente nos discursos dos presidentes militares e nos livros de memórias de autoridades militares. Destacam-se a esse respeito: Humberto de Alencar Castelo Branco, *A revolução e os trabalhadores* [discurso], Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1965; Arilcides de Moraes Motta (org.), *31 de março*: o movimento revolucionário e sua história, 13 tomos, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2003, entre outros.

¹⁴ Entre os que partilham dessa interpretação destacam-se: René Armand Dreifuss. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe, Tradução Ayeska Branca de Oliveira Farias, Ceres Ribeiro, Pires de Freitas, Else Ribeiro Pires Vieira e Glória Maria de Mello Carvalho, Petrópolis, Vozes, 1981; Maria Helena Moreira Alves. Estado e oposição no Brasil (1964-1984), 3 ed, São Paulo, Vozes, 1981, entre outros.

¹⁵ Entre os estudos a esse respeito destacam-se Lucileide Costa Cardoso, "Construindo a memória do regime de 64", in: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 14, n. 27, pp. 179-196, 1994; Carlos Fico. *Além do golpe*: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar, Rio de Janeiro, Record, 2004; Benito Bisso Schmidt. "Cicatriz



Em torno dessa discussão, a interpretação de que a citada inflexão política tratou-se de um golpe de estado tem sido destacada nos debates historiográficos. 16 Estes debates têm relacionado as repercussões provocadas pelos golpes de Estado e as correspondentes ditaduras civilmilitares que deles decorreram no contexto da América Latina. 17 Desta forma, a utilização dos termos golpe civil-militar e ditadura civil-militar, para se referir aos acontecimentos ocorridos no Brasil a partir de março de 1964, refletem a posição interpretativa deste artigo.

Nesse sentido, o mencionado golpe civil-militar estabeleceu no país ao menos duas situações: de um lado, uma nova ordem institucional pautada no controle da sociedade em nome do interesse nacional, sob o domínio dos militares e o apoio de parte da sociedade civil e, de outro, apesar das tentativas do governo para desarticular a sociedade civil, alguns de seus segmentos criaram dificuldades para a organização desse bloco hegemônico, construindo estratégias de contra hegemonia, no sentido gramsciano do termo. 18 Dentro desta perspectiva, o presente artigo discutirá os desdobramentos políticos e sociais do golpe civilmilitar em Sergipe.

aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois", in: Anos 90, Porto Alegre, v. 14, n. 26, pp. 127-156, dez. 2007, entre outros.

¹⁶ Em torno dessa discussão destaca-se: ANPUH. "Dossiê Brasil: 1954-1964", in: Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 14, nº 27, 1994; e: ANPUH, "Dossiê Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964)", in: Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 24, nº 47, 2004; Celso Castro. "Comemorando a 'revolução' de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros", in: Carlos Fico; Marieta de Moraes Ferreira; Maria Paulo Araújo; Samatra Viz Quadrat (orgs). Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas, Rio de Janeiro, FGV, 2008, pp. 119-142; Lucileide Costa Cardosp, "Os discursos de celebração da 'Revolução de 1964", Revista Brasileira de História, São Paulo, vol.31, n.62, 2012, pp. 117-140, entre outros.

¹⁷ Carlos Fico; Marieta de Moraes Ferreira; Maria Paulo Araújo; Samatra Viz Quadrat (orgs). Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas, Rio de Janeiro, FGV, 2008. Ver também a esse respeito: Hernán Ramirez, "Las dictaduras de Brasil y Argentina: su caráter cívico-militar, de contrarevolución y refundacional", in: Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente, Florianópolis, PPGH/UDESC, ANPUH-SC, 2011, pp. 905-916.

¹⁸ Ver a respeito em: Antonio Gramsci. Os intelectuais e a organização da cultura, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978; Luciano Gruppi. O conceito de hegemonia em Gramsci, Rio de Janeiro, Graal, 1978; e ainda em: Ana Rodrigues Cavalcanti Alves. "O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe", in: Lua Nova, São Paulo, nº80, 2010, pp. 71-96.



O GOLPE DE 1964 E A DEPOSIÇÃO DE SEIXAS DÓRIA

Em Sergipe, apesar do triunfalismo do "clima de pré-revolução", mencionado por Ibarê Dantas, os novos rumos da política nacional, além de não evidenciarem um movimento de resistência armada, fomentaram uma teia de inquietações quanto ao desfecho da inflexão política deflagrada. No desenrolar desses acontecimentos, por volta das 23 horas do dia 31 de março de 1964, o governador de Sergipe dirigiu-se ao palácio das Laranjeiras, local onde se encontrava o presidente João Goulart, que lhe comunicou a sua recusa em "tomar qualquer iniciativa, por achar que, assim fazendo, estaria ferindo a sua autoridade". O presidente também comunicou a Seixas Dória que não pretendia levar o país a uma guerra civil, ao passo que sugeria aos governadores do Nordeste que ali passaram que fizessem "um apelo em favor de um entendimento geral". ²¹

Após esse contato com o presidente, o governador Seixas Dória inicia sua viagem de retorno a Aracaju, fazendo antes uma escala em Salvador, onde se reuniu com o governador Lomanto Júnior. Nessa oportunidade, já tendo conhecimento pelos noticiários radiofônicos de que João Goulart havia solicitado asilo político, foi informado pelo governador da Bahia que o IV Exército já havia se posicionado em favor do "movimento revolucionário" e que Miguel Arraes havia sido preso em Pernambuco. Diante desse quadro político, Lomanto Júnior teria apresentado a ele um novo manifesto. A respeito desse manifesto, fica a dúvida se o governador da Bahia também havia publicado a primeira versão ou somente aquela apresentada ao governador de Sergipe. 22

O manifesto publicado, possivelmente a versão reelaborada apresentada por Lomanto Júnior a Seixas Dória, colocava-se a favor da legalidade democrática e repugnava a possibilidade de uma guerra civil. Nos dias seguintes, além da repulsa a uma possível guerra civil, Lomanto Júnior passa a ressaltar o papel das forças armadas e a apoiar o

Revista Perspectiva Histórica, Julho/Dezembro de 2012, Nº3

-

¹⁹ José Ibarê Costa Dantas. Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989, p. 314.

²⁰ João de Seixas Dória. *Eu, réu sem crime*, 5 ed. Aracaju, Editora Gráfica J. Andrade/ASL/Fundação Oviêdo Teixeira, 2007, pp. 53-54.

²¹ João de Seixas Dória, *Eu, réu sem crime*, pp. 53-54.

²² João de Seixas Dória, Eu, réu sem crime, p. 54.



"movimento revolucionário" deflagrado pelos militares e apoiado por parte da sociedade. ²³ Desta forma, Lomanto Júnior não demorou a aderir à causa da "Revolução", evitando com isso o destino de alguns governadores de sua época, a exemplo de Seixas Dória, governador de Sergipe, e Miguel Arraes, governador de Pernambuco, os quais foram presos, processados e perderam os seus mandatos.

No caso do governador Seixas Dória, ao retornar a Aracaju, na tarde de 1º de abril de 1964, mesmo ciente dos rumos que o movimento civil-militar estava tomando e avisado de que se fizesse um pronunciamento contrário à "revolução" colocaria em risco o seu mandato e a sua liberdade, dirigiu-se à Rádio Difusora de Sergipe e, por volta das 22 horas, leu para a população um discurso. Neste discurso, ele procurou reafirmar os princípios cristãos, populares e nacionalistas que orientaram sua linha de conduta; defendeu a legalidade institucional; as instituições democráticas; os mandatos populares e as reformas estruturais, democráticas e cristãs.²⁴ Solicitou ainda ao povo sergipano serenidade, equilíbrio e que evitassem manifestações e protestos. 25 A leitura dessa mensagem, ainda que não tenha, na avaliação de Dória, se confrontado com os pronunciamentos dos "revolucionários", foi suficiente para que, na madrugada do dia 2 de abril de 1964, horas depois de seu pronunciamento, recebesse ordem de prisão do comandante do 28º Batalhão de Caçadores (28° BC).²⁶

Em concomitância a esse desfecho autoritário, após as primeiras notícias do deslocamento das tropas do IV Exército, lideranças políticas, trabalhadores e estudantes foram às ruas buscar informações. Alguns trabalhadores saíram do bairro Industrial em passeata rumo ao centro de Aracaju, tendo à frente a figura do deputado federal Euvaldo Diniz. Mas o que parecia um esboço de um processo de resistência foi rapidamente dissolvido por intervenção do major Silveira, comandante do 28° BC. Este mesmo oficial, ambientado já há alguns anos no estado, além de dissolver a passeata mencionada de modo diligente, recrutou também as rádios

²³ Antonio Mauricio Freitas Brito. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*, Salvador, PPGH/UFBA, 2008, (tese de doutorado), pp. 69-72.

.

²⁴ João de Seixas Dória, Eu, réu sem crime, pp. 56-57.

²⁵ João de Seixas Dória, Eu, réu sem crime, pp. 56-57.

²⁶ João de Seixas Dória, *Eu, réu sem crime*, pp. 58-59.



locais para formarem uma rede de emissoras com o objetivo de divulgarem, sob a locução do radialista Santos Mendonça, a "Cadeia da Democracia" em apoio ao movimento "revolucionário".²⁷

A experiência desse e de outros oficiais com os acontecimentos decorridos em Sergipe em 1961 — quando dos desdobramentos decorrentes da renúncia de Jânio Quadros, em face do posicionamento de políticos e de movimentos sociais em favor da legalidade institucional, entre os quais estavam os universitários, que haviam esboçado naquela ocasião uma greve de apoio à manutenção da ordem institucional²⁸, possivelmente deve ter favorecido as rápidas tomadas de decisões dos militares para desarticular possíveis movimentos de contestação no estado. Esse relativo conhecimento do contexto estadual por parte do comando militar, pode ter contribuído para explicar aquilo que Dantas havia frisado quanto ao fato de que, apesar das arbitrariedades, prisões e maus-tratos: "devemos reconhecer que as brutalidades ocorridas em Sergipe, nestes primeiros meses de ordem autoritária, não atingiram as dimensões de outros Estados".²⁹

Voltando às incertezas políticas provocadas pelas primeiras notícias acerca do golpe, no transcorrer da quinta-feira, 2 de abril, a capital do estado, Aracaju, assiste ao fechamento de escolas, dos mercados municipais e do comércio. Neste ínterim, comerciários, estudantes e demais populares deslocavam-se em direção à rua João Pessoa, rumo à praça Fausto Cardoso, para se aglutinarem nas proximidades do palácio Olímpio Campos, sede do governo estadual. As notícias e as fotos sobre essa movimentação de populares, publicadas na primeira página da edição vespertina do jornal *Gazeta de Sergipe* daquele dia, contrastam com a publicação nessa mesma edição da manchete "IV Exército controla o Nordeste", indicando a rápida movimentação das forças armadas.³⁰

Revista Perspectiva Histórica, Julho/Dezembro de 2012, Nº3

.

²⁷ GAZETA DE SERGIPE, *Agitação em Aracaju com a crise brasileira*, Ano IX, nº 2373, 2 de abril de 1964, [edição vespertina], p. 4.

²⁸ ARQUIVO CENTRAL DA UFS, DAAMB, *Ata da 49ª sessão extraordinária do DAAMB da ESQS*, realizada em 29 de agosto de 1961, fundo CCET-DQI, caixa 25, item 78.

²⁹ José Ibarê Costa Dantas, Os partidos políticos em Sergipe: 1889-1964, p.11.

³⁰ GAZETA DE SERGIPE, Agitação em Aracaju com a crise brasileira, p. 4.



Por um lado, a movimentação de populares indicava um possível esboço de apoio à ordem constitucional, a exemplo da crise política instalada em razão da renúncia de Jânio Quadros, quando muitos populares haviam se reunido na praca Fausto Cardoso, em frente ao palácio Olímpio Campos, em favor da legalidade institucional do país.³¹ Dessa feita, a movimentação de populares e o fechamento de estabelecimentos públicos e privados não foram seguidos por nenhuma Campanha da Legalidade, como a comandada por Leonel Brizola, em 1961. Nesse outro contexto, a confirmação da renúncia do presidente João Goulart, a mensagem serena e pouco entusiasmada do governador Seixas Dória e o anúncio de que o IV Exército controlava o Nordeste pareciam soar como uma ducha de água fria para aqueles que se aglomeravam em praça pública na expectativa de que alguma reação pudesse acontecer. Por outro lado, a imagem de soldados do Exército perfilados em alguns pontos da cidade e o discurso de que a ordem social estava sob controle no Nordeste indicavam que as tentativas anteriores de golpe no país - o caso do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e o episódio da renúncia de Jânio Quadros, em 1961-, naquele momento haviam sido consolidados.³²

Entretanto, mais que anunciar um momento de indefinições, essa edição vespertina do jornal *Gazeta de Sergipe* informava também a alteração na chefia do executivo estadual, com a passagem do poder do governador João de Seixas Dória para o vice-governador Sebastião Celso de Carvalho. Esta passagem de poder é ilustrada à esquerda com a foto do governador João de Seixas Dória, associada à informação de que ele "se encontrava em Salvador em entendimento com as Forças Armadas", e à direita com a foto do governador em exercício Sebastião Celso de Carvalho, vinculado à informação de que a partir daquela data ele "assumia o Governo mais uma vez, como substituto legal". ³³

O jornal informou também que essa alteração no executivo estadual ocorreu em razão de o governador Seixas Dória ter se

-

³¹ Zelita Rodrigues Correia Santos, entrevistada por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 04/08/1998

³² Gazeta de Sergipe, Ano IX, nº 2373, 2 de abril de 1964, [primeira página da edição vespertinal, p.1.

³³ GAZETA DE SERGIPE, *Nova alteração na chefia do executivo*, Ano IX, nº 2373, 2 de abril de 1964, [edição vespertina], p.1.



pronunciado, através da Rádio Difusora, em 1º de abril de 1964, a respeito do momento político que o país atravessava, motivo pelo qual ele havia sido "convidado" pelo comando militar do 28º BC a comparecer à sede da 6ª Região Militar, em Salvador, pondo, em seu lugar, o vicegovernador Celso de Carvalho, que estava tomando as providências para a "manutenção da ordem e [da] tranquilidade do Estado de Sergipe", mas todo o secretariado seria mantido, à exceção do doutor José Rosa de Oliveira Neto, chefe de gabinete do governador que se exonerou a pedido.³⁴

Em termos efetivos, o Exército, representado pelo major Lário Lopes Serrano, empossou o vice-governador, Celso de Carvalho, à frente do executivo estadual. Esta decisão foi ratificada pela Assembleia Legislativa, que dois dias depois desse fato, sob instruções do IV Exército, declarou vago o cargo e oficializou Sebastião Celso de Carvalho como governador do Estado de Sergipe. Empossado governador, Carvalho concluiria seu mandato em 1967, quando então foi substituído pelo médico baiano, radicado em Sergipe, Lourival Batista, político vinculado ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e indicado pelos militares ao cargo de chefe do executivo estadual. 35

O GOLPE CONTRA OS SINDICATOS E OS TRABALHADORES

Para fazer frente a esses acontecimentos, algumas lideranças sindicais, estudantis e políticas reuniram-se na sede do Sindicato dos Ferroviários, uma das entidades mais antigas e combativas dos trabalhadores no Estado, para discutir como reagir contra aqueles acontecimentos. Entretanto, enquanto as lideranças da sociedade civil não sabiam como deveriam proceder, os militares, por outro lado, mostraram-se diligentes, e após realizarem a prisão de sindicalistas da área da construção civil, cercaram o prédio da rede ferroviária federal – situado na praça dos Expedicionários, no bairro Siqueira Campos,

³⁴ GAZETA DE SERGIPE, Nova alteração na chefia do executivo, p. 1.

³⁵ A respeito desta "passagem de poder" tutelada pelo Exército, ver: José Ibarê Costa Dantas, *Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984*, pp. 6-7; para conhecer a versão de João de Seixas Dória ver: *Eu, réu sem crime,* 2007, sobre a posição de Sebastião Celso de Carvalho, ver seu discurso: *O destino acontece*, Aracaju: Livraria Regina, s/d. [discurso pronunciado em 1968]

³⁶ José Ibarê Costa Dantas, A tutela militar em Sergipe, 1964/1984, p.1.



periferia da cidade – e prenderam as lideranças sindicais e estudantis até o dia seguinte, quando houve a liberação destes.³⁷

Antes de essas prisões ocorrerem, alguns militantes se sentiram estimulados a uma ação mais ousada e, na "madrugada, espremidos num jipe do militante comunista Antonio Joaquim", foram Paulo Barbosa, Luís Eduardo Costa, Marcélio Bonfim e Osvaldo Catan "tentar dinamitar uma torre da Chesf". 38 O objetivo desta ação era deixar o estado às escuras e poder contribuir com possíveis outras atos de resistência. Essa ação, entretanto, foi dissuadida antes de sua conclusão com a notícia obtida através de um "radinho de pilha [que] transmitia a fala soturna de Carlos Lacerda, anunciando a vitória do golpe e a fuga do Presidente". 39

A narrativa desse episódio, escrita pelo jornalista Luís Eduardo Costa ao prefaciar o livro de memórias póstumas do também jornalista Paulo Barbosa, que na época do golpe era, juntamente com ele, estudante e militante político, termina com uma dura avaliação política de que até aquele momento parecia que eles tinham "brincado de fazer Revolução, talvez tenhamos abusado da liberdade, vamos agora nos preparar para viver sem ela por muito tempo". Em outras palavras, essa foi uma avaliação negativa do triunfalismo antecipado daqueles que haviam tomado parte dos movimentos populares e nacionalistas que antecederam o golpe e, ao mesmo tempo, um lamento quanto aos efeitos provocados pela ditadura civil-militar imposta ao país.

Nos meses seguintes, dentre as organizações que esboçaram algum tipo de resistência à nova ordem política, os sindicatos foram os primeiros a serem desarticulados pelo governo com a utilização dos dispositivos intervencionistas herdados do período da ditadura do Estado Novo. A esses dispositivos foi adicionada a Lei 4.330, promulgada em 1º de junho de 1964, que regulamentava o direito de greve e reforçava o

⁴⁰ Luís Eduardo Costa, *Quando morre a liberdade*, p. 13.

-

³⁷ As narrativas desse episódio foram concedidas por José Silvério Leite Fontes, Marcélio Bomfim e Virgílio de Oliveira, através de entrevistas, ao historiador José Ibarê Costa Dantas. Ver a respeito em: José Ibarê Costa Dantas, *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*, p. 27.

p. 27.

³⁸ Luís Eduardo Costa, "Quando morre a liberdade" [prefácio], in: Paulo Barbosa Araújo, *Os ícones de um terremoto*: Golpe Militar, repressão e resistência política, Aracaju, Diário Oficial, 2010, p.13.

³⁹ Luís Eduardo Costa, *Quando morre a liberdade*, p. 13.



controle do Estado sobre os trabalhadores e seus sindicatos. ⁴¹ Na prática, a nova lei proibia expressamente que funcionários públicos federais, estaduais e municipais entrassem em greve, proibia greves nos serviços essenciais, greves por solidariedades ou por natureza política e assegurava ao Estado definir a natureza política ou não da greve, possibilitando o estabelecimento de uma política de controle salarial e, ao mesmo tempo, de incentivo para atrair investimentos em razão da política de baixos salários. ⁴²

A respeito do direito de greve, visto como um delito criminal e/ou trabalhista nas três primeiras constituições republicanas, a partir da Constituição de 1946, passou à condição de direito a ser regulamentado por lei⁴³. Entretanto, apesar dessa mudança jurídica e do contexto político de maior liberdade democrática decorrente do fim da ditadura do Estado Novo, as tensões, as proibições e a repressão aos movimentos grevistas e aos sindicatos paredistas tiveram curso ao longo da década de 1950 e início da de 1960.⁴⁴

Ainda assim, o significado social atribuído ao direito de greve estabelecido pelo mencionado texto constitucional de 1946 foi considerado tão importante que seu reconhecimento era reivindicado pelos sindicatos e pelos trabalhadores. Os estudantes e suas entidades representativas também reivindicavam esse direito de greve como forma de mobilização e conquista de direitos. Nesse sentido, a forma como direito de greve foi regulamentado pela Lei 4.330/1964 não apenas se tornou um. empecilho à capacidade de Mobilização dos trabalhadores, como também terminou por restringir e criminalizar grande parte das mobilizações sindicais e sociais.

⁴¹ BRASIL, Lei 4.330, 1º junho de 1964.

⁴² Maria Helena Moreira Alves, Estado e oposição no Brasil (1964-1984), pp. 76-79.

⁴³ Ver a respeito em: Gerson Lacerda Pistori, "Direito de greve: origens históricas e sua repercussão no Brasil", in: *Caderno de doutrina e jurisprudência da Ematra*, Ano XV, V. 1, nº 2, mar/abr, 2005, pp. 37-43.

⁴⁴ Ver a respeito em: Marcelo Badaró Mattos, "Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)", in: *Revista Brasileira de História*, vol. 24, n° 47, jan-jun, 2004, pp. 258-259.

⁴⁵ ARQUIVO CENTRAL DA UFS, DAFCE. Estatuto do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe, reformulado em 28 de setembro de 1951, artigo 55°, fundo CECH - DHI, caixa 24, item 90.



Em Sergipe, a prisão de líderes ferroviários, logo nos primeiros momentos do golpe, e a posse de um interventor federal, em 22 de maio de 1964, na Sociedade União dos Operários e Ferroviários (SUOF), são evidências dos expedientes utilizados para controlar os sindicalistas e os sindicatos mais combativos. A este respeito, o exame do relatório produzido, em setembro de 1964, pelo 2º Tenente Antonio Barreto Cardoso, encarregado do IPM sobre o clima de agitação política no Estado de Sergipe, associa sindicatos, como a SUOF e o Departamento de Correios e Telégrafos, à realização de greves ilegais, passeatas e reuniões políticas suspeitas, sendo que estas últimas estariam associadas à agitação comunista no estado. Esse relatório criminalizou tanto as manifestações grevistas como os sindicatos e os sindicalistas envolvidos.

No caso da SUOF, a consequência das prisões das suas principais lideranças sindicais, do processo de intervenção sofrido por essa instituição e, anos depois, dos efeitos da "Operação Cajueiro" ⁴⁸ – ação de repressão político-militar ocorrida na década de 1970 – resultaram na desmobilização da categoria e na extinção dessa sociedade de caráter sindical. Em seu lugar, entre 1972 e 1983, esses trabalhadores criariam a Associação Beneficente dos Ferroviários Inativos e Pensionistas de Sergipe (ABFIPS), com a finalidade de prestar assistência jurídica e social aos seus associados. E somente vieram a restabelecer uma representação sindical em 1983, com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Ferroviários e Metroviários dos Estados da Bahia e de Sergipe (SINDIFERRO). ⁴⁹

_

⁴⁶ A importância da atuação política dos ferroviários em Sergipe já havia sido evidenciada em vários outros momentos e, em particular, chama atenção o envolvimento desses militantes, a partir da década de 1920, com o movimento tenentista. Ler a respeito em: José Ibarê Costa Dantas, *O tenentismo em Sergipe*, 1972.

⁴⁷ ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE, MINISTÉRIO DA GUERRA, IV Exército, 6ª Região Militar, 28º BC, cópia do relatório, Antonio Fernandes Viana de Assis, Mandado de segurança, impetrado contra a Assembleia Legislativa, Aracaju-SE, 1964, fundo Aju/1ª. Esc., cx. 06.

⁴⁸ A respeito da "Operação Cajueiro" ler: José Ibarê Costa Dantas, *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*, pp.181-186. E ainda os trabalhos de: Paulo Lima, *Operação Cajueiro*: a repressão aos comunistas em Sergipe, Aracaju, Artexto, 2005; e de: José Vieira da Cruz, "Tempos dificeis": os estudantes, a Operação Cajueiro e a repressão política em Sergipe (1969-1976), in: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, ANPUH, 2011, pp. 1-17.

⁴⁹ A respeito dos ferroviários em Sergipe, ler: Edileuza Batista C. dos Santos; Mary Jane Batista Góis; Priscila da Costa Tavares, *Nos trilhos da memória*: os ferroviários em Sergipe



Em relação aos camponeses, a repressão também não poupou esforços para controlá-los. Segundo Martins Filho, "organismos paramilitares e milícias privadas fizeram livre uso de torturas e assassinatos para calar a voz recém-despertada dos trabalhadores rurais". Um registro importante dessa repressão aos camponeses do Nordeste pode ser apreciado no filme *Cabra marcado para morrer*, produção iniciada pelo CPC da UNE nos primeiros meses de 1964 e só concluída na década de 1980, durante o processo de abertura política. Se

Esse filme, dirigido por Eduardo Coutinho, inicialmente projetado pelos cineastas cepecistas para divulgar a história da liga camponesa do Engenho Sapé, localizado no interior da Paraíba, e denunciar o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, ocorrido em 2 de abril de 1962 – contando, para isso, com a participação dos próprios camponeses como atores e figurantes para realização das filmagens –; interrompido em 1964, por conta da repressão militar e só sendo retomado durante o processo de abertura política, exibe, à luz da cinematografia, detalhes da repressão imposta aos participantes das ligas camponesas no Nordeste durante a ditadura civil-militar instalada no país. ⁵³

Em Sergipe, não obstante o conhecimento de que no período anterior ao golpe existia um movimento coordenado pela Igreja Católica, através do Movimento de Educação de Base (MEB), que estimulou a

(

^{(1907-2006),} Aracaju, UNIT, 2006, (trabalho de conclusão de curso). E ainda sobre a questão da interventoria na SUOF, consultar o ofício que comunica a posse do interventor federal na SUOF no Arquivo Geral do Judiciário/SE. TJ/GP — Ofícios recebidos, cx. 45/1827. In: Eugênia Andrade Vieira da Silva, *Arquivo do Judiciário*: guia de fontes temáticas, Aracaju, TJ/SE, 2009, p. 480.

⁵⁰ A respeito da repressão aos camponeses durante a ditadura civil-militar ver: Ana Carneiro, Marta Cioccari, *Retrato da repressão política no campo*: Brasil, 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos, Brasília, MDA, 2010.

⁵¹ João Roberto Martins Filho. *Movimento estudantil e a ditadura militar, São Paulo, Papirus, 1987*, p. 76.

⁵² Ver a respeito em: Anne Lee Fares de Queiroz. *Cabra marcado para morrer*: da história do cabra à história do filme, Campinas, Programa de Pós-graduação em Multimeios/UNICAMP, 2006.

⁵³ Ficha técnica do filme: Título original: Cabra Marcado Para Morrer/ Lançamento: 1984 (Brasil)/ Direção: Eduardo Coutinho /Atores: Elizabeth Teixeira, João Virgínio Silva, Ferreira Gullar, Tite de Lemos/ Duração: 119 min./ Gênero: Documentário.



organização sindical dos trabalhadores do campo⁵⁴, não se realizaram estudos aprofundados a respeito da situação desses trabalhadores em face da nova ordem política do país a partir de 1964. Uma das poucas referências a esse respeito destaca que em relação à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe (FETASE), com o golpe, foi desarticulada, "restando pouco ou quase nenhum registro do conteúdo das reivindicações e lutas travadas pelos trabalhadores [agrícolas]".⁵⁵

Comentando a questão, Rosemiro Magno da Silva coloca que o sindicalismo rural no estado, assim como o movimento sindical, foi bastante reprimido. E que no caso da FETASE, após um processo de disputa com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), ela veio a sofrer um processo de intervenção e fechamento, só sendo reaberta a partir de 1974. ⁵⁶

Em contrapartida, é preciso registrar que nesse período a Igreja Católica continuou conferindo atenção aos problemas do homem do campo no estado, entretanto, essa atenção não tinha mais como preocupação o estímulo à sindicalização desses trabalhadores. Neste sentido, a orientação inicial, proferida antes do golpe de 1964, por Dom José Vicente Távora, foi redirecionada a partir de 1967. Esse redirecionamento, ocorrido sob a orientação de Dom Luciano José Cabral Duarte, já na condição de arcebispo auxiliar, buscou recursos junto ao governador Lourival Batista para o projeto Promoção do Homem do Campo em Sergipe (PRHOCASE). Esse projeto, fundado na experiência com fazendas comunitárias e colônias agrícolas, resultou na transferência de lotes de terra para os participantes dos assentamentos.⁵⁷

-

⁵⁴ Ver a esse respeito em: Isaias Nascimento. *Dom Távora o bispo dos operários*: um homem além de seu tempo, São Paulo, Paulinas, 2008, pp. 166-171.

⁵⁵ SERGIPE, *Formas de organização da produção*, Aracaju, Secretaria de Estado da Agricultura, 1980, pp. 90-91.

⁵⁶ Rosemiro Magno da Silva. A luta dos posseiros de Santana dos Frades, São Cristóvão, Editora da UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2002, pp. 126-127.

⁵⁷ Mais informações a respeito em: Agamenon Guimarães de Oliveira. "Uma experiência de colonização na Cotinguiba Sergipana: as fazendas prhocaseanas", in: *Revista Geonordeste*, Ano III, nº 1 e 2, 1986, pp. 30-49; em: Giselda Morais. *Dom Luciano José Cabral Duarte*: relato biográfico, Aracaju, Editora J. Andrade, 2008, pp. 438-491; e em: Eliano Sérgio Azevedo Lopes, "História dos movimentos sociais no campo em Sergipe: uma abordagem preliminar", in: *Revista Candeeiro*, Ano VI, v. 9 e 10, pp. 63-75, outubro de 2003.



Para o jornalista Luiz Antônio Barreto, em entrevista a Gizelda Morais, a Igreja Católica, sob a direção de Dom Luciano, embora não fosse simpática à questão da reforma agrária, buscou alternativas para ajudar o homem do campo. 58 Esse claro esforço de evitar o agravamento das tensões pela posse da terra buscava também evitar a politização da questão agrária no estado. Objetivo que parece ter sido respaldado pelo estado e demais instituições que ajudaram a financiar o projeto.

Entretanto, apesar do relativo sucesso das experiências da PRHOCASE, ocorridas entre 1968 e 1978, elas não foram suficientes para evitar a eclosão de conflitos de terra em Sergipe nos anos seguintes, já no transcurso do processo de abertura política do país. A emersão de conflitos dessa natureza revela que as desventuras produzidas pelo golpe, assim como as alternativas adotadas pelos governos que dele se beneficiaram, não foram capazes de apontar uma solução para a questão agrária no Brasil e, consequentemente, em Sergipe. ⁵⁹

A REPRESSÃO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL E AOS MOVIMENTOS DE CULTURA POPULAR

Olha, as primeiras 62 horas foi uma depressão horrível. Teve gente que foi presa logo no dia. Eu fui preso em maio. Ali não era somente o medo de ser preso. Acabou! O ano parou... E agora? E agora?...⁶⁰

A fala de Clodoaldo de Alencar Filho, que, na época do golpe, era radialista, recém-licenciado do curso de letras, ex-presidente do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, evidencia o sentimento de apreensão e vazio em face das perseguições realizadas pela "Operação Limpeza" — codinome atribuído pelos militares às estratégias psicossociais e repressivas utilizadas para desmobilizar "os movimentos sociais que ganharam força nos anos anteriores ao golpe de Estado civilmilitar". Em torno dessas estratégias, os militares utilizaram manobras de busca e de detenção conduzidas em instituições de ensino, "sindicatos,

⁵⁸ Giselda Morais. *Dom Luciano José Cabral Duarte*, pp. 488-489.

⁵⁹ Ver a respeito em: Rosemiro Magno da Silva & Eliano Sérgio Azevedo Lopes. *Conflitos de terras e reforma agrária em Sergipe*, São Cristóvão, Editora da UFS, 1996.

⁶⁰ Clodoaldo Alencar Filho, entrevistado por José Vieira da Cruz, Aracaju/SE, 15/10/1998.

⁶¹ Maria Helena Moreira Alves, Estado e oposição no Brasil (1964-1984, p. 66.



ligas camponesas e nos muitos movimentos católicos de trabalhadores e estudantes". 62

A esse respeito, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, militante da Ação Popular (AP) e coordenadora estadual do Movimento de Cultura Popular (MCP), recorda que mesmo o seu grupo político já tendo perdido a direção da União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES) para o Partido Comunista Brasileiro (PCB), logo nos primeiros dias do golpe, os militares realizaram uma operação de busca em sua residência e fizeram a apreensão da indumentária utilizada pelos participantes do Centro Popular de Cultura (CPC da UEES), material confeccionado por sua mãe e pelas mães de outros estudantes que haviam participado daquela experiência de política cultural.⁶³

Jackson de Sá Figueiredo, membro da direção do Grêmio Estudantil "Clodomir Silva" do Colégio Estadual de Sergipe e da União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES), por sua vez, ao comentar as ações dos policiais que o prenderam logo após a deflagração do golpe, destacou a arbitrariedade desse tipo de operação que prendia as pessoas sem uma acusação formal, sem flagrante delito, nem mandado judicial e desrespeitando toda a forma de cidadania. E ainda sobre esse tipo de prática ele acrescenta que "teve militante daqui que ficou cego, outros tiveram torturas vergonhosas, tiraram as roupas de mulheres, o policial dizia eu vou estuprar sua mulher". 64

Segundo Ibarê Dantas, historiador que vivenciou os acontecimentos em discussão na condição de funcionário do Banco do Brasil – o que também o torna uma testemunha desse processo histórico – , aqueles primeiros dias de abril de 1964 foram distinguidos pelas "prisões de lideranças sindicais, estudantes, professores, funcionários públicos, jornalistas, operários e trabalhadores rurais através de diligências sem ordem judicial, marcadas de arbitrariedades". E ainda narra que o sentimento de ser "levado para a colina do bairro 18 do Forte, onde estava situado o Quartel do 28º BC, tornou-se uma ameaça

 63 Zelita Rodrigues Correia dos Santos, entrevistada por José Vieira da Cruz, Aracaju/SE, 04/08/1998.

_

⁶² Maria Helena Moreira Alves, Estado e oposição no Brasil (1964-1984, p. 66.

⁶⁴ Jackson de Sá Figueiredo, entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju, 21/10/2006.



atemorizadora para todos os participantes da mobilização política do Estado Populista". ⁶⁵

José Alexandre Felizola Diniz, militante da Juventude Universitária Católica (JUC), presidente do CPC da UEES, membro do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, ao recordar-se de quando a sede da UEES foi invadida, em abril de 1964, destacou que nem passava pela cabeça dos estudantes retirarem a documentação que lá existia, até porque se tratava do registro de um trabalho público conhecido e aceito por grande parte da sociedade. Esses registros, entretanto, foram acrescidos ao processo de acusação contra ele e os demais membros dos movimentos populares de cultura e do movimento estudantil. Nesse sentido, a ditadura havia transformado ações lícitas em ilícitas, tipificando delitos antes que existisse uma lei para defini-los e ainda buscaram fazer com que a lei retroagisse para punir. 66

A montagem desse novo sentido da política nacional frente aos mencionados movimentos e seus participantes passou a tomar como referência os preceitos instituídos pelo Ato Institucional nº 1 e os demais atos que o seguiram. O primeiro deles, assinado em 9 de abril de 1964, havia sido elaborado em segredo pelos representantes das Forças Armadas, com o objetivo de "fixar o conceito de movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre seu futuro (...) [o] de uma autêntica revolução". A sua formulação ressaltava o êxito da "Revolução Gloriosa" ocorrida naquele ano, instalava o Estado Sítio - quebrando garantias do Estado de Direito asseguradas pela Constituição de 1946 -, e propugnava pela legitimação e legalidade da nova ordem política. Para Alves, esse ato constitucional "rompeu o apoio coalizão civil-militar, tácito dando origem dialética Estado/oposição".68

Por um lado, em termos históricos, essa dialética Estado /oposição, descrita por Alves, não pode ser reduzida a um único

⁶⁵ José Ibarê Costa Dantas, Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984, p. 10.

⁶⁶ José Alexandre Felizola Diniz, entrevistado por José Vieira da Cruz, Aracaju/SE, 12/03/1998.

⁶⁷GAZETA DE SERGIPE, Comandos militares em manifesto decretam "Ato Institucional", Ano IX, nº 2379, 10 de abril de 1964, p.1.

⁶⁸ Maria Helena Moreira Alves, Estado e oposição no Brasil (1964-1984), p. 54.



binômio, sob pena de não se visualizarem os conflitos e as diferentes alianças de interesse que perpassam um e outro, em outras palavras, que perpassam o Estado, pensado não apenas enquanto ente público/institucional sob o controle dos militares, mas também por parte da sociedade civil que havia apoiado o golpe. Por outro lado, esse binômio, Estado/oposição, é capaz de delinear a construção de um discurso que reforça a pseudoneutralidade do enunciado "revolucionário". Enunciado responsável pela manutenção da ordem e da tranquilidade pública, em oposição à "desordem" e à "subversão" suscitadas pelo governo anterior e pelos grupos políticos e sociais que as apoiavam.

Segundo José Luiz Fiorin, esse discurso da "Revolução Gloriosa", presente nos pronunciamentos dos presidentes militares e nos novos dispositivos constitucionais, passou, portanto, a manipular, de modo consciente, a aparência real dos fatos que deseja justificar. Estes pronunciamentos também se apropriaram de temas e figuras políticas para transparecer a existência de uma única classe hegemônica, como se a "revolução" simbolizasse o consenso. 70

Assim, as Forças Armadas, apoiadas por alguns setores da sociedade, prevaleceram-se de um poder arbitrário para caçar direitos políticos, suspender garantias individuais, demitir, prender, matar, torturar, entre outras prerrogativas. E fundamentados no discurso da "Revolução Gloriosa" distinguem o Estado da sociedade, e o Governo toma o lugar da Nação. De outro lado, diz vir para transformar o país em grande potência. Desta forma, o golpe de 1964 "nunca é responsável pelo que faz, pois é a oposição que radicaliza, obrigando o governo a um fazer defensivo". O discurso é enfocado como uma luta maniqueísta entre o bem e o mal. Dentro desse tipo de discurso, está também situada a manipulação, em que são ocultadas as divisões, as diferenças e as contradições. Como diz Marilena Chauí, "são montados um imaginário e

٠

⁶⁹ A compreensão aqui utilizada da relação entre Estado e sociedade civil toma como fundamento a reflexões de Antonio Gramsci, ler a respeito em: Antonio Gramsci, Concepção dialética da história, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, e ainda: Milton Lahuerta, "Intelectuais e resistência democrática", in: Gramsci e o Brasil, 2001. Disponível em:
http://www.acessa.com/gramsci/?id=23&page=visualizar>. Acessado em 10/09/2011.

⁷⁰ José Luiz Fiorin, O regime de 1964: discurso e Ideologia, São Paulo, Atual, 1988, pp. 18-138.

⁷¹ José Luiz Fiorin, O regime de 1964, pp. 74-75.



uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, dando-lhe a aparência do universal". 72

É sob essa ordem discursiva e em conformidade com o novo ordenamento jurídico, instituído a partir do AI-1, que os acontecimentos passariam a ser desdobrados e apreciados pelas autoridades civis e militares que integravam a nova ordem institucional do país. Neste particular, os movimentos de cultura e educação popular e seus participantes, muitos dos quais estudantes universitários ou recémegressos do ensino superior, passaram a ser alvos não gratos dos órgãos de segurança e informação. A partir desse posicionamento, segundo estudiosos do campo da educação, os "movimentos de educação e cultura popular foram destruídos e os seus educadores e aliados cassados, presos e exilados. Para eles, como para as lideranças dos trabalhadores, começa o caminho em direção aos "anos de chumbo". 73

Em Sergipe, a extinção dos movimentos de cultura e educação popular, coordenados ou apoiados pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura, em 9 de abril de 1964, reproduzia os efeitos do fechamento de órgãos e movimentos congêneres pelo país, assim como a mudança de olhar para com os participantes desses movimentos.⁷⁴

Neste sentido, a mesma decisão administrativa que havia revogado o MCP no estado informava também a revogação das portarias de diversos outros movimentos, como a dos centros populares de cultura mantidos pela UEES e pelos diretórios acadêmicos das Faculdades de Direito, Filosofia e Ciências Econômicas.⁷⁵

⁷² Marilena Chauí. *Cultura e Democracia*, 8 ed, São Paulo, Cortez, 2000, p. 21.

⁷³ Luiz Antônio Cunha, Moacyr Góes. O golpe na Educação, Rio de Janeiro, Zahar, 1985, p. 34

⁷⁴ GAZETA DE SERGIPE, Secretário de Educação extingue Movimento de Cultura Popular, Ano IX, nº 2379, 10 de abril de 1964, p.6. Ainda a esse respeito consultar: Vanilda Pereira Paiva. Educação popular e educação de adultos, São Paulo, Loyola, 1987, pp. 255-258.

⁷⁵ José Vieira da Cruz. *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os Movimentos Culturais do início dos anos 60*: 1962-1964, São Cristóvão, UFS, 1998, (monografia de graduação).



Essas medidas, segundo o que foi noticiado pelas autoridades estaduais e federais, visavam pôr um fim aos chamados focos de "agitação social". Entre estes focos estavam também identificados pelas autoridades "revolucionárias" o Movimento de Educação de Base (MEB) e a também fechada Campanha Nacional de Alfabetização (CNA). Esses movimentos, juntamente com o Movimento de Cultura Popular (MCP), haviam sido responsabilizados, segundo as autoridades golpistas, pela sistematização e difusão de práticas de alfabetização com claros fins de agitação política, além de considerarem que essas experiências eram desenvolvidas através de programas radiofônicos, de grupos de cultura popular e da aplicação do método de alfabetização idealizado por Paulo Freire, sendo que este último começou a ser desenvolvido oficialmente no estado entre o final de 1963 e início de 1964.⁷⁶

Participante da experiência do Movimento de Cultura Popular, a então estudante do curso de Letras da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, Maria de Lourdes Rodrigues Correia, recorda que após o processo de seleção, ocorrido por volta de 1963, ela foi fazer o curso de educação de adultos na SUDENE, na cidade do Recife, numa duração de aproximadamente seis meses. E lá teve contato com Paulo Freire .e. com outros educadores que ministravam as aulas. Posteriormente, segundo Rodrigues, Paulo Freire e sua equipe estiveram em Sergipe para fazer um plano-piloto focado na experiência do seu método de alfabetização. Após esse encontro pedagógico, já na condição de supervisora do "Método Paulo Freire", ocorreu o golpe e "de repente eu perdi o emprego! Eu estava trabalhando na Secretaria de Educação, em nível federal porque o Movimento de Cultura Popular era federal e fui posta para fora". ⁷⁷

Após o fechamento desses movimentos/experiências de cultura e educação popular, muitos dos seus participantes foram presos e passaram a responder a Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Entre os IPMs instaurados, destaca-se o movido contra as lideranças do movimento estudantil e, em particular, contra os estudantes e educadores que tomaram parte da CNA. Este IPM, vinculado à Auditória da 6ª Região

_

⁷⁶ GAZETA DE SERGIPE, Secretário de Educação extingue Movimento de Cultura Popular, p. 6.

⁷⁷ Maria de Lourdes Rodrigues Correia, entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio, Aracaju/SE, 31/04/11.



Militar sob o nº 27/1965, ficou sob a responsabilidade do 1º tenente Jorge Henrique Leite Fontes e dos escrivães: 3º sargento Andrade Alves da Anunciação e 1º sargento Gildrasio Silva Andrade. No inquérito, além dos estudantes/educadores e dos dirigentes do CNA, foram também indiciados os funcionários que trabalhavam na mencionada companha por suspeita de corrupção e de subversão.⁷⁸

No decurso desse inquérito, após a juntada de documentos recolhidos na sede do CNA – situada na rua São Cristóvão, nº 1840 –, entre os quais: os exames de seleção dos educadores, termos de perguntas dos indiciados e os termos de inquirição de testemunhos, o encarregado, o 1º tenente Jorge Henrique Leite Fontes, examinando os depoimentos e demais documentos arrolados, subscreveu no relatório de 4 de setembro de 1964 que não havia culpabilidade de vários dos indiciados. Dentre eles: Renato Chagas, Arly Silva e Lisbôa, Eleonora Pereira, Jackson de Sá Figueiredo, Jackson da Silva Lima, Jugurta Barreto, José Maria Barreto, Lucia Viana Ribeiro, Marilza Dantas Maynard, Maria José de Santana, Maria de Lourdes Rodrigues Correia, Maria Auxiliadora Silva, Paulo Barbosa Araújo, Rosa Helena, Terezinha Ribeiro, Walmir Bruno Soares, Maria Auxiliadora Rosal e Zelita Rodrigues Correia.

Esses estudantes/educadores, na avaliação do 1º tenente Jorge Henrique Leite Fontes, tendo em vista que não havia provas suficientes contra eles, não foram considerados culpados de subversão. Segundo o 1º tenente Fontes, "a única probabilidade de agirem subversivamente teria sido nas entrevistas [de seleção], e esta por ser uma prova oral sem testemunhas", não se configurava em prova jurídica aceitável. Mas em relação ao CNA, ele concluiu que não se tratou de uma campanha educacional e sim de uma "campanha para fazer propaganda e doutrinar o povo sob a linha política do Sr. João Goulart". E sobre o Método de Paulo Freire, ele o considerou "eficiente e prático para o problema educacional do Brasil. Porém, a sua filosofia na parte de politização é temerária, pois, pode ser deformada, como foi". Entretanto, as conclusões desse relatório não foram consideradas satisfatóriasv pelo comandante do 28º BC, major Francisco Rodrigues da Silveira, que concluiu também "pela

⁷⁸ BRASIL, Ministério do Exército, Auditória da 6ª Região Militar, Relatório do IPM nº 27/1965, pp. 377-382.

⁷⁹ BRASIL, Ministério do Exército. Auditória da 6ª Região Militar, *Relatório do IPM nº* 27/1965, pp. 377-382.



responsabilidade da equipe de supervisores". Segundo o major Silveira, os supervisores do CNA em Sergipe, a exemplo dos coordenadores e de professores da campanha – dentre eles Paulo Freire e Pierre Fourther –, vinham incitando "no campo político-partidário a atentar [contra a] ORDEM PÚBLICA e a deturpação da filosofia de Paulo Freire". Por essas razões, na compreensão do comandante do 28° BC, eles deveriam ser incursos nos artigos 11° e 17° da Lei 1.802/1953 – Lei de Segurança Nacional – e no artigo 25° do Código Penal Brasileiro. 80

Em relação à consulta, sem restrições, do processo relacionado ao IPM movido contra o CNA de Sergipe, é preciso registrar que ela foi possível em razão da disponibilização de sua cópia cedida por Zelita Rodrigues Correia dos Santos, coordenadora do MCP em Sergipe e uma das supervisoras do CNA no estado. Essa cópia foi cedida, inicialmente, ao historiador José Ibarê Costa Dantas, que, por sua vez, disponibilizou-a para que fosse realizada a presente pesquisa. Entretanto, apesar de colaborações dessa ordem, o acesso à mencionada documentação, seja por razões de impedimento da normatização arquivística brasileira - vigente no momento de realização desta pesquisa -, 81 seja por razão da salvaguarda de direitos pessoais ou institucionais, constituiu-se em um dos obstáculos atinentes a este tipo de pesquisa. Atualmente, já sob o manto da Lei do Acesso à informação, dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e das comissões estaduais da verdade, existe a expectativa de que possa ocorrer um debate mais amplo a respeito do tema em discussão.

_

⁸⁰ BRASIL. Ministério do Exército. Auditória da 6ª Região Militar. Relatório do IPM nº 27/1965, p. 386.

⁸¹ Esse artigo é parte do quarto capítulo de minha tese de doutorado, a saber: José Vieira da Cruz. *Da autonomia à resistência democrática*: Movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985, Salvador: PPGH/UFBA, 2012.



1968: O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA BAHIA. UM TESTEMUNHO

Ubiratan Castro de Araújo¹

Falar do contemporâneo, para um historiador que ajustou o seu método para a análise do passado, não é das tarefas mais fáceis. Um dos expedientes possíveis nesses casos é proceder como Marc Bloch que, analisando a derrota francesa em 1940, produziu o que ele mesmo chamou de um testemunho estruturado, ou seja, a utilização de uma metodologia de análise do passado para construir uma versão pensada do presente. Para quem viveu os anos de rebelião estudantil e que ficou marcado pelo ano de 1968, uma espécie de ícone mundial da rebelião juvenil, este procedimento reflexivo é uma salvaguarda contra toda evocação fantasiosa.

O ano de 1968, tomado como baliza de uma rebelião generalizada de jovens, não pode ser entendido senão como um momento conjuntural, em que se potencializaram distintos e não sincronizados processos de mudança nas sociedades que se identificavam, à época, como ocidentais. A própria perplexidade dos "establishements" dos vários países atingidos bem revela esta acidentalidade na convergência de fatores de ordem política, social, cultural que foram combustíveis dessa onda rebelde.

A pauta do descontentamento era inteiramente diversa em cada país. Nos Estados Unidos a tensão racial ganhara as ruas e os becos com o movimento pelos direitos civis dos negros, liderado pelo reverendo Martin Luter King Jr., e com a contestação armada ao racismo pelos vários movimentos organizados, como os Panteras Negras e outros militantes do "Black Power". Também os jovens, as principais vítimas de um recrutamento militar, para alimentar com suas vidas uma presença crescente dos EEUU na guerra do Vietnam, reagiam contra o militarismo e contra a guerra. Na Europa, fervilhava a insatisfação com o legado do pós-guerra, da guerra fria e do alto preço social e cultural da reconstrução das economias. Explodia

_

¹ Diretor-Geral da Fundação Pedro Calmon (FPC). Doutor em História pela Université Paris IV-Sorbonne.



também, entre jovens e intelectuais a repulsa ao imperialismo russo na Europa Ocidental, que vitimara a Hungria, em 1954, e que pressionava a Tchecoeslováquia, de Alexander Dubcech. No mundo colonial, as revoluções sociais descolonizadoras avançavam irresistivelmente, tendo como vivência mais radical o Sudoeste Asiático. Também a América Latina experimentava uma radicalização crescente dos movimentos pela independência econômica e política em relação à onipresença americana, animados e inspirados pelo sucesso da Revolução Cubana.

A CRISE POLÍTICA BRASILEIRA

O Brasil, a exemplo dos outros países, também experimentava as suas crises. A sociedade brasileira vivia a perplexidade com a interrupção abrupta de um processo de mudança sociais, econômicas e políticas, orientado por um projeto nacional, desenvolvimentista e populista, animado pelos movimentos políticos e sindicais de esquerda. Era a ditadura militar. O golpe de 1º de abril de 1964 é a baliza inicial de um processo de convulsão social, em que a rebelião estudantil de 1968 é um incidente.

A primeira crise instalava-se na esfera das elites dirigentes brasileiras. A violenta ação militar, que se dizia restauradora da democracia contra o comunismo, rompera com um sistema de poder baseado no "pacto populista" e não trouxera consigo um projeto político novo para o país. Na verdade, a corporação militar oscilava dividida entre vários modelos econômicos, do desenvolvimentismo à submissão total diante da hegemonia americana. As várias facções militares engalfinhavam-se pelo controle exclusivo do aparelho de estado e não haviam assentado um consenso sobre o modelo político alternativo que viriam a adotar. Alguns, seguidores do general Castelo Branco, tendiam para a recomposição de um poder civil conservador com apoio militar. A chamada linha dura propugnava o controle exclusivo da gestão da sociedade pela corporação militar, havia também os nacionalistas que acreditavam poder implementar o projeto de desenvolvimento econômico sem participação popular e sem a intromissão da esquerda e dos sindicatos.



Essa crise política da elite reproduzia-se agudamente na Bahia. O governador do Estado, Luís Viana Filho, alinhava-se no grupo do ex-presidente Castelo Branco, de quem fora chefe da Casa Civil. Acreditava que a intervenção militar deveria ser transitória, preparando um novo regime civil para estabilizar um projeto conservador e anticomunista. Entre 1968, este grupo vinha perdendo espaço progressivamente em relação ao grupo militar denominado de "linha dura", que defendia a ocupação permanente do poder pela corporação militar, e que tudo fazia para o descrédito e eliminação dos políticos civis.

Do ponto de vista da política estadual, o governo Luís Viana Filho continuidade ao projeto desenvolvimentista industrializante em curso desde o Governo Balbino (1954), acelerando a implantação do Centro Industrial de Aratu e o projetamento do Complexo Petroquímico de Camaçari. Este projeto, liderado pela elite econômica do Estado, contava com o apoio integral das esquerdas baianas que, aliás, haviam se destacado na elaboração das estratégias políticas e no planejamento econômico deste renascimento econômico da Bahia. O golpe militar de 1964 não havia abalado este pacto regional hegemônico, apesar de ter perseguido e afastado de centro de decisões os intelectuais mais afinados com a esquerda, tais como Rômulo Almeida e Milton Santos.

Apoiado regionalmente mas sob pressão federal, o governo estadual adotava uma postura de fidelidade ao discurso da "revolução dos militares". Na prática, amenizava a violência contra os movimentos populares, que no fundamental continuavam a apoiar a política desenvolvimentista para o estado. Esse dado é fundamental para entender a conjuntura de 1968 na Bahia, posto que essa peculiaridade da política regional fez com que o movimento estudantil e a esquerda politicamente organizada experimentassem um grau bem mais aliviado de repressão na Bahia, comparada à violência que se desencadeava em outros estados brasileiros, notadamente Minas, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. A bem da verdade, durante o biênio 67/68, mantiveram-se abertos os canais de negociação entre o movimento estudantil e o governo do Estado. Era o lado mais "light" da ditadura militar no Brasil! Para contrabalançar esta flexibilidade



civil, a Sexta Região Militar de Salvador, fazia a pressão pela política do "pau puro".

A CRISE DA ESQUERDA

A esquerda vivia também a sua crise, que tinha ares de terminal. A rápida e ampla derrota, em 1964, expressava-se pela incapacidade de reação imediata ao golpe de estado, como também pela extrema dificuldade de reorganização da oposição ao novo regime. Acrescente-se a esses fatores, a eficácia da repressão militar aos movimentos corporativos e de massa, em uma conjuntura marcada pelo arrocho salarial e pela tentativa de revogação das conquistas sociais oriundas do regime anterior. Foge aos objetivos desse testemunho reabrir toda uma bibliografia acadêmica sobre o golpe de 64 e seus efeitos no Brasil. Procuraremos, tão somente, rememorar um estado de espírito da juventude estudantil que, naquele momento, lia Florestan Fernandes e Caio Prado.

O primeiro sentimento generalizado era o de repúdio à ditadura militar. A palavra de ordem "Abaixo à ditadura" era realmente unificadora. Diversos eram os argumentos, ênfases e propósitos. O consenso era o de que a intervenção militar havia interrompido um processo de desenvolvimento econômico, político e social que poderia ter levado o Brasil a uma situação de maior independência externa vis-à-vis os Estados Unidos e a uma melhor condição de vida dos brasileiros.

O segundo sentimento generalizado era o de frustração pela derrota do amplo movimento popular, pelas reformas de base durante o governo Jango. Daí derivou o convencimento de que os movimentos representativos das classes populares estavam impossibilitados de retomar os movimentos de massa capazes de derrubar a ditadura e de reativar um projeto de transformação social. Rapidamente se configura nesse imaginário político a crença de que os estudantes, grupamento jovem e pluriclassista, mais desmarcado da repressão policial e militar, poderia substituir as chamadas classes fundamentais na reativação do movimento popular no Brasil. Criou-se mesmo uma consciência de "missão histórica dos jovens e dos estudantes".



Um terceiro sentimento difundiu-se e consolidou-se: o desprezo aos vencidos! Acreditava-se que, além da força dos golpistas, as lideranças políticas do movimento popular anterior a 1964 eram os responsáveis pela derrota. A crítica ao populismo desqualificava inteiramente a liderança trabalhista; a crítica ao reformismo, culpabilizava os comunistas, especialmente os do Partido Comunista brasileiro, denominado por todos de Partidão para significar grande, pesado e lento, e mesmo batizado por alguns como "trambolhão histórico", ou "flamengão". Acreditava-se também que cabia aos jovens reconstituir os partidos de esquerda, ou a vanguarda do movimento popular como se costumava dizer na época. Era um segundo dever histórico dos jovens estudantes às vésperas de 1968.

Os partidos da esquerda haviam sobrevivido, às duras penas ao golpe militar. Muitos dos seus melhores quadros estavam fora de combate, seja por morte, prisão ou exílio. A rápida recomposição destes grupos se fez com contingentes de jovens, em sua maioria oriundos do movimento estudantil, que levaram para o interior dos partidos o furor desses sentimentos e pretensões. O Partidão é o mais representativo desse fenômeno, recomposto e cheio de jovens, em 1966, experimentou acirrado debate interno que fez surgir um ininterrupto movimento de descontentamento e de dissidência até 1969. Deste processo saíram os que vão compor as organizações guerrilheiras e que ocuparão o centro de cena política entre 1969 e 1971. A Ação Popular, tradicionalmente de grande audiência entre os jovens e rival do Partidão no movimento estudantil, afastou-se cada vez mais de sua matriz católica na direcão ao marxismo leninismo até fundir-se com o pequeno e barulhento Partido Comunista do Brasil, de orientação chinesa, passando a formar o que foi denominado ironicamente no movimento estudantil de "Santa Aliança".

A pequena Política Operária (Polop), mais conhecida como "a Vestal de Revolução" pelo purismo teórico e defesa intransigente do leninismo, modificou-se progressivamente na direção do trotskismo, cresceu e, no fim de 1968, ganhou alguma densidade de massa entre os estudantes universitários e secundaristas. A História da esquerda tem estabelecidas as peculiaridades e diferenças de pensamento e de práticas destas correntes políticas. Aqui, vale ressaltar que a diversidade dessas alternativas estimulava ao extremo o



debate político e teórico no movimento estudantil, dando aos que mais incorporavam esse espírito de época a sensação de que podia escolher, em um menu variado, os seus próprios destinos e, ao mesmo tempo, os destinos do Brasil.

Além desses sentimentos e pretensões, a juventude vivia todos os impactos de uma cultura de massa internacionalizada, dos quais "o jovem" emergia como agente social ativo e rebelde. Da juventude transviada de James Dean e do existencialismo, estereótipos de uma rebeldia reativa e autodestrutiva, típicas dos fins dos anos 50 e começo dos 60, transformaram-se em um novo formato de juventude, frenético, heróico e erótico, romântico, agressivo. Para os que a esquerda estudantil chamava de alienados, como cantava-se na França: "cabelos longos, ideias curtas", o grande símbolo eram os Beatles e todo o yeyeye que os sucedeu. Para o jovem "consciente", o ícone era o Che Guevara, o revolucionário romântico, vitorioso em Cuba e destinado ao papel de Cristo redentor da África e da América Latina. Esta autovalorização da juventude nutria uma atitude de desdém em relação a tudo e a todos que eram identificados com a velhice. Os irmãos Vale cantavam na televisão: "Não confie em ninguém com mais de trinta anos, não confie em ninguém com mais de trinta vestidos, o professor tem mais de trinta minutos para decidir a sua vida".

Esta era a arrogância generacional, com uma convicção de que o jovem podia tudo: mudar a si próprio, mudar os costumes, os padrões estéticos, a sociedade, fazer a REVOLUÇÃO. Esse jovem demiurgo era assim um elemento desestabilizador do "sistema" e da esquerda ao mesmo tempo.

A CRISE NA EDUCAÇÃO NACIONAL

O jovem rebelde estava na escola, na Universidade, em um momento em que o regime militar empreendia uma reforma institucional no país, o que eles chamavam aliás de revolução. Para os golpistas, principalmente os da "linha dura", não bastava assumir o governo e decapitar o movimento popular. Para eles, era necessário desativar ou refazer as instituições do Estado que representavam a permanência de valores e conquistas populares. Os dois exemplos



mais gritantes foram a destruição de todo um transporte ferroviário e marítimo de cabotagem pela incapacidade de apagar de vez a organização dos respectivos sindicatos setoriais. A Universidade Pública era uma dessas instituições a serem domesticadas. Como poderia uma ditadura militar conviver com uma instituição que continuava a pensar e a produzir pensadores críticos e independentes?

O governo militar tinha sido cruel com a Universidade Brasileira. Em 1964, havia praticamente destruído a Universidade Nacional do Rio de Janeiro, tinha assestado um golpe mortal na UNB e procurava danos quase irreparáveis na USP. Em todas as outras, capitães e coronéis prendiam, processavam e perseguiam professores e alunos considerados de subversivos. Entre 1964 e 1966, cada um resistia como podia.

Na Bahia não foi diferente. O golpe militar de 1964 provocou uma devassa na UFBA. Professores foram presos e responderam a IPMs. A mão mais pesada abateu-se sobre o setor mais dinâmico da Universidade, o movimento estudantil. O que queriam destruir? Em primeiro lugar, um movimento extremamente ativo no apoio ao movimento popular pelas reformas de base; em segundo lugar, um movimento que contestava a universidade conservadora e coronelista do Dr. Edgard Santos; em terceiro lugar, um movimento que se havia qualificado como vanguarda regional na produção cultural.

É exatamente através da questão cultural que identificamos o que é mais especificamente baiano. Contrariamente ao que está em moda divulgar-se sobre o mecenato do reitor Edgard Santos, antes de 1964, o dinamismo cultural era propulsionado pelos estudantes contra o conservadorismo da reitoria. Por exemplo, o debate avançado das ideias filosóficas, políticas e literárias passava pela Revista Ângulos do Centro Acadêmicos Rui Barbosa – CARB, da Faculdade de Direito. Outro exemplo é o da Escola de Teatro. Cabe até um protesto aqui. Uma peça rememorativa e laudatória dos tempos de Edgard Santos e Martim Gonçalves, seu diretor, comete a indelicadeza de qualificar o movimento do Teatro dos Novos no Vila Velha como "o Potenkim ancorado no Campo Grande". Vale ressaltar que o papel inovador nas artes cênicas vai ser desempenhado pelos estudantes da Escola de Teatro, tais como Helena Inês, Geraldo Del Rey, Petrovitch



e outros que se rebelaram contra o conservadorismo da Escola de Teatro e juntaram-se ao grupo do Vila Velha, liderado por João Augusto.

Desse movimento estudantil universitário saiu a seiva que vai nutrir o movimento de cultura popular, que ganha o grande público através os CPCs da UNE. É desse movimento cultural estudantil que saiu o Cinema Novo e o Tropicalismo, e não do mecenato do Dr. Edgard.

O governo militar reprimiu exatamente este lado mais brilhante da Universidade dos anos 60: prendeu e arrebentou lideranças, mas não matou nem a memória nem a transmissão militante para a geração estudantil pós-64 da experiência de pensar em liberdade, em um tempo povoado de "dedos-duros", censores e agentes do DOPS. Resistir ao regime militar era acima de tudo lutar pelo direito de pensar em um padrão de qualidade da geração anterior. Basta lembrar de Wally Salomão, um dos últimos diretores culturais do CARB, em 1967, discutindo Lukacs na cantina de Direito, entre um café e outro. Não dá para esquecer do papel do movimento do 'Cinema de Arte" e principalmente do grupo do Vila Velha.

Esta referência à resistência cultural é indispensável para que se possa compreender a primeira manifestação de massa estudantil contra a ditadura, em 1966, no Colégio Central da Bahia. A proibição da peça "Venturas e desventuras de um estudante", da autoria de Carlos Sarno, paralisou o Central, mobilizou secundaristas e universitários, reativou a manifestação pública contra a ditadura militar e, por consequência, provocou a primeira ação repressiva organizada contra o movimento estudantil pós-64. Para uma periodização do movimento estudantil de 1968 na Bahia, o marco inicial é a greve do Central, em 1966, e o marco final é a volta dos presos do Congresso da UNE em Ibiúna, em dezembro de 1968.

Apenas reprimir o movimento estudantil não bastava à ditadura. O passo seguintes do governo seria empreender uma ampla reforma do ensino secundário e superior, imitando o modelo americano. Surge então uma sigla fantasmagórica que levantou secundaristas e universitários: o Acordo Mec-Usaid. A implementação



do projeto, que resultou desta comissão mista Brasil-Estados Unidos, constituiu-se um grande inimigo do Movimento estudantil.

Na Bahia, o primeiro grande afrontamento entre o movimento estudantil e o governo militar se deu em 1967. O governo Luís Viana apresentou o projeto da lei Orgânica do Ensino, que regulamentava a nível estadual a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Associação dos Professores Licenciados do Brasil - Secção da Bahia, dirigida por sobreviventes do movimento estudantil anterior a 1964, como Juscelino Barreto e José Arapiraca (citando apenas os finados), denunciou que a Lei Orgânica continha dispositivos que permitiam a introdução do ensino pago na rede pública estadual. A partir daí, uniram-se movimentos secundarista e universitário contra o ensino pago. O movimento ganhou a adesão da população, principalmente de pais de alunos. Aconteceram as grandes passeatas de jovens de 11 a 21 anos. Cantou-se tudo nas ruas de Salvador, do Hino Nacional à Marselhesa. Fiel à sua orientação política, o governo estadual não reprimiu o movimento, negociou, cedeu e o próprio Luís Viana foi à televisão assegurar à população a manutenção da gratuidade do ensino em toda a rede pública estadual.

O movimento estudantil festejou a sua primeira e única grande vitória contra o regime militar na Bahia. Por um lado, impediase a aplicação dos princípios do projeto Mec—Usaid no ensino público secundário, por outro lado recuperava-se a capacidade política e operacional de manifestar-se como oposição ao regime militar e de estabelecer, através de manifestações públicas e passeatas, um canal de comunicação com a população.

O governo voltou a atacar, agora no ensino superior. Os princípios do Mec-Usaid aparecem agora no projeto de Reforma Universitária. Do ponto de vista acadêmico, a reforma implicava em uma reorganização do trabalho universitário e dos cursos à imagem e semelhança do modelo de universidade americano. Do ponto de vista social, reagia-se à reforma por considerá-la elitista e privatista. Do ponto de vista político, lutava-se contra a transformação da Universidade Brasileira em mero repassador do conhecimento de ponta produzido nas universidades americanas, para atender aos



interesses da política de dominação política, econômica e cultural daquele país sobre a América Latina.

Para o estudante comum, a luta contra a reforma do Mec—Usaid tornou visível a tese da esquerda que apontava para uma luta necessariamente articulada contra a ditadura militar brasileira e contra o imperialismo americano. Bob Campos e Bob Kennedy, estes eram os adversários! Por aí se deu a inevitável politização do movimento estudantil, pois a derrubada da ditadura militar era o objetivo a ser alcançado para impedir a privatização e americanização da Universidade. O ano de 1968 foi marcado pela polarização da pauta do movimento estudantil: estudantes x militares; Universidade x Governo; cultura x ditadura.

TÁTICAS E ESTRATÉGIAS

Como derrubar a ditadura? Como abalar o imperialismo? O que fazer da Universidade? Estas eram as questões centrais da revolução jovem. Mais importante talvez do que o factual das passeatas, da repressão policial e das assembleias, seja pontuar táticas e estratégias que orientaram o movimento estudantil durante o ano de 1968.

A concentração Ação Popular + PC do B, que dirigia a União Nacional dos Estudantes, gestão Travassos, orientava suas ações para a reconstrução de uma frente popular anti-ditadura e anti-imperialista, capaz de operar a chamada revolução democrático popular, ou seja, o mesmo projeto nacional desenvolvimentista em regime de aliança com burguesia nacional, sob o comando da esquerda. Era na verdade o populismo de esquerda. Na condução da luta cotidiana na Universidade, a ação deste grupo político tinha como objetivo maior a demonstração para os estudantes e para a sociedade em geral que todos os problemas derivavam da dominação imperialista. Como diziam à época, o importante era a questão global. Esta posição política empolgou grande parte do radicalismo jovem, alimentando-se do prestígio internacional da Revolução Cultural maoísta e dos Vietcongs contra os americanos no Vietnam. Em 1968, ganharam a eleições para o DCE-UFBA e perderam por pouco as eleições para a UEB.



O Partidão, de expressão mais regionalizada, dirigia a União Estadual dos Estudantes nos anos 67 e 68, fazia o discurso da moderação e do "realismo". Limitava os seus objetivos à liberalização do regime político, de modo a possibilitar a recomposição do poder civil em uma democracia institucional. Era o chamado reformismo. O projeto desenvolvimentista aparecia nestes discursos intimamente ligado ao projeto baiano liberado pelas elites regionais. Esta proximidade política assegurava a este grupo um canal mínimo de negociação o governo Luís Viana, que foi diminuído progressivamente, à medida em que o governo do Estado ia perdendo poder para a Sexta Região militar, comandada pelo general Abdon Sena, e para os aparelhos nacionais de repressão. Esses canais foram preciosos nos momentos para evitar choques, para soltar presos, o desgaste deste grupo, antes hegemônico na Bahia, era progressivo por três ordens de fatores: 1. O processo de alijamento dos seus interlocutores liberais e civis; 2. Os objetivos limitados do seu discurso o tornavam cada dia menos atraente aos ouvidos de jovens que se julgavam capazes de algo mais do que a democratização do regime político; 3. Os sucessivos rachas e dissidências levaram a maioria dos seus militantes no Brasil aos grupos que defendiam e depois praticaram ações armadas. Ainda assim, a Bahia foi um dos poucos estados em que o Partidão ganhou as eleições para a UEB em fins de 1968.

Além destas duas posições majoritárias, durante o ano de 68, em função do processo de radicalização nacional da luta estudantil. Consolidou-se uma terceira posição, que se apresentou às eleições da UEB em fins de 68 sob o nome de Universidade Crítica. Nela, se concentravam as dissidências do Partidão e os estudantes que se identificavam com o Partido Operário Comunista, oriundo do Polop. Diferenciavam-se da AP do B, porque davam prioridade às lutas internas da universidade, de modo a democratizá-la internamente e transformá-la de uma espécie de "santuário" ideológico e operacional a uma luta revolucionária mais geral. Diferenciavam-se igualmente do AP do B e do Partidão por defenderem a luta contra a ditadura como uma forma de luta imediata pelo socialismo. O maior sucesso deste grupo foi a eleição de José Dirceu para a direção da UNE e a maior e terminal derrota foi o fracasso da montagem militarizada do Congresso da UNE em Ibiúna, SP.



1968: o movimento estudantil na Bahia. Um testemunho

COMENTÁRIOS FINAIS

Uma das linhas mais interessantes para a análise do movimento estudantil em 1968 na Bahia é a compatibilização do movimento nacional e do movimento na Bahia. As características específicas do contexto baiano atuaram no sentido de criar um espaço político e social menos hostil na Bahia, o que, por sua vez, também atuou como freio à radicalização política na Bahia. O jovem baiano vai sentir o terror da repressão policial logo após o AI-5 e a aplicação do Decreto 477. A nacionalização da repressão à juventude, na Bahia, completou-se em 1969, com a anulação total de qualquer possibilidade de autonomia do governo estadual, com a centralização da repressão policial nos organismos nacionais de combate à luta armada. Mas isso é outra história.

Uma outra reflexão importante é a centralidade da questão cultural para os movimentos jovens na Bahia, em todas as suas tendências, de modo à repressão feroz de 1969/70 não sobreviver ao desespero. Toda uma energia resistente se reprocessou em um baianismo resistente, que vai do tropicalismo à contra-cultura, fazendo dos velhos e novos baianos um modelo nacionalmente hegemônico de resistência à cultura da ditadura vitoriosa nas armas: o milagre brasileiro, a bolsa de valores, o ufanismo futebolístico, etc......



FUTEBOL, COMEMORAÇÕES E DITADURA: O CONSENSO DURANTE OS ANOS MÉDICI1

Janaina Martins Cordeiro²

Domingo 9 de julho de 1972. O tempo na cidade do Rio de Janeiro estava instável, chuvoso, com temperaturas oscilando entre 16 e 27 graus. Típico inverno na Guanabara. O Jornal do Brasil avisava aos seus leitores: aqueles que pretendiam ir ao Maracanã deveriam se preparar para enfrentar tempo instável e temperaturas em declínio³. Todavia, os avisos do jornal e o vento frio que se podia sentir nas ruas da cidade não impediram que cerca de cem mil torcedores comparecessem ao maior estádio do mundo para apoiar a seleção tricampeã de futebol.

Finalmente chegara o dia da grande final do Torneio Independência ou, como ficou conhecido em 1972, a Minicopa de futebol. Organizado pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD) antecessora da atual Confederação Brasileira de Futebol (CBF) -, o torneio homenageava o Sesquicentenário da Independência do Brasil.

O Sesquicentenário, ou o 150° aniversário da emancipação política brasileira foi uma das maiores, se não a maior festa cívica nacional realizada sob a ditadura, comemorado com uma grande festa. A rigor, mais que um retorno ao passado, as comemorações propunham festejar o presente: o Brasil deixava de ser o país do futuro para transformar-se no país do presente. Vivia-se, então, sob as expectativas criadas pelo Milagre brasileiro e o otimismo não era um sentimento estranho àquela sociedade. Ao contrário, para além dos anos de chumbo, expressão que passou, a partir das batalhas de memória a sintetizar a

Este artigo é baseado no capítulo 4 de minha tese de doutorado sobre as comemorações do Sesquicentenário da Independência durante a ditadura civil-militar, em 1972. O capítulo intitula-se "Das solenidades das comemorações à festa do futebol". In: Janaina Martins Cordeiro. Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

² Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

³ Jornal do Brasil, 09/07/1972, p. 43.

⁴ Cf. o discurso de Ano Novo (1971-1972) pronunciado pelo Presidente Emilio Garrastazu Médici. In: Nosso caminho. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972, pp.76-7



imagem dos primeiros anos da década de 1970 e as relações da sociedade com a ditadura, as possibilidades de emprego, de ascensão social, o deslumbramento com o *Brasil moderno* eram modos de perceber a realidade nacional relativamente comuns.

Assim, em 1972, comemorava-se não apenas D. Pedro I – o grande herói daquela festa –, mas também, as expectativas em torno do *Brasil grande*, a efetiva *construção da potência* que se expandia para o Norte, construindo estradas, rasgando a *impenetrável* floresta, domando-a. Comemorava-se os números recordes da economia, o crescimento industrial, enfim, o *Brasil moderno* que a ditadura, então vitoriosa, ajudava a construir.

Nesse sentido, as festas deveriam ser grandiosas, fazendo jus ao quadro palpitante das realizações brasileiras.⁵ Eventos de proporções nacionais – exaltando os esforços de integração nacional, nos quais o governo se empenhava – foram previstos e realizados. Ao mesmo tempo, a festa deveria ser uma imponente evocação patriótica. Do Oiapoque ao Chuí, pessoas saíram às ruas para comemorar D. Pedro I, o príncipe da autoridade, festejado país afora como o grande herói daquele ano. Grupos inteiros da sociedade civil manifestavam-se, querendo dar sua contribuição para aquilo que prometia ser um grandioso espetáculo cívico-patriótico; outros tantos não se ofereceram para colaborar, mas participaram, atendendo à convocação do regime para comemorar: empunhando bandeiras, portando chapéus de soldado verde-amarelos, erguendo cartazes de dizeres patrióticos, compuseram a mise-en-scène comemorativa. Outros participaram de maneira mais discreta, austera, respeitando, no entanto, a recuperação da História-Pátria que se realizava em 1972.

Um dos grandes eventos que compuseram o calendário oficial das comemorações do Sesquicentenário foi a Taça Independência, um torneio de futebol que ocorreu em vários estádios país afora e reuniu vinte seleções de diversas partes do mundo. O futebol se constituiu em espaço fundamental – especialmente após a conquista do Tricampeonato Mundial de 1970 –, através do qual expressivos segmentos da sociedade

-

⁵ Antonio Jorge Corrêa. *As Comemorações do Sesquicentenário*. Biblioteca do Sesquicentenário, 1972, p.9.



manifestavam seu consentimento com relação ao regime. Em 1972, associado às comemorações do Sesquicentenário, foi uma forma de comemorar os *heróis do presente*: a *seleção canarinho*. Era também uma tentativa de prolongar a grande euforia que a vitória no Mundial de 1970 provocou na sociedade e reafirmar a popularidade do Presidente Médici, sabidamente, um apaixonado por futebol.

Naquele 9 de julho, o *escrete canarinho* disputaria o título da Taça Independência com a seleção portuguesa. Brasil x Portugal ou Brasil & Portugal? O jogo, a finalíssima, ela própria uma grande metáfora do Sesquicentenário. Como aconteceu em outros eventos, foi mais uma vez, uma oportunidade de se festejar a *pacífica independência* e a amizade com os colonizadores. *Marmelada*? Talvez...

Mas, a verdade é que o desempenho da seleção portuguesa surpreendeu os especialistas. Era, nesse sentido, um convite a observar o futebol ao mesmo tempo *de dentro e de fora*, como explica José Miguel Wisnik ao analisar os escritos do cineasta italiano Pier Paolo Pasolini a respeito do esporte:

Na verdade, era nesse ponto de estrangulamento, de certa forma desesperado, inquieto e fecundo, que a sua paixão viva não se deixava anular nem separar de sua consciência crítica, exigindo ver o futebol ao mesmo tempo *de dentro e de fora*, suportando a consciência daquilo que ele tem de alienante e manipulado em nome daquilo que tem de autêntico, memorável, apaixonante e inesperado – em outros termos, bem seus, naquilo que ele tem de popular e real.⁶

A presença de Portugal na final era, portanto, simultaneamente, algo que remetia ao caráter *manipulado* e *espetacularizante* que o futebol vinha adquirindo então. Mas, ao mesmo tempo, tinha qualquer coisa de *inesperado* naquela final. O *inesperado*, o dramaticamente surpreendente. Estas, sim, características inerentes ao futebol. Assim, conquanto ninguém pudesse negar que, no ano do Sesquicentenário uma final entre Brasil x Portugal seria, de fato, a perfeita síntese do *espetáculo* que o

.

⁶ José Miguel Wisnik. Veneno remédio: o futebol e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.15.



governo vinha oferecendo aos brasileiros em 1972, muitos não esperavam que os portugueses fizessem uma campanha praticamente irrepreensível do ponto de vista técnico. Sobretudo, muitos não contavam com os tropeços de seleções fortes como a da Escócia, Argentina ou Uruguai. Dessa forma, embora os portugueses não fossem um dos destaques iniciais do Torneio, a seleção, cuja base era o time do Benfica, melhorava a cada jogo.⁷

E assim, inesperada mas muito *apropriadamente*, naquele ano de Sesquicentenário, Brasil e Portugal fizeram em um típico domingo de inverno carioca, a grande final do Torneio Independência. A *peleja* estava marcada para começar às 18 horas. A base do *escrete canarinho* era praticamente a mesma que jogou o Mundial de 1970 no México. *Praticamente*. Afinal, não tinha mais Pelé, que fez duas partidas de despedida da seleção brasileira ainda, em 1971. Mas tinha Tostão, Rivelino, Jairzinho... E lá se foram os cem mil torcedores assistir aos campeões do mundo jogando uma final internacional em pleno Maracanã.

A expectativa era grande. Mesmo o Brasil não tendo feito uma campanha excelente durante o Torneio, não era todo o dia que se podia assistir à seleção tricampeã do mundo disputar uma final internacional no Maracanã. No dia da partida, em sua coluna no *Jornal do Brasil*, o jornalista Armando Nogueira afirmava: "chegar à final da Taça me parece mais mérito de Portugal que do Brasil". No mesmo dia, o anúncio da capa do jornal falava apenas em um *ligeiro* favoritismo da seleção brasileira:

Ligeiramente favorita – apesar de não ostentar a forma que a consagrou no Mundial do México, há dois anos – a Seleção Brasileira decide às 18 horas de hoje, no Maracanã, o título de campeã da Taça Independência com a Seleção de Portugal, equipe que realizou excelente

⁷ Nelson Rodrigues. "À sombra das chuteiras imortais". In: *O Globo*, 01/07/1972, p.17.

-

⁸ A primeira partida foi em São Paulo, no dia 11 de julho de 1971. A seleção empatou em 1x1 com a Áustria, gol de Pelé. O ultimo jogo, afinal, realizou-se uma semana depois, 18 de julho, no Maracanã. A seleção empatou novamente, dessa vez em 2x2 contra a Iugoslávia, sem gols de Pelé. Cf: *Folha de São Paulo*, 12/07/1971 e 19/07/1971, Caderno de esportes.

⁹ Armando Nogueira. "Na grande área". In: *Jornal do Brasil*, 09/07/1972, p.63.



campanha durante a fase de classificação e é a melhor do país nos últimos anos.¹⁰

Apesar disso, a expectativa era a de que a seleção, finalmente, jogasse como jogou no México. A ansiedade era grande. Afinal, não era a Seleção a *Pátria em chuteiras*, como dizia Nelson Rodrigues?

Assim, dias antes da final, antes mesmo do Brasil se classificar, caravanas de ônibus estavam sendo preparadas em Salvador para levar torcedores baianos ao Maracanã. Nada menos que 3200 quilômetros de uma longa viagem para ver se confirmar a expectativa de um grande espetáculo. 11 No grande dia, não era exagero afirmar que a partir de 8 horas da manhã já era possível observar nos arredores do estádio Mário Filho a movimentação de alguns torcedores "ainda de cabelos molhados e cara de café-com-leite" 12

A torcida brasileira, enorme, entoava seus cânticos. Queriam ver Tostão, Jairzinho, Rivelino, Gerson e os demais heróis de chuteiras triunfarem mais uma vez, agora sobre a seleção portuguesa. A pequena torcida lusitana, acompanhava, de longe, a coreografia dos brasileiros.

Quem também chegou cedo foi o Presidente Médici, ainda no intervalo do jogo entre Iugoslávia e Argentina, que disputavam o terceiro lugar. Vinha acompanhado do governador da Guanabara, Chagas Freitas, e do Ministro do Exército, Orlando Geisel. Terno cinza escuro, radinho de pilha no bolso direito do paletó¹³, o ar um pouco tenso, talvez de quem tivesse acompanhado o Torneio e achasse, assim como os críticos, que Portugal tinha mais méritos. Fumou cinco cigarros, um atrás do outro. 14

Médici era apaixonado por futebol. Gaúcho, torcia pelo Grêmio. No Rio de Janeiro, era Flamengo. Desde que foi indicado à presidência da República em 1969, era presença sempre notada – e anunciada – nos

^{10 &}quot;Brasil favorito decide Taça hoje com Portugal". In: Jornal do Brasil, 09/07/1972, primeira página.

11 "Os maxi prejuízos da Taça". In: *Veja*, 12/07/1972, p.52.

^{12 &}quot;Maracanã, uma festa muito fraternal". In: Jornal do Brasil, 10/07/1972, p.45.

¹³ "Médici, um torcedor de noventa minutos". In: Jornal do Brasil, 10/07/1972, p.55.

¹⁴ Idem, idem.



estádios de futebol, sobretudo, após a Copa de 1970, fazia do futebol e de sua presença nas partidas verdadeiros *testes de popularidade*. Não faltaria, portanto, à final da *Taça Independência*, o Torneio do Sesquicentenário. João Havelange, presidente da CBD em 1972, inclusive se lembraria mais tarde que a sugestão do Torneio partiu do próprio Presidente, em uma reunião realizada no gabinete presidencial do Palácio do Planalto nos inícios de 1972:

Doutor Havelange, não temos muitos recursos, mas temos de festejar. Temos programas imensos na área de cultura, arte e música, mas o que toca mesmo a massa é o futebol. Seria bom se fizéssemos um torneio ou uma Copa que pudesse situar de maneira valiosa e preciosa o sesquicentenário. 15

A memória. Seus ditos, seus não-ditos, seus silêncios e deslocamentos – de datas, de sentidos. É, de fato, bem possível que a sugestão da realização do Torneio tenha partido do Presidente, mas, se a tal reunião foi mesmo realizada nos inícios de 1972. Médici a convocara com um certo atraso, pois, como veremos a seguir, já em fins de 1971, Havelange tinha pré-organizado o Torneio e conseguido sua oficialização na Federação Internacional de Futebol (FIFA). Antes disso, em fins de julho de 1971, uma equipe das "mais altas autoridades do futebol mundial fora convocada pela CBD para vistoriar dez dos doze estádios que receberiam os jogos do Torneio. 16 No mais, para além das vontades presidenciais, o que a lembrança de Havelange silencia é o fato de que, em 1972, apenas dois anos após a impressionante campanha da seleção em 1970, a *Minicopa* realizada *no* e *pelo* país que possuía o melhor futebol do mundo e que, além disso, vivia um momento de otimismo político, social e crescimento econômico capaz de impressionar, parecia, cada vez mais, uma boa vitrine de divulgação de sua candidatura à presidência da FIFA.¹⁷

¹⁵ Ernesto Rodrigues. *Jogo Duro*: a história de João Havelange. Rio de Janeiro: Record, 2007, p.135.

_

¹⁶ "Dez estádios recebem uma visita importante". In: *Folha de São Paulo*, 29/07/1971, p.32.

¹⁷ "Havelange, CBD, o mundo". In: Veja, 14/06/1972, p.76.



De toda forma, a memória que Havelange evocava anos depois para explicar como teria surgido a ideia do Torneio de futebol diz muito a respeito do tratamento e do status que o esporte Ganhou no país naqueles primeiros anos da década de 1970. Também dizia muito a respeito de como a figura de Médici esteve, durante seu mandato, muito mais diretamente vinculada ao futebol do que, por exemplo, à repressão. Nelson Rodrigues, em seus exageros patrióticos – se a expressão não é pleonástica -, afirmava que após Médici, "um homem que não sinta o futebol não será no Brasil um estadista". ¹⁸

Assim, antes de iniciar a grande final, os auto-falantes anunciaram a presença do grande estadista. Neste momento, repetiu-se no Maracanã uma cena que vinha se tornando comum desde 1969, não apenas ali, mas em vários outros estádios do país onde sua presença era anunciada¹⁹: aplausos, muitos aplausos. Podia-se dizer mesmo, *ovações*. A tamanho entusiasmo, o Presidente respondia com acenos e sorrisos.²⁰

Faltava pouco para as 18 horas quando, liderados pelo capitão Gerson, os heróis da nação entravam em campo. Eram eles: Leão, Zé Maria, Brito, Vantuir, Marco Antônio, Clodoaldo, Gerson, Rivelino, Jairzinho, Leivinha e Tostão. O Maracanã aplaudia, entoava hinos guerreiros, desfraldava as bandeiras nacionais. A nação inteira parecia festejar com os tricampeões.

Apresentava-se também o bravo selecionado português: Zé Henrique, Artur, Humberto, Messias, Adolfo, Jaime Graca, Toni, Peres, Jordão, Eusébio e Diniz. Quase ninguém os notou. A torcida voltava suas atenções para os tricampeões do mundo. Talvez não esperassem o mesmo show que a seleção dera no México dois anos antes, mas queriam a vitória. Precisavam da vitória para superar definitivamente o tal complexo de vira-latas, diagnosticado por Nelson Rodrigues, quando da derrota na final do mundial de 1950 para os uruguaios, em pleno

¹⁸ Nelson Rodrigues. "Eis um brasileiro que não é uma casaca". In: *O reacionário*: memórias e confissões. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p.127. A crônica foi originalmente publicada em *O Globo*, 25/05/1973.

19 "Milito, de meia-direita a presidente da República". In: *Jornal do Brasil*, 09/07/1972,

²⁰ "Primeiro, nervoso; mas depois, só alegria". In: Folha de São Paulo, 10/07/1972, p.21.



Maracanã.²¹ Aliás, o recém-batizado "Estádio Jornalista Mário Filho" precisava da vitória. Afinal, não era ele o *superestádio*, "construído para ser campeão do mundo, mas que jamais passara de campeão brasileiro?".²²

Além disso, a *nação brasileira merecia a vitória*. Era o ano do Sesquicentenário. Os cem mil torcedores no Maracanã queriam comemorar. Já o faziam pelas ruas diante de Tiradentes e D. Pedro I. Queriam agora comemorar no Maracanã. O desejo era legítimo. A Nação estava em festa. Os outros tantos torcedores pelo Brasil que acompanhavam a partida pela TV – em cores ou mesmo em preto e branco – e pelo rádio, em suas casas ou em praças públicas, queriam comemorar. Era um ano de comemorações e o escrete canarinho deveria contribuir, dando à Nação a vitória.

Pontualmente às 18 horas, o Maracanã lotado ouviu o apito do juiz Abraham Klein, de Israel. Começava o jogo.

SUPERCOPA OU MINICOPA?

Domingo, 19 de dezembro de 1971. O presidente da CBD, João Havelange retornava ao Brasil, após viagem de 27 dias à Europa, quando esteve em 11 países e 15 cidades, percorrendo um total de 49 horas de vôo e 59 mil quilômetros. Sua missão: convidar e garantir a presença das mais importantes seleções de futebol européias no Torneio Independência que ocorreria entre os meses de junho e julho do ano seguinte em homenagem às comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil.²³

Na entrevista coletiva que concedeu no dia seguinte ao seu retorno, Havelange confirmava a participação da seleção espanhola que viria no lugar dos ingleses. Estes recusaram-se desde o primeiro momento a participar da competição no Brasil.²⁴ Não obstante, o presidente da CBD

²¹ Nelson Rodrigues. À sombra das chuteiras imortais. Seleção e notas: Ruy Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp.61-3.

²² Revista Manchete, 22/07/1972, p.7.

 $^{^{23}}$ "CBD define quem participará da C. Independência". In: Jornal do Brasil, 21/12/1971, p.39.

²⁴ "Taça Independência: calendário vai mudar". In: Folha de São Paulo, 21/12/1971.



estava otimista e anunciava como certas as presenças de importantes seleções como as da França, Rússia, Portugal e, inclusive, as campeãs do mundo Itália e Alemanha Ocidental.

Antes de viajar à Europa, ainda em outubro de 1971, Havelange e Abílio de Almeida, vice-presidente da CBD, foram até o Peru, onde entregaram os convites aos países filiados à Confederação Sul-Americana: Argentina, Colômbia, Chile, Equador, Peru, Paraguai e Venezuela. A ideia era que o Torneio pudesse reunir seleções de todos – ou quase todos – os continentes. Na América do Norte, o México foi convidado. Emissários de João Havelange também foram à África e à Ásia.

A ideia era reunir vinte equipes. Quatro a mais que as dezesseis que participaram do mundial de 1970 no México. Por isso, Havelange chamava o Torneio de *Supercopa*, embora desde o começo a imprensa tivesse se referido ao evento como *Minicopa*, este sim, o apelido que *pegou*. Ambos, interessantes como metáfora do país, sobretudo naquele momento, quando o desejo de construção *da grande potência* parecia querer desafiar o *fantasma* do *eterno país do futuro*. O *pêndulo do orgulho nacional* parecia mesmo oscilar entre estes dois extremos: *super* e *mini*, sobretudo se tomarmos como referência o futebol, o espaço da vida nacional em que, apesar dos sucessos recentes, o *complexo de viralatas* parecia estar sempre ensaiando seu retorno.

Nelson Rodrigues utilizara esta expressão em 1958, para falar a respeito da descrença nacional com relação à Seleção Brasileira, às vésperas da Copa da Suécia. Segundo o cronista,

Por "complexo de vira-latas" entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos "os maiores" é uma cínica inverdade.²⁷

²⁵ "Havelange: os ingleses virão em 72". In: Folha de São Paulo, 01/10/1971, p.19.

²⁶ "Havelange deve dizer hoje no Rio o que houve na Europa". In: *Folha de São Paulo*, 02/03/1972, p.34.

²⁷ Nelson Rodrigues. "Complexo de vira-latas". In: À sombra das chuteiras imortais. Seleção e notas: Ruy Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.61. Crônica publicada originalmente em *Manchete esportiva*, 31/05/1958.



Segundo ele, o complexo de inferioridade futebolístico tinha origem na decepção que havia sido a final entre Brasil e Uruguai na Copa de 1950, em pleno Maracanã: "Gostaríamos talvez de acreditar na seleção. Mas o que nos trava é o seguinte: - o pânico de uma nova e irremediável desilusão".²⁸

A Copa de 1950, este *eterno trauma nacional*, pode funcionar muito bem como metáfora de sua época e, de uma certa forma, como captou Nelson Rodrigues, como representação do *espírito nacional* e de uma constante desconfiança com relação ao futuro do país. José Miguel Wisnik mostra como o escritor inglês Brian Glanville viu a "grandiosidade inusitada" do Maracanã: "um vasto canteiro de obras hiperlotado será a arena ideal para o balanceio fragoroso entre a ambição de grandeza e a impotência fragilizada de um povo periférico e anarcóide".²⁹

Foi assim, como o *grande trauma nacional* que a Copa de 1950 – precisamente a partida final – entrou para o imaginário coletivo nacional: como o eterno pêndulo entre a *potência* e a *impotência*; entre a capacidade de construir *o maior estádio do mundo* e a impossibilidade de vencer dentro do seu próprio *templo*. O *Maracanã hiperlotado* naquela tarde de domingo, 16 de julho, transformou-se na síntese das "inviabilidades" do país e no espectro de "uma desesperança quanto à efetivação de qualquer projeto coletivo". ³⁰ O 16 de julho de 1950 nunca pôde ser esquecido. Tornou-se uma espécie de fantasma à espreita. Sua lembrança persegue o *ser nacional* que, como disse Nelson Rodrigues, *quer* orgulhar-se da sua seleção, do seu país. Mas tem medo.

Não obstante, tudo parecia superado pelas conquistas de 1958 e 1962. Mesmo a catastrófica participação da Seleção na Copa da Inglaterra, em 1966, e sua eliminação ainda na primeira fase tornava-se menor diante da campanha de 1970, do Tricampeonato e da conquista definitiva da Taça Jules Rimet. O *complexo de vira-latas* parecia

-

²⁸ Idem, p.60.

²⁹ José Miguel Wisnik. *Veneno remédio*: o futebol e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.246.

³⁰ Paulo Perdigão. *Anatomia de uma derrota*. Porto Alegre:L&PM, 2000, p.17. Citado por: José Miguel Wisnik. *Veneno remédio*: o futebol e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.248.



definitivamente superado. O ano de 1972 deveria ser a repetição, em solo nacional, do espetáculo de 1970. O Maracanã deveria, finalmente, ver o Brasil ser campeão.

Assim, a Taça Independência era *Super*. Não podia haver dúvidas. O Brasil de 1972 não era o mesmo de 1950. Era agora *campeão*. *Tricampeão*. Era agora um país que vivia um *Milagre*, que *ia pra frente*, que *construía o futuro* em boa ordem. A Taça Independência nasceu, assim, sob o signo da tão alardeada *grandeza nacional*. Como poderia, então, ser uma *Minicopa*? Não. Era, definitivamente, uma *Supercopa*!

Assim Havelange a chamava, repetindo, talvez, a surpresa e o agrado feito pelos ingleses quando tomaram conhecimento da tabela do evento. Também porque a ideia original era a de que o Torneio pudesse contar com a presença das seleções até então campeãs mundiais: Uruguai, Itália e Alemanha Ocidental. A exceção seria a Inglaterra que foi, no entanto, substituída pela Espanha. Além disso, o Torneio deveria ser *super* também por outros motivos: era uma competição organizada para homenagear os cento e cinquenta anos da Independência do único país tricampeão do mundo de futebol. O Torneio era parte — a parte mais popular — de uma festa *imponente*, *pomposa* e obcecada por *grandeza*, por mostrar ao mundo a *potência* em que o Brasil se transformava então.

 \mathbf{O} sentimento nacional estimulado pelas festas do Sesquicentenário baseava-se na euforia provocada pelo Milagre brasileiro, pela grandeza do país, pela sua capacidade de realização. Como dizia a letra do Hino das comemorações, a ideia, cantada aos quatro cantos, era mostrar que esse Brasil faz coisas que ninguém imagina que faz. A Supercopa tinha esse propósito. Não se tratava apenas de demonstrar os feitos da seleção canarinho em campo que, afinal, já tinham sido vistos e consagrados mundo afora, ao vivo e a cores em 1970. Tratava-se de mostrar as capacidades de realização da Pátria de Tostão, Jairzinho e companhia. Nesse sentido, o Torneio Independência, de acordo com o espírito megalômano que tomou conta do país naquele ano de Sesquicentenário, era apresentado como a grande obra do

³¹ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 58. Recorte de jornal: "Espanha diz não ter medo e sim falta de datas". In: *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26/02/1972.



presidente da CBD e também como o maior torneio já promovido por um único país.³²

Abílio de Almeida, comentava a respeito do Torneio:

Vamos é dar uma demonstração de grandeza de nosso país, mostrando-o ao mundo inteiro. Temos os maiores estádios (...). No mesmo dia poderemos colocar um milhão e duzentas mil pessoas assistindo seu esporte favorito. É uma demonstração de força que teremos ocasião de apresentar.³³

O Torneio Independência se inseria, sob este aspecto, no que podemos chamar de espírito do Sesquicentenário, sendo este a síntese do espírito de uma época em que governo e segmentos expressivos da sociedade se empenhavam na construção de um país vencedor. Nesse sentido e assim como em muitos campos da vida nacional durante os anos do Milagre, a ideia de construção foi tomada ao pé da letra. Estádios foram construídos, reformados e ampliados por todo o país. O Maracanã, por exemplo, ganhou nova iluminação; 34 o estádio da Fonte Nova, na Bahia, foi completamente remodelado e passou a uma capacidade de 110 mil torcedores; 55 no Mato Grosso, o estádio Pedro Pedrossian, o Morenão, inaugurado em 1971, se preparava para receber seus primeiros jogos internacionais, quando de sua construção, "foram instalados 72 projetores, em quatro torres de 45 metros de altura, de lâmpadas que favoreciam as transmissões de TV a cores". 36

Com os jogos programados para acontecerem em 12 estádios espalhados pelo país, o Torneio se transformava também na metáfora de outro importante objetivo do governo Médici e que perpassou toda a comemoração do Sesquicentenário: a *integração nacional*.

_

³² "Taça Independência, o torneio dos votos de João". In: Veja, 14/06/1972, p.81.

³³ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 58A. Recorte de jornal: "Taça mostrará o Brasil". In: *Última hora*, Rio de Janeiro, 01/06/1972.

³⁴ "Maracanã com luz nova e gramado velho". In: Folha de São Paulo, 25/12/1971, p.16.

³⁵ "A Taça mais cara do mundo". In: *O Cruzeiro*, 21/06/1972, p.19.

³⁶ Cf: Folha de São Paulo, 06/03/1971, p.14.



De acordo com as palavras do próprio Havelange,

[...] o futebol poderia servir como mais um elo para a integração do país, que passa por uma fase de desenvolvimento. O torneio seria um espetáculo de enorme proporção, com o aproveitamento de 12 estádios brasileiros de grande capacidade de público, alguns construídos ou ampliados recentemente.³⁷

Assim, o futebol aparecia como a metáfora mais completa e bem acabada do Brasil, que ia pra frente, do país jovem, grande e vencedor que se apresentava ao mundo como tal. O Brasil era a pátria de craques como Mané Garrincha; era brasileiro o rei do futebol, Pelé. E era do Brasil, para sempre, a Taca Jules Rimet. Com exceção da campanha de 1966, o futebol brasileiro obtivera, em pouco tempo, três magníficas vitórias mundiais em 1958, 1962 e 1970, a copa das copas.³⁸ Em nenhum outro aspecto da vida nacional, a *potência* e a capacidade de realização do país se mostrava com tamanha força, grandeza e com uma linguagem tão tipicamente nacional, com tamanha capacidade de mobilização como o futebol. O espetáculo que se verificou em 1970 reforçava sua capacidade de traduzir a alma nacional e de reunir sentimentalmente a nação.

O Torneio de 1972 era, sob este aspecto, uma tentativa de prolongar o êxito – inclusive em termos políticos – que a Copa de 1970 trouxe para o Brasil.³⁹ Sim, porque, sem recorrer à tese do futebol como ópio do povo, de resto manipuladora e maniqueísta quanto aos processos sociais, 40 as Copas do Mundo e os eventos esportivos de maneira geral, podem e muitas vezes servem a interesses políticos, mantendo estreitas

³⁷ Jornal dos Sports, 06/06/1972. Suplemento especial: "Taça Independência: integração pelo futebol", p. 2. Apud: Adjovanes Thadeu Silva de Almeida. O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, p.103.

³⁸ José Miguel Wisnik. Veneno remédio: o futebol e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.293.

³⁹ Idem, p.95.

⁴⁰ Robert Levine. "Esporte e sociedade: o caso do futebol brasileiro". In: J. C. S. Meihy (org.). Futebol e cultura: coletânea de estudos. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1982, p. 41. Apud: Marcos Guterman. "Médici e o futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar". In: Projeto História. São Paulo. Vol.29, Tomo I, dezembro de 2004, p.



ligações com o poder. Seja o regime democrático ou autoritário, o discurso esportivo que evoca a unidade nacional em benefício da vitória que é, aqui, a vitória de todos, da Pátria, pode ser extremamente mobilizador do sentimento nacional.

Por outro lado, Peter Reichel lembra o *profissionalismo* com que o esporte pode ser politicamente utilizado, quando analisa os Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936. ⁴¹ Tal foi o caso da Copa de 1970 para o Brasil. Logo após a conquista do tricampeonato, por exemplo, o então presidente nacional da Arena, Rondon Pacheco, recomendou aos candidatos de seu partido que não deixassem de mencionar em suas campanhas a vitória brasileira no México "ao lado das realizações do governo revolucionário", pois se tratava de "fator psicológico positivo" da "mensagem que o partido governamental deve levar ao povo". ⁴² Também, como veremos adiante, o Mundial de 1970 acabou reforçando a imagem de Médici como torcedor/homem-comum, "cabeça e símbolo da imensa e exaltada torcida em que o país inteiro havia se transformado". ⁴³

Assim, pareceu positivo a muitos envolvidos no jogo político daquele momento a identificação da conquista da seleção de futebol como sendo a vitória de um determinado *projeto nacional*. Não obstante, o significado político da Copa do Mundo de 1970 vai além da simples e pretensa utilização imediata da vitória pelas assessorias de comunicação da Presidência ou ainda, pelos candidatos da Arena – neste caso, infrutífera, se pensarmos sobretudo no grande número de votos nulos nas eleições daquele ano. O que a Copa do Mundo de 1970 trouxe de mais expressivo para o país – e por isso ela pode ser considerada importante elemento de consenso⁴⁴ – foi a identificação da seleção, seu ritmo e alegria de jogo com o momento político pelo qual o Brasil passava.

⁴¹ Peter Reichel. La fascination du Nazisme. Paris: Editions Odile Jacob, 1993, p.248.

⁴² Marcos Guterman. "Médici e o futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar". In: *Projeto História*. São Paulo. Vol.29, Tomo I, dezembro de 2004, p.272.

^{43 &}quot;A imagem do sucesso". In: *Veja*, 01/07/1970, p.19.

⁴⁴ Entendo o *consenso* de forma ampla e diversificada. Dessa forma, o consenso não constitui *unanimidade*, mas sim designa um *acordo* baseado em princípios, valores e normas partilhados por determinada unidade ou grupo social. Trata-se, assim, de observar as formas, diversas, a partir das quais as sociedades se expressam com relação a determinados acontecimentos ou regimes, bem como de compreender o universo de referências simbólicas



De acordo com Marcos Gutterman, "a vitória no México foi a centelha que deflagrou um processo que já estava em gestação no país" O processo é justamente aquele que podemos identificar de modo mais amplo como os anos do Milagre ou, como o que Carlos Fico chamou, especificamente para o caso da propaganda deste período, de reinvenção do otimismo. 46 De fato, a euforia verificada no país a partir da conquista do tricampeonato de futebol faz parte de algo mais amplo. Em setembro de 1971, a revista Veja, logo após as comemorações da Semana da Pátria, trazia longa reportagem sobre o suposto renascimento do sentimento nacional brasileiro. De acordo com a reportagem,

[...] desde a vitória no México, com propaganda e sem propaganda, o brasileiro passou a gostar mais de seu próprio país. Os hinos, as côres e a bandeira tornaram-se motivos de orgulho.⁴⁷

É, de fato, importante demarcar a centralidade que a vitória no mundial de futebol no México teve para o cenário nacional de inícios dos anos 1970. Não porque determinava o *renascimento* de um *nacionalismo de novo tipo*, *racional* e *não ufanista*, como pretendia a reportagem de *Veja*. Mas sim, porque reforçava e ao mesmo tempo moldava a sensação de *otimismo* com relação ao futuro do país.

O otimismo estava, de fato, sendo *reinventado* a partir dos valores, tradições e políticas representadas pela ditadura. Este processo passava, efetivamente, pelas conquistas esportivas, sobretudo pelo futebol. Mas não apenas. Relacionava-se também aos altos índices de crescimento econômico que os técnicos do governo faziam questão de alardear ano a ano; passava pelas facilidades de crédito concedidas a consideráveis extratos das classes médias, permitindo-lhes o acesso à casa

e materiais – acionado em determinadas situações e com o qual setores expressivos da sociedade puderam se identificar em certos momentos.

⁴⁵ Marcos Guterman. "Médici e o futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar". In: *Projeto História*. São Paulo. Vol.29, Tomo I, dezembro de 2004, p.275.

⁴⁶ Carlos Fico. *Reinventando o otimismo*. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 1997.

⁴⁷ "A palavra dos mil usos". In: Veja, 08/09/1972, p.36.



própria ou ao primeiro automóvel; 48 a expansão das fronteiras através da construção de grandes rodovias, ligando o país de ponta a ponta, como a Transamazônica; a construção de grandes obras; a integração proporcionada pelas redes de comunicação, como por exemplo a TV Globo e seu Jornal Nacional, sem esquecer o sistema de telefonia que se expandia de forma até então nunca vista no país; a expansão da sociedade de consumo, modificando cotidianamente os hábitos das pessoas que, cada vez mais rápido, trocavam o rádio pela TV e a TV em preto e branco pela colorida⁴⁹ e, finalmente, a certeza de que a *subversão* e o *terrorismo* estavam sendo definitivamente controlados pelos órgãos responsáveis do Estado.

O cenário para a explosão nacionalista que se verificou então, estava dado. A conquista do tri foi a centelha que o deflagrou. Nesse sentido, uma vez que as festas do Sesquicentenário pretendiam ser, simultaneamente, uma reafirmação, re-atualização e comemoração deste sentimento nacional, então construído sob bases bastante específicas, o futebol deveria fazer parte, e com destaque, da programação.

Uma supercopa foi então preparada. Todos os campeões mundiais viriam; a seleção canarinho faria exibições de gala em solo nacional; os estádios, do Oiapoque ao Chuí, ficariam lotados, os campeonatos locais e regionais, suspensos. Todas as atenções deveriam estar voltadas para aquele que seria - com a licença e o perdão de D. Pedro I – o *maior* evento do Sesquicentenário.

Não obstante, cedo os problemas começaram a aparecer. Além da precoce desistência da Inglaterra, havia também Pelé. Na verdade, o problema era justamente o contrário : não havia mais Pelé. Sobre a ausência de Pelé, João Havelange reconheceu mais tarde que a torcida a sentiu muito. Lembrava ainda que o jogador foi convidado e "chegou a cogitar um retorno ao time durante a Minicopa, desde que recebesse um cachê diferenciado, em dólares". ⁵⁰ Posteriormente, Pelé negou que a

⁴⁸ Daniel Aarão Reis. *Ditadura militar, esquerdas e sociedades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

Revista Perspectiva Histórica, Julho/Dezembro de 2012, Nº3

⁴⁹ Arquivo Edgar Leuenroth. Fundo Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE). Pesquisa de opinião: Audiência de Rádio e TV, 1972; Hábitos de consumo, 1973.

⁵⁰ Ernesto Rodrigues. Jogo Duro: a história de João Havelange. Rio de Janeiro: Record, 2007, p.136.



conversa tivesse acontecido. Todavia, de acordo com Ernesto Rodrigues, biógrafo de Havelange, a falta de acordo sobre a participação do *rei* na Taça Independência se tornaria um dos "curto-circuitos mais lembrados na crônica da tumultuada relação que ele teve com Havelange nos anos seguintes".⁵¹

Mas as ausências não se limitaram à Seleção da Inglaterra ou Pelé. Na verdade, as principais seleções europeias que haviam confirmado participação foram, aos poucos desistindo. A Espanha, convidada para substituir a campeã do mundo Inglaterra, da mesma forma que a Alemanha Ociedental e a Itália, alegava falta de datas.⁵²

Desde 1970, João Havelange era candidato declarado à Presidência da FIFA nas eleições de 1974. Em 1972, diante da negativa das três campeãs mundiais europeias além da Espanha, falou-se muito na imprensa brasileira em um "autêntico boicote europeu contra o futebol brasileiro" e, mais especificamente, um boicote à candidatura de Havelange, orquestrada principalmente pelo então presidente do órgão máximo do futebol, o inglês Stanley Rous.⁵³

Anos mais tarde, ao relatar o episódio ao seu biógrafo, o próprio Havelange admitiria: "desde o primeiro momento não foi fácil lidar com os europeus (...) Como eu era candidato à presidência da FIFA, me tiraram a escada". ⁵⁴ Todavia, às vésperas de iniciar o Torneio, pareceu melhor – inclusive para preservar a imagem do *candidato* à presidência da FIFA – não falar, oficialmente, em boicote dos europeus. Menos ainda de Stanley Rous:

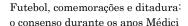
-

⁵¹ Idem. idem.

⁵² Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 58. Recorte de jornal: "Espanha diz não ter medo e sim falta de datas". In: *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26/02/1972; "Alemanha não vem para a Minicopa. CBD tenta Itália". In: *Folha de São Paulo*, 19/02/1972. Caderno de Esportes, p.1 e "Cada vez mais difícil a vinda dos italianos". In: *Folha de São Paulo*, 26/02/1972. Caderno de Esportes, p.2.

⁵³ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 58. Recorte de jornal: "Espanha diz não ter medo e sim falta de datas". In: *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26/02/1972.

⁵⁴ Érnesto Rodrigues. *Jogo Duro*: a história de João Havelange. Rio de Janeiro: Record, 2007, p.136.







Para o público, as ausências das seleções da Alemanha, Inglaterra e Itália, eram trabalho de Stanley Rous (...), devido à candidatura de Havelange à sua sucessão. Mas Abílio [de Almeida] contesta veementemente: 'Rous teve até uma atitude extraordinária, pois no dia 10 de janeiro de 71, na reunião do Comitê Executivo da Atenas, deu apoio integral à Taça em Independência, justificando que o Brasil era de fato o líder do futebol mundial e merecia a promoção'.55

Assim, as grandes seleções europeias foram substituídas por outras, de menor expressão, não previstas inicialmente no cronograma da CBD. Era o caso das seleções da Escócia e Tchecoslováquia, por exemplo. Nas Américas Central e do Norte, a desistência dos mexicanos foi solucionada pela criação de uma seleção que representasse toda a Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe (CONCACAF). Esta reuniu jogadores de 10 países, todos sem grande tradição no futebol, como Guatemala e El Salvador. 56 Constituiu-se também uma seleção representando a África. Da Ásia, veio o Irã. No final, as vinte seleções que compuseram os grupos que disputaram a Taça Independência foram as seguintes: Argentina, Colômbia, Chile, Equador, Bolívia, Paraguai, Peru, Venezuela, CONCACAF, França, Irlanda, Portugal, Iugoslávia, África, Irã. Além das cinco seleções préclassificadas: Brasil e Uruguai - as campeãs mundiais do Cone Sul - e União Soviética, Tchecoslováquia e Escócia, as europeias que substituíram as campeãs mundiais do Velho Mundo.

Parecia que aos poucos a Supercopa dos sonhos da CBD se transformava, de fato, em uma *Minicopa*:

> Alemanha, Itália, Inglaterra e Espanha não estarão presentes naquela que será verdadeiramente uma minicopa. De início surgiu essa denominação porque a Taça Independência não seria logicamente uma Copa do

⁵⁵ Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J. Pasta 58A. Recorte de jornal:

[&]quot;Taca mostrará o Brasil". In: Última Hora, Rio de Janeiro, 01/06/1972. ⁵⁶ "Minicopa: a dúvida agora é a presença da Iugoslávia". In: Folha de São Paulo,



Mundo, mas se viessem todos aqueles que foram convidados, estaria talvez num plano técnico até superior. Agora, o título mini-copa pode ser considerado até mesmo como pejorativo, porque o certame não reunirá grandes forças como se previa e contará com alguns países sem muita expressão futebolística. Argentina, Uruguai, União Soviética, Portugal e Iugoslávia, ao lado do Brasil, são os únicos que poderão salvar o torneio. ⁵⁷

A sensação de que o *mega-evento* previsto transformara-se em uma *Minicopa* acentuava-se em razão da forma como o Torneio foi organizado. Como o Grupo IV, composto pelas seleções pré-classificadas inclusive o Brasil, não jogou a primeira fase eliminatória, os jogos tiveram início sem uma *grande abertura*. A preocupação que norteou a Comissão Executiva que organizou os festejos (CEC) com relação às comemorações do Sesquicentenário e fez com que fossem criados eventos grandiosos para marcar o início das festividades, *integrando* todo o país e criando uma expectativa quanto ao início das festas, parece ter passado despercebida à CBD. Nesse sentido, o Torneio começou em 11 de junho com jogos *mornos*: Irlanda x Ásia, ⁵⁸ no Recife; Portugal x Equador, em Natal; Peru x Bolívia, em Curitiba; Paraguai x Venezuela, em Campo Grande; França x CONCACAF, em Salvador; e Argentina x África, em Aracaju. ⁵⁹

O Torneio começou sem seus *grandes heróis*, fora de seu maior *templo*, o Maracanã. Assim, à medida que os primeiros jogos iam acontecendo, a imprensa ia dando conta de estádios vazios e das multidões desinteressadas. ⁶⁰ De fato, à medida que as principais seleções europeias foram desistindo de participar do Torneio, criou-se um ambiente de pessimismo, inclusive financeiro, mas não apenas em torno da Taça Independência. Além disso, como pudemos observar, a primeira

⁵⁷ Aroldo Chiorino. "Mini-copa mesmo". In: Folha de São Paulo, 02/03/1972, p.34.

⁵⁸ A seleção do Irã, então recém campeã da Taça Asiática de Futebol, representou o continente asiático na Minicopa. Por isso, na imprensa da época não é raro encontrar referências a este grupo tanto como seleção da "Ásia" como Irã. Cf: *Folha de São Paulo*, 07/06/1972.

^{59 &}quot;Taça começa com jogos em seis estados". In: Jornal do Brasil, 11-12/06/1972, primeira página.

⁶⁰ Cf., por exemplo, "Fácil, fácil: Peru 3, Bolívia 0". In: *Folha de São Paulo*, 12/06/1972, p.20 e "Em Campo Grande, jogo ruim". In: *Folha de São Paulo*, 12/06/1972, p.20.



fase da Minicopa não se mostrou capaz de superar as tendências pessimistas.

Não obstante, o campeonato foi ganhando nova dinâmica na medida em que os jogos da etapa semifinal tiveram início e a seleção brasileira finalmente *entrou em campo*. Embora não tivesse o mesmo desempenho brilhante que apresentou dois anos antes e a campanha tivesse sido apenas *razoável*⁶¹, a seleção brasileira foi capaz de empolgar a torcida, que lotou os estádios.

Enfim, ao mesmo tempo em que é preciso reconhecer os tropeços e desacertos do evento, sobretudo em sua fase inicial, é fundamental ultrapassar esta primeira impressão e tentar compreender a Taca Independência no contexto mais geral do Sesquicentenário. Se não se pode negar seu fracasso financeiro, nunca é demais lembrar que seu objetivo era, antes de tudo, político: comemorar os 150 anos da independência do Brasil. Por isso, a CBD distribuiu ingressos gratuitamente a centenas de estudantes país afora. 62 Não para lotar os estádios, mas porque os jovens estudantes foram, afinal, o público privilegiado em todos os eventos do Sesquicentenário, como podemos observar nas comemorações em torno de D. Pedro I e Tiradentes. Estavam sempre presentes, abrindo caminho para os demais convidados, compondo a mise-en-scène oficial. Não foi diferente na Taça Independência. Afinal, eram eles o futuro da Nação, para quem os brasileiros que construíam o Milagre foram convocados a deixar um país novo.

Assim, é fundamental não perder de vista o papel desempenhado pelo futebol e pela seleção para a manutenção do *pacto social* estabelecido naquele momento. Não me refiro, no entanto, a sua ampla

⁶¹ 0x0 contra Tchecoslováquia no primeiro jogo; 3x0 contra a Iugoslávia, esta sim, a grande partida da seleção na Minicopa; 1x0 contra a Escócia, gol de Jairzinho, somente aos 38 minutos do segundo tempo. Cf.: Janaina Martins Cordeiro. *Lembrar o passado, festejar o presente*: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012, pp.148-9.

⁶² Cf.:"Chile arma esquema para barrar Portugal". În: Folha de São Paulo, 16/06/1972, p.23; Adjovanes Thadeu Silva de Almeida. O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, p.107.



utilização pelo governo como fator determinante para reforçar o consenso social nos primeiros anos da década de 1970. Embora isto tenha realmente acontecido e tivesse sua importância, até mesmo este processo é preciso ser analisado em sua complexidade, para não incorrermos no risco de tratar a sociedade como corpo passivo à manipulação da *toda-poderosa* propaganda oficial. De modo geral, é importante reconhecer que os governos podem se reforçar a partir de vitórias esportivas, sobretudo quando há identificação expressiva de governos e governantes com determinados esportes.

Tomemos como exemplo as Copas do Mundo de 1958 e 1970, dois contextos nos quais o Brasil vivia momentos de intensa euforia desenvolvimentista. Observaremos que, em 1958, quando a Seleção Brasileira conquistou seu primeiro título, Juscelino Kubistchek, o *presidente bossa nova*, organizou grande recepção para a seleção: palanque armado em frente ao Palácio do Catete, distribuiu medalhas aos novos *heróis nacionais*, deixou-se fotografar ao lado dos jogadores, *caneco* em punho, mostrava-o vez ou outra em direção à multidão. ⁶³ Enfim, festejou junto ao povo. Antes de sua chegada, o locutor oficial da cerimônia alardeava para a multidão diante do Palácio que a vitória do Brasil representava "a meta esportiva do governo que não estava no programa 50 em 5". ⁶⁴

É inegável, portanto, que, seja em democracias, seja em ditaduras, as vitórias esportivas podem se constituir em importantes eixos de *união nacional* e converterem-se em elemento agregador de popularidade à imagem do presidente de então, principalmente se o país vive um momento propício, no qual as tendências otimistas são majoritárias. Juscelino, no entanto, não passou à posteridade como um presidente cuja imagem estivesse ligada ao futebol ou à Copa de 1958. Diferentemente, por exemplo, do que aconteceu com o General Médici.

Hoje, com as disputas de memória construindo e reconstruindo ainda seus heróis e seus algozes, a imagem de Médici está predominantemente ligada ao arbítrio, aos *anos de chumbo* da ditadura.

^{63 &}quot;Vibração popular indescritível acolheu os craques brasileiros em sua chegada ao Rio". In: Folha da Manhã, 03/07/1958, p.13.

⁶⁴ "Com entregas de medalhas e diplomas Presidente selou sua meta esportiva". In: *Jornal do Brasil*, 03/07/1958, p.7.



Nem sempre foi assim, no entanto. Mesmo hoje, é conhecida e lembrada a paixão do ex-presidente pelo futebol. Suas idas ao Maracanã eram constantes e em muitas delas foi intensamente aplaudido. Em fins de janeiro de 1970, Nelson Rodrigues foi convidado pela assessoria da Presidência da República para assistir ao jogo entre São Paulo e Porto, que comemorava a finalização das últimas obras do estádio do Morumbi, ao lado de Médici. Sobre o encontro com o Presidente, o dramaturgo escreveu:

É preciso não esquecer o que houve nas ruas de São Paulo e dentro do Morumbi. No estádio Mário Filho, ex-Maracanã, vaia-se até minuto de silêncio e, como dizia o outro, vaia-se até mulher nua. Vi o Morumbi lotado, aplaudindo o Presidente Garrastazu. Antes do jogo e depois do jogo, o aplauso das ruas. Eu queria ouvir um assovio, sentir um foco de vaia. Só palmas. E eu me perguntava: "E as vaias? Onde estão as vaias?" Estavam espantosamente mudas. 65

Nos dias seguintes à vitória do Brasil no México, Carlos Castello Branco, em sua coluna no *Jornal do Brasil*, se referia a Médici como *o torcedor apaixonado que as circunstâncias elevaram à chefia do Governo*. E acrescentava:

Finda a partida (...) sabendo que havia populares em atitude de confraternização nos portões do Palácio, mandou abri-los e foi ao encontro de dezenas de desconhecidos, liberto do seu aparelho de segurança, confiante na emoção generosa. Alguém atirou-lhe uma bola, que ele agarrou, pondo-se a brincar como um menino, fazendo embaixada e tirando a bola de letra. Depois, abriu com os dois braços uma Bandeira Brasileira, com a qual saudou seus conterrâneos. (...) Pela primeira vez, desde 1964, abrem-se ao povo os portões do Palácio do Governo. O futebol fez o milagre. 66

⁶⁵ Nelson Rodrigues. "O homem que ainda fala em 'Pátria'". In: *O reacionário*: memórias e confissões. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p.127. A crônica foi originalmente publicada em *O Globo*, 28/01/1970.

⁶⁶ Carlos Castello Branco. Coluna do Castello. "Portões abertos pela primeira vez". In: *Jornal do Brasil*, 23/06/1970, p.4.



Consta que, dois dias após a conquista do tricampeonato, quando o Presidente recebeu no Planalto Central a Seleção Brasileira, teria chorado de emoção e declarado: "Este é o maior dia da minha vida". Antonio Carlos Scartezini conta que, em 1982, quando foi entrevistar o então recluso ex-presidente, levou como presente um livro sobre os campeonatos mundiais de futebol. Acenando-lhe com "algo que pudesse tocá-lo e tornar menos frio o diálogo". O presidente/torcedor parece ter sobrevivido, ao menos até o início da década de 1980, ao lado do presidente/ditador no imaginário coletivo nacional. No entanto, consolidou-se, neste caso, uma imagem maniqueísta do futebol nos anos da ditadura: manipulável e manipulada, à mercê de um Estado todo-poderoso e de seu chefe, um carrancudo militar tentando tirar proveito do brilhante futebol da seleção de 1970.

No entanto, para além das batalhas de memória, é importante não perder de vista que Médici era efetivamente um *torcedor*. Sua popularidade, no entanto, transcendia o gosto pelo futebol. Ligava-se, antes, ao contexto mais amplo do *Milagre*, ao combate à *subversão*, *ao terrorismo* e às promessas de abertura política ao final do seu mandato. ⁶⁹ O futebol era, neste quadro, um dos principais elementos que compunham a conjuntura do *Milagre*, visto aqui em sua complexidade, para além dos ganhos econômicos, como uma percepção otimista – algumas vezes até megalômana – quanto ao presente e ao futuro do país.

Nesse sentido, não seria razoável que a propaganda oficial não investisse neste gosto talvez *exagerado* que o Presidente possuía pelo futebol, sobretudo tendo em vista o contexto de auge daquele esporte no país. Assim, a imagem do *torcedor/homem comum* – que começava a

⁶⁷ Marcos Guterman. "Médici e o futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar". In: *Projeto História*. São Paulo. Vol.29, Tomo I, dezembro de 2004, p.271.

⁶⁸ Antonio Carlos Scartezini. Segredos de Médici. São Paulo: Marco Zero, 1985, p.15.

⁶⁹ Cf: Francisco Carlos Teixeira da Silva. "Crise da ditadura militar e abertura política no Brasil, 1974-1985". In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (orgs.). *O Brasil Republicano* – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.258-9.



delinear-se desde 1969⁷⁰ e ganhava contornos mais nítidos ao longo de 1970 – foi reforçada pela conquista definitiva da Taça Jules Rimet.

O Campeonato de 1972, por sua vez, confirmava a imagem do *Presidente/torcedor*, e Médici foi, naqueles anos, reconhecido como um flamenguista / gremista "roxo", apoiando suas equipes nos estádios, sempre acompanhado de seu rádio de pilha, como muitos outros torcedores o faziam. Um presidente, cuja popularidade e *real* paixão pelo futebol tornava-o forte o suficiente para enfrentar *Maracanãs* lotados "serenamente, (...) com seu perfil de selo, de moeda, de cédula". No dia da final da Copa Independência, o *Jornal do Brasil* anunciava sua presença no estádio. Não a do Presidente Médici, mas a de *Milito*, "ex ponta-direita do Bagé" do Rio Grande do Sul. Criava-se, dessa forma, vínculos de identidade entre Médici e a imensa *torcida nacional*. Laços, no entanto, que somente tornaram-se concretos porque baseavam-se em dados reais.

Mas, voltando, enfim, à Taça Independência, devemos analisá-la a partir de uma multiplicidade de fatores para melhor compreendermos seu sucesso. Na verdade, embora seja possível questionar o êxito financeiro do Torneio ou mesmo comprovar *matematicamente* o seu fracasso e os estádios vazios em alguns jogos, é preciso relativizar estes dados em proveito de uma análise mais aprofundada. Constatar apressadamente o fracasso do campeonato a partir da contabilidade dos jogos, é neste caso, optar por um ponto de vista que, ao fim, confirma uma interpretação maniqueísta do futebol sob a ditadura, resumindo-o ao sucesso (1970) ou ao insucesso (1972) da ditadura em manipulá-lo ao seu favor. É fundamental, no entanto, ultrapassarmos esta visão em proveito de uma análise capaz de compreender o papel do futebol naquela complexa conjuntura.

-

Nelson Rodrigues contava em uma de suas crônicas que, em 1969, pouco antes de sua indicação à presidência, Médici teria descido ao vestiário do Grêmio para conversar com os jogadores: "Como é, Alcindo, que você me perde aquele gol!?". Cf: Nelson Rodrigues. "Eis um brasileiro que não é uma casaca". In: *O reacionário*: memórias e confissões. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p.126. A crônica foi originalmente publicada em *O Globo*, 25/05/1973.

Nelson Rodrigues. "Eis um brasileiro que não é uma casaca". In: *O reacionário*: memórias e confissões. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p.126. A crônica foi originalmente publicada em *O Globo*, 25/05/1973.

⁷² "Milito, de meia-direita a presidente da República". In: *Jornal do Brasil*, 09/07/1972, p.63.



Assim, em primeiro lugar, não podemos tomar os estádios vazios como elemento definitivo de um suposto *fracasso* do Torneio. Isso porque é inevitável em qualquer tipo de competição esportiva que reúna vinte equipes internacionais que se verifique esvaziamento de público em determinados jogos. Particularmente neste caso, não é difícil supor que partidas como CONCACAF x Colômbia ou Equador x Ásia, para citar apenas alguns exemplos, não despertassem mesmo o interesse da torcida.

Por outro lado, se em termos financeiros o Torneio representou prejuízos para a CBD⁷³, o que dizer dos ganhos políticos? Sim, porque se de fato, como anunciava a revista *Veja* em 1972, a competição era o *torneio dos votos de Havelange*⁷⁴, não devemos esquecer que dois anos depois – certamente dois anos de muito trabalho eleitoral –, João Havelange foi escolhido Presidente da FIFA. Para além dos *ganhos políticos* dentro do âmbito restrito da CBD e do mundo do futebol, qual o significado do Torneio para o *Brasil do Sesquicentenário*?

Certamente, sob este aspecto, a *Minicopa* não se restringiu à celebração da imagem do *Presidente torcedor*, tampouco à celebração inócua da Seleção tricampeã. É claro que o torneio foi organizado pensando na vitória, em mais uma comemoração em torno dos *heróis canarinhos* e em proporcionar à *nação de torcedores* mais um momento de congraçamento.

Mas a importância do futebol como elemento de consenso vai além das pretensões dos órgãos oficiais, ganhando sentido na medida em que tais pretensões encontravam alguma resposta na sociedade. Assim, é importante destacar os estádios sempre lotados em dias de jogos da Seleção Brasileira; as torcidas que se reuniam pelas ruas do país inteiro, em bares e botequins para torcer pela *seleção canarinho* e, igualmente, é importante registrar os aplausos dedicados ao Presidente, mais uma vez, no dia da grande final.

-

⁷³ Cf: Idem, idem.

⁷⁴ "Havelange, CBD, o mundo". In: *Veja*, 14/06/1972, p.81.



Para além disso, no entanto, é importante compreender o Torneio Independência dentro do quadro otimista que se vivia naqueles dias de comemoração. Como já afirmei, o futebol talvez fosse o campo da vida nacional que melhor refletisse os sucessos dos anos de ouro do Milagre, as possibilidades, a genialidade de jovem nação, a ginga tão tipicamente nacional, as perspectivas para o futuro. Ao mesmo tempo, a mise-enscène espetacularizante própria deste tipo de evento representava muito bem a face bela do regime e de um país em festa, suas cores, seus progressos. As transmissões pela televisão, a cores, dos jogos da seleção brasileira são um bom exemplo de como o regime, através da Taça Independência, pôde se mostrar belo, forte. A televisão colorida era mais um símbolo do país que ia pra frente, que mostrava ao mundo as cores e o brilho de seu futebol.

Como disse Peter Reichel sobre os Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, "a *feiúra* não tinha algum lugar naquela imagem grandiosa". 75 A televisão – em cores! – juntamente com o rádio e a imprensa unia o país de ponta a ponta em torno da Seleção, a pátria em chuteiras, à espera do delírio universal do gol. 76 Aqui, acredito que seja importante retomar as reflexões de Peter Reichel a respeito da Alemanha Nazista, sobre a qual o historiador afirma ter possuído duas faces opostas e que, conquanto os alemães insistam, ainda hoje, em identificar somente a face terrível do regime, é preciso compreender também que ele possuiu uma face bela ou que, ao menos, a realidade do nacional-socialismo pôde ser embelezada. 77 À reflexão de Reichel pode-se acrescentar observação, válida também para pensar os anos 1970 no Brasil: estas duas faces opostas, longe de comporem dois blocos antagônicos que se negavam – fazendo da face bela mero simulacro – eram, antes, os dois lados de uma mesma moeda, que organizavam em um todo complexo, porém estimulante, a vida social do país.

Nesse sentido, a Taça Independência foi um sucesso. Cumpriu, juntamente com os demais eventos do Sesquicentenário, o papel de mostrar a *face bela* do regime. Compunha – e compôs, particularmente no contexto das comemorações – o quadro de um país que queria se mostrar

⁷⁵ Peter Reichel. *La fascination du Nazisme*. Paris: Editions Odile Jacob, 1993, p.253.

_

⁷⁶ José Miguel Wisnik. *Veneno remédio*: o futebol e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.14.

⁷⁷ Peter Reichel. *La fascination du Nazisme*. Paris: Editions Odile Jacob, 1993, p.7.



grande, capaz de se superar a cada vitória e que ostentava, orgulhoso, as cores de sua bandeira em forma de uniforme da Seleção *canarinho*.

Nesse ponto, é preciso destacar que, mesmo se tratando de um Torneio oficial, quando falo especificamente do futebol como a *face bela* da ditadura, mais uma vez não me refiro a uma possível leitura segundo a qual a ditadura usou e manipulou este esporte a seu favor. Além de tudo o que já foi dito, seria também simplificar ao extremo as capacidades de ação e reação daqueles envolvidos no meio futebolístico — dirigentes, técnicos, jogadores —, ao supor que eles tenham aceitado, sempre de cabeça baixa, os *usos e abusos* do futebol pelo regime. Antes, não seria o caso de se questionar se a profunda identificação entre ditadura e futebol não teria beneficiado a ambos os lados?

Enfim, se o futebol – as Copas do Mundo em particular, mas não apenas – podem ser vistos muitas vezes como sínteses metafóricas da conjuntura nacional, com a *Minicopa* não foi diferente: mostrou uma equipe que passava por mudanças, perdia Pelé, via Gerson envelhecer, e Rivelino e Tostão saindo pouco a pouco de forma e de cena. Jairzinho parecia ser "o que restou de 1970". Num certo sentido, as mudanças e as dificuldades que se apresentaram no Torneio, anunciavam a performance mediana, o insatisfatório quarto lugar na Copa da Alemanha em 1974. De uma certa forma, anunciavam também as mudanças e as instabilidades que marcaram os anos seguintes para o Brasil. Mas se as mudanças já se anunciavam em 1972, naquele momento o país era ainda campeão. A Taça ficava nas mãos dos brasileiros. Naquele dia, acumulava-se mais uma *vitória*. O país podia comemorar.

E comemorou: aos 44 minutos, quando todos se conformavam já com a prorrogação, Jairzinho sofreu uma falta pela direita, quase na entrada da área. Rivelino pegou a bola para cobrar a falta. O Maracanã parecia em silêncio – um silêncio impossível. Todos concentrados naquele instante, nos mínimos gestos de Rivelino. Chutou a bola. De repente: gol! Jairzinho. Mais uma vez, ele, o *rei da Minicopa*, de cabeça. O Maracanã foi ao delírio. Na Tribuna de Honra, o *presidente torcedor*, também comemorava: "jogou para o alto o rádio com que

⁷⁸ "Os maxi prejuízos da Taça". In: *Veja*, 12/07/1972, p.53.



Futebol, comemorações e ditadura: o consenso durante os anos Médici

acompanhava o jogo, levantou-se com os dois braços para cima e lançou um entusiasmado grito de gol".

De repente, ouvia-se o apito final. A Taça Independência era nossa. O Maracanã – torcida, jogadores e o Presidente – comemoravam.



SIMONAL: DEDO-DURO, BODE EXPIATÓRIO OU A ESFINGE AINDA A SER DECIFRADA?

Grimaldo Carneiro Zachariadhes¹

Em 31 de março de 1964, o Brasil entraria no período mais autoritário da sua história republicana. A chegada dos militares ao Planalto, depois de um Golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart, e que contou com o apoio de amplos segmentos da sociedade, acabaria mergulhando o país em uma ditadura. Principalmente, durante o Governo do General-Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), as limitações das liberdades individuais e a violação dos direitos humanos foram uma tônica constante. Concomitantemente, foram tempos de modernização, obras faraônicas e crescimento econômico acentuado, mesmo que este crescimento não alcançasse a todos da mesma forma. Com o fim da Ditadura, ficava muito difícil para alguns setores da sociedade olharem para aquele período e se verem refletidos. Era preciso acalmar as consciências e uma das formas utilizadas foi a procura de "bodes expiatórios" que eximissem a sociedade de sua responsabilidade e carregasse em seus ombros toda a culpa.

O período da Ditadura Militar brasileira está, cada vez mais, interessando aos pesquisadores, em especial, aos historiadores. O historiador não teme mais estudar tempos recentes como outrora. A historiografia sobre a Ditadura está se ampliando e pesquisando novos objetos, procurando novas implicações e reinterpretações estão aparecendo. Estamos passando por um momento de mudanças de paradigmas no estudo daquele momento histórico. Uma maior distância temporal daquele período traumático tem feito alguns personagens da época reverem suas posições. Também as pesquisas realizadas por novos pesquisadores, menos afetados emocionalmente com aquele momento, têm trazido algumas análises menos apaixonadas.

As pesquisas sobre a música brasileira no período do Governo Militar também passam por estas mudanças. Procura-se, atualmente, dar voz a artistas que, por muito tempo, foram silenciados na memória

¹ Pesquisador do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas (CEBEP).



construída pela grande imprensa e pela produção acadêmica.² Percebe-se que o campo musical daquele momento foi muito mais rico do que apenas a trindade: MPB, Tropicália e Jovem Guarda. Estes novos pesquisadores, em seus trabalhos, tentam se desprender de uma visão maniqueísta que divide a sociedade daquele período em "bem x mal", "resistência x apoio". Questionando certos dogmas estabelecidos, revendo posições consagradas e problematizando memórias sedimentadas.

Neste sentido, é o que está ocorrendo com o cantor Wilson Simonal de Castro (1938-2000), que vem tendo sua memória transfigurada, desde o premiado documentário Simonal: Ninguém sabe o duro que dei, passando pela biografia do jornalista Ricardo Alexandre, chegando até o livro Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga, do historiador Gustavo Alonso. Estas obras são importantes para percebermos como a memória daquele período está sendo questionada e os limites e problemas que isto pode ter se não for feito com um maior rigor crítico.

Wilson Simonal é considerado, por muitos, o primeiro showman do Brasil. De origem humilde, negro, alçou a fama e à riqueza como cantor, primeiramente de bossa-nova, mas se destacou mesmo como cantor de um novo movimento musical que ele ajudara a criar: a pilantragem. No final da década de 60 e no começo da de 70, rivalizou com Roberto Carlos em vendagem de disco. Fechou contratos milionários. fez shows antológicos, Maracanazinho, onde regeu uma plateia de mais de 30 mil pessoas. Foi o cantor da Copa de 70, a do tricampeonato. Adorava ostentar carrões, mulheres e sua fortuna. Como o Jornal do Brasil resumiu em uma série de reportagens, ele era o "cara que todo mundo queria ser". Mas, depois

² A obra seminal para que isto ocorresse foi o livro de Paulo César de Araújo, Eu não sou cachorro, não. Música Popular Cafona e Ditadura Militar, que pesquisou uma geração de artistas populares relegados ao silêncio. Araújo demonstrou como certos cantores, que eram vistos apenas como "alienados", refletiram em sua obra musical as mazelas do Regime e sofreram também com a Censura.

³ Cláudio Manoel, Micael Langer, Calvito Leal. Documentário Simonal: Ninguém Sabe o Duro que Dei, 2009; Ricardo Alexandre. "Nem vem que não tem". A vida e o veneno de Wilson Simonal. São Paulo: Editora Globo, 2009 e Gustavo Alonso, Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga: Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011



de um "incidente" com o tesoureiro de sua empresa, foi acusado de "dedo-duro", informante da polícia política, o famigerado DOPS. Em plena ditadura, a pecha colou e nunca mais sairia enquanto o cantor viveu. Cairia sem nunca mais conseguir se levantar. Foi relegado ao ostracismo. É a sua ascensão e queda repentinas que estas obras tentariam compreender.

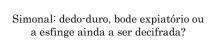
A última obra produzida desta leva foi o livro do historiador Gustavo Alonso, lançado em 2011, fruto de sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF), Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga: Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical. Por ter sido escrito por um acadêmico, em stricto senso, esta obra terá certo destaque na análise deste artigo. Pode-se perceber, neste trabalho, como esta nova memória que está sendo construída sobre Simonal está sendo produzida e reproduzida acriticamente, até dentro da própria Academia, despolitizando o que é essencialmente político, simplificando os conflitos existentes e, assim, perdendo a riqueza do momento histórico em que eles ocorreram.

Gustavo Alonso, como vários outros pesquisadores da atualidade, tenta demonstrar como a Ditadura Militar não foi apenas "militar" e que muitos civis legitimaram o Regime ou ficaram indiferentes às mazelas por ele criadas. Para Alonso, com o passar do tempo, a sociedade tentou apagar a sua participação dentro da ditadura elegendo alguns "bodes expiatórios" para expiarem toda a culpa. Contudo, o autor, ao abordar esta questão, se mostra confuso teoricamente, fazendo ilações sem sentido e, ao invés de resolver os problemas teóricos que sugere, cria vários outros.

O historiador vê em Wilson Simonal apenas um bode expiatório que a sociedade - leia-se as esquerdas - criou. Entretanto, esta tese de que Simonal foi apenas uma vítima das esquerdas do período não é exclusiva do autor. Tanto a biografia do jornalista Ricardo Alexandre, quanto o documentário *Simonal: ninguém sabe o duro que dei* defendem o mesmo. Esta tese é compartilhada também por vários órgãos da imprensa, como nos bem mostra a manchete da revista *Veja*: "O cantor que a esquerda sepultou vivo".⁴

-

⁴ Revista Veja, 20 de maio de 2009, p. 126



Gustavo Alonso afirma que Simonal tornou-se um dos "bodes' da ditadura implantada em 1964" [P.68]. Em outra ocasião, afirma que o cantor foi um "bode expiatório de tudo aquilo que estava errado no Brasil" [p.373]. Mas, a criação de "bodes" do historiador é muito maior, e inclui, pasmem, os próprios militares: "Os outros bodes são os militares, que carregam nos ombros um peso desigual pela construção do regime, muitas vezes verificado no termo 'ditadura militar'. Claro já está que eles eram respaldados pelos civis" [p.68]. Alonso confunde-se todo e acaba criando um sofisma: Dizer que os militares tiveram o apoio dos civis não minimiza o peso e a responsabilidade deles na Ditadura. Só demonstra que os militares e setores civis compartilhavam também interesses em comum, mas não serve de atenuante para as Forças Armadas perante os crimes que ocorreram no país naquele momento.

Para o historiador, todo o problema no caso de Simonal se resume à questão da *resistência*. Esta é a chave-mestra que abre todas as portas e serve de explicação para todos os dilemas encontrados pelo autor ao analisar uma figura tão complexa e contraditória como Simonal, em um período histórico tão conturbado como os Anos 60 e 70. Segundo Alonso, como Simonal não se opunha ao Regime Militar, ficou impossível ser incorporado à historiografia da Música brasileira do período:

Uma memória da MPB que tem dificuldades de lidar com a música que não canta as glórias da resistência da sociedade diante da ditadura. Lembranças que não se encaixam nos padrões da *resistência* requeridos pela sociedade são marginalizadas, apagadas ou simplesmente silenciadas. Daí Simonal ser visto como uma "aberração" pela memória coletiva. [P.21]

O autor está correto quando critica no seu livro a tentativa de silenciamento que a figura de Simonal sofreu apesar do seu estrondoso sucesso em meado da década de 60 e no começo da de 70. No entanto, simplifica demais na tentativa de construção de uma resposta para isto. Para Alonso, "Simonal tornou-se um exilado da memória porque *traiu* a memória da *resistência*" [p.402]. Esta explicação se mostra deveras frágil, pois, vários outros artistas que não eram identificados à memória da resistência não tiveram suas carreiras prejudicadas ou silenciadas como Simonal. Podemos citar, como caso exemplar, o do cantor Roberto



Carlos, que nunca foi identificado como opositor ao Regime e era tido como um "alienado" ou "apoiador da Ditadura" pelas esquerdas do período, nem por isso teve sua carreira destruída, se tornando o cantor mais popular da história do Brasil.

Gustavo Alonso, em certo momento, instiga o leitor: "O que aconteceu a ponto de transformar o cara 'que todo mundo queria ser' no sujeito 'que ninguém queria ser?" Mas, decepciona quando tenta responder a pergunta que ele mesmo fez: "Em parte, isso se deve aos memorialistas, biógrafos, jornalistas e historiadores que 'reconstituíram' a história do período. Oriundo dos meios universitários, eles recusaram a trajetória de Simonal, repleta de paradoxos" [p.68]. Os problemas nunca têm a ver com a postura de Wilson Simonal, são sempre dos outros que se juntaram em uma conspiração para acabar com a carreira do cantor.

O historiador absolve Simonal de qualquer crítica, se comportando muitas vezes como um advogado de defesa perante um tribunal, ao invés de um historiador que procura refletir e compreender seu objeto de pesquisa. Ao agir desta maneira infantiliza o cantor, retirando dele qualquer responsabilidade pelos seus atos. Paralelamente, simplifica a compreensão dos conflitos vividos pela sociedade durante a Ditadura Militar.

Como é comum em momentos traumáticos, forças sociais e políticas contrárias tendem a acusar lados opostos e radicalizar suas posições. Isto não foi diferente na ditadura brasileira. Os militares diziam que quem contestava o Governo era "traidor da Pátria", os seus opositores diziam que quem apoiava o Governo era "traidor do povo". Os artistas que criticavam o Regime eram tidos como subversivos e/ou comunistas, enquanto os que apoiavam a ditadura ou procuravam se isentar da oposição eram taxados de alienados ou dedos-duros. Vários outros artistas, também, foram taxados de dedo-duro durante o Regime Militar. Mas, por que esta pecha fixou, mesmo, foi na imagem de Simonal para nunca mais sair enquanto esteve vivo?

Vários depoimentos e documentos dizem que Simonal era colaborador do Regime, chegando a afirmar que era um informante da Ditadura. E as próprias obras que retratam sua vida destacam isso apesar de não darem muitos créditos a estes documentos. O inspetor do DOPS,

Simonal: dedo-duro, bode expiatório ou a esfinge ainda a ser decifrada?

Mário Borges, policial próximo a Simonal, em uma carta confidencial aos seus superiores, informava que "Wilson Simonal é elemento ligado não só ao DOPS, como a outros Órgãos de Informação". O juiz que o condenou à prisão, em sua sentença, afirmava que "Wilson Simonal de Castro era colaborador das Forças Armadas e informante do DOPS, é fato confirmado". Em um documento que cita os artistas ligados à ditadura, aparece o nome de Simonal. Apesar de farta documentação, Gustavo Alonso evita fazer uma análise crítica destes documentos, mesmo que seja para refutá-los, e inocenta de imediato Simonal, afirmando que a pecha de dedo-duro "prova que, para efeitos sociais, os boatos são mais importantes do que os 'fatos'." [P.402]

Que Simonal tenha sido um informante oficial do DOPS, infiltrado no meio artístico, é pouco provável de fato. O artista era muito pouco politizado (o que não equivale a dizer que fosse um alienado) para entrar nestes meandros. Como todo artista de seu porte, tinha uma agenda de trabalho extensa e tinha sua vida pessoal exposta para que ele pudesse ser um membro infiltrado do DOPS no *show business*, posição que se espera de uma pessoa que não tenha tanta visibilidade, que trabalhe nos bastidores. Estes documentos que citam o nome de Simonal como um informante dos órgãos de repressão, talvez tenham mais a ver com a tentativa destes aparelhos da repressão de tentarem demonstrar a sua legitimidade, citando o apoio de personalidades influentes dentro da sociedade.

Pela farta documentação que associa Simonal aos órgãos de repressão, não podemos pelo menos indagar: será que, em algum momento, Simonal não possa ter se valido desta proximidade com os órgãos de Segurança para entregar desafetos? Não podemos supor que, em dada ocasião, por interesse mais pessoal do que político, possa de fato ter colaborado com o Regime e entregado aqueles que ele identificava como seus adversários? Isto são apenas indagações jogadas ao vento, para

-

⁵ "Carta confidencial do inspetor Mario Borges aos seus superiores" In: Gustavo Alonso, *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga*, p.431

⁶ "Sentença final". In: Gustavo Alonso, *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga*, p.440

⁷ Inimá Simões. "Nunca fui Santa (episódios de Censura e autocensura)". In: Eugênio Bucci (org). *A Tv aos 50. Criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003, P.78.



tentar identificar qual o grau de envolvimento do cantor com os órgãos de repressão. Estas perguntas não têm a menor importância para Gustavo Alonso, pois, para ele, "pouco importa saber se Simonal foi ou não dedoduro" [p.402]. Ao invés de adotar tal atitude, teria sido mais proveitoso ao historiador, que ao invés de rejeitar o debate, ele tivesse procurado aprofundar a tentativa de entender a postura de Simonal com os órgãos de repressão para tentar abrir uma janela mais ampla, que compreendesse a relação dos civis com estes órgãos policiais.

Wilson Simonal, até 1971, vivia o auge da sua carreira, um dos artistas brasileiros mais populares. Celebridade negra comparável a Pelé. Mas, um incidente ocorrido neste ano alteraria sua vida completamente e faria que a alcunha de dedo-duro colasse à sua imagem, sendo considerado um pária no meio artístico. O que foi que ocorreu neste ano fatídico para o artista?

Wilson Simonal tinha fundado a empresa Simonal Promoções Artísticas, em 1969, para gerenciar sua carreira, imaginando que com isso pudesse faturar mais ao ter o controle total sobre sua carreira artística. Entretanto, o cantor não obteve os lucros que imaginava e acreditava que o motivo era que estava sendo roubado pelos seus empregados. Sua desconfiança tinha um alvo principal: o contador Raphael Viviani, chefe do escritório da empresa e outros dois funcionários. Simonal demitiu Viviani sumariamente, responsabilizando-o pelos desfalques e prejuízos. Em contrapartida, o contador moveu um processo trabalhista contra Simonal alegando atraso de salários, falta de pagamento de décimo terceiro e férias.

Na noite de 24 de agosto de 1971, às 23:30h, os policiais Hugo Côrrea Mattos e Sérgio Andrade Guedes, o primeiro trabalhava no DOPS, chegaram ao prédio onde morava o contador Raphael Viviani, a bordo do carro de Simonal, dirigido pelo seu motorista particular, Luiz Ilogti. Os policiais levaram o contador ao escritório da Simonal Produções Artísticas, à sua revelia. No escritório, diante dos policiais e de Simonal, o contador negou que estivesse roubando a empresa. Foi, então, conduzido a sede do DOPS, no Centro do Rio de Janeiro, onde foi brutalmente torturado. Mesmo sob os efeitos devastadores das torturas físicas, ele continuava negando o roubo. Mas, quando os policiais



ameaçaram buscar sua esposa e seus filhos, ele não resistiu e assinou uma confissão de culpa, sendo liberado no inicio da noite do dia 25.8

Ao retornar à sua residência, sua mulher ficou estarrecida vendo o estado do marido e foi com o mesmo, a uma delegacia, denunciar o seqüestro e a extorsão comandados pelo artista. A notícia ao chegar á imprensa, foi como uma centelha que virou fogo, que virou fogaréu, que virou incêndio se alastrando imediatamente. Ficava uma pergunta no ar que não queria calar: por que policiais do DOPS, a polícia política da ditadura, teriam sido utilizados para resolver "um problema contábil de um cantor pop?". 9

Ao ser intimado para dar explicações na delegacia e por que chamou agentes do DOPS para resolver este problema, Simonal dizia-se "de direita", "com serviços prestados à Revolução de 1964" e afirmava que "visto a confiança que deposita nos policiais aqui lotados e aqui cooperar com informações que levaram esta seção a desbaratar por diversas vezes movimentos subversivos no meio artístico". Em outras palavras, o próprio cantor afirmava na delegacia ser um colaborador do DOPS. A bomba explodiu nos noticiários dos jornais e a pecha de dedoduro nunca mais descolaria do cantor.

Como a produção recente que tenta revitalizar a memória do cantor se comporta diante deste fato? Resposta: infantilizam Simonal. Ao invés de responsabilizar o cantor pelos seus atos e palavras, miram a sociedade como sendo culpada pelo seu ocaso, por não ter compreendido o artista.

O documentário *Simonal: Ninguém sabe o duro que dei* defende a ideia de que tudo que Simonal falou na delegacia era apenas uma bravata, fruto de sua prepotência e inocência política. O jornalista Ricardo Alexandre segue o mesmo caminho, tratando o caso com o contador apenas como "um grande erro" do artista. Gustavo Alonso narra o fato em

_

⁸ Para a narração dos acontecimentos, ver Ricardo Alexandre, "Nem vem que não tem", p.200-209 e Gustavo Alonso, Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga, p.264-277.

⁹ Ricardo Alexandre, "Nem vem que não tem", p.204

¹⁰ Ricardo Alexandre, "Nem vem que não tem", p.207-208



poucas páginas, sem dar o devido peso ao caso, fugindo para outras questões sem relevância. Entretanto, é justamente este caso que é a janela aberta para entendermos a relação, pouco discutida, entre segmentos da sociedade civil e os órgãos de repressão e se descortina a faceta mais autoritária de Wilson Simonal que atualmente tentam desconstruir.

O problema maior aqui não é saber se Simonal foi ou não um dedo-duro (apesar de que muito da sua desgraça seja devido a essa pecha). Mas, sim, de demonstrar que ele não cometeu um "grande erro", como querem, e sim, um "grave crime". Recapitulando para entendermos o que aconteceu: O cantor Wilson Simonal manda policiais próximos a ele, resolverem problemas privados dele com o seu contador. Estes policiais sequestram um homem em sua casa, à noite, o torturam, fazendo-o confessar um crime do qual era acusado pelo artista. Esta atitude do cantor mostra como o arbítrio que a Ditadura usava contra seus opositores era compartilhado por vários segmentos sociais e o próprio cantor é uma prova disso.

Wilson Simonal compartilhava daquela prática comum no Brasil, o uso da violência por parte de cidadãos com melhores condições financeiras perpetrado contra as pessoas com menor poder aquisitivo e status social. Comportamento autoritário, conhecido nas relações sociais brasileiras, reproduzido na máxima: "Você sabe com quem está falando?". Esta prática despótica é fruto de uma sociedade construída sobre uma grande desigualdade social e da tentativa de controle das esferas públicas pelos interesses privados de alguns. Ao usar as forças policiais para oprimirem um cidadão, Simonal demonstrava compartilhar do mesmo pensamento dos coronéis dos confins de todo o Brasil que sempre usavam as polícias para manterem seu poder. Ao mandar torturar um homem para que confessasse um delito, Simonal não se diferenciava

_

Sobre o caso da tortura ao contador, nem Gustavo Alonso, nem o jornalista Ricardo Alexandre entrevistaram Raphael Viviani para os seus livros. E, nem se dão o trabalho de explicar o porquê da ausência dele nas suas obras, se o mesmo se recusou a dar entrevista. Talvez a ausência da entrevista de Viviani se justifique, pois o mesmo relataria um Simonal que não condiz com a imagem que os autores querem passar. Neste sentido, o documentário Simonal: Ninguém Sabe o Duro que Dei conseguiu ir mais longe, entrevistando o contador que deu sua versão para o caso e relatou, de forma comovente, as torturas que sofreu naquela ocasião.



em nada dos militares que comandavam o Brasil naquele momento. Ambos recorriam à tortura para conseguir confissões.

Um problema central do debate que é esvaziado politicamente na obra dos autores citados, é a questão do uso da tortura. Na bibliografia especializada sobre a Ditadura Militar, quando se aborda a questão da violação dos direitos humanos, este é um problema que cai exclusivamente sobre as costas dos militares. ¹² Neste caso, podemos perceber como a tortura era um meio utilizado também pelos poderosos para resolver conflitos, tanto na esfera política quanto privada.

Mas, outra questão problemática que aparece, implicitamente, neste debate que merece ser mais bem compreendida, é que o uso da violência física quando praticada por civis talvez seja mais aceito dentro da própria sociedade (desde que seja empregado contra pessoas de uma classe social inferior, é claro).

No documentário *Simonal: Ninguém sabe o duro que dei*, existem exemplos gritantes disto. O cartunista Jaguar, um dos fundadores do *Pasquim*, reconhecido por seu papel de oposição ao Regime Militar, aos risos, comenta a atitude do cantor: "de repente esse contador merecia tomar uma surra". Nelson Motta justificava a atitude de Simonal de "pegar uns caras e dar uma coça nesse filho da puta". Estas falas, ditas atualmente, soam estranho, mas têm algo de revelador. Soam estranho, pois justificam a atitude bárbara de Simonal, atitude que estes mesmos jornalistas criticavam quando praticada pelo Regime Militar. E é revelador de quanto autoritarismo existe em nossa sociedade.

Devemos lembrar que o uso da violência de que está sendo tratado aqui é de alguém com uma posição social acima do que sofre a violência. De que se vale do seu poder para oprimir outros cidadãos com um menor poder aquisitivo. Esta conduta é reforçada, mesmo que

-

¹² Deve-se registrar, entretanto, a existência do excelente documentário Cidadão Boilesen (2009), de Chaim Litewski, que aborda a relação entre civis e militares no uso da tortura contra os militantes de esquerda, através do estudo da interação entre empresários e os órgãos de repressão. Henning Albert Boilesen foi um dos primeiros grandes empresários a financiar o aparato político-militar brasileiro, que torturou e matou em São Paulo, por meio da Operação Bandeirante (OBAN). O próprio empresário participava das torturas praticadas na OBAN.



inconscientemente, pelos depoentes do documentário. Fica a impressão de que o patrão Simonal tinha todo direito de dar uma surra no seu empregado, que talvez o tivesse roubado. 13 Resquícios da escravidão? Herança de um país em que algumas classes sociais podem tudo, inclusive usar forças policiais para executarem suas vontades pessoais, enquanto outras nem direitos que seus corpos não sejam seviciados possuem?

Apesar disso tudo exposto aqui, como Gustavo Alonso se comporta a este debate? Fugindo dele, fazendo uma comparação esdrúxula entre Simonal e Michael Jackson: "Assim como Simonal, Michael Jackson foi extremamente popular, influenciou pessoas, fundou uma nova música pop. Assim como Simonal, Jackson era um negro que aparentemente 'renegou a raça'. E, como tudo isso não bastasse, ambos foram censurados pela sociedade" [p.403]. Ou seja, a culpa nunca é de Simonal e sim da sociedade. Assim, o autor inverte o problema, ao invés de resolvê-lo, e, finalmente, a sociedade vira o bode expiatório de Simonal

Este crime cometido por Simonal custou a sua carreira. No cenário conturbado daquela época, de repressão e radicalização política, as atitudes e as falas de Simonal o transformaram em um dedo-duro da Ditadura Militar. Apesar da relação dele com os órgãos de repressão precisar ser mais bem estudada, não existem evidências de que ele foi aquilo que uma memória coletiva construiu. Mas também, ele não foi o cordeiro indefeso que atualmente querem passar. Ao transpor a linha da legalidade, Simonal pagou um preço alto por isso. Mas, foi ele mesmo que cavou o buraco, onde sua carreira seria pra sempre enterrada.

Deve-se ser criticado o silenciamento imposto a Simonal pela imprensa ou pela historiografia que estuda a música. Simonal foi um personagem importante da história da música brasileira e precisa ser estudado com afinco. Mas, tem que ser estudado sem simplificações,

o mesmo tivesse cometido o crime, em nada, justifica a barbaridade a qual foi submetido.

¹³ Não existem provas de que o contador Raphael Viviani tivesse roubado a empresa de Simonal (o mesmo sempre negou a acusação). Nem os autores dos livros aqui comentados ou diretores do documentário, em momento algum, sugerem que Viviani tivesse roubado o artista. A inocência do contador nunca é posta em dúvida. Todavia, independentemente que



Simonal: dedo-duro, bode expiatório ou a esfinge ainda a ser decifrada?

procurando entender o homem em seu contexto histórico, o artista com todos os seus defeitos e méritos, seus erros e crimes, e não tentar inocentá-lo procurando bodes-expiatórios que paguem pelas suas ações. Entre dedo-duro e bode expiatório, Simonal continua sendo uma esfinge a ser decifrada.



O "PODER DESARMADO": A ATUAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DITADURA MILITAR (1964-1965)

Angela Moreira Domingues da Silva¹

A bibliografia sobre os dois primeiros anos de ditadura militar indica que inúmeros esforços foram colocados em prática no sentido de elaborar medidas que viabilizassem a institucionalização do novo regime após o golpe de 31 de março de 1964. O documento que inaugurou esse processo foi o Ato Institucional nº 1, editado pelo Comando Supremo da Revolução, que assumiu o poder após a deposição do presidente João Goulart. Preconizava em seu preâmbulo a justificativa para o movimento que destituiu o presidente constitucionalmente eleito, afirmando que "os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País", conceituando tal movimento como civil e militar e que abriria ao país uma perspectiva sobre seu futuro.

A edição do Ato Institucional nº 2, em 1965, pode ser considerada o marco final do que Marcos Figueiredo, por exemplo, denominou ser o 1º ciclo político da "Revolução", pautado por um movimento de fortalecimento do Poder Executivo e de construção do regime. Nesse período, as instituições começaram a ser moldadas para atingir o propósito de remodelação da política e da sociedade. Dessa forma, foi instituído o bipartidarismo, introduzidas modificações significativas no Poder Judiciário e os crimes contra a segurança nacional passaram para a jurisdição da Justiça Militar.

Esse período foi acompanhado de intenso movimento persecutório voltado contra pessoas vinculadas ao governo deposto.

¹ Mestre em História pela UFRJ, Doutora em História pelo CPDOC/FGV e Pesquisadora bolsista e pós-doutoranda na mesma instituição.

² Ver, por exemplo, as obras de Maria Helena M. Alves, *Estado e oposição no Brasil (1964-84)*, Petrópolis, Vozes, 1985; Lucia Klein & Marcus Figueiredo, *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978; e João Roberto Martins Filho, *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*, São Carlos, Editora da UFSCar, 1996.



Assim, militares, sindicalistas, políticos ou indivíduos suspeitos de subversão ou corrupção foram presos para investigação por supostas atividades ilícitas. Vale salientar que tal demanda punitiva impactou na atuação de vários órgãos do Poder Judiciário, evidenciando uma legislação processual e de segurança nacional confusas, que não explicitava devidamente a competência da Justiça Civil ou Militar para responsabilizar-se pelos crimes de natureza política.

Não há como desvincular o papel e as atividades do Superior Tribunal Militar (STM), segunda instância da Justiça Militar, no período de abril de 1964 a outubro de 1965, da demanda punitiva que caracterizou a conjuntura política a partir do golpe de 31 de março. A natureza de tal afirmação reside no fato de que o tema ganhou espaço nas sessões plenárias, tanto por meio de discussões dos ministros sobre os recentes acontecimentos pós-golpe, como por meio de *habeas corpus* impetrados no Tribunal em favor de pessoas que haviam sido presas para averiguações.

Nesse período, a função constitucional da Justiça Militar era julgar o crime militar, fosse ele cometido por civil ou por militar, além de alguns crimes vinculados à segurança externa do país. A atuação, organização e atribuição do foro militar estavam dispostos no Código de Justiça Militar de 1938, na Carta constitucional de 1946 e na Lei de Segurança Nacional (LSN) de 1953, que se mostraram confusas e frágeis acerca da responsabilidade pelo processo e julgamento de crimes contra a ordem política e o Estado, na conjuntura pós-golpe.

Apesar de seu não envolvimento direto com a execução do golpe militar, em 6 de abril de 1964, os ministros do STM aprovaram, por unanimidade, uma moção de apoio e solidariedade ao 31 de março. Destacaram-se, no rol de preocupações dos ministros, "as medidas tomadas e a serem tomadas [pelos chefes militares] para o fortalecimento das instituições adotadas pela maioria da Nação Brasileira e principalmente as firmes decisões para restabelecer a hierarquia e a disciplina no seio das gloriosas Forças Armadas". Diante de tal manifestação, o então ministro da Aeronáutica Francisco de Assis Correa

³ Arquivo do STM, Gabinete da Presidência - Ofícios Expedidos (1962-1965), Ofícios nº 38/Pres, 39/Pres, 40/Pres e 41/Pres.

.



de Melo agradeceu o apoio, alegando que o STM, exercendo o papel de "Poder desarmado", certamente refletiria a "segurança de um julgamento histórico verdadeiro, fruto da liberdade e da responsabilidade que a atual geração brasileira defendeu para um aperfeiçoamento crescente dos valores cristãos e democráticos brasileiros.⁴ Foi com esse espírito que o Tribunal dirimiu as contendas políticas que lhe chegaram.

No presente artigo, observaremos como o STM se comportou no período entre 1964 e a edição do AI-2, levando em consideração duas práticas distintas: o julgamento de *habeas corpus* pós-golpe militar e das primeiras apelações que subiram ao Tribunal por motivação política. Argumentamos que, ao julgar os *habeas corpus* solicitados em razão de prisões por questões políticas, o Tribunal coadunou, em grande parte das decisões, com o processo de punição em curso, apresentando um discurso de ênfase na legalidade para justificar decisões que favorecessem os solicitantes. Com relação às apelações julgadas, o primor e a defesa pela prática processualística foi o ponto central para as decisões técnicas e absolvições acordadas pelo Tribunal no período em questão.⁵

O STM E O JULGAMENTO DE HABEAS CORPUS

Ao longo de 1964, 2.990 pessoas foram punidas via Ato Institucional nº 1 e Atos Complementares. A formalização dessas punições, originadas no Poder Executivo, acontecia através de perdas de direitos políticos, cassações de mandatos, aposentadorias, reformas e demissões. Para Marcus Figueiredo, essas punições reduziram a disputa político-ideológica que prevalecia antes do golpe, "através do processo de punições políticas individuais e do controle sobre entidades de representação".

_

⁴ Arquivo do STM, Livro de Atas de Sessões do STM, 1964, 16^a sessão, 22 de abril de 1964, pp. 86-87.

⁵ Para maiores informações sobre a atuação do STM, assim como acerca do padrão decisório do STM ao longo da ditadura, ver Angela Moreira D. da Silva, *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980),* Tese de Doutorado, PPGHPBC, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2011.

⁶ Wanderley G. dos Santos *et alli, Que Brasil é este? Manual de indicadores políticos e sociais.* São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

⁷ Lucia Klein & Marcus Figueiredo, *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*, p. 125.

140

O "poder desarmado": a atuação do superior tribunal militar no processo de institucionalização da ditadura militar (1964-1965)

Essas pessoas, atingidas pelo AI-1 e seus atos correlatos não podiam recorrer ao Poder Judiciário para reverter a medida punitiva, que tinha origem e fim na vontade do presidente da República. No entanto, muitos dos que sofreram constrangimento ilegal foram perseguidos ou presos por alguma autoridade militar ou policial, para averiguação de suposta atividade corrupta ou subversiva, recorreram ao STM, solicitando sua soltura, através da impetração de *habeas corpus*. Desde a edição do AI-1, a estrutura da Justiça Militar converteu-se em espaço de disputas políticas, tanto para acusadores, quanto para acusados.

O STM passou a ser acionado em virtude de uma série de prisões para averiguações, efetuadas pelos encarregados de Inquéritos Policiais Militares, autorizadas pelo art. 8º do AI-1. Tais detenções eram operacionalizadas por determinadas autoridades militares com base no artigo 156 do Código da Justiça Militar, que as permitiam ordenar a prisão do indiciado durante as investigações policiais por até trinta dias, prorrogáveis por mais vinte. O STM, legalmente, só seria responsável pela decisão de *habeas corpus* quando o indiciado fosse preso com base no art. 156 do Código de Justiça Militar, por autoridade militar, ou quando enquadrado nos artigos citados da LSN de 1953 que fossem de sua competência.

Como o processo e julgamento de crimes políticos era da alçada da Justiça Comum, a estratégia utilizada pelos militares incumbidos pelos IPMs para levar tais prisões para o âmbito da Justiça Militar foi enquadrálas no art. 2°, da Lei de Segurança Nacional, cuja apreciação era de competência da justiça castrense. Segundo o general Peri Bevilacqua, ministro do STM de 1965 a 1969, esse artigo "passou a ser uma espécie de vala comum em que se lançavam todos os IPMs que contivessem matéria política". 8

Além desta estratégia dos responsáveis pelos IPMs, o envolvimento do STM nesta fase nasceu também dos recursos dos advogados dos presos para solicitar a soltura destas pessoas detidas para investigação, através da solicitação de *habeas corpus* junto ao Tribunal. O dispositivo legislativo que permitia essa esfera de atuação dos advogados

⁸ Renato Lemos, *Justiça fardada: o general Peri Bevilacqua no Superior Tribunal Militar* (1965-1969), Rio de Janeiro, Bom Texto, 2004, p. 89.



era o Código de Justiça Militar, que estabelecia como uma das funções do STM o processo e julgamento de "petições de *habeas corpus*, quando a coação ou ameaça emanar de autoridade militar, administrativa ou judiciária, ou junta de alistamento e sorteio militar". Um *habeas corpus* poderia ser requerido, sempre que algum cidadão tivesse sido preso ou estivesse se sentindo perseguido ou coagido, alegando iminência de ser preso, como previsto na Constituição de 1946:

Art. 141§ 23 – Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Nas transgressões disciplinares, não cabe o *habeas corpus*.

A Lei de Organização Judiciária de 1938 especificava quando o STM era responsável por julgar petições de *habeas corpus*:

Art. 272. Todo aquele que sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, por ato de alguma autoridade militar, judiciária ou administrativa, ou de junta de alistamento e sorteio militar, poderá requerer ao Supremo Tribunal Militar uma ordem de habeas-corpus, por si ou por procurador.

Inúmeros eram os motivos alegados pelos advogados que representavam os pacientes, para fundamentar o pedido de *habeas corpus* ao STM: seus clientes estavam sofrendo coação ilegal por parte de algum auditor ou autoridade militar; haviam sido presos ilegalmente, sem fundamento ou justa causa; presos sem ordem judicial ou formação de culpa; ausência de decretação de prisão preventiva antes do ato de prisão; presos mantidos incomunicáveis; prisões mantidas por excesso de prazo; ausência de informação com relação ao local onde a pessoa havia sido presa; solicitação de *habeas corpus* preventivo, porque os pacientes estariam na iminência de serem presos por sofrerem coação ilegal; pediam exclusão de denúncia oferecida pelo Ministério Público Militar.

⁹ Ver art. 91, alínea c, decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938.



Para o Tribunal, a consequência direta desse tipo de prática foi um volume muito elevado de indiciados que impetraram pedidos de *habeas corpus* no STM, solicitando benesses diversas. As alegações mais comuns que se podia encontrar nos fundamentos dos pedidos de *habeas corpus* eram solicitação de soltura por excesso de prazo de prisão, quebra de incomunicabilidade, constrangimento e coação ilegais, prisão sem justa causa ou sem formação de culpa e incompetência da Justiça Militar.¹⁰

Tal demanda que se apresentou ao plenário do Tribunal caracterizou o início da configuração do STM como o que consideramos ser a Justiça do Regime, ou seja, voltado para o julgamento daqueles considerados "inimigos" do novo regime que se organizava.

Essa avalanche de prisões gerou um cenário de indefinição sobre de qual esfera jurídica seria a competência para analisar os pedidos de *habeas corpus* impetrados. Segundo a Constituição em vigor à época, competia ao STF processar e julgar originariamente.

[...] o *habeas corpus*, quando o coator ou paciente for Tribunal, funcionário ou autoridade cujos atos estejam diretamente sujeitos à jurisdição do Supremo Tribunal Federal; quando se tratar de crime sujeito a essa mesma jurisdição em única instância; e quando houver perigo de se consumar a violência, antes que outro Juiz ou Tribunal possa conhecer do pedido.

O "nó górdio" que se estabelecia, derivado da atribuição constitucional dos Tribunais e do uso discricionário do poder pelas autoridades militares, residia, exatamente, na tensão entre a competência do STF para julgar crimes de cunho político e a natureza "militar" da autoridade que promovia a instauração dos IPMs, fazendo com que esses casos pudessem ser deslocados para o STM.

Essa "zona cinzenta" na qual se encontravam as duas Cortes levou o ministro do STM, Otávio Murgel de Rezende, em 17 de agosto de 1964, a apresentar ao plenário uma proposta de definição sobre de que

¹⁰ Arquivo do STM, Atas das Sessões do STM, no Livro de Atas das Sessões do STM, 1964.
Nesses documentos, podemos encontrar o resumo dos *habeas corpus* julgados pelo Tribunal.



Tribunal seria a competência para conhecer os pedidos de *habeas corpus* impetrados por indiciados civis. Segundo decisão anterior do STF, o STM só poderia conhecer do *habeas corpus* quando a coação partisse de autoridade militar, de acordo com as disposições do Código de Justiça Militar.

As investigações procedidas por autoridade que não esteja sujeita aos preceitos do Código de Justiça Militar não são atos de autoridade militar, embora seja militar o encarregado do inquérito, pois não é a qualidade da pessoa que dá fisionomia ao ato. A subordinação do encarregado do inquérito à lei comum tira-lhe a qualidade de autoridade militar. Declarada inaplicável a lei processual militar, afastada fica, ipso-facto, a competência do Superior Tribunal Militar. ¹¹

A partir de 1º de abril até dezembro de 1964, o STM recebeu 681 pedidos de *habeas corpus*, solicitados por 1.290 pessoas que recorreram a esse instituto jurídico, sendo 898 (69,61%) civis e 392 (30,39%) militares. ¹² É importante destacar a quantidade de pessoas indiciadas e não somente de *habeas corpus*, porque a decisão do STM poderia variar de uma pessoa para outra, mesmo que elas tivessem entrado com o mesmo pedido de *habeas corpus*. Desse universo, somente 10 eram mulheres, civis, contabilizando menos de 1% das pessoas que recorreram ao Tribunal.

Salientamos que esses dados não refletem, necessariamente, a quantidade total de pessoas que foram presas após o golpe ou indiciadas em IPMs, somente aquelas que requereram *habeas corpus* ao STM. Não podemos descartar a possibilidade de que muitas não o tenham feito porque foram soltas antes, porque recorreram ao STF ou outro órgão da Justiça Comum, ou simplesmente porque não possuíam recursos financeiros para contratar um advogado que as representassem.

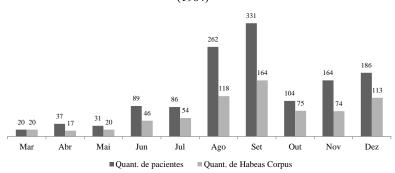
Segundo Denise Dora, a estratégia da defesa, nesse período, foi recorrer à justiça comum de forma regular, assim os pedidos de *habeas corpus* eram direcionados a varas criminais distintas e a todas as

¹¹ Arquivo do STM, Atas das Sessões do STM, 1964, 53ª sessão, 17 de agosto de 1964, pp. 281-282.

¹² Compilação da autora, com base no Livro de Atas das Sessões do STM, 1964.

instâncias possíveis. O intuito primeiro desses *habeas corpus* era o de encontrar as pessoas que haviam sido presas e, por isso, ficaram conhecidos como *habeas corpus de localização*. O segundo objetivo era o de conseguir a quebra da incomunicabilidade, imposta pela autoridade coatora, entre o indiciado e seu advogado. No gráfico abaixo, podemos acompanhar o movimento dos 681 *habeas corpus* impetrados no STM em 1964, por mês, demonstrando como aumentou a opção por esse recurso jurídico, mas que longe está de refletir o alcance da repressão pós-golpe. Faz-se necessário lembrar que, como estamos analisando a documentação do ponto de vista do STM, consideramos a data do acórdão do Tribunal, não de entrada na Secretaria do Tribunal, por parte do advogado.

Gráfico 1 – Quantidade de pacientes que solicitaram *habeas corpus* ao STM (1964)



Fonte: compilação da autora, com base nos Livros de Atas das Sessões do STM, 1964.

O movimento punitivo, nos primeiros meses, atingiu civis e militares da mesma forma, aumentando exponencialmente a quantidade de civis a partir do mês de junho. A bibliografia sobre o processo punitivo pós-golpe salienta que os militares foram o principal setor atingido na onda repressiva que se instaurou. Analisando essa situação do ponto de vista do STM, observamos que a quantidade de civis supera em muito o

¹³ Denise Dourado Dora, Advocacia em tempos sombrios: de como um grupo de advogados enfrentou o regime militar de 1964, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV, 2011, p. 74.



número de militares que recorreram ao Tribunal buscando *habeas corpus*. Essa análise foi outra forma de constatar que "a cirurgia executada pelos generais de abril, para eliminar qualquer foco de oposição dentro do meio militar, alcançou êxito".¹⁴

De maneira geral, incluindo todos os temas que passaram pelo Tribunal, assim votaram os ministros, em 1964, acerca dos *habeas corpus* impetrados:

Tabela 1 – Acórdãos de *Habeas Corpus* solicitados ao STM (1964)

Acórdão do STM	Quant.	%
Não concederam a ordem	493	38,22
Prejudicado o pedido	335	25,97
Concederam a ordem	258	20
Não tomaram conhecimento do pedido	147	11,4
Homologaram o pedido de desistência	29	2,25
Converteram o julgamento em diligência	25	1,94
Adiamento do julgamento	3	0,23
Total	1.290	100

Fonte: compilação da autora, com base no Livro de Atas do STM, 1964.

Analisando de forma geral, ao contrário do senso comum que atribui ao STM uma prática menos persecutória do que outras esferas punitivas do governo, observamos que os ministros não eram tão benevolentes na concessão da ordem. Na maioria dos casos, eles votaram por não concedê-la, decidindo de forma desfavorável aos pacientes. Talvez, o que faça a imagem do Tribunal ser positiva com relação à maneira de votar e à suposta manutenção das garantias seja o fato de que, isoladamente, o Tribunal se pronunciava de forma a conceder o *habeas corpus* a presos com notoriedade, como foi o caso do governador Seixas Dória.

¹⁴ Arquidiocese de São Paulo, *Brasil: Nunca Mais*, 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1985, p. 119.



O "poder desarmado": a atuação do superior tribunal militar no processo de institucionalização da ditadura militar (1964-1965)

A explicação para o tópico "Prejudicado o pedido" ser tão elevado, alude à ideia de que até a matéria ser decidida em plenário, o paciente já havia sido solto, pelos próprios agentes punitivos ou por ordem do STF. Os casos nos quais o Tribunal decidiu por "não tomar conhecimento do pedido" referem-se àqueles nos quais não reconheciam a Justiça Militar como foro responsável por aquele caso específico.

Quando se detalha a informação, analisando as categorias *civil* e *militar*, observamos que os ministros eram mais indulgentes com os civis do que com os militares, concedendo a 22,85% dos civis as benesses solicitadas, apresentando comportamento favorável a somente 13,52% dos militares.

Tabela 2 – Acórdãos de *Habeas Corpus* solicitados por civis e militares ao STM (1964)

Acórdão do STM	Civis	%	Militares	%	Total	%
Não concederam a ordem	290	32,33	203	51,79	493	38,25
Prejudicado o pedido	237	26,42	98	25,00	335	25,99
Concederam a ordem	205	22,85	53	13,52	258	20,02
Não tomaram conhecimento do pedido	128	14,27	19	4,85	147	11,40
Homologaram o pedido de desistência	23	2,56	5	1,28	28	2,17
Converteram o julgamento em diligência	12	1,34	13	3,32	25	1,94
Adiamento do julgamento	2	0,22	1	0,26	3	0,23
Total	897*	100	392	100	1.289	100

Fonte: compilação da autora, com base no Livro de Atas do STM, 1964. * Há 1 habeas corpus no qual não consta a decisão do STM.

Esse comportamento pode ser explicado por alguns fatores. Em primeiro lugar, porque os próprios ministros do STM afirmaram que, em moção de apoio ao golpe, em 6 de abril de 1964, compactuavam com as decisões tomadas pelo Comando Supremo da Revolução, para o



restabelecimento da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. Dessa forma, não nos surpreende que os ministros tenham sido mais rigorosos com os militares que, no seu julgamento, tivessem infligido ou desrespeitado disciplinarmente a corporação e a codificação penal militar. Por outro lado, os militares são o público tradicional da Justiça Militar, logo, não é de admirar que eles tenham sido mais severos com o seu público cativo. No mesmo sentido, legalmente falando, era legítimo reconhecer a Justiça Militar como foro de processo e julgamento de militares, independente da natureza do suposto crime que tivessem cometido.

Nesta fase de implantação do regime militar brasileiro, o cenário político foi marcado por certa "docilidade paisana" e por um "inusitado ativismo" militar no rearranjo de poder¹⁵, ativismo este que gerava tensões e conflitos na condução política do país. A insatisfação com o "ritmo e o alcance da 'depuração' do sistema político" caracterizava o discurso do oficialato, principalmente daqueles vinculados ao então ministro da Guerra, Artur da Costa e Silva.

Tal descontentamento, que evidenciou o surgimento de tensões entre o palácio e a caserna¹⁶ manifestadas durante todo o regime militar brasileiro, por motivos diversos, refletiu-se em críticas do oficialato ao STM, acusado de atrasar o processo punitivo e de depuração das Forças Armadas. Essas afirmações advinham do fato de que, em geral, o Tribunal decidia ou emitia seus acórdãos pautados em um discurso de obediência à normatividade legal. Mesmo concedendo *habeas corpus* a um número tão reduzido de pacientes, alguns setores da oficialidade não estavam satisfeitos com a conduta do Tribunal.

Em resposta a comentários de natureza crítica ao STM, em 17 de agosto de 1964, o ministro Tristão de Alencar Araripe fez um pronunciamento intitulado "O espírito revolucionário e o Superior Tribunal Militar", cujo intuito era o de "esclarecer os jovens camaradas interessados na repressão dos desatinos contra a coisa pública", pois, a

¹⁵ João Roberto Martins Filho, O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises polítcias na ditadura (1964-1969), p. 52.

¹⁶ Estas expressões são originalmente empregadas por João Roberto Martins Filho (1995). Para conhecer melhor o papel dos oficiais e seu posicionamento político, ver a obra de Maud Chirio, *A política nos quarteis*, Rio de Janeiro, Zahar, 2012.



seu ver, a "crítica ao Superior Tribunal Militar de não corresponder aos anseios do espírito revolucionário emana da defeituosa compreensão da competência e das possibilidades do foro militar". ¹⁷

Em defesa da atuação do STM diante das causas que lhe chegavam, vinculadas ao processo punitivo, o ministro apregoava a necessidade de o Tribunal não agir "fora da lei" e declarar-se incompetente na apreciação de crimes comuns praticados por civis. O aspecto que deve ser ressaltado das observações de Araripe é o fato de que o ministro não discordava da necessidade governamental de empreender o que ele denominou de "ação regeneradora" — presumivelmente, também posta em prática por meio da Justiça Militar —, mas antes seria conveniente modificar os "pontos fracos" de tal ação, mediante alterações na legislação. Para o ministro, toda a confusão sobre competência de foro para apreciar casos associados à conjuntura política e à falta de poder da Justiça Militar para decidir sobre tais questões derivava da existência de uma LSN "tecnicamente falha (...) na caracterização dos delitos e no processual". 18

Podemos relativizar a ideia de que o Tribunal queria, mas não podia, agir contra aqueles acusados de subversão, para preservar a legalidade, principalmente, quando o paciente era militar. Em 11 de abril de 1964, um sargento da Marinha foi preso e passou então a responder a IPM. Sua prisão preventiva só foi decretada em 10 de setembro do mesmo ano, ou seja, cento e oitenta dias depois de ter sido preso. Segundo o encarregado do inquérito, o paciente havia cometido os crimes de motim, revolta, aliciação e incitamento.

Os ministros do STM decidiram, por maioria de votos, não conceder a ordem para que o paciente fosse solto, considerando os seguintes motivos: o fato de o paciente ser militar, indiciado em crime militar; a prisão preventiva ter sido decretada por Conselho competente; "a prisão preventiva decretada não tem tempo prefixado para a sua duração, ficando essa a critério da autoridade judiciária competente"; sua

¹⁷ Arquivo do STM, Ata das Sessões do Superior Tribunal Militar, 1964, 53ª Sessão, 17 de agosto de 1964, p. 282.

¹⁸ Arquivo do STM, Livro de Atas das Sessões, 1964. 53ª sessão, 17 de agosto de 1964, p. 282.



prisão preventiva ainda era necessária. ¹⁹ O que imperou para a decisão final do STM não foi o aspecto legal da ação, mas o fato de o solicitante ser militar.

Situações como essa influenciaram para demonstrar a ambiguidade na qual o Tribunal encontrava-se com relação à sua atribuição, porque nos casos em que militares estavam sendo vinculados aos crimes referentes à administração pública ou ideologia política, pejorativamente denominados corrupção ou subversão, o Tribunal poderia sentir-se responsável como ente jurídico a apreciar. No entanto, a competência da Justiça Militar era processar e julgar crimes militares, e não os funcionários públicos *militares*. O simples fato de determinado cidadão, profissionalmente, ocupar a função pública de militar dava direito ao Tribunal de julgá-lo, mesmo que o crime fosse considerado da alçada da justiça comum? Caso não, ele deixaria de "vestir a farda" no momento de ser julgado? Ou, ao contrário, esse aspecto pesaria na hora da avaliação dos ministros?

Como podemos observar, para solucionar essa ambiguidade, as autoridades militares responsáveis por investigar desvios comportamentais na caserna, encontraram a simples solução de enquadrálos na codificação militar, atribuindo o caráter de "militar" ao crime.

No rol de preocupações apresentadas, o ministro pretendia dotar o foro militar de um escopo que o permitisse lidar de forma mais delineada com os casos de punições originárias do Poder Executivo, com os problemas de jurisdição surgidos no julgamento de causas abertas contra militares ligados ao regime deposto e com as controvérsias procedentes da incompetência da Justiça Militar para o julgamento de civis. Assim, sugeria

[...] que se declarem atos perfeitos e acabados os de cassação, demissão, transferência para a reserva, em virtude do art. 7º do Ato Institucional, de maneira que não sejam eles atingidos pelos resultados dos processos penais; - modificar o art. 108, § 1º da Constituição,

¹⁹ Arquivo do STM, Livro de Acórdãos de Habeas Corpus, 1964 (HC 27.171 a 27.530). Ver Acórdão nº 27.261.

150



O "poder desarmado": a atuação do superior tribunal militar no processo de institucionalização da ditadura militar (1964-1965)

corrigindo a expressão "segurança externa" para – segurança do Estado e suas instituições políticas e militares; - modificar o § 4º do art. 141 da Constituição, acrescentando "salvo quando se chocaram com os interesses da ordem pública, do Estado e da disciplina das FFAA"; - em decorrência, acrescentar ao § 23 do mesmo artigo 141, "nos crimes contra a Segurança do Estado e instituições políticas"; - rever a lei 1802/53 para definir melhor os fatos criminosos contra a ordem, as instituições, atribuí-los ao foro militar e estabelecer um processual apropriado, com presteza e eficiência. Creio que com esses adendos ficará a Justiça Militar aparelhada ao supremo e elevado intuito regenerador do Governo vigente.²⁰

A sugestão de Araripe nos permite afirmar que, por mais que os ministros do STM pregassem a limitação do seu trabalho às amarras legislativas, não lhes faltava vontade para atuar em prol do "intuito regenerador" do governo, como o aludido "poder desarmado". Portanto, observamos que a dinâmica de embates e conflitos próprios do momento de institucionalização do golpe e de organização do poder político ressoava no Tribunal militar, que apresentava, em sua composição, ministros preocupados em aperfeiçoar a legislação punitiva no sentido de trazer para sua esfera de competência a apreciação de casos de indivíduos considerados, de alguma forma, vinculados a atos de corrupção ou subversão.

Esta foi, sobretudo, uma fase de tentativa de utilização do aparato jurídico militar para dar vazão à pretensão punitiva pós-golpe, e de constatação de que esse ramo da justiça não estava preparado para receber e lidar com a demanda de casos que ali chegavam. Portanto, devemos pensar o STM, a partir desse período, como uma instituição do Poder Judiciário, como uma instituição corporativa e como uma instituição que se pronunciou, oficialmente, sobre o que seria considerado (i)legal naquela conturbada conjuntura política. Apesar de vinculada formalmente ao Poder Judiciário e não às Forças Armadas, a Justiça Militar acabou por ser envolvida nos conflitos oriundos da caserna e do

 $^{\rm 20}$ Arquivo do STM, Ata das Sessões do Superior Tribunal Militar, 1964, 53ª Sessão, p. 283.



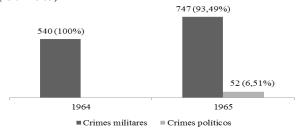
poder militar, iniciando e dando ensejo ao que se pode chamar o Direito da segurança nacional.²¹

O STM E O JULGAMENTO DE APELAÇÕES

Segundo o Código de Organização Judiciária de 1938, a função da Justiça Militar era julgar o crime militar. Contudo, a LSN de 1953 delegava ao foro castrense a responsabilidade de processar e julgar pessoas incursas sete artigos distintos, que versavam sobre a segurança externa do país. Essa situação somente se modificou com a edição do AI-2, que deslocou para o âmbito da justiça castrense o julgamento de crimes políticos.

Como podemos observar no gráfico abaixo, no ano do golpe nenhuma pessoa foi julgada pelo Tribunal decorrente do processo punitivo instaurado a partir de então vinculado a questões políticas, apesar de várias terem sido indiciadas pelas Auditorias Militares, incursas nos artigos da lei nº 1.802, de 1953.

Gráfico 2 – Quantidade de réus julgados pelo STM por crimes militares e políticos (1964-1965)*



Fonte: compilação da autora, com base nos livros de Atas das Sessões do STM, de 1964 e

* Em 1965, consideramos como réus julgados por crimes políticos aqueles incursos na LSN e no Código Penal Militar, por crimes que tiveram alguma vinculação com a conjuntura política, como motim e aliciamento.

A explicação para tal fato reside no tempo decorrido entre a abertura de um processo, seu julgamento pela 1ª instância e a apreciação

_

²¹ Mário Pessoa, O direito da segurança nacional, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército/ Ed. Revista dos Tribunais, 1971.



da apelação pelo STM, caso o condenado ou o Ministério Público Militar tivessem a ele recorrido.

Dos 799 réus julgados pelo STM em 1965, 52 o foram por motivação política, correspondendo ao índice de 6,5% dos réus que apelaram ao Tribunal. A primeira apelação que chegou ao STM relacionada à conjuntura política foi julgada em 6 de setembro de 1965, data anterior à edição do AI-2, portanto. Três cidadãos do sexo masculino foram incursos no art. 24 da Lei de Segurança Nacional:

Art. 24. Constituírem ou manterem os partidos, associações em geral, ou, mesmo, o particular, milícias ou organizações de tipo militar de qualquer natureza ou forma armadas ou não, com ou sem fardamento, caracterizadas pela finalidade combativa e pela subordinação hierárquica.²²

Com processo aberto na Guanabara, dois deles foram condenados a 6 meses de prisão e um a 1 ano de prisão. O STM não tomou conhecimento deste pedido, agindo da mesma forma em quase todas as apelações que lhe chegaram, nesse período, envolvendo crimes de natureza política.

Dos 20 réus incursos na LSN, divididos em 3 apelações, somente 3 deles não foram acusados de crime previsto no art. 2º da LSN, evidenciando, de certa forma, a denúncia do ministro Peri Bevilacqua, referindo-se a tal artigo como uma "vala comum" utilizada para promover a denúncia.²³

Não causa estranhamento, dado o afã punitivo que caracterizou a conjuntura, o fato de que a maior pena imposta pela primeira instância no período analisado, incluindo os crimes militares apreciados, tenha recaído sobre réus julgados à luz da LSN. A pena de 10 anos de reclusão foi aplicada a nove chineses, julgados na Guanabara, incursos no art. 2°, inciso III.

²² Ver Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953.

²³ Renato Lemos, *Justiça fardada: o general Peri Bevilacqua no Superior Tribunal Militar* (1965-1969), p. 89.



Considerado uma "farsa" pelo advogado Sobral Pinto, o caso da prisão dos chineses, bastante ruidoso à época e pouco conhecido atualmente, é ilustrativo da dimensão internacional do fenômeno persecutório em conjuntura tão acalorada politicamente, como afirma Rodrigo Patto Sá Motta. Tal caso representa o quinhão de perseguição a nacionais de países socialistas, em território brasileiro:

De início, deve ser destacado que a repressão policial atingiu também alguns representantes dos países socialistas no Brasil. O caso mais rumoroso envolveu um grupo de chineses que se encontrava no país negociando a abertura de relações comerciais e diplomáticas entre os dois países. A polícia carioca prendeu os 9 integrantes da missão chinesa e mais um grupo de brasileiros acusado de estar em conluio com eles. Como não havia relações diplomáticas com a China a situação desses cidadãos foi a mais delicada entre os representantes de países socialistas, e consta terem sido submetidos à tortura. O governo chinês protestou e conseguiu apoio de outros governos do oriente e da África, que igualmente manifestaram seu desagrado pelo tratamento dado aos chineses.²⁴

Pesquisando no Arquivo Nacional dos Estados Unidos em documentos que retratam as relações diplomáticas entre o Brasil e aquele país, Motta afirma que foi cogitada a troca dos chineses detidos no Brasil, por prisioneiros norte-americanos detidos na China ou na Coréia do Norte. No entanto, o Departamento de Estado brasileiro argumentou que tal gesto poderia ser associado, pela propaganda comunista, a uma imagem de "vassalagem do Brasil com os Estados Unidos" e "sugeriu que mais útil para o 'mundo livre' seria comprovar o envolvimento do grupo em subversão ou espionagem e obter condenação judicial". ²⁵

Assim o fez a Auditoria Militar e os "9 chicoms" – expressão pejorativa utilizada pelos diplomatas estadunidenses para se referirem aos réus –, foram condenados à pena mais alta aplicada ao longo de 1964, juntamente com 7 brasileiros, julgados no mesmo processo, incursos no

²⁴ Rodrigo Patto Sá Motta, "O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS", *Locus*, v. 13, n. 2, 2007, p. 241.

²⁵ Idem

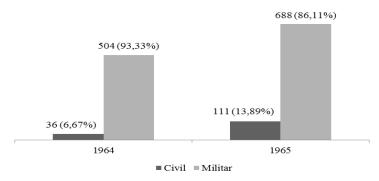


citado artigo 2º, considerados cúmplices e absolvidos pelas duas instâncias.

Após grande repercussão, o presidente Castelo Branco decidiu pela deportação dos chineses, no início de 1965 sem, contudo, conceder indulto ou perdão aos processados, como era desejado pela defesa. A apelação da defesa só chegou ao Tribunal Militar em 8 de outubro de 1965, quando os réus, há muito, já haviam sido enviados para seu país de origem. Sem outra opção, o STM não tomou conhecimento da apelação. ²⁶

Dos 540 réus que apelaram ao STM no ano do golpe, 36 deles eram civis, que cometeram crimes militares presentes no CPM de 1944, em geral crimes contra o patrimônio, como apropriação indébita, falsidade, receptação e usurpação. Para os ministros do STM, a sanção aplicada para crimes militares não distinguia, em intensidade, a categoria civil ou militar. O número de civis aumentou relativamente em 1965, pois eles constituíam a maioria de réus incursos na LSN.

Gráfico 3 – Quantidade de réus civis e militares julgados pelo STM (1964-1965)



Fonte: compilação da autora, com base nos Livros de Atas das Sessões do STM, de 1964 e 1965.

A proveniência das apelações julgadas entre 1964 e 1965 concentrava-se nas regiões sudeste e nordeste, como se pode observar abaixo.

²⁶ Arquivo do STM, Livro de Acórdãos de Apelações – 34.521 a 34.700, 1965. Apelação nº 34.582.



Tabela 3 – Relação de estados da federação x apelação julgadas pelo STM por crime político (1965)

Estado	Quant. réus
GB	43
PE	6
BA	3
Total	52

Fonte: compilação da autora, com base nos Livros de Atas do STM, 1964 e 1965.

O então estado da Guanabara aparece como o estado que apresentou maior número de apelações. A explicação para tal ocorrência centra-se em alguns fatores. Por ser o polo político do país, muitas figuras políticas que foram presas e julgadas entre 1964 e 1965 encontravam-se na cidade do Rio de Janeiro. Outro elemento que surge para explicar essa grande incidência é o fato de que, independente de as pessoas presas e processadas residirem na Guanabara, muitos dos advogados que atuavam nesses casos exerciam sua profissão no estado, como Heleno Fragoso, Modesto da Silveira, entre outros. Assim, o advogado poderia apelar ao STM em estado diferente daquele no qual correu o processo.

O padrão decisório do STM, em se tratando do julgamento de crimes políticos, obedeceu o respeito à técnica jurídica de formulação do processo. Como disposto na tabela abaixo, observamos que o campo *Outros* se destaca por conter decisões que dizem respeito à detecção de alguma falha cometida ao longo da instrução da ação penal.



O "poder desarmado": a atuação do superior tribunal militar no processo de institucionalização da ditadura militar (1964-1965)

Tabela 4 – Quantidade de réus absolvidos e condenados pelo STM julgando crimes políticos (1965)

Decisão do STM	Quant. réus
Absolvições	22
Condenações	14
Outros*	16
Total	52

Fonte: compilação da autora, com base nos Livros de Atas das Sessões do STM de 1965.

* Esse campo inclui anulação do processo, arquivamento do processo, converter julgamento em diligência, extinção da punibilidade, prescrição da ação penal, entre outras possíveis decisões do STM.

Das 32 pessoas julgadas no STM, acusadas por crimes presentes no Código Penal Militar, mas relacionados à conjuntura política, 24 eram ex-militares²⁷ e só 8 continuavam na ativa; 18 delas foram processadas pelo crime de motim e revolta e 14 pelo delito de aliciação e incitamento. Como podemos observar na tabela acima, o STM mais absolveu do que condenou, mas aplicou penas altas àqueles considerados culpados, chegando a condenar um ex-sargento a 16 anos de reclusão, por motim e revolta e 6 réus a 10 anos de reclusão. Esse comportamento do Tribunal está em consonância com o discurso apresentado na moção de apoio ao golpe, elaborada pelo general Tristão de Araripe e apoiada unanimemente pelos ministros, no sentido de tomar "firmes decisões para restabelecer a hierarquia e a disciplina no seio das gloriosas Forças Armadas".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salientamos que o fato de o STM decidir a favor de um indivíduo que estivesse se sentindo perseguido ou de um réu que estivesse sendo processado por motivação política, com base na limitação legal para uma decisão diferente não demonstra, a nosso ver, um caráter de benevolência ou crítica ao movimento persecutório instaurado no pósgolpe militar. Tanto assim que é possível encontrar iniciativas e sugestões

 $^{^{\}rm 27}$ Nomenclatura presente na documentação pesquisada.



dos próprios ministros do Tribunal no sentido de que a LSN fosse modificada, para que o Tribunal pudesse ampliar a sua margem decisória.

Afirmamos, portanto, que na sua condição de "Poder Moderador", o STM mostrou-se solidário à "causa revolucionária", coadunando-se e respaldando-se, no plano judicial ou do discurso, com o "movimento saneador" e com a construção de um novo regime político a partir de abril de 1964.

A presente análise permitiu, portanto, conhecer um pequeno aspecto do movimento punitivo e da repressão posta em prática após o golpe militar, a partir de outro prisma, considerando seu registro e inserção na mecânica judiciária e burocrática, assim como as decisões de um órgão do Judiciário sobre a legalidade e legitimidade de tal movimento.



BREVE HISTÓRIA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA (1972-1975)¹

Romualdo Pessoa Campos Filho²

Em 1992, quando comecei os trabalhos para minha pesquisa de mestrado³ sobre os acontecimentos ocorridos no Sul do Pará e Norte do Tocantins entre os anos de 1972 e 1975, era enorme a resistência dos moradores da área do conflito, para se falar sobre a Guerrilha do Araguaia. Muito embora já tivesse havido uma caravana de familiares à região 10 anos antes.

As repercussões na imprensa praticamente não existiam, senão ocorrendo muito raramente. Mas, três a cinco anos depois, a partir de meados daquela década, principalmente devido à luta de familiares dos guerrilheiros desaparecidos no confronto com as forças militares e às pesquisas acadêmicas que reconheciam a importância do acontecido para a História, o assunto toma outra dimensão e sucedem-se várias reportagens, muitas delas em séries, em diversos jornais de publicação nacional. Deslocam-se para a região jornalistas, pesquisadores, documentaristas e até mesmo produziu-se um longa-metragem sobre o

¹ Esse artigo é uma compilação do livro "Guerrilha do Araguaia – a esquerda em armas", de autoria do autor. Inicialmente uma dissertação de mestrado, defendida em 21 de feveiro de 1995, sob a orientação da profª. Drª Janaína Amado, no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG). A pesquisa, no entanto, prosseguiu até o ano de 1996. Em maio de 1997, a dissertação foi transformada em livro e publicada pela Editora da UFG. O envolvimento do autor com o tema prosseguiu por todos esses anos. O livro foi relançado em abril de 2012, atualizado e ampliado. As pesquisas sobre a região onde o conflito se desenvolveu prosseguem atualmente como uma pesquisa desenvolvida a nível de doutorado, na qual são investigadas as condições em que vive toda aquela área e os vários fatos que indicam ter existido ali uma sequência de lutas, massacres e assassinatos que podem ter relação com as neuroses mantidas na região pelos militares disfarçados que atuaram (e provavelmente ainda atuam) por muito tempo sob a liderança do Major Curió. Os "secretas" que tornaram a vida de muitos camponeses e moradores verdadeiros suplícios por ali passavam permanentemente para impedir o surgimento de "uma outra guerra".

² Mestre em História, doutorando em Geografia, Prof. de Geopolítica do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA-UFG)

³ Dissertação de mestrado finalizada em 1995. O autor prosseguiu nas pesquisas, publicando um livro em 1997, cuja segunda edição foi lançada neste ano de 2012. Referências: Romualdo Pessoa Campos Filho. *Guerrilha do Araguaia – a esquerda em armas*. São Paulo: Editora Anita. 2012.



tema, tirando assim a Guerrilha do Araguaia de um anonimato forçado pelas forças repressivas militares e levando-a ao conhecimento do grande público, em fartas reportagens, película cinematográfica e vários livros com sucessos de vendas.

A Guerrilha do Araguaia deixou de ser um assunto restrito àqueles que não conseguiam aplacar seu sofrimento pelo sumiço dos corpos de filhos e parentes e aos documentos do PCdoB, partido que a organizou e tornou-se um capítulo a mais na história de luta do povo brasileiro. Por todos os cantos, aumentou o interesse pelo estudo desse violento conflito, ao mesmo tempo em que se aprofundava a indignação quanto ao fato de não haver uma resposta sobre o destino que tiveram muitos guerrilheiros aprisionados com vida junto aos corpos daqueles que ali morreram. Essa incógnita é seguramente a grande responsável pelo silêncio imposto pelas Forças Armadas, quase que numa tentativa vã de apagar a luta guerrilheira do Araguaia e impedi-la de ter seu lugar garantido ao lado de acontecimentos marcantes de nossa História.

O Araguaia, com sua beleza natural, imenso rio de águas caudalosas no inverno e na imensidão e tranquilidade de um verão extemporâneo a nos brindar com belíssimas praias, tornou-se palco de um movimento espetacular, na grandeza de seus objetivos e na fúria dos seus algozes. Mas não somente o rio, também a mata fez-se morada e refúgio de jovens obstinados, velhos e maduros militantes, combativos guerreiros armados muito mais por seus ideais do que por sofisticadas armas de guerra. Mas isso é o que caracteriza o guerrilheiro, saber antes de tudo que está lutando por algo que vale a pena morrer para que a vida valha a pena. Ali, nas matas do Araguaia, foi também a última morada da maioria deles, alguns dos quais foram vilipendiados em sua bravura e covardemente assassinados e insepultos, pois faltou ao inimigo o mínimo de dignidade que se espera de combatentes. Suas vidas foram ceifadas criminosamente e os corpos roubados para não deixar marcas das aberrações da natureza típica de guerras de extermínio: tortura, humilhação, decapitação e execução.

O Sul do Pará tem mudado muito, não com a rapidez que seria necessária, obviamente, nem com o modelo de desenvolvimento adequado.



Os altos índices de crescimento dos valores macroeconômicos decorrentes, em grande medida, da instalação dos grandes projetos econômicos, não pode obscurecer que sua implementação, além de não ter produzido alterações significativas na melhora das condições de vida da população local, tampouco alteraram a situação dependente e periférica que mantém a Amazônia brasileira com relação aos países centrais e, nas últimas décadas, também dos centros dinâmicos da economia nacional.4

Mas se tomarmos como referência a área que foi centro da guerrilha, desde São João do Araguaia, transamazônica a trecho que vai de Marabá até Tocantinópolis/Porto Franco, ou indo em direção ao São Domingos do Araguaia⁵ e dali até São Geraldo (PA)/Xambioá (TO), vamos verificar que as mudanças começam a acontecer devido a Guerrilha do Araguaia. Já durante o próprio conflito os tratores entraram em ação e construíram três estradas; as Forças Armadas desenvolveram a Operação Aciso para atender a população até então completamente abandonada pelos governos. Depois da guerrilha, para conter a simpatia dos moradores, as ações continuam e a região se torna objeto de preocupação dos militares devido ao receio de uma nova conflagração na área. E mais do que um receio, uma verdadeira neurose identificada nas ações de um dos executores dos guerrilheiros que continuou a comandar operações na área por muito tempo, o hoje oficial de reserva e ex-prefeito de Curionópolis (PA), Sebastião Curió. Tanto pelo medo de surgir um novo movimento, como também para causar uma verdadeira amnésia histórica. A História da Guerrilha do Araguaia tinha que ser sufocada e ficar contida a um lapso de tempo. E assim se tentou fazer, omitir da História que teria acontecido naqueles rincões, um movimento guerrilheiro de repercussões internacionais, debelado à custa de execuções e torturas desconsiderando-se até mesmo a Convenção de Genebra, que tentou por um fim aos abusos de guerras.

-

⁴ Pere Petit. Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

⁵ Na época da Guerrilha o município chamava-se São Domingos das Latas. Teve seu nome alterado para São Domingos do Araguaia devido ao movimento guerrilheiro, e em seu brasão foram incluídos dois fuzis cruzados.



OS ANOS DE CHUMBO

O Brasil viveu anos difíceis, entre 1964 e 1979. As liberdades políticas estavam sufocadas e não vivíamos um regime democrático. Naquele momento, as escolhas para quem desejava ter uma visão crítica e uma participação política estavam sendo negadas por um regime militar que tomou o poder mediante um golpe de estado e perseguiu indistintamente quem ousasse divergir de seus posicionamentos conservadores e claramente vinculados aos interesses dos Estados Unidos. A repressão se abateu violentamente e não poupou nem mesmos segmentos de esquerda que se opunham à luta armada. E outros que, não aceitando a pressão, optaram pelo exílio, também foram perseguidos na Operação Condor, que uniu ditaduras do cone sul, com o intuito de caçar indesejáveis militantes políticos que trocavam de país para poder sobreviver às ditaduras.

A dura reação que se abateu sobre os militantes que se armaram para combater a ditadura militar brasileira, na região do chamado Bico do Papagaio, foi implacável não somente no combate aberto de uma guerra irregular que afrontou um forte poder militar. Os guerrilheiros presos com vida e até mesmo camponeses, moradores da região que eventualmente tornaram-se amigos dos combatentes, ou porque tivesse mesmo vínculos com a guerrilha, foram torturados e em seguida assassinados. Uma operação de cerco e aniquilamento visou eliminar um por um dos guerrilheiros, mesmo os que foram presos com vida, e em seguida proceder a outra operação que tinha como objetivo limpar a área, de forma a negar sempre a existência de um movimento guerrilheiro. Com isso muitos corpos continuam até hoje desaparecidos, levando dezenas de famílias a permanecerem por todos esses anos numa luta incansável e numa busca interminável para identificar os locais onde eles podem ter sido enterrados.

A ESQUERDA EM ARMAS

Sufocados pela falta de liberdade, e por uma repressão violenta que impedia que cada cidadão pudesse exercer seus plenos direitos políticos, as organizações de esquerda, com raras exceções, optaram pelo caminho da luta armada, acreditando ser a única forma de pôr fim à ditadura militar implantada em 1° abril de 1964.



Os caminhos utilizados foram diferentes. Uma parte dessas organizações optou por seguir uma linha inspirada no modelo de revolução implementada por Fidel Castro e Che Guevara, em Cuba, e a tentativa na Bolívia, com destaque para a ALN (Ação Libertadora Nacional) e a VAR-Palmares, dentre outras. Outra parte, em que se destacaram o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Ação Popular – Marxista-Leninista (AP-ML), se inspirou nas ideias de Mao Tsétung, da guerra popular prolongada, dentro da concepção que o "elo mais frágil" do regime militar encontrava-se no interior, e que, portanto, a guerrilha rural teria mais eficácia na luta contra a ditadura do que nas cidades, constantemente vigiadas pelos órgãos repressivos.

A REGIÃO DO CONFLITO

Fruto de um estudo sistemático, que levou em consideração as distorções regionais, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) escolheu o Sul do Pará e o Norte de Goiás (atualmente Tocantins) como uma das regiões ideais para implantação de núcleos guerrilheiros. E, a partir de 1966, iniciou o deslocamento de quadros para aquela região. Eram militantes possuidores de noções militares, como Osvaldo Orlando da Costa, o famoso Osvaldão, com passagem pelo CPOR (Centro de Formação de Oficiais de Reserva), e Angelo Arroio, estudioso do assunto.

A região fornecia os elementos essenciais para que se pudesse preparar um movimento com as características de uma guerra de guerrilhas. Enquanto nas cidades a repressão abatia-se cada vez mais ferozmente sobre os militantes de organizações de esquerda, nos anos de 1968 a 1970 principalmente, a região do Araguaia, no *Bico do Papagaio*, começava a receber novos moradores, diferentes dos que ali já viviam.

OS PERSONAGENS

Aos poucos foram sendo constituídos os núcleos guerrilheiros. De início, os militantes comunistas foram habitando povoados e roças. Montaram farmácias, pequenos armazéns de secos e molhados, e adquiriram áreas de posses, procurando um entrosamento com a população que seria fundamental no desenvolver da guerrilha. O primeiro a chegar foi Osvaldão; negro, alto, simpático no falar e no trato com a população, se tornou famoso na região, a ponto de se ouvir inúmeras



lendas a seu respeito, conforme conta o próprio povo da região. Osvaldão atuou como garimpeiro, em Itamirim (PA), como mariscador (caçador de peles), e depois adquiriu uma posse ao lado do rio Gameleira; ali seria estruturado o Destacamento B.

Depois, em 1967, chegou o médico João Carlos Haas Sobrinho (Juca), gaúcho, que se estabeleceu em Porto Franco (MA), onde montou um pequeno hospital que servia também à cidade de Tocantinópolis (GO). Ainda em 1967, chegaram Elza Monnerat (d. Maria), Líbero Giancarlo Castiglia (Joca) e Maurício Grabois (Mário ou Velho), este, ex-deputado federal, constituinte, em 1946, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Em 1968, chegaram João Amazonas (Velho Cid) e Ângelo Arroio (Joaquim). Completou-se, então, o núcleo dirigente, responsável pelo estudo da região, distribuição do pessoal entre as localidades que futuramente se constituíram em bases guerrilheiras, pela preparação política e ideológica e pelos treinamentos militares. Entre 1970 e 1972, aos poucos, chegaram mais e mais militantes do PCdoB, até constituir um número de 69.

Assim como Osvaldão, uma outra figura se destacou e tornou-se mito: Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina. Várias lendas povoam o imaginário do povo do sul do Pará, envolvendo principalmente esses dois personagens. Por isso mesmo, tidos pelo Exercito como os mais perigosos.

A PREPARAÇÃO

Quase todos que foram destacados para formarem os núcleos guerrilheiros, não possuíam nenhuma experiência na lida da roça. Era preciso adaptar-se ao estilo de vida rural; tornaram-se comerciantes, farmacêuticos, castanheiros, camponeses, prestavam assistência médica e davam aulas à população.

Três bases foram constituídas: O Destacamento A, próximo a São João do Araguaia; O destacamento B, às margens do rio Gameleira, entre Palestina do Pará e São Geraldo; e o Destacamento C, pouco abaixo de São Geraldo. Além dos três destacamentos, o objetivo inicial era que cada um contasse com 23 guerrilheiros, havendo ainda a



Comissão Militar, que se estabeleceu próximo ao povoado Metade (município de São Domingos), acima da aldeia dos índios suruís.

Ao todo, essa área abrangia as seguintes localidades (quase todos eram distritos ou povoados): Marabá, São João do Araguaia, Itamirim, Apinagés, Araguatins (esses do lado esquerdo da Transamazônica, na direção Marabá-imperatriz), São Domingos, Metade, Brejo Grande, Bacaba, Palestina, Santa Isabel, Santa Cruz, Pau Preto, São Geraldo, e ainda uma parte do município de Conceição do Araguaia, todos no Pará; e Xambioá, Araguanã e Araguaína, atualmente Estado do Tocantins. Na época, São Geraldo era distrito de Conceião do Araguaia, cerca de 400 km de distância e São Domingos pertencia a São João do Araguaia (ambos no Pará). Os municípios do lado do Tocantins (Goiás, então) eram Xambioá e Araguaína.

Em 1970, o Exército realizou um exercício anti-guerrilha, denominado "Operação Presença" ou "Mesopotâmia", que se baseou em Imperatriz (MA), após suspeitas de que a ALN pretendia organizar focos guerrilheiros naquela região. Isso apressou o deslocamento dos militantes para os Pontos de Apoios (PA) e a intensificação dos treinamentos militares e de adaptação à mata. A preparação visava, além dos objetivos táticos e estratégicos envolvendo basicamente as questões militares, também o reconhecimento da região e o maior conhecimento possível da mata. Essa movimentação toda era feita com o total desconhecimento da população: não era intenção, ainda, esclarecer sobre os reais objetivos de suas presenças na região. Isso deveria fazer parte do trabalho político, a ser feito no momento adequado, o que só foi possível após a deflagração da guerrilha, inclusive com a distribuição de um conjunto de reivindicações da população, através de núcleos, denominados ULDP: União pela Liberdade e pelo Direito do Povo.

A GUERRILHA DESCOBERTA: AS FORÇAS ARMADAS ENTRAM EM AÇÃO

Em 12 de abril de 1972, as Forças Armadas iniciam a repressão ao movimento guerrilheiro, entrando por São Geraldo e atacando o Destacamento C. As bases militares foram instaladas em Marabá, Bacaba, Araguatins e Xambioá, por toda a região foram instalados acampamentos



e os postos policiais na Transamazônica fiscalizavam todos que por ali passavam.

Na primeira campanha, o grosso dos efetivos era composto por oficiais e soldados do Exército, apoiados em tropas com recrutas ou soldados, em sua maioria, inexperientes naquele tipo de guerra. Cidades como Marabá e Xambioá tiveram suas rotinas radicalmente modificadas, devido à presença numerosa de milhares de soldados. Em Xambioá, construiu-se toda uma estrutura para abrigar o contingente militar e uma parte do comando da Operação. Do outro lado do rio Araguaia, onde se chega somente através de barca, localiza-se São Geraldo, foi por ali que o Exército penetrou, em direção ao destacamento C, Base dos Caianos, e atacou o local denominado Pau Preto, um Ponto de Apoio (PA), empurrando os guerrilheiros em direção à mata. Era 14 de abril de 1972.

Ao entrar nas roças dos "paulistas" (assim eram chamados os guerrilheiros), queimando suas casas, destruindo as plantações e acusando seus moradores de "terroristas" e "subversivos" – expressões pouco entendidas por aquele povo –, assaltantes de bancos e criminosos, as Forças Armadas provocaram uma antipatia imediata da população.

Os insucessos e as perdas iniciais tornaram mais brutal a reação contra a população, suspeita de ajudar o inimigo, ou silenciar, omitindo as informações pedidas. Em pouco tempo a desconfiança da população cedeu lugar ao medo e ao terror; toda a área começou a ser vasculhada, procurando-se guerrilheiros por todos os lados, todas as estradas foram vigiadas, ninguém podia ficar afastado de casa sem que se informasse para onde ia; às 18 horas todos deviam se recolher.

A violência contra a população iniciou-se já nesta Primeira Campanha. Em 22 de maio, Lourival de Souza Paulino, camponês, apareceu enforcado numa cela em Xambioá. Ele era acusado de fazer parte do movimento. Em junho, foi a vez dos religiosos, também suspeitos de ajudarem e até mesmo de serem guerrilheiros, como conta o Padre Roberto de Vallicourt, na época da entrevista atuando como vigário na cidade de Marabá:

[...] começaram a bater em mim. Me jogaram no chão e pisaram, e pegaram a cabeça... Aí eles pegaram prá dar



soco assim, na cara, nos ossos, e botavam os dedos nos olhos, e torcendo os braços, e batendo a cabeça na parede, era pontapé na barriga, nos rins, eu fiquei bastante machucado. (...) durou mais ou menos uma meia hora, depois eles amarraram a gente, eu estava meio tonto, não tava tendo consciência do que tava acontecendo, eles bateram bastante a cabeça no chão e na parede. Pegavam pelo cabelo e batiam.⁶

A tática utilizada pelos guerrilheiros foi a de recuar para as áreas de refúgios, evitando o enfrentamento imediato com as tropas federais e realizando ações de fustigamento e emboscada. Houve baixas dos dois lados. Segundo o relatório elaborado por Ângelo Arroio, foram presos seis guerrilheiros e mortos cinco. Entre os militares as mortes eram cercadas por um sigilo absoluto.

Em junho de 1972, as Forças Armadas retiraram-se da área. Saíram moralmente derrotados, pois mobilizaram um grande efetivo e não conseguiram sufocar o movimento guerrilheiro que possuía um número de combatentes bem inferior, além de armamentos de baixa qualidade. Sofreram uma derrota militar, houve casos de debandada de tropas dentro da mata causadas pelo desespero de recrutas inexperientes, além de não terem conseguido forçar a população a dar-lhes todas as informações necessárias, para que pudessem minar as bases de apoio dos guerrilheiros.

A SEGUNDA CAMPANHA: NOVA TÁTICA DAS FORCAS ARMADAS

Dois meses depois (setembro de 1972), as Forças Armadas retornaram à região, com um número maior de soldados, uma tática diferente, principalmente para conquistar a população, e um apoio mais ostensivo do "pessoal especializado". Embora o grosso da tropa continuasse sendo do Exército, a presença da Força Aérea e da Marinha, dessa vez foi maior. O objetivo principal foi ganhar a simpatia da população, isolar mais ainda os guerrilheiros e pôr um fim à guerrilha no mais curto tempo.

⁶ Depoimento de Pe. Roberto de Vallicourt, missionário católico francês, chegou à região do Araguaia em outubro de 1972. Concedida em 16 de janeiro de 1994, em Marabá.



Paralelamente, as tropas foram colocando em prática uma nova relação com o povo da região, ao mesmo tempo em que realizavam emboscadas nas estradas, grotas, roças e capoeiras, ocuparam a aldeia dos índios suruís, obrigando-os a servirem de guias. Espalharam bases militares por toda a região e distribuíram panfletos e cartas, em nome daqueles que haviam sido presos, conclamando os demais a se entregarem, pois eles estariam sendo bem tratados — uma tentativa de guerra psicológica. Várias "picadas" foram abertas na mata com o apoio de "bate-paus"; aviões e helicópteros passaram a bombardear locais suspeitos de serem refúgios dos guerrilheiros. Era a operação "papagaio", comandada pelos generais Vianna Moog e Antonio Bandeira.

Como forma de angariar a simpatia da população, foi criada a Operação ACISO (Ação Cívico Social), visando atender a população naquilo que era mais essencial, levando para a área conflagrada médicos e dentistas, distribuindo remédios e vacinas em grandes quantidades; estradas foram patroladas, posses legalizadas, terras doadas pelo INCRA e ainda se perseguiu pistoleiros e grileiros.

Os guerrilheiros procuraram manter contatos, visando conseguir mantimentos e realizar um trabalho de conscientização política. Foram criadas as FORGAS (Forças Guerrilheiras do Araguaia), denominação dada aos núcleos guerrilheiros; criou-se a ULDP (União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo), baseado em um programa de 27 pontos, elaborados a partir de estudos e das conversas informais tidas com os camponeses, desde quando eles ali chegaram. O objetivo era criar núcleos da ULDP, que permitissem expandir o trabalho político, envolver a população, possibilitando o recrutamento de novos combatentes, firmando a base de sustentação do movimento guerrilheiro.

Num curto espaço de dois meses, as Forças Armadas se retiraram da área. Em mais uma campanha, elas não souberam adotar uma tática capaz de derrotar o inimigo. Com o brio ferido pelas derrotas sofridas e pelo fato de apenas 69 guerrilheiros terem suportados os ataques de milhares de soldados, dotados de armamentos superiores, helicópteros, lanchas da marinha, aviões etc, as tropas federais recuaram para preparar uma contra-ofensiva, que visava o aniquilamento total da guerrilha. Só retornaram quando tiveram a certeza de poder eliminar, um a um, todos os guerrilheiros. Desta vez, não poderia haver sobreviventes e tudo foi



feito para cercá-los: construção de estradas, quartéis, pontes, destruição de roças inteiras, intimidações, prisões, torturas... Foi a terceira e a mais violenta campanha contra a guerrilha do Araguaia.

CERCO E ANIQUILAMENTO: "TERRORISTAS ERAM ELES!"

Alguns meses depois da retirada do Exército da área, começaram a aparecer vários elementos estranhos, era o início da "Operação Sucuri", que duraria de maio a setembro de 1973, e era a preparação para o cerco final, com a "Operação Marajoara", com o objetivo de eliminar por completo os guerriheiros: "Assim que eles saíram a área ficou repleta de secretas", conta o sr. José Veloso. Eram agentes especializados, infiltrados na região, a fim de ganhar a confiança dos moradores, obter informações necessárias e descobrir que pessoas tinham ligações com os guerrilheiros. Após listar ou "fichar" todos os suspeitos, deu-se uma nova etapa, uma verdadeira caçada contra todos que tivessem mantido qualquer relação com os guerrilheiros. Muitos estiveram nessa situação, já que eles mantinham uma boa relação com a população.

A Guerrilha entrava numa nova e mais brutal fase. As Forças Armadas colocaram em ação uma estratégia de cerco e aniquilamento e no mais fiel exemplo das ações brutais da ditadura militar que se desencadearam nas cidades, de torturas e assassinatos, rasgando todos os tratados e convenções internacionais relativos aos direitos de guerra, notadamente da população civil da área em conflito, e de prisões efetuadas no decorrer dos combates. Em meados de 1973, toda a área já estava minuciosamente mapeada pelo CIE e SNI, e seus moradores devidamente fichados, com dados que informavam diálogos obtidos secretamente, e apontavam o grau de comprometimento com os guerrilheiros comunistas.

Em outubro, teve início a Terceira Campanha (operação Marajoara), completamente diferente das anteriores, com as tropas ocupando ostensivamente todos os municípios e povoados no raio de ação da guerrilha. Destacava-se a Brigada de Paraquedista do Exército, do Rio de Janeiro, comandada pelo general Hugo Abreu, secundado pela Força

⁷ Depoimento do Sr. José Veloso, camponês e ex-guia do Exército, morador de Brejo Grande. Depoimento concedido em janeiro de 1994.



Aérea, através do 1° EMRA (Esquadrão Misto de Reconhecimento e Ataque), sediado em Belém e subordinado operacionalmente ao Comando Geral do Ar (COMAR); além dos incontáveis agentes da comunidade de informação espalhados pela área, responsáveis pela caçada aos "suspeitos" logo no começo da campanha. No comando dessa tropa descaracterizada estava o Major Sebastião de Moura "Curió", atuando sob diversos codinomes, dentre eles "Dr. Luchini", usando documento falso do Incra, a quem vai ser imputados atos de barbaridades contra prisioneiros, tanto moradores da região quanto guerrilheiros.

Em São Domingos, primeiro município a ser "invadido", as pessoas ficaram entre assustadas e admiradas, sem saber direito o que estava acontecendo. "Seu" Abdias, farmacêutico, na época em que o entrevistamos vereador do PSDB, presidente da Câmara Municipal de São Domingos do Araguaia, foi um dos que estava na lista. Segundo ele, ali foi incluído por um ato de perseguição do filho da dona do Hotel onde um dos "secretas" se hospedava. Padre Roberto de Vallicourt, que fôra vítima na primeira campanha, também acompanhou de perto o desespero da população:

Trezentas pessoas desapareceram (foram presas). Eu sei porque eu estava em São Domingos, reunido na casa do Vilmondes, e assistia esse pessoal chegar e dizer: "carregaram o Abdias, carregaram fulano, carregaram Pernambuco do Cavalo...". E as mulheres com os filhos apavorados, e a gente não sabia, não podia sair. E levaram... e lá praticaram as torturas. (...) Eu conheço uma família que tinha um filho, um rapaz, que era um pouco doente mental. Então ele foi caçar e o helicóptero baixou, ele correu e prenderam.E como não sabia se explicar ele foi preso na Bacaba e lá foi chutado na beira da cara. Foi chutado até morrer, não apareceu mais. Eu tinha um vizinho meu lá de São Domingos que ficou louco, ficou totalmente perturbado.⁸

-

⁸ Depoimento de Abdias Soares, farmacêutico em São Domingos desde a época da guerrilha, foi vereador e presidente da Câmara daquela cidade. Também foi preso e torturado. Concedido em janeiro de 1994.



O também padre, e hoje professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ricardo Rezende, faz referência ao terror que se abateu sobre a população:

Seu Mariano, antigo comerciante em São Domingos, chegou a contar que sentiu tanta sede que bebeu urina de um dos companheiros. Disse ainda que defecavam e urinavam no chão. O cheiro era horrível.

Mesmo assim, quando a porta foi aberta e os soldados jogaram água para lavar a sujeira, houve quem, desesperado, abaixou-se para sorvê-la do próprio piso. 9

Os locais de prisão e torturas, pelo que se pôde constatar, eram a prisão no DNER, em Marabá, base do comando, chamada de "casa azul"; na Bacaba, uma base que funcionava para realizar as "triagens", ou identificação dos prisioneiros mais importantes; e em Xambioá, base das operações militares e também prisão, onde o local em que as pessoas ficavam presas era um imenso buraco (denominado de Vietnã), cavado na base militar, com uma enorme grade jogada por cima, onde se acotevelavam dezenas delas. Nús, ou apenas de calção, os prisioneiros enfrentavam um sol escaldante, como é típico da região, além de chuvas constantes que sempre cai naquela época do ano.

Nessas prisões, água para beber era jogada raramente, e alimentação poucas vezes servida. As necessidades fisiológicas eram feitas ali mesmo, causando um cheiro insuportável. Também em Marabá as condições das celas não eram diferentes, e os presos passavam por essas mesmas humilhações, completamente privados de direitos, tratados como animais, e torturados por negarem fatos que desconheciam.

Ao mesmo tempo em que efetuava essas prisões, o Exército procedeu a um cerco na área em que estavam posicionados os guerrilheiros, retirando todas as pessoas que por ali habitavam – mateiros, lavradores, mariscadores –, a fim de impedir que os guerrilheiros fizessem qualquer contato com o povo. As lavouras foram destruídas, plantações de mandiocas, bananais inteiros, lavouras de milho etc., tudo foi derrubado ou incendiado, para cortar qualquer possibilidade de

⁹ Ricardo Rezende Figueira. *A justiça do Lobo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996. Pág. 29



abastecimento da guerrilha. Quase todos os camponeses que ali viviam perderam tudo que tinham construído, inclusive suas terras, sendo deslocados depois para as cidades próximas. Guiado por mateiros experientes — muitos deles forçados a isso após serem presos e espancados — conhecedores da região, bons rastreadores, o exército penetrou na mata e instalou acampamentos militares.

Dentro da mata, os guerrilheiros prepararam para o enfrentamento. Mantinham a resistência, apoiados no moral elevado do grupo, motivados pelas vitórias obtidas nas duas primeiras campanhas e pelo avanço do trabalho político desenvolvido no período de tréguas. Procuraram desenvolver ações ofensivas, mas o poderio do Exército era infinitamente maior. Os choques com as tropas geralmente deixavam vítimas ou prisioneiros.

A investida das tropas foi aumentando e, até o final de 1973, a guerrilha sofreu perdas consideráveis. Num erro tático de consequêncis fatais para a guerrilha, a Comissão Miltar decidiu juntar os três destacamentos sob o seu comando, formando uma única força. Decidiram rumar para Palestina do Pará, onde ainda existiam alguns depósitos de mantimentos escondidos na mata. O deslocamento, no entanto, feito por um grande número de combatentes, deixou rastros possíveis de serem seguidos, apesar da preocupação em apagá-los. No dia 25 de dezembro, o Exército cercou o acampamento, apoiado por helicópteros e um avião: desse ataque resultou a queda da Comissão Militar. Não se sabe quantos morreram ou foram feitos prisioneiros, mas, nas redondezas do acampamento, havia em torno de 25 pessoas.

A luta prosseguiu ainda pelo ano de 1974. Embora restassem poucos guerrilheiros e apesar de se estreitarem os espaços com o aumento do cerco pelas tropas, não foi fácil "caçar" os últimos combatentes. Mas a resistência era praticamente nula.

Encerrava-se a guerrilha, mas permanecia um mistério. O que havia sido feito com aqueles que foram presos com vida? As informações obtidas permite que seja respondido com convicção a essa questão: todos os guerrilheiros presos no decorrer da terceira campanha foram mortos, em função de torturas, ou simplesmente fuzilados. A denúncia mais forte desses assassinatos, perpetrados por membros da comunidade de



informação, veio do coronel Pedro Corrêa Cabral. Segundo ele "eram ordens de Brasília (...) que não ficassem ninguém vivo. É estarrecedor, é forte, é triste, mas era esta a ordem". Os agentes saíam com os guerrilheiros presos, após obterem as informações necessárias, levavamnos para mostrarem depósitos de mantimentos dentro da mata, e, lá, os executavam. No linguajar próprio, punha-os para "viajar". "Viajar significava execução", afirma o coronel. Vários depoimentos comprovam também que vários guerrilheiros foram presos com vida nesta terceira campanha.

O comando dessa operação ficou a cargo do major Sebastião de Moura "Curió", sempre secundado por um emblemático agente de codinome "Ivan". Ao encerrar a guerrilha (1975), Curió permaneceu na área, controlando uma equipe de informantes, para coibir qualquer tentativa de manifestação de simpatia aos guerrilheiros, proibindo até celebrações de missas, sob acusações de que alguns padres eram "subversivos". Ele exerceu um forte domínio por uma extensa área, desde o rio Araguaia até o garimpo de Serra Pelada, onde se tornou presidente do Sindicato dos Garimpeiros e posteriormente prefeito de uma pequena cidade surgida nesse tempo que terminou por incorporar o seu nome, "Curionópolis".

Quanto à forma como muitos guerrilheiros presos foram executados, além do falso "chafurdo" – na expressão militar, combate – em que os prisioneiros "viajavam", vários deles podem ter sido eliminados após torturas no Pelotão de Investigação Criminal (PIC), em Brasília, para onde alguns foram levados.

Mas a fase mais macabra da Guerrilha do Araguaia ocorreu no final de 74 e janeiro de 1975. A ordem de não deixar sobreviventes após a terceira campanha vinha acompanhada de outra determinação: não poderia haver qualquer vestígio de que algum dia ocorrera uma guerrilha, como afirmou o coronel Pedro Cabral: "...era ordem também de Brasília que não se deixassem vestígios de que o conflito do Araguaia algum dia tivesse existido". ¹¹ Os corpos, ainda possíveis de serem localizados foram levados para a Serra das Andorinhas e queimados juntamente com pneus.

¹⁰ Depoimento do coronel Pedro Cabral, prestado à Comissão dos Desaparecidos Políticos da Câmara dos Deputados, em 20.10.1993.

¹¹ Idem.



Sobre as baixas existentes entre as Forças Armadas, não se tem informações que comprovem o número exato. Em livro publicado em 2011, o oficial José Vargas Jimenez, na época da guerrilha em que ele combateu, era Sargento e conhecido como "Chico Dólar", afirma terem morrido dezesseis militares. De maneira irracional, possivelmente devido à morbidez com que foi executada a operação Araguaia, o Exército se recusa até hoje a prestar qualquer esclarecimento a respeito e alguns oficiais insistem ainda em desconhecer o óbvio, como a desconsiderar a própria História.

UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA DE LUTA DO POVO BRASILEIRO

A Guerrilha do Araguaia aconteceu em um momento ímpar na história de luta do povo brasileiro. Sem querer situá-la acima de nenhum outro movimento popular, ou compará-la a momentos grandiosos de outras lutas revolucionárias e de libertação nesses mais de quinhentos anos de Brasil, é preciso reconhecer que foram poucas as vezes em que se mobilizou um efetivo militar tão grandioso para combater uma revolta. E, dada a quantidade de guerrilheiros envolvidos, em comparação ao número de militares, é de se convir que três anos representou uma resistência heróica.

O Araguaia simbolizou coragem e determinação em se lutar por um ideal. Por mais que se discuta, agora, se os guerrilheiros deveriam ou não ter um plano de fuga, talvez essa não tenha sido naquele momento a discussão para as escolhas. Seguramente a escolha já estava feita, os guerrilheiros do Araguaia estavam preparados para morrer pela causa. Pode ser difícil nos dias de hoje, quando se enfraquece o poder da ideologia, entender tal escolha. Mas não é difícil de ser entendido por aqueles que mantêm viva a esperança e a utopia de se construir um mundo justo e solidário, fundado em valores humanistas numa sociedade pela qual se vale a pena viver.

Esse conflito se junta a uma quantidade de outras ações desenvolvidas por organizações e partidos que radicalizaram suas lutas pela absoluta falta de espaços democráticos. O golpe militar de 1964 não foi aceito por uma parcela ativa da população, notadamente aquela que se

¹² José Vargas Jimenez. Bacaba II. Campo Grande, MS: Editora do autor, 2011. Pág. 10



encontrava organizada nessas instituições. Quando ele aconteceu, o país vivia uma situação de plenas liberdades democráticas, com um crescimento considerável do movimento social e dos sindicatos dos trabalhadores urbanos e rurais.

O que diferencia a guerrilha desses demais movimentos foi o momento em que ela ocorreu, já numa situação de descenso das lutas dessas organizações, quase todas elas duramente reprimidas e destruídas pelo aparato militar. E o fato de a escolha pelo enfrentamento ter se deslocado das cidades, onde a guerrilha urbana era mais frequente, para a área rural, constituindo-se em um novo tipo de enfrentamento contra a ditadura militar.

No contexto de uma situação política de absoluta falta de liberdades, não somente política, porque a censura impunha novos rigores sobre a maneira como a sociedade deveria se comportar diante do conservadorismo militar, a resistência de pouco menos de uma centena de guerrilheiros, numa região distante dos grandes centros e profundamente atrasada do ponto de vista econômico e social, a Guerrilha do Araguaia representou um fato político relevante e um capítulo de luta do povo brasileiro que deve ser destacado, independente de o seu caráter ter ficado marcado, e isso foi muito enfatizado pelos governos militares e seus defensores, como um movimento vinculado a um partido. Isso pouco importa quando inserimos esse movimento no contexto de uma realidade que abrange todo o país e as condições sociopolíticas que naquele momento atravessávamos.

As críticas que eventualmente surjam devem em primeiro lugar despirem-se do anacronismo, compreendendo a realidade imposta naquele momento arbitrariamente. Em segundo lugar, elas não podem negar o óbvio, essas lutas foram importantes para aumentar o desgaste a governos que não foram eleitos pelo povo. Acentuar as críticas à atuação dos grupos de esquerdas, em uma época que não era permitido a atuação política, assume caráter conservador, pois reforça o posicionamento daqueles que tratavam de desmoralizar essas organizações acusando-as de terroristas e subversivas, atacando seus militantes como se fossem marginais e bandidos.



O QUE RESTOU DE TUDO AQUILO

A população da região viveu praticamente confinada por muitos anos, e muitos ali ainda têm receio em falar sobre o que aconteceu, vigiada permanentemente por um séquito de "bate-paus" a serviço do "Major Curió". Mas como apagar da memória dos habitantes da região a imagem amiga e generosa dos militantes comunistas, sempre presentes no cotidiano da população? Como conter as informações engasgadas nas gargantas de moradores que não entendiam a ferocidade com que se abateu sobre muitos, em atos inomináveis praticados principalmente por militares ligados à chamada "comunidade de informação"? Como esquecer as torturas físicas e psicológicas que atingiram centenas de moradores, muitos dos quais sequer sabiam das intenções dos guerrilheiros? Como tentar convencer a população que Osvaldão, Dina, Juca, Fátima, Raul, Amauri, Joca, Piauy, "velho" Cid e Mário, D. Maria e tantos outros que se misturaram com o povo da região e se fizeram um deles eram terroristas, estupradores, subversivos, quando seus atos e ações indicavam o oposto e os tornavam pessoas benquistas por todos?

Mas como forçar ao esquecimento familiares daqueles que deram suas vidas por uma causa? Como impedir a luta de pais, mães, irmãos, que exigem respostas para os sumiços dos corpos de seus filhos e irmãos, muitos dos quais sabidamente presos com vida? Como diante de tantas mortes e atrocidades se pensa em esconder a verdade? Como impedir que o partido que organizou o movimento buscasse justiça para as ações repressoras criminosas?

Na luta desencadeada no Araguaia perderam-se vidas importantes, tanto ali, quanto nas perseguições aos militantes de esquerda nas cidades. Mas, nas condições históricas vividas em nosso país naquele momento, haviam poucas alternativas àquela decisão de embrenhar-se na mata e ali construir uma utopia. Podia-se viver clandestinamente fugindo o tempo todo e trocando de morada; aderir à luta guerrilheira urbana, aos sequestros e ações terroristas ou exilar-se do país. A decisão sobre os riscos já fora tomada por todos, a partir do momento em que trocaram o tempo lento do cotidiano alienado, pelo risco de lutar contra a opressão, pelo socialismo, e encontrar na militância comunista a opção cotidiana.



Considero extremamente injusto questionar a decisão pela guerrilha daqueles militantes, em sua maioria jovens. A época em que eles viveram não possibilitavam tantas escolhas como temos hoje em dia. Cabe-nos, então, pelo rigor que a pesquisa acadêmica nos possibilita, procurarmos entender suas motivações e como estavam os espaços de participação política, bem como o caráter de um governo ilegítimo, pois que foi imposto pela força e submisso aos interesses estadunidenses.

Todos aqueles que reagiram ao arbítrio e quaisquer que sejam as organizações que optaram pelo enfrentamento ajudaram a construir uma história de luta em defesa das liberdades democráticas. E este acontecimento, e todos os demais, tornam-se importantes de serem destacados nas páginas de nossa história. Se o Brasil vive atualmente ares de democracia e de liberdade política, se deve à luta de muitos que já não estão mais aqui para usufruir desses momentos, porque tiveram suas vidas ceifadas duramente. Mas eles, e os diversos tipos de lutas que eles travaram, foram fundamentais para que atingíssemos esse tempo de democracia e liberdades políticas.



REGIME MILITAR, PROTESTANTISMO ECUMÊNICO E MODERNIZAÇÃO EM FEIRA DE SANTANA (1970-1985)

Charlene José de Brito¹

INTRODUÇÃO

Após a instauração do golpe civil-militar de 1964, a população brasileira conheceu uma fase marcada pelo cerceamento da liberdade, perseguição e repressão. Esse período de governos militares que se estendeu até 1985 foi justificado por uma ideologia de segurança nacional, de expansão capitalista, contida na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Os militares utilizaram os princípios contidos nessa doutrina como método de imposição de um sistema de vigilância, controle e dominação, no qual todo indivíduo era considerado suspeito. ²

Em nome da segurança interna, grupos tidos como conservadores apoiados por membros de instituições religiosas, entre elas denominações protestantes que iniciaram um intenso processo de depuração, no qual, jovens estudantes, religiosos ou não, membros de partidos que na ocasião foram dissolvidos, agremiações populares, associações comunitárias, precisavam passar pelo crivo dos chamados defensores da pátria. O alinhamento de religiosos com o Governo Militar possibilitou um maior controle das atividades de atores protestantes que desde os anos de 1950 estavam envolvidos com um Cristianismo mais engajado, preocupado com os problemas sociais e econômicos de parte significativa da população brasileira.

Esse posicionamento dos jovens evangélicos, em particular dos presbiterianos ligados ao Movimento Ecumênico, passou a incomodar setores mais reacionários da cúpula da igreja, sobretudo após a ocorrência do *golpe*. Internamente, a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), entre

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (PGH/UEFS), Bahia. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

² Conferir Maria Helena Moreira Alves. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1985; René Armand Dreifuss. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.



aqueles que não percebiam com bons olhos a participação de irmãos de fé em movimentos sociais, desencadeou um processo de demarcação do campo religioso, definindo fronteiras, restringindo cada vez mais a atuação dos agentes ecumênicos. A desaprovação dos questionamentos acerca do não envolvimento cristão nos problemas deste mundo e as críticas direcionadas à realidade brasileira municiaram os *conservadores* de argumentos para perseguir os presbiterianos ecumênicos, acusando-os de subversivos, comunistas e conspiradores.

Um clima geral de insatisfação pairava na sociedade brasileira. Eram muitas as divergências entre os grupos que apoiavam o Regime Militar e seus opositores. No interior da IPB, as tensões se tornavam cada vez mais perceptíveis. Os que ousaram pensar de maneira diferente dos militares ou mesmo dos líderes da IPB, denominados *progressistas* no sentido de possuírem um comprometimento com a realidade e os problemas sociais, eram fortemente reprimidos. Esses presbiterianos *progressistas* se destacavam dos *conservadores*, eles "seria[m] aquele[s] com uma visão aberta, não necessariamente modernista em termos teológicos, que admit[iam] novas ideias e novas perspectivas na interpretação das doutrinas e nas práticas religiosas". Além de uma olhar mais crítico, havia entre eles "um engajamento na sociedade circundante". Foi esse grupo que ousou ir além e divergir do que a IPB pensava, sobretudo quando a mesma se mostrou partidária dos ideais militares.

Os setores *progressistas*, de acordo com Muniz Ferreira, "se deparavam com a necessidade de animar novas ou redivivas experiências de organização e movimentação na defesa de seus interesses materiais, algumas vezes sequer percebidos conscientemente até então". Contrários a essa linha de atuação, aos *conservadores*, ainda segundo o autor,

[...] cabia reforçar a condição de desmobilização, atraso político e déficit de consciência social junto aos contingentes amplamente majoritários das classes populares do país; mais do que isso, se esforçavam por unificar aos atores mais significativos das classes

-

³ Elizete da Silva. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana, UEFS Editora, 2010, p. 35.



dirigentes urbanas e rurais, das elites políticas e das cúpulas militares. ⁴

As dissensões entre esses segmentos presbiterianos levaram à perseguição e expulsão dos *progressistas* da IPB. A vertente *progressista* foi reprimida de maneira enérgica pela ala mais *conservadora*, os espaços foram cada vez mais cerceados. Tanto frente aos irmãos da IPB, quanto junto aos militares, os presbiterianos ecumênicos eram tidos como comunistas, marxistas e subversivos. Esses presbiterianos "não concordaram com a posição da IPB e dos vinte e tantos anos de Ditadura Militar – 64 a 85". Vários pastores, "entre eles o Reverendo Josué Mello, o Reverendo Celso Dourado e eu [Reverendo João Dias de Araújo] estávamos entre os três mais perigosos daquela época" e, por isso, foram vigiados tão de perto, compareceram diante dos órgãos repressivos militares e tiveram os familiares ameaçados.

O Rev. João Dias de Araújo, idealizador da Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER) e um dos presbiterianos ecumênicos que atuaram em Feira de Santana, juntamente com sua família, quando ainda residia em Recife, atuando como professor de Teologia e Deão do Seminário Presbiteriano do Norte (SPN) e a professora Ithamar Bueno de Araújo, sua esposa, exercendo a função de bibliotecária sofreram represálias por parte da hierarquia da IPB e dos militares. A professora Ithamar Bueno de Araújo relatou a intimidação a que foram submetidos, logo após o *Golpe de 1964*, e como tiveram que se precaver contra as investidas do grupo conservador da IPB.

Foi durante o Golpe Militar. Aí veio o bombardeio em cima de nós, de tudo quanto foi gente. Sofremos, viu!? A família toda. Porque João [Dias de Araújo] foi o mais perseguido, a ponto dos missionários, amigos nossos americanos, oferecerem um avião pra nós fugirmos para o estrangeiro. Mas ele falou assim: - pra que, eu não devo nada? Não foi nada do que estão dizendo aí. Se eu fugir, eu estou comprovando que eu sou, mas eu vou ficar aqui.

⁴ Muniz Ferreira. "Insurgência, conciliação e resistência na trajetória do protestantismo ecumênico brasileiro". In: Eurelino Coelho Neto, Márcia Mª Leite, André Dias (Orgs.). *História, Cultura e Poder*. Feira de Santana, UEFS Editora; Salvador: EDUFBA, 2010, p.83-84.

⁵ Entrevista do Rev. João Dias de Araújo, Feira de Santana, 07/05/2007.



Não foi. Fomos para uma praia. Eu deixei as crianças com um casal, com um rapaz, um seminarista amigo nosso e a esposa dele ia pra nossa casa. Ficou uma empregada tomando conta das outras coisas e esses amigos tomaram conta das crianças. Eu fiquei uma semana nessa praia com João, em Recife. Quando nós fomos, eu era bibliotecária e João professor. ⁶

Após esse incidente, no final dos anos de 1970, ambos foram demitidos. Inicialmente o Rev. João Dias de Araújo perdeu a cátedra no SPN e logo em seguida a Professora Ithamar Bueno recebeu o aviso de que não mais poderia trabalhar na biblioteca do Seminário Presbiteriano. Proibido pela direção nacional da IPB de ministrar aulas, o Reverendo Araújo foi avisado de que também precisaria sair da residência na qual vivia com a família, pois a mesma era "de propriedade do Seminário, que era da IPB, portanto pertencia a Igreja Nacional". A expulsão se daria sem que fossem exercidos os trâmites legais. Inconformado com tamanha tirania, "eu disse que eu só sairia da casa quando cumprissem a justiça, que a justiça era clara tanto na lei trabalhista, quanto na lei do inquilinato", relatou Araújo. ⁷

pelos Esse movimento ecumênico. defendido iovens presbiterianos, foi introduzido em Feira de Santana após a ordenação do Rev. Josué da Silva Mello, em meados de 1965. Egresso do Seminário de Campinas, no qual havia sido aluno de Richard Shaull, um missionário de origem norte-americana e com ideias inovadoras sobre as formas de ser igreja, buscou implantar na cidade, juntamente com a comunidade cristã, o que havia aprendido durante os anos de Seminário. A partir do contato com o Rev. Richard Shaull, o Rev. Josué da Silva Mello e outros presbiterianos, como Celso Loula Dourado e Rubem Alves, puderam levar adiante uma proposta ecumênica que era gestada desde a primeira metade do século XX, quando se discutia, entre alguns presbiterianos, congregacionais e metodistas, a possibilidade de cooperação entre cristãos, a partir da criação da Aliança Evangélica (1903) - no Brasil - e das Conferências de Edimburgo (1910) e do Panamá (1916).

⁶ Entrevista da professora Ithamar Bueno Dias de Araújo, Feira de Santana, 07/05/2007.

⁷ Entrevista do Rev. João Dias de Araújo, Feira de Santana, 07/05/2007.



Em 1948, com a fundação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), na Holanda, além da perspectiva de unionismo, puderam ampliar a sua visão acerca do envolvimento da igreja nos problemas sociais deste mundo e propuseram trabalhar em prol da educação e em favor de uma transformação das estruturas econômicas e sociais que repercutissem de modo positivo na vida dos despossuídos. 8 Atentos a essas mudanças, jovens presbiterianos brasileiros começaram a questionar o papel social e político da igreja na sociedade. Reivindicavam de forma veemente um protestantismo mais engajado, capaz de modificar a situação daqueles que habitavam os países tidos como subdesenvolvidos ou dos que ocupavam as periferias das áreas desenvolvidas. Esses protestantes se destacaram no interior da IPB, com posicionamentos que iam de encontro ao pietismo, o qual sempre fora propalado nos púlpitos evangélicos. Criticavam a teologia praticada até então, por esta se encontrar descontextualizada, sem qualquer envolvimento com as dificuldades que atingiam a maioria da população. A partir do contato com Richard Shaull, intensificaram as críticas à sociedade que os circundava à luz das novas concepções teológicas. O pensamento desses jovens estudantes se coadunava com o que era defendido pelo missionário norte-americano.

O Rev. Josué da Silva Mello e posteriormente, na década de 1980, o Rev. João Dias de Araújo, ao iniciarem seus trabalhos em Feira de Santana, já traziam consigo os ideais presentes nessas novas concepções teológicas. Este Reverendo ousou realizar atividades em prol daqueles que estavam envolvidos nas questões de disputas de terras, com a fundação da CEDITER. Já o Rev. Josué Mello, diante de um cenário de pobreza ocasionada, sobretudo, pela migração, iniciou um amplo trabalho de capacitação de mendigos e migrantes no município por meio da Associação Feirense de Assistência Social (AFAS) e do Serviço de Integração de Migrantes (SIM). Resta-nos questionar como esses presbiterianos ecumênicos conseguiram desenvolver atividades sociais na cidade se em outras localidades do País e mesmo no interior da IPB eles eram alvo de desconfiança?

Diante de tal indagação, este artigo pretende refletir sobre as formas que os presbiterianos encontraram para pôr em prática um plano

⁸ Conferir Elizete da Silva. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana, UEFS Editora, 2010.



de ação social na cidade de Feira de Santana, Bahia, durante os anos que vão de 1970 até o final do Regime de Exceção, com a redemocratização. Analisamos as aproximações do Rev. Josué da Silva Mello, no início dessa década, com as do prefeito feirense, João Durval Carneiro, apoiado pelos militares, e as contribuições que as instituições idealizadas pelos ecumênicos trouxeram para a cidade em uma conjuntura de transformações estruturais e econômicas do município.

PROJETOS SOCIAIS EM UM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE FEIRENSE

Em Feira de Santana, segunda maior cidade da Bahia, distante de Salvador aproximadamente 109 km, esses presbiterianos ecumênicos começaram suas atividades sociais no final dos anos de 1960, através da criação da AFAS, que agia diretamente na retirada dos mendigos das ruas para sua posterior inserção no mercado de trabalho. No início de 1970, tendo em vista a ampliação do que vinham desenvolvendo na AFAS e após constatarem que a mendicância no município era decorrente da migração, ⁹ criaram o SIM, direcionado para a capacitação de migrantes. Nos anos de 1980, esses evangélicos começaram a atuar junto à população do campo, prestando assessoria jurídica aos envolvidos em conflitos pela terra e aos atingidos por construção de barragens, com a CEDITER. Além disso, iniciaram uma luta em favor da abertura política e pelo fim do Regime Militar.

Em solo feirense, a primeira tentativa desse grupo foi pôr em prática o que haviam aprendido durante os anos de Seminário em Campinas e/ou Vitória. Nos projetos, tanto do SIM, quanto da AFAS, contaram com o apoio de católicos, espíritas, profissionais liberais, o poder público municipal, alguns comerciantes, entre outros, o objetivo era, a partir de uma teologia mais contextualizada, de uma aproximação com outros grupos, religiosos ou não, realizar atividades capazes de melhorar a situação da população que vivia da mendicância. A AFAS ampliou sua atuação, incluindo entre os assistidos, além dos mendigos, muitos migrantes, enquanto a atuação do SIM estava mais ligada aos retirantes e suas famílias, bem como a população que residia nos bairros periféricos próximos ao Centro de Capacitação.

⁹ Conferir *Tratamentos Estatísticos*, para os anos de 1973, 1974 e 1975.



A AFAS recebeu os migrantes durante os primeiros anos da década de 1970, no entanto, a instituição não tinha apoio financeiro suficiente para lidar com o problema migratório. Nesse mesmo período, membros da entidade perceberam "que o grande problema social de Feira", ¹⁰ o fenômeno da mendicância, era ocasionado, sobretudo, pela migração. Para sanar tal questão, realizaram pesquisas acerca da migração interna, tema presente nas discussões de muitos estudiosos latinoamericanos e do CMI e só a partir dos resultados desses estudos estatísticos puderam elaborar um plano de ação. ¹¹ O SIM foi criado para atuar diretamente com o migrante, recepcionando-o desde a sua chegada à cidade, passando pelo seu treinamento na instituição para, em seguida, encaminhá-lo ao mercado de trabalho local e regional.

As parcerias firmadas quando da instalação da AFAS mantiveram-se com o SIM, porém com o apoio financeiro de órgãos internacionais, entre eles, o CMI que injetou recursos no projeto desde a sua fundação até meados da década de 1980. A entidade que funcionou em seus primeiros anos em uma sala doada pela AFAS, dentro da própria instituição, pôde, após a construção da sede própria, atuar na alfabetização de crianças e adultos, atendimento médico, "capacitação total de homens que, embora sendo trabalhadores, vivem na ociosidade, objetivando sua integração na vida e na sociedade humana". Esta instituição esteve atuante até 1985, quando, aos poucos, foram cessando suas atividades, devido ao decréscimo nos recursos, mudança no fluxo migratório, algumas dissensões de membros que compunham o grupo, entre outros fatores.

O contexto em que tais atividades começaram a ser desenvolvidas também foi marcado por transformações. Desde os primeiros anos do século XX, com maior intensidade na segunda metade do período, os ideais de progresso, industrialização e modernização passaram a fazer parte das discussões das autoridades governamentais brasileiras em níveis nacional, regional e local. O período de auge do *milagre* econômico brasileiro, entre 1970-1973, propiciou ao País um

¹⁰ Entrevista do Rev. Josué da Silva Mello, Feira de Santana, 22/12/2007.

¹¹ Ver Jether Pereira Ramalho. Las Migraciones Internas. ISAL, Uruguay, 1968, p. 8.

¹² ACERVO SIM. SIM. Projeto de Triagem, atendimento, capacitação e integração de migrantes na comunidade, e de análise e estudo sobre o fenômeno migratório brasileiro notadamente o nordestino. Feira de Santana, Bahia-Brasil, dez.1973, p.07.



maior crescimento, especialmente no setor industrial de transformação centralizado na região Sudeste. No entanto, a partir desse 'dinamismo' apresentado no limiar dos anos de 1970, novos projetos foram idealizados para o Brasil, pensados de forma que estes trouxessem crescimento acelerado, principalmente a partir da desconcentração econômica e integração produtiva do Nordeste.¹³

Foi nessa conjuntura que Feira de Santana antecipou sua entrada no circuito industrializante, com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local e Integrado (PDLI), ¹⁴ que posteriormente impulsionou a criação do Centro Industrial do Subaé (CIS). O governo local pode contar com isenções fiscais e "apoio do governo federal para instalação de infra-estrutura necessária para o desenvolvimento urbanístico de Feira", investimentos que foram utilizados na "montagem de secretarias específicas para o controle das ações do centro da cidade, financiamentos e equipamentos (...), organização do sistema viário, iluminação elétrica e abastecimento de água". ¹⁵ Com esse financiamento, Feira de Santana deu seus primeiros passos rumo à industrialização e, através das "linhas de crédito, subsídios e facilidades oferecidos pelos organismos estaduais e municipais", grupos industriais – nacionais e internacionais – se estabeleceram no CIS, contribuindo dessa forma para acelerar o crescimento populacional da cidade.

A antecipação na criação do PDLI, a construção do CIS, a retirada dos feirantes do centro da cidade e posterior instalação no Centro de Abastecimento, criado também nesse período, são apenas alguns dos acontecimentos que eram noticiados constantemente no Jornal *Feira Hoje* e que demonstravam os caminhos do progresso trilhados por Feira de Santana, ao menos era o que os grupos dominantes e o poder público local acreditavam ou queriam que a população acreditasse. Em uma

-

¹³ Rossine Cerqueira da Cruz. A Inserção de Feira de Santana nos Processos de Integração Produtiva e de Desconcentração Econômica Nacional. Campinas: Tese de Doutorado, UNICAMP, 1999, p. 99.

O PDLI foi um projeto inovador para a cidade. Nos objetivos havia o anseio de incluir Feira de Santana no circuito nacional de desenvolvimento industrial. Criado na gestão de João Durval Carneiro em fins de 1960. Com este plano, antecipou a sua entrada no mundo da industrialização moderna; Ver PDLI, p.11.

¹⁵ Larissa Penelu Bittencourt Pacheco. *A feira e a nova Feira: tradição, costume e conflito em Feira de Santana – Ba (1967-1977)*. Feira de Santana: Monografia de Especialização, UEFS, 2008, p.10.



reportagem do referido jornal, intitulada *Feira*, *um pólo de desenvolvimento*, de maio de 1972, o periódico destacava o passado grandioso da cidade, enquanto centro comercial, e apontava a "vocação" para o desenvolvimento evidenciada na sua localização privilegiada, na "disponibilidade de fatôres infra-estruturais", aliados "às suas condições de expansão", dessa forma o periódico apresentava um destino já traçado para Feira de Santana, teria esta "forçosamente, que seguir o caminho da industrialização", ¹⁶ mesmo a realidade não apresentando tais evidências.

No jornal *Feira Hoje*, foram muitas as matérias que previam o futuro de Feira de Santana como grandioso, ou que a classificavam como um pólo de desenvolvimento. No entanto, essa previsão não era comum apenas a esse periódico. O Rev. Josué da Silva Mello em palestra proferida na Câmara de Vereadores, publicada em 1984 na Revista *Sitientibus*, fez o mesmo prognóstico. Eis um trecho:

Os dados da realidade me induzem a ver o futuro da Feira não como preocupante, mas como um desafio. Um grande desafio para os que vivendo hoje, plantem e prevejam para o amanhã, com fé, amplitude de visão, com perspectiva, na dimensão própria que vem da força da terra, da tenacidade do seu povo, da determinada vocação dessa comunidade de ser um dos maiores pólos de desenvolvimento e de convivência fraterna e ecumênica da Bahia e do Nordeste. ¹⁷

O anseio dos grupos dominantes, conjugado com o interesse do poder público em dar a cidade ares de progresso não foram suficientes para livrá-la dos problemas sociais existentes e que só se acentuaram após esse *surto industrializante*. Eram constantes também as investidas do referido Jornal direcionadas às autoridades competentes e à comunidade em geral, na tentativa de chamar a atenção para questões relativas à mendicância e à migração. De acordo com Igor Santos (2007), "para essa nova fração de classe, o atraso daquele momento era o comércio, em

ARQUIVO DA BIBLIOTECA SETORIAL MONSENHOR RENATO DE ANDRADE GALVÃO – JORNAL FEIRA HOJE, Feira, um pólo de desenvolvimento. Feira de Santana: Maio de 1972, 92, p.01.

¹⁷Josué da Silva Mello. Feira de Santana: cidade de futuro. *Sitientibus:* Revista da Uefs, Feira de Santana: Ano II, n°4, jan/jun, 1984, p.77-78.



oposição ao moderno, representado na indústria e nos ideais, novamente, de uma cidade mais urbanizada, definitivamente, não rural". ¹⁸

Uma Feira que se queria Princesa e que há muito o poder público e os grupos dominantes lutavam contra um passado pastoril, ligado ao atraso, não poderia e nem esperava permanecer com a herança rural e comercial. Mudanças que aconteciam desde a primeira metade do século, como a criação "dos Currais Modelo" já possuíam o propósito de afastála cada vez mais do que fosse caracterizado como arcaico. Os currais eram uma estratégia do poder público em apresentar "uma imagem de Feira como a cidade mais importante do interior do Estado, por um lado, e, por outro, uma urbe que retirasse de cena os rastros do passado pastoril, guardando-os em lugar seguro, preferencialmente longe do centro urbano". ²⁰

Esses Currais Modelo não permaneceriam por muito tempo nas adjacências do centro de Feira de Santana. À medida que o processo de modernização foi se intensificando, "entre 1959 e 1962, durante a segunda gestão do prefeito Arnold Ferreira da Silva, os Currais Modelo foram transferidos dos arredores das zonas centrais ²¹ (...) para um local mais distante, no bairro da Queimadinha". ²² No final da década de 1960 esse projeto de modernização ganharia um novo impulso com a campanha em prol da industrialização.

Entretanto, nesse mesmo período, Feira de Santana recebia um número significativo de migrantes que passavam pela cidade a caminho da capital baiana ou mesmo da região Sudeste, alguns apenas pernoitavam, outros optavam por ficar. Os retirantes saíam das suas

¹⁸ Igor Gomes dos Santos. Na Contramão do Sentido: Origens e Trajetórias do PT de Feira de Santana – Bahia (1979-2000). Niterói, Dissertação de Mestrado: UFF, 2007, p.50.

¹⁹ Os currais modelo foram criados com intuito de transferir o comércio de animais para uma área mais afastada do centro da cidade. Além disso, precisava ser realizado de forma ordenada, como era exigido de uma cidade em desenvolvimento.

²⁰ Clóvis Frederico Ramaiana Moraes de Oliveira. "Canções da cidade amanhecente": urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana (1920-1960). Brasília: Tese de Doutorado, UNB, 2011, p. 236.

²¹ Ver: Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira. *Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960).* Recife: Tese de Doutorado, UFPE, 2008, p. 43.

²² Oliveira. Feira de Santana em Tempos de Modernidade, p.43.



cidades, muitas vezes, atraídos pelo anúncio da construção dos distritos industriais – CIS e Centro Industrial do Aratu (CIA) – ou da duplicação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e das possibilidades de emprego que estes pólos trariam. Outros fatores também influenciaram o crescimento migratório, para Menezes (1968), "está [n]o <u>rádio de pilha</u> que transmite à população rural notícias da vida nos grandes centros. Outra grande fôrça é o <u>desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação</u>". A autora ainda destacou "a abertura de rodovias, como a Rio-Bahia, [que] possibilitou melhorias nas condições de viagem dos páus-de-arara" ²³.

A execução dos projetos industriais visava a inclusão de "áreas consideradas até então "atrasadas" ao circuito do capital empresarial"²⁴, porém as formas de desenvolvimento e urbanização adotadas nesse período, principalmente no Nordeste, não consideraram os problemas decorrentes do processo migratório. Em Feira de Santana, por exemplo, não havia qualquer planejamento para receber esse contingente migrante, que, por não encontrar colocação no mercado de trabalho, acabava por engrossar as fileiras da mendicância. Durante todo esse período, o município "foi sendo ocupad[o] por diversos "flagelados do sertão", "da seca", "[...] vindos de toda parte da Bahia e de várias partes dos Nordeste". Entre as décadas de 1970 e 1980 o problema foi constantemente reportado na imprensa local. Notícias diárias como "o número de mendigos está crescendo assustadoramente na Feira de Santana, nos últimos dias, estando sua maior incidência entre os menores, chamados "pivetes" e os velhos"²⁶, ou ainda:

²³ Maria Bernadete de Menezes. *Desenvolvimento e Mendicância em Feira de Santana*. Trabalho de Conclusão de Curso, UCSAL, 1968, p. 12.

²⁴ Larissa Penelu Bitencourt Pacheco. A feira e a nova Feira: tradição, costume e conflito em Feira de Santana – BA. Monografia de Especialização. Feira de Santana: UEFS, 2008, p. 47.

²⁵ Igor Gomes Santos. Na Contramão do Sentido: Origens e trajetória do PT de Feira de Santana, p. 51.

²⁶ARQUIVO DA BIBLIOTECA SETORIAL MONSENHOR RENATO DE ANDRADE GALVÃO – JORNAL FEIRA HOJE. Cresce a Mendicância. Feira de Santana: Abril de 1973, nº 168, p.01.



[...] eles chegam de todas as partes, vindos de diversos lugares, para aqui trazem todo o tipo de esperança, mas trazem também a fome, a miséria, o desemprego. Feira é hoje uma cidade invadida pelos mendigos, em todos os lugares há sempre algum, que nos interpelam para pedir seja o que for, dinheiro, comida, roupa. ²⁷

Na Região Metropolitana de Salvador, a situação era similar, "vítimas da seca e da recessão econômica (...) vêm tornando, desde o começo do ano, cada vez maior o número de desempregados e de flagelados que chegam (...) em busca de emprego" 28. Na chamada para esta notícia, *O outro lado da moeda: a sofisticação industrial deixa de lado o operário desqualificado*, percebe-se o drama enfrentado pelas cidades baianas que passaram por esse processo de industrialização. Além de não estarem preparadas para receber os migrantes, deparavam-se com um segundo problema, a maioria dos retirantes não possuía qualificação para o tipo de atividade oferecida.

Entre os planos do poder público feirense, que pretendia ver a cidade trilhar os caminhos do progresso e da modernização, não havia qualquer proposta de trabalhar com o migrante ou o mendigo. O interesse era apenas diminuir os avanços da mendicância e, para tal, foram construídos "conjuntos populares, para atender a demanda por moradias" e ainda "uma subsecretaria chamada de PLANOLAR". Provavelmente essas medidas não foram suficientes, pois, como relatou a Revista *Panorama da Bahia*, "em barracos relocados do Centro de Abastecimento, num terreno baldio do Planolar situado no Aviário, está surgindo uma nova comunidade: a de Mendigos", que, ao invés de participar do projeto, foram se acomodando ao lado do que já estava em andamento. "Eles foram chegando aos poucos e hoje somam mais de 10 famílias que vivem exclusivamente de pedir esmola". 30

_

 ²⁷ BIBLIOTECA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA – REVISTA PANORAMA DA BAHIA. A Miséria nas Ruas. Feira de Santana: ano3, nº 45, 05 a 19 de set. de 85, p. 13.
 ²⁸ BIBLIOTECA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA – REVISTA PANORAMA DA BAHIA. O outro lado da moeda. Feira de Santana: ano 5, nº 89, 25 de set. de 1987, p. 4.
 ²⁹ Igor Gomes Santos. Na Contramão do Sentido: Origens e trajetória do PT de Feira de

²⁹ Igor Gomes Santos. Na Contramão do Sentido: Origens e trajetória do PT de Feira de Santana, p. 51

³⁰ BIBLIÔTECA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA – REVISTA PANORAMA DA BAHIA. *A Miséria nas Ruas*. Feira de Santana: ano3, nº 45, 05 a 19 de set. de 85, p. 14.



Outro fato que demonstra a falta de planejamento do poder público local para lidar com esses problemas pode ser percebido na fala do Reverendo Josué Mello, um dos idealizadores da AFAS e responsável, durante uma fase, pelo cargo de Diretor Geral na Prefeitura de Feira de Santana. Segundo ele, "o prefeito João Durval (...) me convidou para exercer um cargo de Diretor Social. (...) E como Diretor Social o que eu tinha que fazer era pegar esses migrantes, cadastrá-los, ouvi-los e dar uma passagem pra ir ao município mais próximo". ³¹ O pequeno excerto evidencia que a preocupação não estava em trabalhar com a população retirante, mas encaminhá-la para outra cidade, dessa forma passar o problema para outros municípios.

Apesar de haver estreitos laços entre as autoridades governamentais e os responsáveis pelo Jornal *Feira Hoje*, nota-se também o descontentamento por parte desse periódico no tratamento à mendicância tanto pelo poder local, quanto pela AFAS. O mesmo denunciava a existência de mendigos "espalhados por todos os cantos da cidade, deixando, em cada um dos feirenses, a imagem triste e melancólica do abandono e do descaso" e exigia "uma providência da parte de quem é de direito". As previsões reportadas no periódico não eram boas, já que, "da forma como estão caminhando as coisas, a [cidade de] Feira será, dentro em muito breve, se já não o é, o paraíso dos mendigos, a cidade por eles preferida para agir, morar, estabelecer-se". 33

A angústia ante os problemas sociais feirenses, tanto por parte dos envolvidos nos projetos sociais, quanto das autoridades locais, era latente. Os mendigos "representavam um desafío ao poder público, à igreja e à comunidade em geral", pois "a mendicância a cada dia mais se agravava, assumindo características até dramáticas". Dados presentes no Relatório de sete anos da AFAS dizem ser "centenas de pedintes de ponto marcado, estendidos ao sol, à chuva, ao relento, ao abandono, na busca diária por esmolas, comprometendo toda a família com a vida ociosa,

³¹ Entrevista do Rev. Josué da Silva Mello, Feira de Santana, 22/12/2007.

³² ARQUIVO DA BIBLIOTECA SETORIAL MONSENHOR RENATO DE ANDRADE GALVÃO – JORNAL FEIRA HOJE. *ETC & TAL*: Mendigos. Feira de Santana: Jun. de 1973, nº 190, p.02.

³³ ARQUIVO DA BIBLIOTECA SETORIAL MONSENHOR RENATO DE ANDRADE GALVÃO – JORNAL FEIRA HOJE. *ETC & TAL*: Mendigos. Feira de Santana: Maio de 1973, nº 176, p.02.



dependente e subhumana da mendicância".³⁴ A situação de Feira de Santana era preocupante, principalmente para aqueles que queriam apresentar uma cidade em pleno desenvolvimento.

No Jornal *Feira Hoje*, eram constantes as investidas em favor da erradicação da mendicância, por vezes, em favor da AFAS, quando insistia com o slogan: "não dê esmolas, seja mais um sócio da AFAS" ou mesmo cobrando uma atitude por parte da instituição no controle da mendicância, quando dizia "fazemos um apelo a AFAS para que verifique porque o número de pedintes aumentou nos últimos dias. Sabemos das dificuldades que a entidade passa, mas ela pode fazer um trabalho de verificação". Além disso, o intuito de tal verificação era "saber se são mendigos locais, ou se estão vindo de outras localidades". ³⁶ De posse dessas informações, provavelmente, seria possível analisar se o fenômeno era causado pela migração ou se o trabalho da entidade não estava sendo de fato eficaz.

A Revista *Panorama da Bahia* exerceu o mesmo papel quando a questão era a miséria nas ruas de Feira de Santana. Por um lado, relatava que a cidade não tinha "estrutura para resolver problemas desse tipo" e "até mesmo aquelas entidades responsáveis por este problema não estão preparadas para erradicar esse mal", mas, por outro lado, criticava a sociedade feirense, que deixava de atuar frente à mendicância e delegava a responsabilidade da resolução do problema para a AFAS – "baseada neste fato faz uma intensa cobrança sem se preocupar em cumprir com sua parte". Não obstante esse periódico apresentar uma realidade da década de 1980, posterior a criação da AFAS, percebemos que os problemas sociais sentidos no início de 1970 só se acirraram nas décadas seguintes e que o poder público local, juntamente com a fração dominante

-

³⁴ RELATÓRIO DE SETE ANOS DA AFAS – 1968/1974. Feira de Santana, p.06.

³⁵ ARQUIVO DA BIBLIOTECA SETORIAL MONSENHOR RENATO DE ANDRADE GALVÃO – JORNAL FEIRA HOJE, *Não dê esmolas, seja mais um sócio da AFAS.* Feira de Santana: Jan. de 1974, nº 267, p.05

³⁶ ARQUIVO DA BIBLIOTECA SETORIAL MONSENHOR RENATO DE ANDRADE GALVÃO – JORNAL FEIRA HOJE, *ETC & TAL – Mendigos – 29/01*. Feira de Santana: Jan. de 1974, nº 267, p.02.

³⁷ ARQUIVO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA – REVISTA PANORAMA DA BAHIA, *A miséria nas ruas*. Feira de Santana, 05 a 19 de set. de 1985, Ano 3, nº 45, p.13.



da cidade, apesar de buscar a erradicação de tais adversidades, não obtiveram êxito.

Sabemos que a mendicância não deixou de existir em Feira de Santana, mesmo durante a atuação da AFAS e do SIM, no entanto, sem o trabalho dessas instituições, a situação que já era preocupante, talvez fosse bem pior. A migração, em certa medida, se tornou um dos fatores responsáveis pelo aumento dos mendigos nas ruas de Feira de Santana, que cresceu sobremaneira durante os anos em que o CIS era considerado uma promessa de desenvolvimento para a cidade.

Em entrevista ao Jornal *Feira Hoje*, em 1983, Alfredo Falcão, um dos dirigentes industriais feirense, ao ser inquirido sobre os impactos provocados na cidade, após a criação do CIS, apontou justamente o processo migratório ³⁸ e a expectativa de emprego como fatores que contribuíram para o aumento da miséria no município. Eis um trecho da entrevista

FEIRA HOJE – Você concorda que a industrialização em Feira criou uma grande expectativa de emprego, provocando uma grande migração e em consequência gerando uma série de problemas sociais, a exemplo do aumento do número de invasões e favelas?

ALFREDO FALCÃO – Houve isso mesmo. Feira era uma cidade que há 15 anos dificilmente você via uma subhabitação. Também a cidade era administrada por bons governos que se preocupavam com a habitação. Com o êxodo rural em função da expectativa de emprego na indústria, o município não pôde mais suportar essa demanda. Surgiram sub-habitações, surgiram invasões e sobre este aspecto houve um prejuízo, mas sobretudo porque o CIS não teve o desenvolvimento que deveria ter (grifo nosso). ³⁹

Revista Perspectiva Histórica, Julho/Dezembro de 2012, Nº3

_

³⁸ Sobre migração em Feira de Santana, ver o trabalho de Nacelice Barbosa Freitas. *Urbanização em Feira de Santana: Influência da Industrialização - 1970-1996*. Salvador: Dissertação de Mestrado, UFBA, 1998; Jether Ramalho (Org.). *Las Migraciones Internas*. ISAL, Uruguay, 1968; Jether Ramalho (Org.). *Migration Today: current, problems and christian responsibility*. Geneva, 1977.

³⁹ ARQUIVO DA BIBLIOTECA SETORIAL MONSENHOR RENATO DE ANDRADE GALVÃO – JORNAL FEIRA HOJE. *O Processo de industrialização de Feira, segundo Alfredo Falcão*. Feira de Santana: 16 de junho de 1983, p. 03.



No depoimento de Alfredo Falcão, além do descontentamento com os rumos que a cidade tomou nos 15 anos que antecederam a entrevista, nos quais a cidade ainda não era administrada pelo prefeito João Durval Carneiro, notamos um saudosismo dos anos em que Feira de Santana era administrada pelo que ele caracterizou como *bons governos*. Estranhamente, o governo anterior ao de Carneiro, foi derrubado após o golpe e não contava com a simpatia de outras autoridades feirenses. Francisco Pinto, prefeito nos anos de 1963/1964, substituído por Joselito Falcão Amorim, foi deposto logo após o *golpe* civil-militar. As reformas sociais que este propunha não foram levadas adiante após a sua substituição na Prefeitura de Feira de Santana.

podemos esquecer que, além da influência da Não industrialização no processo migratório desencadeado após os anos de 1970, as intempéries naturais também tiveram um papel significativo. Durante esse período, muitos retirantes que chegavam à cidade ousaram sair de sua terra de origem devido à dificuldade de sobrevivência ocasionada pelos muitos períodos de estiagem. Esse deslocamento de pessoas, que foi mais perceptível, principalmente após os anos de 1970, para todo o País, foi tema de estudo de vários especialistas e preocupação de alguns órgãos, nacionais e internacionais, que analisavam o fenômeno, como o Departamento de Imigração e Colonização (São Paulo), a SETRABES, o Iglesia y Sociedad em América Latina (ISAL), entre outros. Baseado no levantamento do Departamento de Imigração e Colonização, o sociólogo Waldo Cesar 40 (1989), um presbiteriano também ligado ao movimento ecumênico, elencou algumas das principais causas da migração, que não destoam daquelas encontradas pelo SIM. Eram sempre pessoas que ousavam sair de suas terras em busca de melhores oportunidades de emprego, cansados de viver na miséria, outras vezes fugindo das secas ou ainda para se juntar aos familiares que já haviam saído em intempéries naturais anteriores.

-

⁴⁰ Waldo Cesar enquanto sociólogo, a pedido do CMI esteve em Feira de Santana nos idos de 1975 para prestar assessoria ao SIM. Saiu da cidade impressionado com as atividades que eram desenvolvidas pela instituição. Esse presbiteriano foi Secretário Executivo do Setor de Responsabilidade Social da Igreja da Confederação Evangélica do Brasil, um dos fundadores da revista Paz e Terra. Para mais informações, ver Silva. Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira, p. 180; ou acesse a Entrevista realizada pela Editora Novos Diálogos em 20/06/2011. Disponível em: http://www.novosdialogos.com/artigo.asp?id=596. Acesso: 20/01/2012.



Não eram poucos os que tomavam o *trem da morte*, que entravam "na horrenda pista da miséria", sozinhos ou acompanhados pelos familiares, todos com as "faces desgraçadas" – de bagagem só levavam a "dor [de](...) almas torturadas". ⁴¹ Ousavam migrar por não suportarem mais a dura vida no sertão nordestino, sem chuva, sem trabalho, sem perspectiva. Buscavam sempre melhores condições de vida para si e para seus filhos. Ao serem questionados no setor de triagem do SIM quanto aos motivos que os levaram a abandonar suas raízes, as respostas eram quase sempre as mesmas, em primeiro lugar, arriscavam tudo, que era quase nada, em busca de uma vida melhor, em segundo estava o desemprego ou a seca.

A "AFAS PRECISA DE FEIRA E FEIRA PRECISA DA AFAS": IDEOLOGIAS DÍSPARES, ALIANÇAS NECESSÁRIAS

Partimos dessa assertiva para analisar as relações entre o poder público local, os grupos dominantes e os idealizadores da AFAS. Como foi exposto, o contexto em que a entidade começou a funcionar era bastante conturbado e restritos os espaços democráticos, muitos dos presbiterianos, tidos como progressistas, eram perseguidos pelos militares e pela hierarquia da IPB, todavia, em Feira de Santana, conseguiram criar e pôr em funcionamento essas instituições sociais. Como tais aproximações foram possíveis, já que o governo municipal era aliado do regime de exceção?

Entendemos que os ideais presentes nos projetos dos ecumênicos coadunavam perfeitamente com os interesses modernizantes da Prefeitura de Feira de Santana, na pessoa do prefeito João Durval, e dos setores dominantes. A AFAS, por exemplo, contribuiu sobremaneira para a retirada dos mendigos das ruas e consequentemente, de forma indireta, com o tipo de modernização que tentavam implantar em Feira de Santana. A imprensa local, também interessada na divulgação de um ideal de modernização e progresso pelo qual passava a cidade, ou quiçá, que ansiavam que a população acreditasse que o município estava passando,

⁴¹ Poema do Rev. João Dias de Araújo – Lido pela Professora Ithamar Bueno de Araújo em Entrevista. Feira de Santana. 07/05/2007.

⁴² Ver *Tratamentos Estatísticos* de 1973, 1974 e 1975. Nesses relatórios os Nordestinos aparecem em número maior entre aqueles que chegavam ou estavam de passagem por Feira de Santana.



Regime militar, protestantismo ecumênico e modernização em Feira de Santana (1970-1985)

esteve ativamente ligada à difusão da importância da AFAS nesse processo de mudanças. Além disso, o ideal desenvolvimentista, de modernização e progresso sempre fez parte da cartilha dos protestantes, principalmente daqueles oriundos de missões americanas.

O apoio dado pelo Prefeito João Durval Carneiro, do partido aliado dos militares, ao projeto da AFAS, idealizado por um grupo contrário ao Regime Militar, de certa forma, deu-se mais por conveniência. O que notamos foi um pragmatismo desse grupo ecumênico, que embora defendesse uma pureza ideológica, esta só era percebida na teoria, a realidade concreta era muito mais complexa, principalmente se levarmos em consideração o contexto em que esses presbiterianos atuaram. O poder local e setores dominantes não conseguiam ir muito além no trabalho com os mendigos e portanto, precisavam da contribuição da entidade. A AFAS, por sua vez, necessitava de apoio financeiro e de espaço para levar adiante o projeto, o que só foi possível através da parceria com a Prefeitura, os comerciantes e a sociedade em geral. Agir durante o período em que o País foi governado por militares não era tarefa fácil, sobretudo por estarem sob o olhar dos irmãos da IPB que não deixaram de denunciar as atividades sociais dos jovens presbiterianos ecumênicos às autoridades.

Além de apoiar o projeto idealizado por um grupo perseguido e mantido sob vigilância como foi o caso dos ecumenistas, o prefeito João Durval Carneiro enviou uma carta ao Secretário Geral do Conselho Mundial de Igrejas, o Rev. Dr. Eugene C. Blake, na qual buscou recomendar o novo projeto dos ecumênicos para a construção de uma entidade que trataria do problema da mendicância na sua raiz, no caso a migração. O SIM era mais uma tentativa dos presbiterianos *progressistas* de transformar a realidade daqueles que não tinham perspectiva de trabalho em Feira de Santana e viviam da mendicância e, consequentemente, mais uma contribuição desse grupo para o projeto modernizante iniciado na gestão do prefeito João Durval Carneiro.

As atividades desenvolvidas pelos presbiterianos *progressistas*, ao retirar os mendigos das ruas, estavam ao mesmo tempo colaborando com o projeto em andamento no período, que visava a limpeza das ruas, retirada dos indivíduos tidos como *indesejados* das portas das lojas no centro da cidade, enfim, que buscava apresentar uma Feira de Santana



com ares modernos. Como as autoridades governamentais não tinham conseguido resolver o problema da mendicância e, por conseguinte, do migrante, era de fundamental importância o esforço dos ecumênicos. Havia, na realidade, uma convergência de interesses.

As instituições idealizadas pelos evangélicos ecumênicos contribuíram com o projeto modernizante, não apenas ao retirar os mendigos das ruas, mas também quando atentou para a escolarização e disciplinarização dos mesmos. Ao apresentar uma nova realidade ao atendido ou quando "discutiam de onde eles vinham e pra onde eles iam entrar, o que eles iam enfrentar", ou ainda "como era a situação dentro de uma empresa, era totalmente diferente do trabalho deles na zona rural", os responsáveis pela capacitação incutiam neles um projeto que não era seu e a necessidade dos mesmos adequarem-se a um modelo de sociedade que se queria industrializada e moderna.

O foco era mostrar ao assistido que o único meio de conseguir mudar de vida era através do trabalho. Para os ecumênicos, era necessário que os migrantes e mendigos "idealizassem crescer através do trabalho, eles iam vencer através do trabalho, eles sabiam que estavamos preparando eles para o trabalho, e era através do trabalho que conseguiriam ascensão". 44 Ao agir dessa forma, nota-se que as atividades desenvolvidas nas instituições também colaboraram para a legitimação da ordem e das distinções hierárquicas. Os grupos dominantes e, da mesma forma, os ecumênicos, ao fazerem crer que depende apenas do esforço individual para se conseguir ascensão social, não havendo contradição de classes, contribuíram para o que Bourdieu chamava "desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas". 45 Os que aceitavam o tratamento oferecido pelas entidades tinham ao mesmo tempo que aprender uma nova profissão e adequar-se ao modelo de cidade que os grupos dominantes desejavam e buscavam implantar. Nesse processo, acreditamos que religião possuiu um papel preponderante, pois "cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem, para a "legitimação" do poder dos "dominantes" e para a "domesticação dos dominados". 46 Apesar de ser uma entidade

⁴³ Entrevista do Professor Raimundo dos Santos, Feira de Santana, 12/08/2008.

⁴⁴ Entrevista do Rev. Josué da Silva Mello, Feira de Santana, 22/12/2007.

⁴⁵ Pierre Bourdieu. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 10.

⁴⁶ Pierre Bourdieu. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 32.



Regime militar, protestantismo ecumênico e modernização em Feira de Santana (1970-1985)

ecumênica, no treinamento oferecido, notamos a influência de alguns aspectos da opção religiosa dos envolvidos, sobretudo nas suas falas. Ao apresentar o trabalho como via para conseguir ascensão social, como fez o Reverendo Josué Mello, referido anteriormente, acreditamos que o mesmo o fez por influência dos ideais calvinistas de conduta ascética, muito forte no presbiterianismo.

Esse processo de retirada dos mendigos das ruas, treinamento, colocação no mercado de trabalho, realizado pela AFAS, foi expressivo para Feira de Santana nesse contexto modernizante. Da mesma forma, a contribuição da prefeitura da cidade e dos setores dominantes foi significativa para com a entidade. Tanto a AFAS precisava de Feira de Santana, quando Feira precisava da AFAS. Ambas precisavam andar juntas, pois os interesses dos envolvidos apesar de diferentes instituições, coadunavam-se.

À GUISA DE CONCLUSÃO

Notamos que o contexto feirense realmente foi marcado por algumas transformações após a implantação do CIS, entretanto, essas mudanças vieram acompanhadas de problemas estruturais e sociais, impossíveis de serem "amenizados". Apenas com a atuação do poder local, abrindo lacunas para o trabalho que fora desenvolvido nas instituições organizadas pelos presbiterianos ecumênicos, tais trabalhos puderam ser realizados. As atividades da AFAS e o SIM no trato dos mendigos e migrantes foram as tentativas de diminuir a mendicância e a dificuldade dos migrantes em se estabelecer em Feira de Santana.

Embora perseguidos pela IPB e pelos militares, em Feira de Santana, conseguiram brechas para realizar atividades sociais através da criação de instituições voltadas para a capacitação. Aliaram-se a católicos, espíritas e protestantes de outras denominações na realização desse trabalho social. além de próximos das autoridades estarem governamentais e de grupos dominantes. Foram essas alianças que contribuíram para que os projetos fossem postos em prática, mesmo em uma fase em que os presbiterianos de viés ecumênico eram vistos como subversivos e assistidos de perto pelos governos militares e pelos irmãos da IPB. Feira de Santana foi uma das cidades da Bahia em que esse grupo conseguiu levar adiante o que aprenderam nos anos de Seminário. Nesse



município, puderam unir a teoria com a prática e fizeram o que eles chamavam no período de verdadeiro engajamento cristão. Mas esse *engajamento* não foi alcançado de maneira fácil, tiveram que usar de pragmatismo e abandonar algumas das ideologias defendidas pelo grupo, como uma não aproximação com governos tidos por *despóticos*.



EVANGÉLICOS E ESQUERDA NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1979-1994)

Zózimo Trabuco¹

APRESENTAÇÃO

Em artigo escrito para a revista do Partido dos Trabalhadores (PT) **Teoria & Debate**, antes das eleições presidenciais de 1994, Paul Freston defendeu que as críticas de setores internos do partido ao eleitorado evangélico não deveriam ser motivadas pela tentativa de monopolizar o produto "cristianismo de Esquerda" e que não deveria haver um critério "teológico" de confiabilidade "ideológica" – a *Teologia da Libertação* como critério do ideal *socialista* – e fez um alerta: "a esquerda evangélica tem discurso e cara próprios (diferentes da esquerda secular ou católica) e é bom que continue a tê-los, sob pena de se afastar de suas bases religiosas e perder seu potencial político". Este trabalho aborda a relação entre os evangélicos e as Esquerdas na transição democrática entre 1980 e 1994, especialmente as aproximações de uma Esquerda evangélica com o PT.

Para compreender a formação de uma Esquerda evangélica é preciso considerar o processo de renovação teológica e pastoral que ocorreu no protestantismo latino-americano na segunda metade do século XX, através de movimentos evangélicos de juventude e entidades de cooperação denominacional fundamentados numa reflexão sobre a responsabilidade social das igrejas cristãs. Esse processo polarizou o protestantismo em diferentes tendências que iam do fundamentalismo religioso ao secularismo teológico, passando pelo conservadorismo político a aproximações com partidos e movimentos de Esquerda. Essas tendências atravessaram todo o período da ditadura militar, se relacionando com as disputas políticas do regime, com os conflitos da Guerra Fria, e com as correntes críticas da teologia contemporânea de origem europeia e norte-americana. ²

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



A juventude evangélica estava organizada em sociedades internas dentro das igrejas do protestantismo missionário e em núcleos de estudos bíblicos e associações de universitários, como as Associações Cristãs de Acadêmicos (ACA's), que nacionalmente integravam a União Cristã dos Estudantes Brasileiros (UCEB). Protestantes de diferentes denominações transitavam por essas organizações de juventude e participavam das entidades de cooperação denominacional. A mais importante delas foi a Confederação Evangélica do Brasil (CEB) e o seu Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI) ligado a uma junta ecumênica continental, a Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL). ³

O missionário presbiteriano Richard Shaull,⁴ contribuiu significativamente para a renovação teológica, e para a cooperação entre os diferentes segmentos desse protestantismo "socialmente responsável" e o catolicismo. O pensamento teológico do missionário dialogava com as principais teologias críticas europeias e norte-americanas que começavam a se tornar conhecidas dos seminaristas brasileiros e da juventude evangélica, ⁵ constituindo uma síntese por ele denominada *Teologia da*

2

² Sobre os movimentos evangélicos de juventude e entidades de cooperação denominacional ver: Elizete da Silva. *Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira*. Feira de Santana, UEFS, 2007.

³ A "Responsabilidade Social" dos cristãos foi um paradigma teológico/pastoral formulado nos encontros internacionais do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), entidade macro-ecumênica formada em 1948 para discutir o papel dos cristãos e das igrejas na reconstrução do mundo pós-guerra. O protestantismo ecumênico de responsabilidade social, no Brasil e na América Latina, estava institucionalmente ligado ao CMI através de suas entidades de cooperação eclesiástica ou de serviço social. Ver: Paulo Goes. *Do individualismo ao compromisso social*: a contribuição da Confederação Evangélica do Brasil para a articulação de uma ética social cristã. Dissertação de Mestrado em História, São Bernardo do campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1985.

⁴ Formado no seminário de Princeton, Shaull vinha de uma experiência missionária na Colômbia e passou a ensinar no Seminário Presbiteriano de Campinas e a atuar junto à UCEB, influenciando jovens teólogos e cientistas sociais protestantes como Rubem Alves, Waldo César, João Dias de Araújo, dentre outros. Ver: Richard Shaull. *Surpreendido pela Graça: Memórias de um teólogo*. Estados Unidos, América Latina, Brasil, São Paulo, Editora Record, 2003.

⁵ Evangelho Social (Walter Rauschembush), Neo-ortodoxia (Karl Barth), Teologia da Cultura (Paul Tillich), Teologia da Esperança (Jurgem Moltman), Teologia da Secularização (Dietrich Bonhoeffer), Teologia da Morte de Deus (Harvey Cox), Teologia da Contextualização (Paul Lehman), dentre outras. Ver: Rosino Gibellini. *A Teologia do Século XX*. São Paulo, Ed. Loyola, 1998.



Revolução. Seus livros mais influentes foram: O cristianismo e a revolução social (1953), Alternativa ao desespero (1962), e As transformações profundas à luz de uma teologia evangélica (1966), nos quais relacionava a fé cristã e a herança da Reforma Protestante com os principais temas do seu tempo, como os movimentos revolucionários na América Latina, a luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos, a revolução cultural, o avanço do comunismo, e as lutas de libertação nacional, seguindo o princípio do teólogo Karl Barth de "fazer teologia com a Bíblia em uma das mãos e o jornal do dia em outra". 6

Em 1968, o teólogo presbiteriano Rubem Alves defendeu sua tese de doutorado no Seminário Teológico de Princeton com o título *Para uma Teologia da Libertação*, primeiro trabalho a usar a expressão que seria consagrada pelos escritos católicos década seguinte, especialmente pelo livro *Teologia da Libertação* de Gustavo Gutierrez (1972). ⁷ Essas reflexões no seio do protestantismo contribuíram para o surgimento da Teologia da Libertação, que foi "a expressão de um vasto movimento social que surgiu no começo da década de 60, bem antes dos novos escritos teológicos". ⁸ Movimento que pode ser chamado de *cristianismo da libertação*, "por ser esse um conceito mais amplo que 'teologia' ou que 'igreja' e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática". ⁹

O protestantismo ecumênico, engajado na reflexão teológica do cristianismo da libertação, provocou duas reações no conjunto das denominações evangélicas: uma reação conservadora de repressão eclesiástica aos ecumênicos, que se alicerçava no fundamentalismo predominante nas igrejas, e uma corrente evangélica de responsabilidade

⁶ Eduardo Galasso Faria. Fé e Compromisso: Richard Shaull e a Teologia no Brasil. São Paulo, ASTE, 2002.

⁷ Rubem Alves foi aluno de Richard Shaull no Seminário Presbiteriano de Campinas. Por problemas de edição, sua tese de doutorado foi publicada no EUA com o título de *Teologia da esperança humana*, e no Brasil com o título *Da Esperança* já na década de 1980. Ver: Leopoldo Cervantes-Ortiz. *A Teologia de Rubem Alves: poesia, brincadeira, erotismo*. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. Campinas, Papirus, 2005.

⁸ Michael Löwy. A guerra dos deuses: Religião e política na América Latina. Petrópolis, Vozes, 2000. p. 56.

⁹ Idem, p. 57.



social que se apresentava como uma alternativa evangélica à Teologia da Libertação. No primeiro caso, a repressão eclesiástica ao protestantismo ecumênico se antecipou em uma década à repressão que a Esquerda sofreria durante a ditadura militar, e se demonstrou colaborador desta no combate à "subversão" religiosa. ¹⁰ No segundo, protestantes críticos do fundamentalismo norte-americano, mas contrários à influência marxista na Teologia da Libertação e ao ecumenismo, se organizaram em novos movimentos de juventude e entidades de cooperação denominacional, constituindo uma tendência *evangelical*, que colocava em evidência outras tradições protestantes de engajamento social. ¹¹

Em comum com o protestantismo ecumênico, os evangelicais defendiam a contextualização da fé às condições sociais latinoamericanas, mas diferentemente do primeiro trabalhavam não com o conceito de libertação, mas de missão integral, conciliando a conversão individual com a reforma social, e, em comum com os fundamentalistas e com o proselitismo pentecostal, enfatizavam a autoridade da Bíblia como principal critério para a reflexão teológica. ¹² Para os evangelicais, o Congresso Latino-Americano de Evangelização (CLADE) foi um fórum importante de construção de uma identidade continental protestantismo em oposição ao fundamentalismo norte-americano. ¹³ Foi no CLADE I, ocorrido em 1969, em Bogotá (Colômbia), que alguns teólogos evangélicos de diferentes nacionalidades e denominações começaram a articular uma entidade continental de reflexão teológica que se tornaria a Fraternidade Teológica Latino-Americana (FTL), ¹⁴ como descreveu René Padilla, um dos expoentes do grupo:

¹⁰ João Dias de Araújo. Inquisição sem fogueiras: Vinte anos de história da Igreja Presbiteriana do Brasil - 1954-1974. 2ª Edição, Rio de Janeiro, ISER, 1982.

¹¹ Longuini Neto. O novo rosto da missão: Os movimentos ecumênico e evangelical no protestantismo latino-americano. Viçosa, Ultimato, 2002.

¹² Valdir Steuernagel. Responsabilidade social e evangelização: A trajetória do movimento de Lausanne. Boletim Teológico, 12/08/1990. p 5-14.

¹³ Até o limite cronológico da presente pesquisa ocorreram três edições do CIADE: Bogotá (1969), Lima (1979), e Quito (1992).

¹⁴ Os principais nomes da FTL foram: Orlando Costas, René Padilla e Samuel Escobar. No Brasil a FTL criou um setor regional com estatuto próprio, a FTL-Setor Brasil, que a partir de 1983 passou a publicar o Boletim Teológico.



Não nos sentíamos representados pela teologia elaborada na América do Norte e imposta por meio de seminários e institutos bíblicos dos evangélicos conservadores, cujos programas e literatura eram tradução servil e repetitiva, forjada em uma situação totalmente alheia à nossa. Tampouco nos sentíamos representados pela teologia elitista dos protestantes ecumênicos, geralmente calcada em moldes europeus e alienada do espírito evangelizador e das convicções fundamentais das igrejas evangélicas majoritárias do continente americano. 15

O Congresso Mundial de Evangelização, ocorrido em Lausanne (Suíça) em 1974, contou com significativa participação dos evangelicais latino-americanos, que enfatizaram a luta pela justiça social como uma crítica a "toda forma de alienação, opressão e discriminação". O *Pacto de Lausanne* se tornou a principal referência para o movimento evangelical na América Latina, e as principais entidades a trabalharem com os conceitos de *missão integral* e *contextualização* de acordo com o Pacto foram: a Fraternidade Teológica Latino Americana (FTL) e a Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos (CIEE), representados no Brasil, respectivamente, pela FTL – Setor Brasil e pela Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB).

A influência de Lausanne no Brasil deu-se especialmente a partir da década de 1980. Em 1982, a ABU Editora publicou uma coletânea das principais palestras do congresso ocorrido na Suíça, ¹⁶ e, ainda nos anos 1980, ocorreram dois importantes eventos da corrente evangelical: O Congresso Brasileiro de Evangelização (CBE, 1983) e o Congresso Nordestino de Evangelização (CNE, 1988). A seção brasileira da Fraternidade Teológica Latino-americana (FTL) publicou no primeiro número do *Boletim Teológico* uma "explicitação teológica dos objetivos" do Congresso Brasileiro de Evangelização, enfatizando o sentido de Missão Integral, unindo evangelização e ação social, segundo o espírito de Lausanne: ¹⁷

¹⁵ Apud. Longuini Neto. O novo rosto da missão: Os movimentos ecumênico e evangelical no protestantismo latino-americano. Viçosa, Ultimato, 2002. p 159-160.

¹⁶Billy Graham, John Stott, Samuel Escobar, René Padilla e outros. *A Missão da Igreja no mundo de hoje (as principais palestras de Lausanne 74)*. São Paulo, ABU, 1982.

¹⁷ Congresso Brasileiro de Evangelização. *Boletim Teológico*. Outubro a Dezembro de 1983. Ano 1, N° 1. FTL



Queremos alcançar o homem todo, com o evangelho todo e em todo o lugar. Este homem todo quer ser amado e compreendido por nós, com todas as suas implicações. Não somos chamados apenas ao anúncio da palavra verbal, mas ao testemunho da vida e ao envolvimento concreto com aqueles que são carentes e sofredores. Esta perspectiva de compromisso com os pobres, nos seus variados aspectos, bem como a dimensão profética do ministério da igreja, são o resultado puro e límpido de uma leitura profunda e sincera da Palavra de Deus e do desejo de modelar a nossa missão pela do Mestre (At 17.22; Mc 6.34; Jo 12.20-23; Mt 28.19,20; Lc 4.18,19; 7.18-22). 18

Os dois principais congressos do protestantismo evangelical no Brasil nos anos 1980 (CBE-1983 e CNE-1988) ajudaram a difundir os princípios do Pacto de Lausanne entre os evangélicos brasileiros e foram importantes no desenvolvimento de uma ética social que influenciaria a articulação de novas entidades representativas dos evangélicos em diferentes campos de atuação, especialmente em relação responsabilidade social das igrejas cristãs na sociedade. 19

CAMPO RELIGIOSO: O POLÍTICO E O SIMBÓLICO

A partir do conceito de campo religioso, que trata a religião como um campo de relações institucionais e simbólicas articulado às demais instâncias sociais, como um conjunto de relações ao mesmo tempo estruturado por todas as instâncias sociais em interação e estruturante das práticas e representações religiosas, a formação da Esquerda evangélica será problematizada considerando-se a relação entre as ordens simbólica e política tal como Bourdieu a formulou:

> A estrutura das relações entre o campo religioso e o campo de poder comanda, em cada conjuntura, a configuração das estruturas de relações constitutivas do campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem

¹⁸ Congresso Brasileiro de Evangelização. *Boletim Teológico*. Outubro a Dezembro de 1983. Ano 1, N° 1. FTL

¹⁹ Valdir Steuernagel. Responsabilidade social e evangelização: A trajetória do movimento de Lausanne. Boletim Teológico. 12/08/1990. p 5-14.



simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política, ao passo que a subversão simbólica da ordem simbólica só consegue afetar a ordem política quando se faz acompanhar por uma subversão política dessa ordem. ²⁰

No entanto, para compreender como ocorrem esses reforços simbólicos à manutenção ("contribui diretamente") ou subversão ("só consegue afetar, quando...") da ordem política, é preciso considerar em cada conjuntura histórica os movimentos políticos e simbólicos que tecem as aproximações ou oposições entre as ideologias e os interesses dos grupos em disputa. No caso da Esquerda evangélica, sua relação com as ideologias da Esquerda política, e com as práticas e representações predominantes do segmento evangélico.

O conceito de afinidade eletiva, trabalhado por Weber para compreender a interação entre *A ética protestante e o espírito do capitalismo* pode ser útil para a análise do problema. Michael Löwy utilizou o conceito de afinidade eletiva em *Redenção e Utopia* para analisar a relação entre pertença cultural (judaica) e contexto intelectual (Europa Central) na formação de um *romantismo utópico* e, em *A guerra dos deuses*, para a relação entre a "aversão" católica ao capitalismo, e o marxismo, na formação do cristianismo da libertação. Interpretando o conceito weberiano, Michael Löwy assim o descreveu:

Com base em certas analogias, certas afinidades, certas correspondências, duas estruturas culturais podem – em determinadas circunstâncias históricas – entrar em um relacionamento de atração, de escolha, de seleção mútua. Esse não é um processo unilateral de influência e sim uma interação dialética e dinâmica que, em alguns casos, pode levar à simbiose ou mesmo à fusão. ²¹

Os conceitos de campo religioso e afinidades eletivas podem contribuir para a compreensão das reativações mútuas entre as ideologias que polarizam o campo político com as teologias que polarizam o campo

²⁰ Pierre Bourdieu. A economia das trocas simbólicas. 5ª edição. Introdução, Organização e Selecão Sérgio Miceli. São Paulo. Editora Perspectiva, 2001. p. 69.

²¹ Michael Löwy. *A guerra dos deuses: Religião e política na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 2000. p. 116.



religioso. Nesse sentido, a pesquisa sobre a relação entre os evangélicos e as Esquerdas deve levar em conta o desenvolvimento de práticas e representações que não apenas aproximaram essas duas estruturas culturais entre si, como consequentemente aproximaram as estruturas culturais respectivas de oposição a cada uma delas.

É importante considerar o papel dos agentes religiosos especializados na produção das referências de pensamento e prática social dos grupos em disputa, os mecanismos de socialização dessas referências entre os leigos e a inserção desses agentes especializados tanto no campo religioso quanto no campo político. Relacionar "a estrutura do sistema de práticas e crenças religiosas à divisão do trabalho religioso" tendo em vista que "a análise da estrutura interna da mensagem religiosa não pode ignorar impunemente as funções sociologicamente construídas que ela cumpre: primeiro, em favor dos grupos que a produzem e, em seguida, em favor dos grupos que a consomem". ²²

A existência dos agentes religiosos especializados e seu trabalho de alquimia religiosa, através do qual se opera "a transfiguração das relações sociais em relações sobrenaturais", 23 é o que configura o campo religioso como uma instância social relativamente autônoma. A competição entre os diferentes agentes religiosos e empresas de salvação pela aceitação dos leigos à sua mensagem e autoridade religiosa vinculase aos conflitos políticos em decorrência da pertença dos sujeitos religiosos às diferentes classes e estratificações sociais, uma vez que os leigos também buscam na religião "justificações de existir em uma posição social determinada". 24

Dois trabalhos se debruçaram sobre aspectos fundamentais para os objetivos da presente pesquisa: Os Escolhidos de Deus: Trabalhadores, pentecostais e cidadania de Regina Reyes Novaes, 25 sobre a participação

²² Pierre Bourdieu, A economia das trocas simbólicas, p. 41-43.

²³ Pierre Bourdieu. A economia das trocas simbólicas, p. 33. ²⁴ Pierre Bourdieu. A economia das trocas simbólicas, p. 48

²⁵ Antropóloga filiada ao Partido dos Trabalhadores na década de 1980, sua área de pesquisa era sobre trabalhadores rurais. Foi pesquisando o sindicalismo rural que ela se deparou com a presença e a participação diferenciada dos crentes em relação aos trabalhadores sindicalizados de outras pertenças religiosas, como ela mesma explica em Os Escolhidos de Deus: Trabalhadores, pentecostais e cidadania. Cadernos do ISER, Rio de Janeiro, 1985. Em 1989, publicou artigo na revista Teoria e Debate do PT sobre a organização da Central



de pentecostais em sindicatos de trabalhadores rurais, e *Os protestantes e a revolução brasileira: a conferência do Nordeste* de Joanildo Burity, ²⁶ sobre as convergências e divergências entre o discurso do protestantismo ecumênico sobre o "Reino de Deus" e os discursos da Esquerda e da intelectualidade sobre a "revolução brasileira" no contexto da Conferência do Nordeste em 1962. ²⁷ As relações entre pentecostais e trabalhadores sindicalizados (Regina Novaes) e entre protestantes ecumênicos e ideologia revolucionária (Joanildo Burity), estudadas na década de 1980 por autores ligados respectivamente ao Partido dos Trabalhadores e ao protestantismo ecumênico, apontam para desafios que se apresentavam aos evangélicos e à Esquerda no período.

A inserção dos evangélicos nas classes e segmentos sociais que o Partido dos Trabalhadores pretendia representar e a influência de um novo discurso para a "ideologia revolucionária" proposta pelo PT – o socialismo democrático²⁸ – no pensar teológico e na prática religiosa da Esquerda evangélica, são problemas que apontam para tradições protestantes de engajamento político que ainda não foram devidamente pesquisadas e que foram obscurecidas pelas tendências hegemônicas da Esquerda cristã no Brasil, sobretudo na Nova República. A pesquisa sobre a formação de uma "Esquerda evangélica" e sua relação com o Partido

Única dos Trabalhadores (CUT) e a relação da mesma com a sindicalização de trabalhadores rurais. Regina Reyes Novaes. *Trabalhadores: A CUT no campo – Dissolver a neblina*. **Teoria e Debate**, n° 8 – outubro/novembro/dezembro de 1989.

²⁶ Membro da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, engajado nos movimentos ecumênicos e evangelicais de responsabilidade social das igrejas e dos cristãos.

²⁷ A Conferência do Nordeste, realizada em Recife no ano de 1962, em plena efervescência das Ligas Camponesas, foi a quarta conferência do Setor de Responsabilidade Social da Confederação Evangélica Brasileira (CEB) ligado ao protestantismo ecumênico. Teve como tema: "Cristo e o processo revolucionário brasileiro", contando com a participação de importantes intelectuais do período como Paul Singer, Celso Furtado, Gilberto Freyre, dentre outros. Ver: Joanildo Albuquerque Burity. Os Protestantes e a Revolução Brasileira: 1961-1964 – A Conferência do Nordeste. Recife. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política), Pernambuco, Universidade Federal de Pernambuco, 1989.

²⁸ Marco Antônio Brandão. *O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores*: *A história de uma utopia (1979-1994)*. São Paulo, Annablume, FAPESP, 2003. Analisando documentos históricos do Partido dos Trabalhadores (PT) – dos documentos preparatórios à fundação do partido até as eleições de 1994 – o autor concluiu que houve uma articulação entre os conceitos de "democracia" e "socialismo" na construção da identidade petista e na proposta partidária de construção de uma ordem social anticapitalista fundamentada nesses princípios associados.



dos Trabalhadores, no período que vai da fundação do partido ao início da atuação do Movimento Evangélico Progressista, visa contribuir para a compreensão dessas outras tradições protestantes e também dessas inserções do partido em segmentos sociais historicamente recalcitrantes à sua ideologia ou prática política.

As principais indagações a serem levantadas sobre a formação de uma Esquerda evangélica e sua relação com o Partido dos Trabalhadores dizem respeito a dois eixos articulados: a inserção dos evangélicos nos setores sociais que o partido pretendia representar politicamente e a relação entre as teologias críticas do protestantismo e as formulações ideológicas e/ou programáticas do PT.

Um exemplo pode ser encontrado na publicação do livro *Marxismo e Fé Cristã: O desafio mútuo*, organizado por Paul Freston no ano da primeira eleição direta para Presidente da República, após duas décadas de ditadura militar (1989). O autor era um dos principais intelectuais do protestantismo evangelical e um dos ideólogos da Esquerda evangélica no Brasil. Depois de mencionar "o despreparo dos cristãos evangélicos no Brasil para o encontro com o marxismo", comentou em seguida que:

Esse encontro necessariamente acontece para todos os evangélicos que estudam as ciências sociais, a história, a filosofia, a economia, o serviço social e outras áreas acadêmicas. Acontece também para todos que se interessam e se envolvem em assuntos de ética social e em atividades políticas. Esse encontro é dificultado, para os evangélicos, não só pela ignorância do marxismo, mas pela sua ignorância da própria fé cristã, ou seja, da cosmovisão bíblica, da antropologia bíblica, da visão cristã da história. ²⁹

A Esquerda evangélica que se articula na década de 1980 teria criado uma aproximação entre: os pentecostais, que entre os evangélicos estariam mais inseridos nas "classes trabalhadoras"; o protestantismo evangelical e o protestantismo ecumênico, mais inseridos nas classes médias e nas universidades, e cujas propostas de responsabilidade social

 $^{^{29}}$ Paul Freston. Marxismo e fé cristã: o desafio mútuo. São Paulo, ABU, 1989. p
 6.



dialogavam com as perspectivas de construção de um "socialismo democrático" formulado pelos documentos do Partido dos Trabalhadores; e a influência da Esquerda católica no partido. A Esquerda evangélica teria exercido uma mediação importante na relação do Partido dos Trabalhadores com o segmento evangélico como um todo.

ENTRE A DIREITA E A ESQUERDA: PROTESTANTISMO E POLÍTICA NO BRASIL

Esta pesquisa dialoga com conjuntos bibliográficos diversos, relacionados aos movimentos religiosos de engajamento político no cristianismo brasileiro, à presença protestante\evangélica no Brasil, e à história política do país após a ditadura militar. Por isso optei por inseri-lo na perspectiva dos trabalhos que discutem especificamente a relação entre protestantismo e política no Brasil, servindo os demais conjuntos bibliográficos como referências para pensar o contexto em que a "Esquerda evangélica" representou uma nova maneira de colocar essa relação.

Uma pesquisa importante sobre a relação entre o protestantismo e a política no Brasil foi realizada pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) intitulada *Novo nascimento: Os evangélicos em casa, na política e na igreja,* ³⁰ um censo institucional que pretendia analisar o padrão comportamental dos evangélicos, e consequentemente as implicações da conversão (novo nascimento) na vida dos sujeitos religiosos e nas relações sociais e políticas nas quais estavam inseridos. Embora o estudo tenha demonstrado que o protestantismo concentrava a maioria daqueles que mudavam de religião, chamava a atenção também para o "trânsito religioso" dos fiéis entre as diversas denominações e os valores compartilhados que formavam um padrão comportamental evangélico. Esse padrão comportamental estaria mais próximo da Direita política, apesar do estudo apontar indícios de uma aproximação dos evangélicos com a Esquerda.

Na análise da atuação parlamentar evangélica na Assembleia Nacional Constituinte, Pierucci discutiu, em *A realidade social das*

_

³⁰ Rubem C. Fernandes, Pierre Sanchis, Otávio G. Velho, Leandro Piquet, Cecília Mariz e Clara Mafra. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na política e na igreja*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.



religiões no Brasil: religião, sociedade e política, 31 os principais temas que aproximaram uma "bancada evangélica" dos projetos políticos defendidos pelos partidos da Direita e centro políticos, como a condenação ao aborto e à união civil homossexual, a defesa do nome de Deus na Constituição, defesa da propriedade privada e contra a reforma agrária em terras produtivas ou de pequenos produtores. Um elemento que aproximava os evangélicos que formaram uma bancada política confessional na Constituinte, dos interesses da Direita e do centro políticos, era o anticomunismo alimentado nas igrejas e na sociedade, durante a ditadura militar e na Guerra Fria ainda em voga, e a defesa do voto corporativo em benefício das instituições religiosas. 32 O autor chamou a atenção para a existência de uma "Esquerda evangélica", caracterizando o posicionamento alternativo desses evangélicos pelas suas inserções nos partidos de Esquerda e nos movimentos sociais, que os levaram a uma atuação autônoma em relação à "bancada evangélica", e a defender propostas mais progressistas.

Outro trabalho importante sobre a participação evangélica na política é a tese de doutorado de Paul Freston *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment.* ³³ Para o autor, entre os "novos personagens que entraram em cena" ³⁴ na década de 1980 no processo de redemocratização estavam os evangélicos, sobretudo os pentecostais, politicamente organizados para a disputa de espaços sociais e de influência cultural. A abertura política colocou em pauta na sociedade os projetos políticos que germinaram durante todo o regime militar e deu visibilidade aos discursos e reivindicações populares e de grupos minoritários; como os pentecostais.

³¹ Antonio Flavio Pierucci. A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política. São Paulo, Hucitec, 1996.

³² Sobre o anticomunismo evangélico pode-se consultar: Luciane Silva de Almeida. A Igreja Anticomunista: Representações dos Batistas e dos Fundamentalistas sobre o Regime Militar em Feira De Santana (1964-1980). Relatório Final PIBIC, Feira de Santana, UEFS, 2008. Sobre o voto corporativo pode-se consultar: Josué Sylvestre. Irmão vota em irmão: os evangélicos, a constituinte e a Bíblia. Brasília, Pergaminho, 1986. Ver também: Adriana Martins dos Santos. A construção do Reino: A Igreja Universal e as instituições políticas soteropolitanas (1980-2002). (Dissertação de Mestrado em História), Salvador, UFBA, 2009.

³³ Paul Freston. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. (Tese de Doutorado em Sociologia), Campinas, Unicamp. 1993.

³⁴ Emir Sader. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1988.



Na análise da "bancada evangélica" na Constituinte é preciso considerar, ponderou Freston, a influência da cultura política na qual os sujeitos estavam inseridos, e as reações a esse crescimento protestante como uma reação de grupos hegemônicos na sociedade à instauração de um quadro de pluralismo religioso e, consequentemente, político. Portanto, para o autor, o crescimento evangélico, com sua fragmentação institucional, contribuiu para a democratização por representar no campo religioso as condições para o pluralismo necessárias à democracia no campo político.

Quanto à participação política dos evangélicos no período abordado, o autor ressaltou a proximidade da "bancada evangélica" com a Direita e o centro políticos, e o papel dos evangélicos na eleição de Collor, mas também os posicionamentos alternativos de setores evangélicos na Constituinte, a formação de Comitês em prol de candidaturas à Esquerda – Lula e Brizola – e a organização do Movimento Evangélico Progressista (MEP), cuja pretensão era criar uma referência positiva da atuação política protestante diante da sociedade. ³⁵

Publicado em 2006, o livro *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*³⁶, de Maria das Dores Campos Machado, foi o resultado de duas pesquisas realizadas em processos eleitorais nas esferas municipal, estadual e federal entre os evangélicos do Rio de Janeiro. Alguns fatos foram significativos no período abordado nessas pesquisas, como a eleição dos primeiros evangélicos a assumir o governo estadual e a candidatura de um evangélico à presidência da república (Anthony Garotinho) por um partido de Esquerda (PSB). Mas talvez o fato mais emblemático tenha sido a aliança política do PT com o Partido Liberal (PL), que elegeu Luis Inácio Lula da Silva presidente em 2002. Essa aliança apresentou-se como uma surpresa devido ao predomínio político da denominação neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) no PL, e as oposições de setores do PT e da denominação a essa

³⁵ O autor era um intelectual engajado no protestantismo evangelical, portanto, colaborador dos posicionamentos "alternativos" da Esquerda evangélica.

³⁶ Maria das Dores Campos Machado. *Política e Religião: A participação dos evangélicos nas eleições.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.



aliança, não obstante as aproximações das lideranças de ambos, em curso desde as eleicões de 1998.³⁷

Analisando os materiais de campanha, os alinhamentos midiáticos nas disputas eleitorais, e a atuação parlamentar evangélica, Machado concluiu pelo maior compromisso dos sujeitos religiosos com suas respectivas comunidades do que com seus partidos, fato comum a outros grupos sociais, não apenas religiosos. Isso fez com que os evangélicos se filiassem a diferentes partidos, persistindo uma maior concentração nos partidos de Centro e Direita, coexistindo com um processo de "deslocamento de alguns segmentos dessa tradição religiosa em direção à Esquerda e, mais particularmente, do Partido dos Trabalhadores". ³⁸ O livro ainda insere a mobilização religiosa para a disputa do campo político no processo histórico brasileiro, que sempre contou com o catolicismo desempenhando esse papel:

Assim, seria um equívoco caracterizar a recente participação dos evangélicos na política como a emergência do fenômeno religioso na esfera pública. O mais correto seria interpretar essa participação como uma ampliação da arena política em decorrência do surgimento de novos atores individuais e coletivos nas sociedades civis e política.³⁹

Por isso, Machado reforça o argumento de Freston de que é preciso relacionar a participação política dos evangélicos com a cultura política brasileira "caso se pretenda criar novos padrões de relações políticas e não apenas combater a participação desses setores nas esferas dos poderes Legislativo e Executivo". ⁴⁰

UMA ESQUERDA EVANGÉLICA EM FORMAÇÃO

٠

³⁷ Ver: Adriana Martins dos Santos, *A construção do Reino: A Igreja Universal e as instituições políticas soteropolitanas* (1980-2002), 2009.

³⁸ Maria das Dores Campos Machado. *Política e Religião*: A participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006. p. 14.

³⁹ Maria das Dores Campos Machado, *Política e Religião*: A participação dos evangélicos nas eleições, p. 20.

⁴⁰ Maria das Dores Campos Machado, *Política e Religião*: A participação dos evangélicos nas eleições, p. 46.



A década de 1980 colocou em evidência novos atores sociais e projetos políticos, e entre esses a articulação de grupos pentecostais politicamente organizados para a disputa do espaço público. A atuação de uma "bancada evangélica" na Assembleia Constituinte foi resultado desse processo, mas os escândalos políticos associados aos parlamentares evangélicos que compunham essa "bancada" e que estavam alinhados politicamente aos partidos de Centro e Direita, contribuíram para que houvesse dentro do protestantismo uma mobilização de setores preocupados em dar uma resposta à sociedade diante desses escândalos, com o objetivo de criar referências positivas de atuação política para o segmento religioso. 41

Os evangélicos de Esquerda não participaram de forma homogênea do processo de redemocratização, inserindo-se em diferentes partidos e movimentos políticos. Alguns eram do protestantismo ecumênico, outros da tendência evangelical, além de ex-militantes das Esquerdas secular e católica que, ao se converterem ao protestantismo, incorporaram a militância política à identidade religiosa. Os aspectos convergentes entre esses evangélicos de Esquerda se manifestaram principalmente em oposição à atuação política de determinados grupos pentecostais e ao fundamentalismo.

Jorge Pinheiro, jornalista com atuação política em grupos trotskistas desde os anos 1970 e integrante de uma das tendências formadoras do Partido dos Trabalhadores (Convergência Socialista), converteu-se posteriormente à denominação batista e manteve-se no partido até o limite cronológico desta pesquisa. Outro que atuou na fundação do PT no Rio de Janeiro, também oriundo de uma pertença à Esquerda secular (PCdoB), e posteriormente convertido ao protestantismo (presbiteriano) foi o radialista Anthony Garotinho, que, ainda nos anos 1980, migraria para o PDT. Entre os fundadores do PT no Rio de Janeiro estava também o pastor luterano Mozart Noronha, ligado ao protestantismo ecumênico, que militou no partido até 2005. Na Bahia, o batista Walter Pinheiro, sindicalista do setor de telecomunicações, filiouse ao Partido dos Trabalhadores em 1986. 42

⁴¹ Paul Freston, *Protestantes e Política no Brasil*: da Constituinte ao Impeachment.

⁴² Esses são apenas alguns exemplos que servem de ponto de partida para a pesquisa sobre a Esquerda evangélica e sua relação com o Partido dos Trabalhadores. Esses exemplos podem



Entre os Constituintes, destacaram-se no bloco da Esquerda os parlamentares Celso Dourado (PMDB) e Lysâneas Maciel (PDT). 43 ambos ligados ao protestantismo ecumênico, e Benedita da Silva (PT).⁴⁴ politicamente em movimentos populares ligados formada Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e convertida à denominação pentecostal Assembleia de Deus. Esses parlamentares não compuseram a "bancada evangélica" e tiveram uma atuação mais identificada com a orientação partidária do que com interesses corporativos de instituições religiosas, defendendo propostas socializantes, principalmente em relação à reforma agrária.

Lysâneas Maciel, Celso Dourado e Benedita da Silva também repercutiam no plenário posicionamentos e reivindicações de entidades e agentes cristãos que atuavam em movimentos e pastorais sociais. A Igreja (IPU), primeira denominação Presbiteriana Unida protestantismo ecumênico expurgado das igrejas protestantes históricas nas décadas de 1960-70, enviou em 1988 um telegrama ao então governador da Bahia, Waldir Pires (PT), e aos parlamentares supracitados, relatando as ameaças de morte feitas por grileiros e latifundiários ao Reverendo José Moreira Cardoso, que atuava em defesa da propriedade da terra de famílias em Sítio do Mato, terras doadas pela Missão Presbiteriana do Brasil Central.

> IGREJA PRESBITERIANA UNIDA DO BRASIL PREOCUPADA COM AS AMEAÇAS CONTÍNUAS DE GRILEIROS CONTRA VIDA NOSSO ASSESSOR AÇÃO SOCIAL REVERENDO JOSÉ MOREIRA CARDOSO QUE LUTA PELOS DIREITOS DEZENAS FAMÍLIAS SÍTIO DO MATO COM ESCRITURAS LEGAIS RECONHECIDAS PELO TRIBUNAL FEDERAL RECURSOS VG APELA VOSSO

conduzir a uma rede maior de militantes, simpatizantes ou agentes de aproximação entre o partido e o segmento evangélico.

Revista Perspectiva Histórica, Julho/Dezembro de 2012, Nº3

Lysâneas Maciel teve seu mandato cassado em 1976, por denunciar casos de tortura e a ilegitimidade do governo não eleito pelo voto. No exílio, fez parte da Comissão de Justiça do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e colaborou com a campanha pela anistia. Ao voltar do exílio, filiou-se ao PDT e, em seguida, ao PT, pelo qual foi candidato ao governo do Rio de Janeiro, em 1982. Em 1986, volta ao PDT e é escolhido como o candidato de Esquerda à presidência da Assembleia Nacional Constituinte. Era membro da Igreja Cristã de Confissão Reformada, cisão da Igreja Presbiteriana do Brasil. Ver: Hebe Guimarães. Lysâneas Maciel. (Série Perfis Parlamentares). Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

⁴⁴ Ver: Maria Mendonça, Medea Benjamim. *BeneDita*. Rio de Janeiro, Mauad, 1997.



RECONHECIDO SENSO JUSTIÇA AFIM SALVAGUARDAR NÃO SOMENTE VIDA REVERENDO JOSÉ MOREIRA CARDOSO COMO TAMBÉM DIREITOS ADQUIRIDOS DEZENAS FAMÍLIAS VALE SÃO FRANCISCO PT.

ACUSO resposta veio logo: RECEBIMENTO TELEGRAMA NO QUAL V. SAS. DEMONSTRAM PREOCUPAÇÃO QUANTO A AMEAÇAS CONTRA VIDA REVERENDO JOSÉ MOREIRA CARDOSO ASSESSOR IGREJA PRESBITERIANA UNIDA DO BRASIL ET COMUNICO-LHES QUE DETERMINEI AOS ÓRGÃOS GOVERNO COMPETENTES **ESTADUAL** ADOCÃO IMEDIATAS PROVIDÊNCIAS SENTIDO DAR SEGURANÇA REFERIDO RELIGIOSO ET APURAR DENÚNCIA EM SUA TOTALIDADE PT ATENCIOSAMENTE WALDIR PIRES GOVERNADOR DA BAHIA.

Telegramas foram também enviados aos Deputados Federais Celso Dourado, Benedita da Silva, e Lysâneas Maciel.

Instamos para que pessoas, igrejas e outros grupos enviem telegramas também: GOVERNADOR WALDIR PIRES PALÁCIO DO GOVERNO SALVADOR BA. ⁴⁵

Um núcleo importante para a articulação da *Esquerda evangélica* se organizou desde a segunda metade dos anos 1980 para criar uma entidade de cooperação denominacional voltada para a formação política dos evangélicos. Esse núcleo criou, em 1990, o Movimento Evangélico Progressista (MEP) e organizou dois fóruns nacionais de "Discussão e Entendimento entre Evangélicos e Partidos Progressistas", realizados em 1991 e 1993, contando com a participação dos parlamentares Roberto Freire, José Genoíno e José Dirceu entre outros.

Os cientistas sociais e políticos de origem evangélica, Paul Freston e Robinson Cavalcanti, foram intelectuais importantes na aproximação dos evangélicos com a Esquerda. Além de escreverem em periódicos evangélicos e organizarem eventos e entidades de formação política do segmento religioso, esses intelectuais atuavam nas universidades e nos partidos. Robinson Cavalcanti publicou em 1985 o livro *Cristianismo e Política: Teoria Bíblica e Prática Histórica*, de viés social-democrata,

 $^{^{45}}$ Traço-de-União. Boletim da Secretaria Geral da Igreja Presbiteriana Unida. Ano I, nº 2, página 1. Junho de 1988.



que se tornou muito influente no pensamento político do protestantismo evangelical: "Liderou o Movimento Evangélico Pró-Lula, integrou os "notáveis" da transição da Frente Brasil Popular, e entrou no PT". 46 Paul Freston desenvolveu pesquisas sobre a participação evangélica na política brasileira, escreveu livros e artigos sobre a relação dos cristãos com o marxismo, as Esquerdas e participação política, sendo os mais importantes Marxismo e Fé Cristã: O desafio mútuo (1989), Fé Bíblica e Realidade Brasileira (1992), Evangélicos na Política Brasileira (1994).

Outra entidade importante, criada em 1991 foi a Associação Evangélica Brasileira (AEVB), liderada por Caio Fábio. A entidade publicou nas campanhas eleitorais o *Decálogo do voto* ético, do qual destaco dois princípios apresentados que representavam respectivamente a crítica ao corporativismo religioso na política e da difamação de um candidato para indução do voto em outro:

VI. Nenhum cristão deve se sentir obrigado a votar em um candidato pelo simples fato de ele se confessar cristão evangélico. Antes disso, os evangélicos devem discernir se os candidatos ditos cristãos são pessoas lúcidas e comprometidas com as causas de justiça e da verdade. E mais: é fundamental que o candidato evangélico queira se eleger para propósitos maiores do que apenas defender os interesses imediatos de um grupo religioso ou de uma denominação evangélica. É óbvio que a igreja tem interesses que passam também pela dimensão política. Todavia, é mesquinho e pequeno demais pretender eleger alguém apenas para defender interesses restritos às causas temporais da igreja. Um político evangélico tem que ser, sobretudo, um evangélico na política e não apenas um "despachante" de igrejas.

VIII. Os eleitores evangélicos devem votar, para Presidente da República sobretudo, baseados em programas de governo, e não apenas em função de "boatos" do tipo: "O candidato tal é ateu"; ou: "O fulano vai fechar as igrejas"; ou: "O sicrano não vai dar nada para os evangélicos"; ou ainda: "O beltrano é bom porque dará muito para os evangélicos". É bom saber que a Constituição do país não dá a quem quer que seja o poder

-

 $^{^{\}rm 46}$ Paul Freston, Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment, p. 276.



de limitar a liberdade religiosa de qualquer grupo. Além disso, é válido observar que aqueles que espalham tais boatos, quase sempre, têm a intenção de induzir os votos dos eleitores assustados e impressionados, na direção de um candidato com o qual estejam comprometidos.⁴⁷

Pastor presbiteriano de tendências carismáticas, Caio Fábio criou sua própria entidade para-eclesiástica a Visão Nacional de Evangelização (VINDE), que organizava cruzadas evangelísticas e publicava literatura religiosa. Durante os anos de 1980, foi muito requisitado para palestras e conferências do segmento evangélico ou para falar em nome do mesmo em eventos seculares. Nos anos de 1990, a VINDE criou uma editora e um canal de televisão transmitido pela Globo Cabo (rede de canais fechados das Organizações Globo). Perdeu muito de sua influência política e religiosa entre os evangélicos em 1998, quando foi acusado pelo PT de ser o principal negociador do dossiê que acusava o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso de possuir empresas secretas e contas no paraíso fiscal das Ilhas Cayman⁴⁸.

Um veículo de divulgação importante da Teologia da Missão Integral e do debate político junto ao segmento evangélico foi o periódico *Ultimato*. Entre 1968 e 1975 *Ultimato* existiu como jornal, e de 1976 aos dias atuais como revista. Definindo-se desde o início como uma publicação "sem cor denominacional", *Ultimato* contou fundamentalmente entre seus articulistas com as lideranças e intelectuais do protestantismo evangelical, embora também tenha veiculado as interpretações de ecumênicos e "fundamentalistas" sobre temas religiosos, sociais e políticos.

⁻

⁴⁷Associação Evangélica Brasileira (AEVB). *Voto Ético*. "Em âmbito nacional, a AEVB realizou duas conferências - "Ética evangélica e eleições" (1994) e "Ética evangélica e violência urbana" (1995) - e um grande congresso em Brasília - "A Igreja Evangélica na Virada do Milênio" (1994). Organizou também o "Fórum evangélico com os presidenciáveis" (Rio de Janeiro, 1994). A associação também esteve presente em variados congressos missionários. Também co-realizou a campanha "Rio, desarme-se" (1994/1995) e publicou documentos históricos, como o que abordava o tema do impedimento de Fernando Collor de Mello (1992), o que encaminhou à embaixada da República Islâmica do Irá sobre prisões e assassinatos de líderes evangélicos daquele país (1992), sobre os líderes da Igreja Universal do Reino de Deus (1995), sobre a violência no campo e a reforma agrária (1996)." Informações extraídas do site da entidade: http://www2.uol.com.br/bibliaworld/aevb/voto.htm. Acesso em 01/05/2011.
⁴⁸ Caio Fabio. *Confissões de um pastor*. Rio de Janeiro, Record, 1997.



A presença do cientista político Robinson Cavalcanti, membro da comissão internacional que produziu os documentos *Evangelização social* e *O evangelho e a cultura* para a Conferência de Lausanne, e, mais tarde, do sociólogo Paul Freston no corpo de colaboradores abriu caminho para que a revista abraçasse, com mais determinação e freqüência, essa outra área da missão integral da igreja. A estréia de Robinson deu-se com a entrevista *Constituinte, protestantismo brasileiro e participação política* publicada na edição de outubro de 1985. A colaboração de Paul Freston começou com a publicação do artigo *O cristão pode ser marxista?* (dezembro de 1988). ⁴⁹

A seção de cartas dos leitores da revista é um bom indício das disputas internas que delineavam uma "Direita" e uma "Esquerda" evangélica, especialmente em resposta aos artigos sobre temas políticos escritos por Robinson Cavalcanti e Paul Freston. Como exemplo, duas respostas diferentes a um artigo publicado após as eleições de 1989 intitulado *Com medo de ser feliz: a vitória da ignorância, do egoísmo e da mentira*: ⁵⁰

Desta vez o pastor Robinson Cavalcanti, com toda sua ciência e letras, foi, nem podemos dizer longe demais e sim baixo demais. Porque agora, além de seu poder de isentar pecados, ele se manifesta poderoso para conferir a Lula o dom de nos fazer felizes. Pior é que agora ele vai ser muito infeliz porque venceu Collor. Pior mesmo, porque ele, um ministro de Deus, condiciona a sua felicidade (e a nossa) a este ou aquele governante político. Robinson mostra-se mais preocupado com questões políticas e teorias humanas do que com Deus. Deveria receber salário não da igreja, mas do PT, pelo qual tanto milita.

Gláucia M. Mota P. Ribeiro Passa Quatro, MG.

⁴⁹ Elben M. Lens Cesar (Org.). Cartas a Ultimato (1969-2008): Uma radiografia do cristianismo brasileiro. Viçosa, Ultimato, 2008. p. 69.

⁵⁰ O título fazia uma clara referência à música da campanha de Lula que dizia: "sem medo de ser feliz, quero ver chegar, Lula lá". Denunciava que os medos existentes ou criados na campanha eleitoral em torno do candidato petista, no segmento evangélico, conseguiram cumprir com seus objetivos eleitorais de eleger Collor. ULTIMATO, março de 1990, p 4.



Robinson Cavalcanti não "colloriu". Ainda bem que ele teve coragem. Afinal, não é muito fácil, em um meio onde é "pecado" votar na "esquerda" e "divino" votar no atual sistema. Mas a seção de cartas do *Ultimato* de fevereiro veio "collorida" em sua maior parte. Isso em resposta ao artigo *Os evangélicos e a sucessão presidencial.* ⁵¹ (...) É imprudente dizer que comunismo não é de Deus e afirmar que o capitalismo crê em Deus. E vice-versa. Se o Brasil é mais crente que a União soviética, onde estão os resultados? Onde estão as obras de fé brasileiras e de seus governantes? Não seria a hora de admitirmos que o Brasil teme a Deus coisíssima nenhuma?

Pastor Neemias Pontes Teresópolis, RJ.

Os processos eleitorais pós-constituinte foram momentos importantes de explicitação das disputas políticas no seio do protestantismo. A formação de comitês evangélicos em prol de candidaturas de Esquerda (Lula e Brizola) em 1989 e 1994, a produção de material de formação política pelo MEP (Boletim) e a AEVB (Decálogo do voto ético), os princípios de *contextualização* da fé cristã ao contexto latino-americano e de *missão integral* dos cristãos na sociedade desenvolvidos por entidades como ABUB e FTL, serviram para consolidar ao fim do período aqui estudado, as referências teológico-políticas de uma Esquerda evangélica com identidade e militância própria, diferente das Esquerdas católica e secular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Direita e Esquerda formam-se reciprocamente, e é bem possível que haja descontinuidades na forma como essa polaridade de expressão na religião e na política. Ou seja, o que coloca determinados indivíduos e grupos num pólo de contestação no campo religioso pode não representar a mesma inserção contestatória no campo político e vice-versa. Na pesquisa sobre as aproximações dos evangélicos com as Esquerdas, será

referindo-se ao critério do articulista para recomendar o voto.

⁵¹ Nesse artigo, escrito no primeiro turno das eleições presidenciais, Robinson Cavalcanti recomendava aos evangélicos votarem em candidatos que não tivessem apoiado o governo dos militares durante a ditadura, nem trabalhado para esses governos, sugeria o voto nas candidaturas de "Esquerda" naquele pleito: Lula, Brizola, Covas, Ulisses, Freire. Daí o comentário da leitora sobre o poder de Robinson Cavalcanti de "isentar de pecado",



preciso considerar suas assimetrias, as oposições do segmento evangélico com tais forças políticas e as aproximações com a Direita.

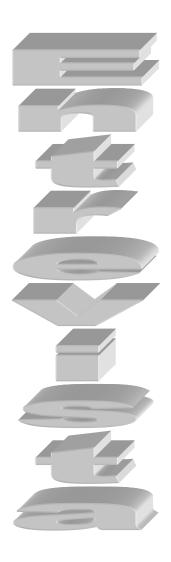
Pesquisar a formação de uma Esquerda evangélica dentro do campo religioso é tentar compreender a influência recíproca entre as disputas políticas, as clivagens sociais e os conflitos religiosos aos quais os evangélicos se vincularam historicamente no Brasil. Pesquisar a relação dessa Esquerda evangélica com o Partido dos Trabalhadores é procurar compreender as tendências evangélicas que contribuíram para a formação de uma Esquerda cristã no Brasil e a inserção dessa Esquerda cristã num partido que representou a articulação de movimentos sociais, categorias sócio-profissionais e grupos políticos diversos durante a transição democrática após 20 anos de ditadura militar.

Embora as pesquisas sobre a presença evangélica no Brasil estejam crescendo a cada dia, abordando os mais variados temas a partir de perspectivas teóricas e metodológicas as mais diversas, há ainda temáticas que apenas começam a ser investigadas. Isto em parte se explica pela observação feita por René Rémond de que "o historiador de uma época distribui sua atenção entre os diversos objetos que solicitam seu interesse na proporção do prestígio com que a opinião pública envolve os componentes da realidade" ⁵².

A presença evangélica no cenário político atual, disputando e sendo disputada por diferentes correntes ideológicas e sociais, aproxima o olhar dos historiadores para as diferentes formas de interação entre política e religião na sociedade brasileira a partir do protestantismo. E não menos importante, a presença do Partido dos Trabalhadores no governo do Estado brasileiro também direciona a atenção dos pesquisadores para o entendimento da construção histórica desse partido que adquiriu um papel influente nos destinos da sociedade brasileira atual.

⁵² René Remond (org.). Por uma história política. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996, p. 15.







ENTREVISTA CONCEDIDA A GRIMALDO CARNEIRO ZACHARIADHES

Joviniano Soares de Carvalho Neto

Joviniano Neto é professor associado de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia (UFBA), presidente do Grupo Tortura Nunca Mais – núcleo Bahia (GTNM-Ba) e do CEPET – Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento a Tortura. Autor de vários livros e artigos, bacharelou-se em Direito e Ciências Sociais pela UFBA, onde se tornou Mestre e Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Na juventude foi membro e dirigente da JUC – Juventude Universitária Católica (1960/64) e da JIC – Juventude Independente Católica (1965/68). Depois, foi Presidente da Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia (ASEB), membro do Conselho Nacional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Presidente da Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB) por três gestões. Durante o período ditatorial, ele foi presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia – Núcleo Bahia (CBA), entre 1978 e 80, e do Comitê de Anistia e Direitos Humanos (CADH), entre 1980 e 82. Em 1986, foi Secretário Municipal do Meio Ambiente de Salvador. Além das funções já citadas, atualmente, ele também é membro da Coordenação do CBV - Comitê Baiano pela Verdade, do Centro e Estudos e Ação Social (CEAS); da Diretoria da Ação Social Arquidiocesana do Salvador e sócio Remido do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.



Perspectiva Histórica: O senhor foi presidente do Comitê Brasileiro da Anistia, núcleo Bahia, tendo um importante papel na luta pela Anistia, em 1979, que no final acabou anistiando tantos os setores de oposição aos militares quanto os setores do Governo que violaram os direitos humanos. Hoje, alguns setores do próprio Governo Federal defendem que aquela Anistia não pode ser aplicada aos torturadores. Como o senhor se inclui neste debate?

Joviniano Neto: Permita-me comecar com uma consideração: a luta pela anistia não terminou em 1979 e continua até hoje. Esta é uma característica que distingue aquela anistia das dezenas anteriores na história do Brasil. O movimento pela anistia em 1978/79 defendia uma anistia "ampla, geral e irrestrita". A anistia obtida foi maior do que a anunciada inicialmente pelo governo. Foi uma vitória parcial das forças democráticas, permitiu a volta dos exilados. banidos. cassados. libertação dos presos políticos, a extinção ou revisão de processos. Mas não foi ampla, geral e irrestrita. Foi parcial, limitada e mesquinha. Excluiu os que seriam atos terroristas (assaltos, sequestros, atentados Incluiu pessoais). crimes OS "conexos", divulgando interpretação esdrúxula de que anistiaria os torturadores, quando o conceito de crime conexo. no Direito Penal.

envolve unidade de objetivos entre os crimes. Criou dificuldades para o reingresso na vida política e funcional — a reintegração dos funcionários públicos dependia do interesse da administração. Não falava em reparação às vítimas da ditadura e não enfrentava a questão dos mortos — e, categoria que, na história do Brasil, aparece na Ditadura Militar, dos "desaparecidos políticos".

Assim, a anistia de 1979 não foi um final e a luta continuou. Os que têm interesses em falar ou acreditar em grande acordo nacional pela transição democrática. como infelizmente, em abril de 2010. decidiu o Supremo Tribunal Federal, esquecem três coisas. O projeto Figueiredo, em um Congresso montado para dar maioria governo. derrotou projeto mais abrangente por apenas 5 votos. Em novembro de 1979, o II Congresso Nacional da Anistia, em Salvador. repudiou esta anistia e decidiu continuar a luta. É verdade que o silenciamento deste auase total historiografia, Congresso, na facilitou a difusão da tese do acordo que interessava elites empresariais, partidárias e midiáticas. Tratamos deste assunto no livro Ditadura Militar na Bahia, novos olhares, novos objetos, novos horizontes.

A partir de 1979, o processo continuou. Alguns marcos. Em 1988, a Constituição (art. 8 da ADC)



ampliou a anistia para todos os atingidos por atos de exceção e punidos por motivação política até 1988. Em 1992, foi criada uma pensão especial de anistiados para os demitidos por motivação política entre 18/09/1946 a 05/10/1988 (datas da promulgação das Constituições de 1946 e 1988). Em 1995, o Ministério do Trabalho criou a Comissão Especial de Anistia para empregados e sindicalistas. Também neste ano. foi criada a Comissão Nacional dos Mortos e Desaparecidos (lei 9140). aue reconheceu, como mortos, os políticos desaparecidos 02/09/61 a 15/08/1979, garantindo o reconhecimento da responsabilidade do Estado, indenização para os familiares e a expedição de uma certidão de óbito cheia de reticências. onde causa damorte "desaparecido político". Uma das funções da CNV é retirar estas reticências, tema do Cartaz que o CBV acaba de lançar.

Em 2001, por Medida Provisória (lei em 2002) foi criada a Comissão da Anistia que reconhece a condição de vítima (anistiado) define eindenizações. Em 10 anos, já julgou mais de 50 mil processos e tem mais cerca de 12 mil a julgar em 2012. Em maio de 2010, implementando o III Programa Nacional de direitos Humanos (eixo Direito à Memória e a Verdade). aue resultou daConferencia Nacional de Direitos Humanos, foi apresentado o projeto,

criando a Comissão Nacional da Verdade. Para pressionar sua aprovação e, depois, para auxiliar no seu trabalho, foram criados, pela sociedade civil, vários comitês, um o CVB — Comitê Baiano Pela Verdade, criado em maio de 2011. A lei foi aprovada, a CNV instalada e a luta entra em nova etapa. Assim, não se pode falar em final.

PH: Os militares afirmam que, se querem revogar a Anistia, tem que ser para os dois lados, ou seja, os setores da esquerda armada também têm que serem julgados pelos seus crimes. De que forma o senhor avalia esta posição?

JN: Este discurso procura manter a teoria da "guerra", ainda que "suja". tentar equiparar para situações diferentes. De início, temos de um lado, o Poder do Estado, ilegítimo porque obtido por golpe contra governo constitucional, violando as leis que mantinha e até promulgara, como as Constituições de 1967 e 69. Estas leis não previam a tortura, nem a execução sem processo e julgamento. A pena de morte para subversivos, prevista no AI-14, após sequestro do embaixador norte-americano, foi tão repudiada após primeira condenação, a de Theodomiro Romeiro dos Santos, que o governo militar recuou e nunca foi oficialmente aplicada. Ocorreram, então, execuções disfarçadas em



trocas de tiros, "atropelamentos", "suicídios", e "desaparecimentos". De outro lado, temos opositores, alguns armados, que exerciam o direito de resistência à tirania ou de revolução contra um poder despótico. Em segundo lugar, a absoluta desproporção de forças permitiria questionar a existência de uma guerra. Isto sem contar que a Convenção de Genebra para prisioneiros de guerras não prevê que, depois de presos, eles sejam torturados, mortos, decapitados e tenham seus corpos escondidos (como ocorreu na Guerrilha do Araguaia). Argumento final e definitivo é que os opositores, os mais destacados e a grande maioria, já foram punidos, com ou sem julgamento. Foram perseguidos, demitidos, cassados e mortos inclusive após detidos (por exemplo. Marighella, Lamarca. guerrilheiros do Araguaia), banidos do país, torturados, julgados pela Justiça Militar e cumpriram anos de prisão. Seus processos estão aí, seus nomes são conhecidos. Do outro lado. salvo algumas poucos mortos, na época citados e homenageados pelo governo, o que se tem são pessoas que negam ter cometido qualquer crime, que não foram julgados e procuraram não ser identificados. Reivindicam "anistia" prévia por atos que não confessam ter cometido. Em síntese, é argumentação para pessoas e instituições diminuírem suas responsabilidades e não fazerem

a autocrítica, que os libertaria da "necessidade" de manter versões oficiais e insustentáveis.

PH: O senhor é, atualmente, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia, e este estado é justamente um dos mais atrasados, quando pensamos no acesso público aos arquivos estaduais do período militar. Como o senhor explicaria este atraso?

JN: A Bahia sempre foi um Estado dominado por forças conservadoras e, inclusive, a possibilidades das oposições chegarem ao poder tem dependido sempre, como aconteceu em 1986 e em 2006, de alianças dissidentes dos com partidos conservadores. A grande derrota conservadora do carlismo só ocorreu em 2006, quando Jacques Wagner foi eleito. Mas, ele, também, foi eleito a partir de uma aliança com setores dissidentes do carlismo alguns dos quais tinham participado, mais ou menos, bem ou mal, do Regime Militar. Isso leva a duas coisas: primeiro, a uma tendência a olhar para frente, não olha para o questão passado. Outra resistência das estruturas. das pessoas, das organizações que continuam existindo. só politicamente, mas economicamente, e, também, na esfera da segurança. O governo, entretanto tomou algumas iniciativas, criou projeto Memórias



Reveladas na Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos que celebrou, em 2009, os 30 anos da Anistia e, em 2011, novo Memórias Reveladas na Fundação Pedro Calmon. Apoiou as Caravanas da Anistia na Bahia, em 2008, 2010, 2011 e 2012. Na de 2011, o governador assumiu a criação do Memorial da Resistência / Carlos Marighella, cujo projeto está em elaboração. Estamos propondo ao governo a criação da Comissão Estadual da Verdade.

PH: Recentemente foi instalada a Comissão da Verdade pela presidenta Dilma Roussef, com o intuito de examinar as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 até a promulgação da Constituição de 88, para, assim, garantir o direito à memória e à verdade histórica e, com isso, promover a reconciliação nacional. Quais as suas esperanças e receios com a atuação desta Comissão?

JN: Inicialmente, quero lembrar que a palavra reconciliação não envolve uma reconciliação entre o torturado e o torturador. Envolve, no meu modo de ver, uma reconciliação do povo brasileiro com a sua história, com a verdade histórica. E, a partir dessa verdade, as várias forças sociais podem fazer uma reconciliação. A reconciliação entre o torturado e o torturador envolveria, inclusive, o

reconhecimento explícito, pelo torturador, da tortura que fez e um pedido de perdão. Isso não ocorreu, no Brasil, na medida, inclusive, que os torturadores negam que tenham torturado e não foram e nem querem ser julgados ou avaliados.

Agora entrando na questão. O Brasil seguiu um caminho diferente dos países como Peru e como a Argentina que, primeiro, criaram a Comissão da Verdade e depois discutiram mecanismos de reparação ou de punição. No Brasil, se tem seguido o caminho mais longo que começou pelas reparações que implicaram a reconstituição das violações milhares de casos. Normalmente, a partir de documentos levantados pelas próprias vítimas. Isso resultou vantagens e limitações, desvantagens. A grande vantagem é que nesse momento, no Brasil, temos uma imensa quantidade de documentos e informações. A Comissão de Mortos e Desaparecidos reconstituiu os casos de mais de 400 mortos desaparecidos. É possível que, com a Comissão da Verdade, se ampliem, se reconstituam mais casos. A Comissão da Anistia já julgou e já anistiou, reconheceu como vítimas da ditadura mais de 50 mil pessoas – tem cerca de 20 mil casos para julgar. E o Arquivo Nacional, que tem sido depositário de muitos documentos e, inclusive, o conjunto de documentos da SNI -Serviço Nacional de Informações, tem milhões de páginas de documentos. O



Arquivo Nacional coordena a rede "Memórias Reveladas", o Projeto "Memórias Reveladas", com 61 organizações, uma das quais é o Grupo Tortura Nunca organizações que, com maior ou menor estrutura e profundidade, tem levantado material. Uma dificuldade para a Comissão Nacional Verdade é como, com 7 conselheiros e 14 assessores, conseguir redigir um relatório final, incorporando toda essa documentação e preenchendo as lacunas, a partir do acesso ao dados que faltam, que são, basicamente, os dados provenientes dos arquivos militar. Boa parte do trabalho será este: preencher lacunas. Para isso. inclusive, a Comissão da Verdade terá que fazer convênios, articulações com entidades, universidades, com o Arquivo Nacional etc. para que preparem subsídios, material que ela depois unifique.

A existência de um relatório oficial, definitivo, reconstruindo as violações de direitos humanos, inclusive para mostrar como o golpe contra João Goulart foi preparado. é muito Considero importante. que Comissão da Verdade tem um tríplice papel libertador. O primeiro é o libertar os familiares e as vítimas da busca de esclarecimentos e reconhecimento social sofrimentos que passaram. Essa busca pode implicar, por exemplo, a identificação, localização dos corpos dos desaparecidos políticos, que é

ferida a não cicatrizada, permanente, na história brasileira e memória dessas famílias. O reconhecimento social, inclusive, tem um efeito terapêutico. O segundo papel é o de libertar as instituições, inclusive e especialmente, as militares de continuarem se sentindo obrigadas a defender versões, na época oficiais, mas que não tem base na realidade e que estão contra todas as evidencias. Ninguém que conhece o assunto, por exemplo, acredita que Vladimir Helzog se suicidou, que o atentado no Rio Centro foi feito por "terroristas" de esquerda. Temos dezenas de casos em que os assassinatos foram transformados em "atropelos". "suicídios" e "troca de tiros", "desaparecimentos". Quando se fala na importância de uma versão oficial lembrar que que funcionalismo é uma burocracia e os militares, como funcionários são, também, uma burocracia. Para ela, a versão oficial é importante. Com um documento oficial fica mais difícil se continuar ensinando, nas Academias Militares, que o Golpe de 1964 foi Revolução democrática ита atendendo o clamor popular contra o comunismo e a corrupção. A terceira libertação é a da sociedade brasileira do medo, da ideia de que existem assuntos, forças sociais com as quais não se deve mexer porque são perigosas. Alega-se que não devemos mexer com os militares porque eles podem reagir e ameacar a frágil



democracia brasileira; que não se deve reabrir feridas, esquecendo que elas continuam abertas. Estas são as funções libertadoras.

Finalmente, no exercício de sua função, diante da quantidade de material que existe, ou que pode ser levantado, porque a Comissão da Verdade tem mais poderes que a da Anistia ea dos Mortos Desaparecidos (pode, por exemplo, convocar e não apenas convidar), na medida em que o Brasil aprovou uma lei de acesso às informações que estabelece que as informações sobre violações dos direitos humanos não são sigilosas, a grande função da Comissão Nacional da Verdade vai ser preencher lacunas. Grande parte da história é conhecida pelos que se dedicam ao assunto. No caso, por exemplo, de primeira representação que apresentamos a CNV – a [representação] sobre Jorge Leal Gonçalves, nós sabemos quando e onde foi preso, onde foi torturado e morto. Há apenas duas lacunas: quem eram os responsáveis pela DOI-CODI na época e qual o destino do corpo? No caso dos Guerrilheiros do Araguaia, falta formalizar os fatos, identificar os responsáveis e procurar localizar os corpos.

A certidão dos desaparecidos políticos é cheia de lacunas que devem ser preenchidas (hora, local, causa da morte, onde foi enterrado) e retificadas. A CNV enfrenta duas

dificuldades: a de produzir, em dois anos, um documento que sintetize de modo claro, bem documentado, a história e a [dificuldade] de que o relatório seia considerado insuficiente por parte dos familiares e das vítimas, porque não prevê punições. A lei diz que a CNV não iuriscidional poder persecutório. Lembro que a primeira fase de uma petição inicial na justiça reconstituir os fatos. reconstituição oficial dos fatos pode servir de base para ações dos familiares e das vítimas e para a sociedade ter a percepção dos fatos. Familiares já estão entrando com acões na área civil, pedindo o reconhecimento de responsabilidade dos torturadores.

A importância do conhecimento da história será tanto maior quanto for divulgada para toda a sociedade que não a conhece. Um dos efeitos da CNV foi recolocar a questão em pauta e vários meios de comunicação têm tratado do tema. O maior risco é que este relatório seja minimizado, obtenha pouco espaço na chamada grande imprensa, até porque grande parte desta mídia, em determinados momentos, apoiou, participou, se beneficiou com o Regime Militar e representando continua grupos sociais e econômicos que apoiaram e se beneficiaram do regime. Há, também, o risco de tentarem colocar o "outro lado" – a versão dos



militares, a acusação de que os guerrilheiros e a oposição também cometeram crimes, tentando igualar situações desiguais. Acusados vão tentar desqualificar os trabalhos de Comissão apresentando-os como parcial, como mais uma versão. O grande desafio é que os fatos sejam considerados como indiscutíveis, ainda que as motivações continuem sendo politicamente discutidas.

PH: Quais as heranças que a Ditadura Militar nos deixou e que ainda estão presentes na nossa sociedade?

JN: Na verdade, o Golpe Militar de 1964, os 21 anos do golpe do Regime пита modernização capitalista conservadora no Brasil, que mudou realidade. permanentemente aAlgumas das coisas, feitas na ditadura foram superadas, uma boa parte da Legislação ditatorial foi revogada, foi substituída; o Brasil numa nova fase democrática, na linha da democracia mais política do que social, mas o da ditadura período mudou permanentemente a História do Brasil. Algumas coisas nós esperamos poder superar, por exemplo, a não punição da tortura manteve a tortura como método de investigação, agora, de novo, contra os que secularmente sempre foram torturados (os pretos, pobres, da periferia). Isso não conseguimos superar ainda.

Gostaria de registrar que a Ditadura Militar Brasileira teve uma diferença das ditaduras da Argentina, do Uruguai, do Chile. O que chamamos de "exceção brasileira" é que ela manteve funcionando, formalmente, as instituições. Manteve o Legislativo funcionando embora, de vez em auando, decretasse seu recesso, ou cassação de parlamentares. Manteve o Judiciário funcionando, ainda que retirando do Judiciário possibilidade de julgar ações feitas com base no Ato Institucional número 5 e transferindo os julgamentos dos crimes políticos para a Justica Militar.

Mas manteve instituições as funcionando. O que facilitou a transição, a negociação das elites para a saída da ditadura militar. Permitiu, por exemplo, que as eleições fossem feitas. No período da ditadura militar o eleitorado aumentou muito e as regras eleitorais, muitas das quais casuístas, foram sendo re-elaboradas. Muitas normas eleitorais e partidárias foram elaboradas e uma boa parte vigora até hoje. Por exemplo, as pessoas não lembram que foi criação da ditadura militar a definição de datas para iniciar campanha - o que criou, no eufemismo Brasil. decampanhas, de pré-candidatos que é uma coisa contra a natureza política que se faz antes, durante e depois da eleição. O aumento do número



mínimo de deputados, por Estado, que foi pensado, na época, para fortalecer a ARENA, que era mais forte nos estados menos povoados, mais pobres. A extinção do Estado da Guanabara e a sua fusão para a criação do atual Estado do Rio de Janeiro; a divisão do Mato Grosso com a criação Mato Grosso do Sul ampliando а representação parlamentar do antigo Estado. Cada vez mais complexa, a Legislação implicou também o aumento do poder da Justica Eleitoral. O modo como ocorreu a urbanização no Brasil. naquele período, levou a um grande crescimento das cidades e favoreceu o surgimento de grandes periferias urbanas a partir do êxodo rural em busca dos serviços que a área urbana fornecia.

Na área de segurança, militarização da Polícia Militar foi atenuada na medida em que as PMs deixaram de ser comandadas pelos Coronéis do Exército, mas a visão das PMs como forças mais militares que policiais, destinadas a combater o dito "inimigo interno", continuou. A criação da categoria de vigilantes – aliás. hoje, tem milhares vigilantes, um exército de vigilantes que criou uma categoria normal no Brasil. O sistema da ditadura militar deu uma grande ênfase a unificação do Brasil, através da rede de comunicação e isso levou a expansão de rede nacionais de televisão, das quais a maior beneficiária,

período, foi a Rede Globo. No Regime Militar, se ampliou e, de certo modo, se radicalizou a opção rodoviarista do Brasil. No começo do Regime Militar, uma série de ferrovias consideradas ineficientes economicamente inviáveis foram erradicadas. Da opção rodoviarista, nós temos dois grandes marcos permanentes na História do Brasil: a Transamazônica, que apesar de todas as dificuldades ambientais continua existindo; a ponte Rio-Niterói. Isto sem contar uma série de viadutos vistos como grandes obras para melhorar o trânsito urbano ainda aue. às vezes. transportando engarrafamentos de um lugar para o

O modelo de urbanização, o tipo de infra-estrutura que foi construída, pensando nas rodovias, permanece. Quando nós falamos das heranças aue a ditadura militar deixou, nós devemos ter em conta que a realidade atual nasce da ditadura ou da resistência a ela. A grande maioria dos movimentos de direitos humanos no Brasil nasceu da resistência a ditadura militar inclusive, o GTNM que continua o Comitê de Anistia e Direitos Humanos, que por sua vez era o sucessor do Comitê Brasileiro da Anistia – núcleo da Bahia. A percepção dos direitos humanos como uma parte importante da pauta democrática surgiu, no Brasil, da resistência à ditadura militar. Os partidos que nós temos

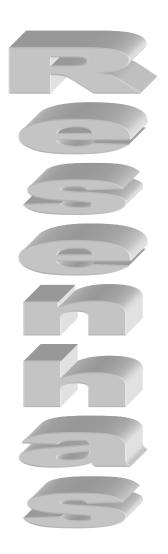




hoje ou da ditadura, surgiram inclusive com lideranças financiamentos representando setores beneficiados pela ditadura ou da resistência a ela. O partido que apoiava a ditadura se dividiu, dele resultaram o PFL e o PDS, hoje o DEM e o PP. Depois, com o fim do bipartidarismo, o PMDB se manteve como partido. Setores e correntes que estavam dentro dela, dentro dessa frente que era o PMDB, voltaram a ser partido o PCB, o PCdoB, o PTB aue por ação da ditadura se dividiu em 2 o PTB e o PDT, porque a

ditadura não o aceitava unido sob a liderança nacionalista, mais radical de Brizola. O próprio PT nasce de um movimento sindical que cresce a partir da própria expansão da indústria automobilística, de setores da Igreja e movimentos de esquerda que enfrentaram a ditadura. ditadura implicou numa profunda mudança no sindicalismo. Os grandes antes de1964: sindicatos portuários, ferroviários, bancários foram superados pelos sindicatos do ABC. Isso levou a dar um rompimento na história sindical entre antes e depois da ditadura.

Perspectiva Istórica





FERREIRA, Jorge. João Goulart: *Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 713 p.

JOÃO GOULART: PARA AQUÉM E PARA ALÉM DE 1964

José Alves Dias¹

Não fosse a tradição acadêmica de apresentar e avaliar os textos alheios, com a finalidade de informar ao interessado sobre o conteúdo de livros recentes, uma resenha sobre a mais nova obra individual do historiador Jorge Luiz Ferreira se tornaria, relativamente, desnecessária. Evidentemente, seriam muitas as razões que justificassem essa ausência e ainda maiores os esforços para explicar o empenho na elaboração de uma síntese desse tipo, diante da assertiva inicial.

No primeiro caso, o argumento fundamenta-se na extensa bibliografia produzida pelo autor credenciando-o como um experiente pesquisador da História Política e Cultural do período republicano brasileiro. Ademais, a publicação em apreço vem apresentada por Ângela de Castro Gomes que, em poucas linhas, traça um perfil autêntico dos principais objetivos da biografia de Jango, sem descuidar dos elementos teóricos e metodológicos que embasaram a pesquisa. O próprio autor, na introdução, complementa o intento de situar o leitor acerca de produções análogas, polêmicas sobre a memória e as biografias, assim como o uso das fontes e suas limitações. Ainda assim, parece possível dizer algo a respeito sobre o autor e sua obra, com o intento de notabilizar esse opúsculo.

Ao cotejar fatos, objetivos e conclusões manifestas na obra, perceberemos que Jorge Ferreira se propõe a reconstituir "a biografia de João Belchior Marques Goulart", diferenciando-se de outros estudiosos tanto pela ampliação temporal da trajetória do biografado, quanto pelo desprendimento na valoração do indivíduo. Dessa forma, ele acredita "encontrar os meios para compreender aspectos importantes da história

_

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor Adjunto de História do Brasil na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.



contemporânea do país, tornando-se uma 'janela' para visualizar o passado".

Sem dúvida, o pesquisador em questão conseguiu avançar substancialmente na análise sobre a nossa história recente, conformando-a sob a perspectiva de João Goulart, em sua longa trajetória pessoal e política. A partir dessa obra, uma parte considerável da História do Brasil se tornou menos nebulosa.

Algumas vezes, como ao tratar do contexto após 1945, quando se estabelece a amizade entre Getúlio Vargas e João Goulart, mesmo período em que recebem a adesão de Leonel Brizola, a descrição é extremamente detalhada, tomando o fôlego do leitor e exigindo um pouco de paciência. Todavia, em todo o restante, apesar dos parênteses explicativos que subvertem a narrativa linear, sem prévio aviso ao leitor, a escrita é fluente e a leitura fácil.

Nada disso, no entanto, compromete o escopo da pesquisa, descaracteriza a objetividade no trato com as fontes ou a clareza na definição dos papéis de cada personagem.

Aliás, a diversidade de fontes é um fato notável, especialmente pelos depoimentos utilizados de forma bastante peculiar, além da diversidade de arquivos tradicionais, documentos publicados, meios eletrônicos, memórias e biografias. Várias entrevistas, criteriosamente selecionadas, dão conta da vida pessoal de João Goulart ou revelam os bastidores da política brasileira caracterizando não apenas o personagem principal, mas todos os envolvidos no processo. Esse aspecto foi fundamental para ampliar a visão que tem do biografado e da "rede de relações" à qual ele pertencia.

O livro se subdivide em treze capítulos. O primeiro descreve a topografia, a economia agrária e os aspectos urbanos da pequena cidade de São Borja, na fronteira Oeste do Rio Grande do sul, estabelecendo limites com a Argentina e próxima do Uruguai e do Paraguai. Adiante, descreve a História Local pormenorizando a política gaúcha e a trajetória da família Goulart.



O segundo capítulo narra o retorno de Getúlio Vargas ao município, em 1945, após ter sido deposto em outubro daquele mesmo ano. Ao expor as ambiguidades do diretório regional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), realça, concomitantemente, as aproximações de João Goulart com Brizola e Vargas que culminaria em uma aliança fundamental para o retorno deste último ao poder e o crescimento político de Jango.

O terceiro capítulo prossegue na tentativa de delinear mais uma fase da carreira política de João Goulart, desta vez, à frente do Ministério do Trabalho (1953-1954) e como presidente do PTB (1952-1964). Nesse trecho, o autor reforça o perfil negociador de Jango ao lidar com os sindicatos e as greves operárias, bem como, a insatisfação dos setores conservadores da política e do empresariado brasileiro.

A época de crises, evidenciada no quarto capítulo, mostra a agonia do governo de Vargas que, mesmo tendo retornado pela via eleitoral em 1950, enfrentava forte oposição, especialmente da União Democrática Nacional (UDN). O episódio do suicídio de Vargas e a proximidade de Goulart como confidente e portador de uma cópia da "carta-testamento" marcam o surgimento de uma nova liderança do nacionalismo e do trabalhismo no Brasil.

Ao mesmo tempo, a influência nacional de João Goulart lhe expõe à antipatia de inimigos declarados como o deputado Carlos Lacerda. Aliás, essa é a discussão do capítulo cinco, no qual, além das pressões externas sofridas por Jango ao tornar-se, em 1955, o vice-presidente eleito com um número superior de votos ao do presidente Juscelino Kubitschek, o autor analisa os dilemas interiores de seu personagem. Trata-se de um dos pontos altos dessa obra, visto que, ao buscar desviar a atenção do leitor dos momentos antecedentes ao golpe de 1964 e situá-lo na visão mais geral da trajetória de Jango, Jorge Ferreira expõe, a partir de suas fontes, todos os meandros da política nacional daquele período e mostra todas as ambiguidades de João Goulart, comprimido entre um conservadorismo moderado e um progressismo cauteloso.

Todavia, o autor mantém seu compromisso de não estereotipar o sujeito político que tenta desvendar e o seu principal argumento é



histórico, situando-o em seu contexto e dentro de uma conjuntura social específica. Esse trecho é basilar para a compreensão dos fatos que se desenvolvem entre 1961 e 1964, quando, impedido de assumir a presidência, após a renúncia de Jânio Quadros, o arremedo de parlamentarismo é rejeitado em plebiscito e João Goulart assume a presidência com potenciais condições de implantar as reformas que pretendia e que, no entanto, foram sumariamente obstruídas pelos setores mais conservadores.

Evidencia-se que o apoio político ausente em finais de 1963, apesar do forte apoio angariado pelo PTB nas décadas anteriores e transformadas por João Goulart em votos pessoais nos sufrágios dos quais participou, resultam da intensa disputa de classes na sociedade brasileira daquele momento, como também do caráter reformista da atuação política de Goulart, que refletia sua rejeição às repressões impostas pelos governos e patrões e a insatisfação com as propostas revolucionárias das esquerdas, especialmente aquelas defendidas pelos comunistas.

Esses são os principais elementos tratados entre os tópicos seis e dez do livro de Jorge Ferreira, que complementa sua obra com três outros capítulos sobre os exílios no Uruguai e na Argentina. De início, o referido autor trata dos detalhes sofríveis da viagem da família Goulart rumo a Porto Alegre e São Borja, concluída em Montevidéu, no Uruguai. Paralelamente, descreve a devassa policial contra os opositores do governo deposto e o "processo de destruição das instituições democráticas e de reputações pessoais e políticas".

Posteriormente, refere-se à vida privada e aos negócios do expresidente que, apesar de tudo, continuava a receber demonstrações de apoio e falar de política com os amigos mais próximos. A discussão sobre a Frente Ampla ampliou os contatos de Jango, mobilizou e fez convergir antigos opositores contra a ditadura instalada recentemente. A ditadura no Uruguai forçou o exilado a buscar a Argentina como novo domicílio e a desenvolver ali uma intensa atividade agropecuária retomando suas habilidades juvenis de sucesso empresarial. Ainda assim, não descuidou da articulação política para redemocratizar o Brasil, afirma o autor.

A saúde precária e a perseguição na Argentina fizeram Goulart buscar refúgio temporário na Europa, mas, repleto de problemas, veio a



falecer na Argentina, em 1976. No debate acerca das hipóteses que motivaram a morte de Jango, Ferreira se permite especular sobre o futuro incerto do ex-presidente brasileiro. Diante da possibilidade aventada de ter sido envenenando, o autor dispara contra a Operação Condor e afirma sem rodeios que, caso continuasse vivo, João Goulart teria sido assassinado a tiros.

A constituição de biografias exige certo envolvimento "afetivo" com a pessoa biografada e expõe os limites da "objetividade da pesquisa histórica" e restabelece a discussão sobre o uso da História Oral como método. Tais querelas parecem superadas, pois os estudos têm demonstrado a utilidade e a coerência da oralidade no labor do historiador. Contudo, a neutralidade negada ao historiador, como lembra o próprio Jorge Ferreira, citando uma passagem de Vavy Pacheco Borges, é um fato concreto.

O autor revela seu esforço em compreender o objeto de pesquisa sem julgamentos prévios, ao tratá-lo com respeito e prudência. Durante todo o texto, fica explícito o cuidado para preservar os personagens de análises valorativas e estigmatizadas. O escritor resenhado conta os fatos, cruza informações e constrói um texto bem fundamentado, que em nenhum momento fica comprometido pela conduta discreta.

Há, porém, um aspecto importante a ser ressaltado sobre as ambiguidades percebidas a partir da apreciação do livro de Jorge Ferreira: a postura conciliatória de João Goulart. Em várias passagens, manifestam-se episódios que confrontam Jango e os interesses divergentes das classes trabalhadora e burguesa. Geralmente, sua posição, nos vários cargos que ocupou, foi a de tentar minimizar os atritos entre essas categorias, assumindo uma posição de representante moderador do governo, estimulando uma saída negociada.

Em uma sociedade capitalista, na qual os interesses entre as classes são inconciliáveis, tais posicionamentos são, no mínimo, perigosos para a estabilidade das instituições democráticas, considerando, inclusive, que essas preservam, quase sempre, um espírito conservador. Desse modo, se é correto não contrapor coerência e incoerência na trajetória de Goulart, tampouco podemos nos furtar a perceber em suas ambiguidades um sinal inequívoco do lugar social que ocupou. Ele propôs

João Goulart: para aquém e para além de 1964

reformas que diante do conservadorismo da sociedade brasileira pareciam extremamente radicais, entretanto, estavam distante das necessidades fundamentais da classe trabalhadora que pretendeu assistir.



CARDOSO, Tom. O Cofre do Dr.Rui – Como a Var-Palmares de Dilma Rousseff realizou o maior assalto da luta armada brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 171p.

REABRINDO O COFRE DO DR.RUI: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E ESPÓLIOS DO MAIOR ASSALTO DA LUTA ARMADA BRASILEIRA

Bruno Leal Pastor de Carvalho¹

Publicado em 2011, pela Civilização Brasileira, "O Cofre do Dr. Rui" conta a história de um dos acontecimentos mais emblemáticos da história contemporânea do Brasil: como a organização guerrilheira de esquerda Var-Palmares realizou o maior assalto da luta armada brasileira. Narrado de forma romanceada por Cardoso, o episódio acontece em 1969, quando a esquerda brasileira se organizava após o baque sofrido pela promulgação do Ato Institucional N°5, em 1968, que radicalizou a repressão no Brasil, ao permitir aos militares cassar e suspender direitos políticos, intervir nos estados e municípios e exacerbar a censura à imprensa. O AI-5 tornou o futuro bastante obscuro para os setores da esquerda que lutavam contra a repressão.

Esse cenário, no entanto, deu indícios de mudança, quando um estudante secundarista associado a grupos de esquerda do Rio de Janeiro, Gustavo Schiller, forneceu uma valiosa informação para integrantes da recém-formada Vanguarda Armada Revolucionária (Var-Palmares): no segundo andar de sua casa, no bairro de Santa Tereza, onde moravam os seus tios, havia um cofre com pelo menos 200 mil dólares que pertencia ao amante de sua tia, Adhemar de Barros, ex-governador de São Paulo, e documentos que ligariam o próprio Adhemar e o presidente militar Costa e Silva ao jogo do bicho e a outras atividades ilegais. As lideranças da Var-Palmares não tiveram dúvida: o cofre deveria ser roubado. Os 200 mil dólares, uma pequena fortuna na época, poderiam colocar os ventos a favor dos guerrilheiros em sua luta desigual contra os militares, e os

¹ Doutorando em História Social pelo Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-IH). Bolsista CNPq e Editor da Rede Social Café História | http://cafehistoria.ning.com. Contato: cafehistoria@gmail.com.



Reabrindo o cofre do Dr.Rui: histórias, memórias e espólios do maior assalto da luta armada brasileira

documentos poderiam dar à opinião pública uma prova concreta da corrupção dos militares.

Ações de assalto não eram uma novidade para quem participava da luta armada no Brasil. Durante os "anos de chumbo", boa parte dos recursos das organizações de esquerda vinham de assaltos a bancos, chamados pelos militantes destas organizações de "expropriações". Esse tipo de ação, no entanto, tinha algumas contraindicações. Os assaltantes, quase sempre "amadores", dificilmente conseguiam grandes quantidades de dinheiro e, com frequência, trocavam tiros com seguranças ou policiais. Quando a ação resultava em vítimas fatais, a opinião pública se distanciava ainda mais dos guerrilheiros. Mas, no caso do cofre informado por Gustavo, tudo parecia mais simples e também mais fácil. A casa onde o dinheiro se encontrava não tinha seguranças, contava com alguns poucos empregados e estava localizada em um bairro alto, com muitas ladeiras e várias vias de acesso. A chance de algo dar errado era mínima. Seria uma ação cirúrgica. Ou ainda a "Grande Ação", como definiu Carlos Lamarca, na época.

Ana Guimol Benchimol Capriglione, dona do cofre, vivia no casarão de Santa Tereza com o seu irmão, o cardiologista Aarão Burlamaqui Benchimol, pai de Gustavo. O cofre era uma herança de Adhemar, que havia falecido apenas quatro meses antes e famoso pelo bordão "rouba, mas faz". A mulher, que mantinha em segredo a fortuna de Adhemar, dinheiro supostamente desviado durante sua gestão pública, tinha ficado conhecida nos meios políticos como *Dr. Rui*, pseudônimo criado pelo próprio Adhemar para não levantar suspeitas de seu envolvimento extraconjugal. Daí o espirituoso nome do livro de Cardoso: "O Cofre do Dr. Rui".

O ASSALTO

O assalto à casa de Santa Tereza foi planejado nos mínimos detalhes. Ocorreu em uma sexta-feira, dia 18 de julho de 1969, quando apenas alguns poucos moradores e outros poucos funcionários encontravam-se no local. E foi uma megaoperação. Dela participaram diretamente 11 militantes da Var-Palmares, entre eles o atual deputado estadual do Rio de Janeiro, Carlos Minc. O comandante da operação foi Juarez Guimarães de Brito, um mineiro de 31 anos, membro do comando



revolucionário. Para abrir o cofre, um metalúrgico foi trazido especialmente do Rio Grande do Sul, Jesus Paredes Soto. O que mais chamava a atenção em todo o plano do assalto, porém, era a forma como os assaltantes tiraram o grande e pesado cofre da casa. O metalúrgico Jesus Paredes havia construído uma engenhoca parecida com um carrinho de rolimã que faria o cofre deslizar até o bagageiro do Chevrolet C-14, um dos três carros roubados que foram utilizados pelos integrantes da Var-Palmares na operação. O assalto e o transporte da carga roubada até uma casa no bairro de Jacarepaguá transcorreu sem grandes sobressaltos. A grande surpresa veio somente horas mais tarde, ao abrir o cofre. Ao invés de 200 mil dólares, os guerrilheiros encontraram um montante de 2 milhões e 598 mil dólares, valor que, hoje, corresponderia a pouco mais de 20 milhões de dólares. A sorte parecia estar do lado da Var-Palmares. O que o livro de Tom Cardoso mostra é que o dinheiro nunca trouxe beneficios reais para os envolvidos na "Grande Ação".

DINHEIRO E CISÕES POLÍTICAS

Além dos preparativos do assalto e da execução do mesmo, a essência do livro de Cardoso está no destino dos onze militantes que participaram da "expropriação" e de outros personagens que participaram do assalto de forma indireta, como é o caso da atual presidenta Dilma Rousseff. A história de cada envolvido mostra uma espécie de "maldição" que o dinheiro de Adhemar parecia carregar. O dinheiro catalisou disputas.

A primeira divergência entre os militantes ocorreu logo nos momentos seguintes a abertura do cofre. E partiu do próprio comando do grupo. Juarez distribuiu entre os guerrilheiros envolvidos na ação uma nota de um dólar para comemorar o êxito do assalto, embora o "manual do guerrilheiro", rigoroso guia que todos deveriam seguir à risca, condenasse esse tipo de prática. Outros guerrilheiros tinham planos de comemoração ainda mais ousados: achavam que o sucesso da operação deveria ser celebrado em grande estilo: com camarão e vinho branco no "Jangadeiros", badalado bar do Leblon, bairro nobre do Rio de Janeiro.

Nos dias e meses seguintes ao roubo do cofre, são registradas novas discordâncias, discussões e quase um motim dentro da organização. Mas tudo isso não havia sido inaugurado com o cofre. Tom Cardoso



Reabrindo o cofre do Dr.Rui: histórias, memórias e espólios do maior assalto da luta armada brasileira

explica que aquelas tensões internas deveriam ser compreendidas, antes de tudo, a partir da divisão dos militantes em dois grupos políticos: os "foquistas", que priorizavam o foco guerrilheiro no campo e na cidade, e os "massistas", que acreditavam que a revolução só seria possível a partir de uma insurreição geral no país, depois de um longo processo de greves, ações de guerrilha e manifestações de massa. No livro, Cardoso mostra que tal embate quase chegou às vias de fatos. Militantes de um lado e de outro falavam o tempo inteiro em traição e a necessidade de "justiçamentos". Para os "massistas", os "foquistas" queriam apenas "partir para a porrada". E, para os "foquistas", sublinha o autor, os "massistas" não faziam outra coisa a não ser "punheta ideológica".

Com o avançar das investigações policiais, os problemas só cresceram. Bastou uma semana para caírem os primeiros envolvidos na "Grande Ação". E de forma trágica. Fernando Ruivo e João Domingues tiveram o carro interceptado por policiais civis em São Paulo, forçando uma intensa troca de tiros. Ruivo foi morto no local e Domingues, mesmo ferido, se escondeu na casa da irmã, em Osasco. Foi preso em seguida e morto, após ser torturado durante 33 dias pela polícia. Enquanto isso, em relação ao dinheiro, um plano fora traçado pelo comando da Var-Palmares. Um milhão de dólares deveria ser dividido em duas malas e repassado a Embaixada da Argélia, no Rio de Janeiro, onde um diplomata de confiança dos guerrilheiros ajudaria a retirar o dinheiro do Brasil e depositá-lo em uma conta bancária na Suíça. O dinheiro deveria ser usado para abastecer os militantes exilados, muitos vivendo em péssimas condições financeiras. Outra parte do dinheiro, 1,5 milhão, deveria ficar no Brasil. Deste montante, 300 mil dólares seriam entregues a uma militante da Var-Palmares e os outros 1,2 milhão deveriam chegar às regionais da organização espalhadas pelo Brasil.

A divisão não ocorreu de forma pacífica e equilibrada. Houve grande disputa pela quantia roubada, o que colocou "massistas" e "foquistas" uns contra os outros de forma sistemática. Em pouco tempo, a disputa rachou a Var-Palmares e o dinheiro foi repartido de forma desigual entre os militantes. As negociações foram tensas e quase terminaram com o extermínio de um grupo pelo o outro, relata Cardoso. Segundo o autor do livro, a militância tinha uma histórica incapacidade de lidar com qualquer forma de capital. "O dinheiro jamais trouxe felicidade às organizações revolucionárias", o autor cita na introdução do livro as



palavras de Marco Aurélio Garcia, uma das principais referências da esquerda brasileira. Pelo menos no caso da "Grande Ação", essa verdade parecia valer. O dinheiro do assalto que seguiu para a Suíça, por exemplo, não ajudou a quase nenhum militante exilado: uma fração foi levada em um golpe e outra consumida impiedosamente por um "embaixador" da organização na Europa, que viajava em grande estilo pelo velho continente.

Não bastasse o despreparo na aplicação do dinheiro, boa parte dos guerrilheiros que se envolveram com o "Cofre do Dr. Rui" tiveram destinos trágicos. Foram presos, torturados, exilados ou mesmo mortos. Um ano após a "Grande Ação", apenas dois dos 11 guerrilheiros presentes no assalto continuavam na ativa: Sônia Lafoz, estudante de psicologia da USP, "massista" e filha de pai comunista, veterano da Guerra Civil Espanhola; e Jesus Paredes Soto, o metalúrgico que abrira o cofre. O destino de todos os demais havia sido selado em função do episódio: Gustavo Schiller, o secundarista da alta burguesia que passou as informações do cofre foi barbaramente torturado pela polícia. Já Juarez, o comandante da "grande operação", foi encurralado pela polícia numa rua no bairro do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, e se matou com um tiro na cabeça. O suicídio havia sido combinado com a sua esposa, Maria do Carmo: se ambos fossem cercados pelos policiais deveriam se matar. Maria do Carmo, porém, que também estava com Juarez no Jardim Botânico, não fez o mesmo. Testemunhou o suicídio do marido, mas não conseguiu levar adiante sua parte do acordo. Levou um tiro de raspão e acabou presa. Em 1971, o próprio Lamarca, comandante e ícone da Var-Palmares, também foi morto pelos militares. No fim do livro, o leitor encontra o destino de cada personagem, direta ou indiretamente envolvido no caso.

PERGUNTAS INCÔMODAS

Tom Cardoso, jornalista com passagens pelo *Jornal da Tarde, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Valor Econômico* e *IstoÉ Dinheiro*, constrói o livro com uma narrativa que combina pesquisa histórica, diálogos e narrador em terceira pessoa. "O Cofre do Dr. Rui" não é, neste sentido, um livro clássico de história. O livro é o que se pode chamar de uma reportagem histórica, bem cadenciada, sem julgar ideologicamente os personagens. O que não significa dizer que o autor



Reabrindo o cofre do Dr.Rui: histórias, memórias e espólios do maior assalto da luta armada brasileira

produziu uma obra acrítica. Em certo sentido, pelo contrário. A leitura das pouco mais de 140 páginas de "O Cofre do Dr. Rui" gera, do início ao fim, algumas perguntas incômodas para o leitor: é possível ser ético na política? A ideologia e a camaradagem resistem a tudo? Questões duras e que assombram hoje parte da geração de 1968, sobretudo, aquela que acompanha os mais atuais escândalos de corrupção no país.

Poucas coisas soam desajustadas no livro. A primeira e a mais chamativa é o peso que se confere à participação da atual presidente Dilma Rousseff no assalto. Embora sua foto esteja na capa do livro e no subtítulo da obra, Dilma não participou diretamente da operação. Sua função na Var-Palmares foi realizar a troca de parte do montante roubado por cruzeiros, em um Hotel no Rio de Janeiro, e outras ações secundárias, decorrentes do assalto. Embora tenha sido presa por seu envolvimento na organização, Dilma foi uma coadjuvante na "Grande Ação". Outro desajuste que se pode destacar diz respeito ao próprio fazer da obra. Não há referências claras ao longo da leitura, notas de rodapé ou notas de fim de página. Isso faz com que não se saiba a origem de certas informações e dados. A única coisa que se tem no livro neste sentido é uma lista bibliográfica com 16 títulos ao final da leitura. Mesmo não sendo um livro acadêmico, essas referências ajudam o leitor na leitura do material.

"O Cofre do Dr. Rui", feitas certas ponderações, é, finalmente, uma leitura rápida, saborosa e bastante reflexiva sobre a política e os seus desafios. Acerta na objetividade e nas questões que coloca. É um livro que explora a complexidade da relação entre os guerrilheiros de esquerda que tentaram implementar no Brasil diferentes métodos de luta em um tempo em que tudo parece possível e nada realizado. Uma discussão sem fim que acabou por enfraquecer o movimento e prolongar a vida de uma das mais sangrentas ditaduras do cone sul no século XX.



THIESEN, Icléia (org.). Imagens da clausura na ditadura militar de 1964: informação, memória e história. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. 246p.

LEMBRANCAS DO DESALENTO: EXPERIÊNCIAS DO(S) CÁRCERE(S) EM TEMPOS DE ARBÍTRIO

Ricardo M. Pimenta¹

Durante os anos de 1964 e 1985, não é novidade, o país mergulhou em uma de suas fases mais sombrias. O Golpe civil-militar não apenas seduziu grupos sociais distintos, empresas, instituições e ânimos, como opôs-se a manter as diretrizes fundamentais de um estado democrático e de direito. Após o golpe, transformou-se em algo no qual até mesmo alguns militares não acreditariam ser possível.

O Regime criou suas formas de controle e aliou-se aos tecnocratas detentores do know how para gerir o país. Criou também formas sofisticadas de controlar, produzir e monitorar a informação. Igualmente produziu um sem número de vítimas, desde prisões, interrogatórios, torturas e assassinatos até aos meios de controle do espaço, da mídia e de interferência nos processos jurídicos, homens e mulheres, prisioneiros, que muitas vezes se dobraram frente aos seus algozes.

Do cárcere físico restou para muitos uma espécie de cárcere memorial. Lembranças e traumas, mortes e torturas não parecem estar esquecidas.

No livro "Imagens da clausura na ditadura de 1964: informação, memória e história", a organizadora, professora Icléia Thiesen, constrói um fio condutor através de diferentes experiências cuja temática tangencia as instituições e seus discursos, imagens e informações relacionadas ao "jogo" entre aqueles que se opunham ao Regime,

¹ Ricardo M. Pimenta é Doutor em Memória Social pela UNIRIO, com estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Atualmente é professor adjunto I do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Severino Sombra e professor auxiliar do IUPERJ da Universidade Cândido Mendes.



Lembranças do desalento: experiências do(s) cárcere(s) em tempos de arbítrio

inclusive se tornando prisioneiros sem processo ou julgamento justos, e o Estado brasileiro autoritário. Jogo este que fica claro através das contribuições de Angélica do Carmo Coitinho; Fabiana Bandeira; Fabio Villani Simini; João Marcus Figueiredo Assis; Maria Fernanda Magalhães Scelza; Maria Luiza de Castro Muniz; Maria Manuela Alves Maia; Rafaella Bettamio; Rodrigo da Fonseca Vieira Justen dos Santos; Sérgio Miranda de Lima; Thatiana Amaral de Barcelos e a própria organizadora, que prestam importante auxílio para a apuração de responsabilidades relacionadas à violência do Estado brasileiro em anos turbulentos.

Diferentes pesquisas, muitas delas iniciadas ainda em seminários e trabalhos monográficos dos cursos de história da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e dos programas de Pósgraduação em Memória Social e em História, no âmbito do Laboratório de História Oral e Documento (LAHODOC), convergiram para consistentes capítulos que desvendam um pouco mais de um período tão nebuloso que cisma em "não passar".

Não passa, pois ainda "tortura" aqueles que sobreviveram, causando até hoje dor e incômodo à sociedade civil ainda coagida ao silêncio, mas que encontrou na memória uma forma de resistência.

Dividido em doze capítulos, o livro traz em seu corpo histórias e memórias capazes de deixar-nos de fato "indignados", parafraseando Primo Levi, com o período dos anos de chumbo. Composto em sua grande parte por fontes orais, além daquelas textuais e iconográficas, "Imagens da clausura na ditadura de 1964" por si só contribui para o esforço corrente em lutar pelo direito à verdade, à memória e pelo acesso à informação. Afinal, no caso brasileiro, assim como em outros estados da América do Sul marcados pelos governos ditatoriais, a questão do acesso aos arquivos públicos pareceu ser, e em parte ainda é, ponto crucial para compreender um pouco da cultura política de um Estado, sendo ele democrático ou autoritário.

Os depoimentos dão nova cor aos "quadros" da história ainda rotos pelas políticas do silêncio e pelo esquecimento, alimentadas desde os anos de transição democrática aos dias atuais. Narrativas que, insurgentes àquelas que compõem a dita oficial, se deslocaram de uma



espécie de "subterrâneo" através do trabalho coletivo de anos, realizado por alunos graduandos e pós-graduados, pesquisadores e professores.

Da "rebelião" de 1964, protagonizada pelos marinheiros brasileiros cuja pena cumpriu-se na penitenciária Lemos Brito, no complexo Frei Caneca, na cidade do Rio de Janeiro, e em penitenciárias como o instituto penal Cândido Mendes, em Ilha Grande; instituto penal Tavalera Bruce, cuja trajetória de mulheres presas marca a tônica do capítulo escrito por Rodrigo Justen dos Santos, e penitenciária Ilha das Flores, onde presos políticos sofreram as agruras da tortura ali implementada e mantida pela Marinha até cerca de 1970, segundo a autora Maria Fernanda Scelza, torna-se evidente e necessário o conhecimento de como culturas políticas resistiram mesmo quando a carne não mais aguentava frente à tortura. Ou mesmo quando no exílio, capítulo escrito por Tathiana de Barcelos, desenraizados, lutavam através da imprensa alternativa pela sua identidade outrora negada pelo estado brasileiro.

Resistência parece ser uma palavra essencial para esta obra. Resistir à morte nos corredores e salas do DOI-CODI, no Rio de Janeiro, investigado pela autora

Rafaella Bettamio. Resistência através de atores sociais ligados à religião, ao direito, à grande imprensa ou até mesmo ao teatro – a exemplo de Mario Lago, no capítulo "Reminiscências do sol quadrado", de Sergio Lima. Resistência, segundo Maria Manuela Alves Maia, inclusive de militares como o capitão Sergio Carvalho que se insubordinou quando resolveu não cumprir ordens que levariam o Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (PARA-SAR) à conclusão de atos de terror que poderiam ser catastróficos, como o suposto plano de atentado ao gasômetro do Rio de Janeiro.

Entre diferentes narrativas destaca-se ainda a articulação entre os meios de criação e controle da informação, suas instituições e a memória das resistências a essa dinâmica marcada pela arbitrariedade e violência que não poupou ninguém.

Nos últimos anos, os debates relacionados aos silêncios da Ditadura têm aumentado significativamente. Sobre a questão da informação, da abertura e do acesso aos arquivos e aos seus documentos



Lembranças do desalento: experiências do(s) cárcere(s) em tempos de arbítrio

"sensíveis", o livro dá uma importante contribuição ao apontar para uma "inteligência informacional", segundo o capítulo de Icléia Thiesen, ao mostrar a pluralidade de instituições, aparelhos e atores envolvidos na política característica do Estado de exceção; onde partilhavam não apenas de pré-saberes, como estruturas e ferramentas capazes de controlar, gerir e aprimorar a própria repressão, suas formas de identificação e de extração de informações.

De passo em passo, a historiografia sobre o período parece "desvelar" um pouco mais dos "anos dificeis"; tirando do desalento as memórias de homens e mulheres que acabaram vítimas do Estado brasileiro, mas também personagens de uma História cuja própria escrita ainda faz parte de uma luta que não acabou em 1985 com o fim do Regime.